

Interfaces

ISSN 2179-0027

VOLUME 10 NÚMERO 3

Revista Interfaces

Editora-chefe

Dr. Maria Cleci Venturini

Conselho Editorial

Dr. Adail Sobral (UCPEL)

Dra. Alice Atsuko Matsuda (UTFPR)

Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)

Dr. Antônio Esteves (UNESP)

Dra. Aracy Ernest (UCPEL)

Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)

Dra. Carme Regina Schons (UPF) in memoriam

Dra. Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)

Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)

Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)

Dra. Elisabeth Fontoura Dorneles (Unicruz)

Dra. Ercília Cazarin (UCPEL)

Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

Dra. Luísa Lobo (UFRJ)

Dra. Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)

Dra. Maria da Glória Di Fanti (PUCRS)

Dra. Maria Cristina de Almeida Mello Laranjeira (Universidade de Coimbra)

Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)

Dra. Sonia Pascoalati (UEL)

Dra. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Consultores *ad hoc* desta edição

Adilson Carlos Batista

Adriana Cristina Bernardim

Adriana Dalla Vecchia

Adriana De Jesus Scholtz

Aline Venturini

Ana Paula Carvalho Schmidt

Chrysantho Sholl Figueiredo

Cibele Lemke

Cristiane Malinoski

Daniela Silva da Silva

Dejair Dionisio
Denise Gabriel Witzel
Diego Barbosa da Silva
Edson Santos Silva
Ernani Hermes
Evelin Stefanie Ferreira Andreolla
Fabiano Tadeu Grazioli
Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
Guilherme Beraldo de Andrade
Gustavo Cunha de Araujo
Ismara Tasso
Jéfferson Balbino
Jefferson Gustavo dos Santos Campos
Loremi Loregian-Penkal
Luciana Fracasse
Luís Alberto dos Santos Paz Filho
Marcia Costa
Marcio José de Lima Winchuar
Margarete Maria Soares Bin
Maria Célia Cortez Passeti
Maria Salete Borba
Marilda Aparecida Lachovski de França
Mônica Cristina Metz
Nádia Nelziza Lovera de Florentino
Nádia Régia Neckel
Nilcéia Valdati
Rafael Adelino Fortes
Rafael de Souza Bento Fernandes
Renata Adriana de Souza
Robert Porto Castro
Rosemary Elza Finatti
Roziane Keila Grando
Sandriete Aparecida Bueno da Rocha
Tatiana Barbosa Sousa
Valdemar Valente Junior
Vanessa Goes Denardi

Revisores de texto

Eloisa Baldissarelli
Maria Cláudia Teixeira

Arte da capa e diagramação

Luis Marcelo Moreira Rodrigues

Responsáveis Técnicos

Luis Marcelo Moreira Rodrigues

Nota: O conteúdo dos artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Sumário

Dossiê: 50 ANOS DE TEXTOS FUNDADORES: A Análise de Discurso e seus percursos

Ismara Tasso e Nádia Neckel

7-8

Artigos

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DISCURSIVO: LEITURA E ESCRITURA EM ANÁLISE DE DISCURSO

Kelly Fernanda Guasso da Silva, Fidah Mohamad Harb e Verli Petri

9-20

A EXTREMA-DIREITA E A ESCOLA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EMBATES E LUTA DE CLASSES

Renata Adriana de Souza, Juliana da Silveira e Maria Cleci Venturini

21-32

ESPELHO E REFLEXO DA VIRILIDADE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DO HOMEM E DA MULHER EM “ONDE NASCEM OS FORTES”

Tacia Rocha e Ismara Tasso

33-46

MEMÓRIA DAS FLORES: MEMÓRIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA “PRIMAVERA BRASILEIRA”

Liana Cristina Giachini e Alana Capitânio

47-60

POR UMA ARQUEOLOGIA DA MULHER NA POLÍTICA

Denise Gabriel Witzel

61-72

(IN)SENSIBILIDADE DA LÍNGUA: UM PARADOXO NO CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA DE DOURADOS, MS

Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo

73-85

A INCLUSÃO NO ÂMBITO CORPORATIVO: MODOS DE ENUNCIAR A DIVERSIDADE NA MÍDIA IMPRESSA ESPECIALIZADA

Érica Danielle Silva

86-104

ANÁLISE DISCURSIVA DOS SILENCIAMENTOS NAS PROPOSTAS DO GOVERNO BOLSONARO EM RELAÇÃO AOS DIREITOS TRABALHISTAS

André Luis Guimarães da Rocha

105-118

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O TRANSTORNO DE ANSIEDADE INFANTIL

Thâmara Soares de Moura e Francisco Vieira da Silva

119-136

ANÁLISE DE DISCURSO PEDAGÓGICO: DA MATERIALIDADE LINGUÍSTICA À MATERIALIDADE DISCURSIVA

Rosyane Mayre Pimenta Natal

137-147

DISCURSO E MEMÓRIA NO ESPAÇO INSTITUCIONAL DO ASILO PARA IDOSOS

Hoster Older Sanches e Pedro Navarro

148-160

#EUEMPREGADADOMÉSTICA: MULHERES, LUTA DE CLASSES E RESISTÊNCIA

Ana Paula Picagevicz, Andrielle de Chaves Bortolin e Dantielli Assumpção Garcia

161-171

INTERPRETAÇÃO É INTERVENÇÃO? A ANÁLISE DO DISCURSO E O COMPROMISSO SOCIAL EM MICHEL PÊCHEUX A PARTIR DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	172-182
Katia Alexsandra dos Santos	
DEMOCRACIA VERSUS DITADURA: NA RELAÇÃO DE PODER, A(S) RESISTÊNCIA(S)	183-192
Verônica Braga Birello e Roselene de Fátima Coito	
O BASTEAMENTO IDEOLÓGICO E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO-ASSUJEITAMENTO	193-204
Fabio Tfouni	
SEXUALIDADE INFANTIL NA REVISTA NOVA ESCOLA: O “FURO” NO DISPOSITIVO	205-221
Regina Baracuchy e Louise Medeiros	
SENTIDOS DE/SOBRE TECNOLOGIA EM SALA DE AULA: SUJEITO(S), CONHECIMENTO E SOCIEDADE	222-232
Débora Massmann e Atílio C. Salles	
O ENSINO DE/EM PORTUGUÊS NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MOÇAMBIQUE: A IDENTIFICAÇÃO DA LEI DE COERÊNCIA ENUNCIATIVA E O CAMPO DA NÃO CONTRADIÇÃO	233-242
David António	
A LÍNGUA: PONTO DE RELAÇÃO ENTRE A LINGUÍSTICA-AD E A LITERATURA	243-259
Maria Cláudia Teixeira	
PENSAR A ANÁLISE DO DISCURSO “COM” MICHEL FOUCAULT: A ARQUEOLOGIA COMO POSSIBILIDADE ANALÍTICA	260-277
Antônio Fernandes Júnior e Carine Caetano Drumond	

Dossiê: 50 ANOS DE TEXTOS FUNDADORES:

A Análise de Discurso e seus percursos

Organização: Ismara Tasso (UEM) e Nádia Neckel (UNISUL)

O “Dossiê 50 Anos de Textos Fundadores: A Análise de Discurso e seus percursos”, cujo objetivo é o de celebrar o cinquentenário das obras “Arqueologia do Saber”, de Michel Foucault, e “Por uma Análise Automática do Discurso”, de Michel Pêcheux, é uma edição que vai permitir aos leitores e pesquisadores, que se orientam pelas vertentes teóricas desses dois grandes pensadores do nosso tempo, “escutar”, compreender e apreender como conceitos, noções, categorias, sejam elas de ordem discursiva, política, filosófica, linguística, histórica, quer em sua dimensão epistemológica ou ética, foram articuladas, discutidas, refletidas e exercidas no funcionamento da prática teórico-analítica, em diferentes materialidades, pelos pesquisadores-articulistas. Nosso agradecimento, portanto, volta-se para todos aqueles que submeteram seus trabalhos, contribuindo de forma a solenizar o ato para que esse Dossiê se realizasse.

Assim, esta edição esquadrinha percursos da cinquentenária Análise de Discurso no Brasil, revitalizados por acuradas escutas teóricas, cujas inquietações, problematizações e debates possibilitaram profícuos diálogos para a construção de andaimes de saberes, magistrados por genealogias de poderes e dispositivos, assim como por uma análise automática do discurso. O Dossiê é, por sua conjuntura, a congregação de textos filiados ao pensamento e obras de Foucault e de Pêcheux que foram e estiveram, à época, para além de seu tempo, e, são, para a época atual, extremamente assertivos e necessárias, sobretudo, muito atuais.

A obra de Michel Foucault fora construída sob o signo do novo, conforme bem a define Motta (2000, p. V), já que ela nasce com a força propulsora da subersão, transformação e modificação da relação que se estabelece com o saber e a verdade. Foucault envereda-se pela interrogação das condições de possibilidade, de (co)existência e de emergência enunciativas, pela arqueologia analisa o grau e a forma de permeabilidade de um discurso-objeto. Propõe-se que a história de nossos dias transforme documentos em monumentos e que desdobre, “onde se decifram os rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.

Em sua “Análise Automática do Discurso (AAD-69)”, Pêcheux ([1969] 1997, p. 78-79, grifos do autor) afirma que “existe [...] um sistema de signos não linguísticos tais como, no caso do discurso parlamentar, os aplausos, o riso, o tumultos, os assobios, os movimentos diversos [...] atos no nível do

simbólico [...]” ([1969]1997, p.78), e “isto supõe que é *impossível analisar um discurso como um texto*, [...] como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção”. Transcorridos 50 anos dessas reflexões e avanços, os gestos de análises discursivas debruçam-se sobre a multiplicidade de *gestos simbólicos* tomados como modos de asserção dos mundos e dos sujeitos de/em processos discursivos.

Nesta edição, pesquisadores-articulistas das teorias Foucault/Pêcheux, cada um ao seu modo, tomaram para si, a tarefa de tecer gestos e movimentos de leituras discursivas como prática teórico-analítica, como política e de pensar a linguagem do e no laço social. Por fim, buscou-se a implementação de um espaço ao intelectual para que ele exercesse sua condição crítica que “é sempre o resultado de um processo no qual há conflito, afrontamento, luta, resistência ...” (FOUCAULT, 2010, 357).

Referências

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. Apresentação. In: _____. Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento/ Michel Foucault. [Manoel Barros da Motta – Org.] Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. V-XXIII. [Ditos & Escritos Vol II]

_____. É Importante Pensar? In: _____. Foucault: Repensar a Política. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 354-358. [Ditos & Escritos Vol VI].

HAK, T. (Orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Trad. Coletiva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DISCURSIVO: LEITURA E ESCRITURA EM ANÁLISE DE DISCURSO

Kelly Fernanda Guasso da Silva¹

Fidah Mohamad Harb²

Verli Petri³

Resumo: A reflexão acerca da produção do conhecimento discursivo encaminha a considerar o próprio fazer do analista de discurso e a sua relação com os gestos de leitura necessários para a apreensão da teoria. Neste trabalho, propomos uma análise contrastiva do artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967) e das duas primeiras partes do livro *Analyse Automatique du Discours – AAD-69 –* (PÊCHEUX, 1969), a fim de identificar e compreender as aproximações e os distanciamentos entre os objetos de análise. Nosso desejo é também homenagear a AAD-69 em seus 50 anos de circulação, considerando as contribuições teóricas do autor Michel Pêcheux e colocando-as em funcionamento. Entendemos a escritura como um processo que se dá a partir de retomadas e de deslocamentos do/no discurso do autor Michel Pêcheux.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Michel Pêcheux; Produção do conhecimento discursivo; Leitura; Escritura.

SOME REFLECTIONS ON THE DISCURSIVE KNOWLEDGE PRODUCTION: READING AND WRITING IN DISCOURSE ANALYSIS

Abstract: The reflection about the production of discursive knowledge leads to consider the discourse analyst's own doing and his relation with the reading gestures necessary for the apprehension of the theory. In this work, we propose a contrastive analysis of the article *Analyse de contenu et théorie du discours – AAD-69 –* (PÊCHEUX 1967) and the first two parts of the book *Analyse Automatique du Discours* (PÊCHEUX 1969) in order to identify and understand the approximations and distances among the objects of analysis. Our wish is also to honor the AAD-69 in its 50 years of circulation, considering the theoretical contributions of the author Michel Pêcheux and putting them into operation. We understand writing as a process that takes place from the resumptions and displacements of / in the speech of the author Michel Pêcheux.

Keywords: Discourse Analysis; Michel Pêcheux; Discursive Knowledge Production ; Reading; Writing

1 Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: kellyguasso@gmail.com. Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0060369653346869>

2 Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: fidah.mohamad@gmail.com. Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0720014581066437>

3 Pós-doutora em Análise de Discurso pela UNICAMP; Professora Associada do DLV-PPGL/UFMS; Pesquisadora do Laboratório Corpus/UFMS; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: verli.petri72@gmail.com. Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4907455690392249>.

Primeiras palavras

Refletir acerca da produção do conhecimento discursivo encaminha a considerar o fazer próprio do analista de discurso, ou seja, aquele que pode assumir, entre outras, a posição de sujeito que questiona saberes dados como estabilizados no fio do discurso. Um sujeito que não descansa frente às verdades que se fazem evidentes. De acordo com Orlandi (2009), esse sujeito, interpelado pela ideologia, problematiza as maneiras de ler, toma posição, coloca questões sobre o que se produz e o que se lê/ouve nas diferentes manifestações da linguagem.

O analista apreende o discurso como não evidente, os sentidos como não explícitos, muito menos transparentes: estamos tratando de opacidade, de densa espessura. De acordo com Orlandi (2009, p. 22), “a linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. E conceber a produção do conhecimento discursivo não é diferente, já que não se pode comunicar tudo, não se pode tudo dizer. Para defender um ponto de vista, tomar uma posição, sabe-se que alguns elementos precisam ser esquecidos, reorganizados, ditos de outra maneira. E o discurso é isso mesmo: ele está em funcionamento constante e significando (inconscientemente) de maneiras diversas para singulares sujeitos.

Destaca-se, nesse processo, o fato de o quanto a língua pode estar suscetível a jogos. Gadet e Pêcheux ([1981] 2004), no texto *A Língua Inatingível*, nos ensinam que o sistema linguístico possui uma ordem e, assim sendo, tem “uma

forma” de acontecer. Conforme os autores, em relação à problemática organizada em torno da questão de *leitura* (interpretação) de discursos:

Qualquer consideração a respeito desses processos assimétricos, contraditórios e heterogêneos implica em pensar na relação desses processos com a linguagem (por meio da estrutura metafórica dos sentidos, dos paradoxos, dos jogos de palavras, etc.). Tal consideração deve ser vista também como parte constitutiva desses próprios processos - nesse sentido o alcance da discursividade é inerente a processos ideológicos (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 98).

A elaboração se dá, então, com base nesses processos, o que implica pensar a relação do pensamento (estrutura do pensamento) com a linguagem. A metáfora, por exemplo, representa um recurso de elaboração da linguagem, pois os sentidos podem ser sempre outros e há formas diferentes de falar a mesma coisa (paráfrase/polissemia). Da mesma forma, entendemos que sendo “o alcance da discursividade” uma característica essencial aos processos ideológicos, essa discursividade é sempre suscetível à reelaboração, à invenção, à produção de sentidos outros.

Propor reflexões acerca do processo de produção do conhecimento discursivo é empreender um esforço para compreender melhor os meandros que fazem do discurso – que acessamos constantemente – o que ele é. Entendemos que é nas relações entre Análise de Discurso e História das Ideias Discursivas que se abrem possibilidades para instalarmos nossas questões, pois, conforme destaca Orlandi (2018, p. 89), esta última: “se filia ao mesmo método de fazer história da ciência, como história das ideias – na perspectiva discursiva”, sendo assim, analisa aquilo que se diz como “não-exato”, ou seja, seguindo a proposta de filosofia da interpretação, interroga conceitos e amplia as possibilidades de sentido.

Nesse viés, tomando a posição de analistas de discurso, problematizamos aquilo que se lê e, portanto, nos comprometemos com os (diferentes) sentidos produzidos, porque compreendemos que “há a contradição e o equívoco. Há inconsciente e ideologia” (ORLANDI, 2018, p. 92) funcionando além do sujeito, apreendido como sujeito discursivo. Tomamos, então, o sujeito como categoria de análise, sendo ele interpelado/constituído pelo momento sócio-histórico em que está inserido, visto que inconsciente e ideologia não se confundem, mas se “conjugam”, pois sujeito e sentidos se constituem ao mesmo tempo quando se pensa o sujeito discursivo (ORLANDI, 2017).

Sendo assim, o presente trabalho constitui-se em três mo(vi)mentos, a saber: na parte intitulada “A leitura em funcionamento”, descrevemos o nosso percurso de pesquisa – desde o acesso ao *corpus* até o nosso gesto de leitura. No segundo mo(vi)mento, em “A escritura em funcionamento”, desenvolvemos os sentidos de escritura e articulamos com nosso *corpus* analítico, propondo uma análise contrastiva do artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967) e das duas primeiras partes do livro *Analyse Automatique du Discours* – AAD-69 – (PÊCHEUX, 1969). “À guisa de conclusão”, finalizamos nossa reflexão no esforço de compreender e identificar as aproximações e os distanciamentos entre os objetos de análise, a fim de observar o modo de escritura do autor Michel Pêcheux, a partir de retomadas de seu próprio discurso e de outros; refletindo, portanto, sobre a produção do conhecimento discursivo.

A leitura em funcionamento

A leitura da produção teórica de Michel Pêcheux faz pensar acerca do conceito mesmo de “interpretação”, trabalhado por Eni Orlandi

(1996) em *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Na referida obra, a autora destaca que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável” (ORLANDI, 1996, p. 70), com isso consideramos ser fundamental, para que se instaure a função-autor – a partir do discurso proposto –, a produção de sentidos no sujeito leitor/interlocutor/outro. O que significa que para que o sujeito seja tomado como autor, ele tem que produzir um discurso que cause um efeito de reconhecimento em seu leitor, e este, por sua vez, deverá ser capaz de acessar sentidos no âmbito do interdiscurso e interpretar.

Tal efeito de conhecimento do/no qual se constitui a “função-autor” se dá porque o discurso inscreve-se no interdiscurso. Orlandi (1996, p. 70) distingue a “repetição empírica” – exercício mnemônico –, a “repetição formal” – exercício gramatical de produzir frases – e a “repetição histórica” – memória constitutiva, saber discursivo – para defender que é a repetição histórica que pode produzir um “evento interpretativo”. Nas palavras da autora, “é porque a história se inscreve na língua que esta significa”, sendo assim, é a partir desse movimento que se dá a significação. Tais definições ajudam a entender o processo mesmo de constituição dos saberes discursivos, dos quais se destacam os trabalhos de Pêcheux, como viemos buscando compreender.

De fato, o discurso de Pêcheux tem um papel (não único, mas) fundamental para adentrarmos na constituição do saber discursivo. Nesse viés, o conceito de “posição-autor” – apreendido aqui a partir de Orlandi (1996, p. 74) – é tomado para referir à “constituição de um lugar de interpretação”. Assim sendo, é a “posição-autor” assumida por Pêcheux, ou seja, é a tomada de posição do sujeito em seu texto/discurso, em busca de um efeito de unidade, que será trazida para discussão. É o efeito

de fechamento que o autor dá para delimitar o seu posicionamento que é entendido como “posição-autor”.

Em seu artigo *Ler o arquivo hoje*, Michel Pêcheux ([1982] 2014) versa acerca das questões que envolvem a Análise de Discurso, textos e arquivos. Ao assumir a “posição-autor”, ele toca de perto a questão da leitura e as implicações que dela podem decorrer, pois, conforme sustenta, há, na verdade, gestos de leitura possíveis frente ao arquivo.

Pêcheux ([1982] 2014, p. 59) define “arquivo” como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, auxiliando assim a apreensão de que a pesquisa parte de uma problematização do analista/pesquisador a partir do material disponível a ser analisado. É mesmo um “gesto de leitura” da teoria, pois demanda, primeiro, a organização do arquivo e, depois, a transposição da “leitura literal” para a “leitura interpretativa”. De fato, o que diferencia “uma leitura” da leitura que faz um analista de discurso é a mobilização de noções teóricas, a compreensão de que o político é constitutivo do discurso, pois concordamos com Petri (2000, p. 122) quando assinala que “a leitura do arquivo deve ser antes de tudo um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, onde se produzem e se reproduzem discursos”.

Importa também nos determos um pouco mais na reflexão que explicita a passagem do arquivo para *corpus* analítico. Consideramos importante observar esse movimento, pois ele pode ser visto como um gesto carregado de sentidos, os quais nos conduzem a refletir ao mesmo tempo sobre o funcionamento de arquivo e a constituição de *corpus* (SCHNEIDERS, 2014). Ademais, destacamos tais gestos, concordando com Petri (2000), considerando que eles permitem a seleção prévia das fontes; ou ainda, ao serem

projetados sobre sua materialidade, possibilitam compreender não só sentidos que tendem a estar cristalizados, mas também os efeitos de sentido, já que o arquivo é determinado pela articulação entre língua e história.

Assim, nossa questão de leitura frente ao arquivo de pesquisa se coloca desde o acesso (como o acessamos?) e a reunião dos objetos a ler, até as condições de produção do discurso. Retomamos aqui a expressão “poder do arquivo”, conforme Roudinesco (apud SCHNEIDERS, 2014), que destaca questões fundamentais de tal conceito e sua relação com a história e, especialmente, que o acesso ao arquivo, possibilita nova(s) leitura(s) acerca dessa história legitimada. Nas palavras de Roudinesco (apud SCHNEIDERS, 2014, p. 101):

[...] tout est archivé, si tout est surveillé, noté, jugé, l'histoire comme création n'est plus possible: elle est alors remplacée par l'archive devenue savoir absolu, miroir de soi. Mais si rien n'est archivé, si tout est effacé ou détruit, l'histoire tend vers le fantasme ou le délire, vers la souveraineté délirante du moi, c'est-à-dire vers une archive réinventée fonctionnant comme un dogme⁴.

Desse modo, buscamos refletir sobre a relação constitutiva do sujeito discursivo com a produção do conhecimento discursivo, a partir do que observamos no arquivo em questão, movimentando saberes. A Análise de Discurso, então, propõe um gesto de interpretação (possível, mas não qualquer um) sobre a produção do conhecimento discursivo frente ao arquivo material a ser analisado.

E é a partir da apreensão de movimentos interpretativos que envolvem a História das Ideias

4 Tradução de Caroline Mallmann Schneiders (2014, p. 101): “se tudo é arquivado, se tudo é vigiado, notado, julgado, a história como criação não é mais possível: ela é, então, substituída pelo arquivo que se tornou absoluto, espelho de si. Mas se nada é arquivado, se tudo é apagado ou destruído, a história se estende em direção ao fantasma ou ao delírio, em direção à supremacia delirante do eu, quer dizer, em direção a um arquivo reinventado, funcionando como um dogma”.

Linguísticas que se pode pensar em uma História das Ideias Discursivas, a partir do que propõe Eni Orlandi (2017; 2018; 2019a; 2019b). De acordo com a autora, considerar a História das Ideias Discursivas envolve ter em mente os já-ditos, ou seja, todos os conhecimentos que ajudam a entender as especificidades do objeto de estudo da Análise de Discurso.

Em uma fala ao Laboratório de Estudos e Análise de Discurso (LEAD) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no dia 17 de maio de 2019, Orlandi afirmou que a História das Ideias Discursivas não se limita a Pêcheux, sendo assim, não começa/termina com esse autor, mas se amplia, ao remeter a todos que vieram antes e vêm até hoje produzindo conhecimentos do/no/ sobre o discurso. A produção do conhecimento discursivo, portanto, não deve ser tomada como limitada e/ou limitante, e sim como possibilidade de produzir sentidos (diversos, mas não quaisquer um) sobre a teoria.

Assim, Orlandi afirma que a Análise de Discurso, vista como uma área do conhecimento que sustenta ideias e/ou sentidos, busca um dispositivo que possibilite pensar tal material (discurso) discursivamente. Pois, conforme explicitou em sua fala ao LEAD, “a materialidade da ideologia é o discurso, e a materialidade do discurso é a língua (sua base material de realização)”.

De acordo com Orlandi, apreender o discurso envolve observar como a língua funciona e, a partir disso, entendemos que considerar uma História das Ideias Discursivas demanda tomar os conhecimentos produzidos sobre o discurso e colocá-los em relação uns aos outros. O percurso do discurso pode ser acompanhado por diversos caminhos, a partir da

tomada de posição do pesquisador e a partir dos conhecimentos que ele vai colocar em relação. Um caminho possível, mas não o único, é buscar a apreensão de elementos constitutivos da História das Ideias Discursivas a partir dos saberes discursivos que Michel Pêcheux movimentou.

É relevante destacar também o entendimento de que o conhecimento discursivo não pode ser fechado em uma instituição ou em uma posição-sujeito, mas é atravessado. Ao refletir sobre os movimentos sócio-históricos que envolvem a produção de sentidos sobre a língua sob a perspectiva científica e como se constitui historicamente a produção do conhecimento discursivo, entendemos que se faz necessário também conceber a ideia de que um saber, para ser científico, precisa ser legitimado institucionalmente, sendo essa legitimação conferida pela posição que o autor assume em seu discurso, pela circulação, pela aprovação pelas pares, pela citação e pelo próprio momento histórico de produção do saber em questão.

O conhecimento discursivo, portanto, pode ser conhecido e reconhecido a partir da produção de uma História das Ideias Discursivas, que deve acompanhar a formação de práticas de produção de conhecimento, de conceitos e de noções, pois é quando o saber começa a se institucionalizar. Sendo assim, a gramática e o dicionário, enquanto ferramentas que instrumentam e institucionalizam a língua, podem ter também um funcionamento discursivo, dependendo somente das questões que o analista “problematizar” (GLOZMAN, 2013).

Glozman (2013, p. 38), explicita a importância da “problematização”, posto que se trata de uma noção teórica que sugere desestabilizar questões e

abordar de outros modos o que se apresenta como natural:

[...] trabajamos sobre la noción de problematización como modo en que la investigación social, en tanto práctica teórica, puede hacer con aquello que se ofrece como natural, homogéneo y evidente; a partir de esta noción, se habilitan otros modos de encarar la puesta en serie de documentos en pos de producir unidades complejas (períodos, problemas, objetos)⁵.

A “problematização” (GLOZMAN, 2013), portanto, sugere um trabalho com a língua que é constitutivamente opaca. O analista não trabalha com verdades, mas com possibilidades de interpretação que são construídas a partir daquilo que é problematizado. Analisar é problematizar, colocar perguntas ao processo de constituição do discurso e propor interpretações. Em nosso gesto de leitura sobre o trabalho de Michel Pêcheux, entendemos que não só a leitura, mas também o processo de escritura da teoria do discurso envolve problematizações e, como buscamos demonstrar, retomadas e reformulações do/no discurso.

A escritura em funcionamento

O homem procura dominar o mundo em que vive. Uma forma de ele ter esse domínio é o conhecimento. Esse é um dos motivos pelos quais ele procura explicar tudo o que existe. A linguagem é uma dessas coisas. Ao procurar explicar a linguagem, o homem está tentando explicar algo que lhe é próprio e que é parte necessária de seu mundo [...] (ORLANDI, 1999, p. 7).

Quando pensamos sobre as maneiras de ter acesso ao conhecimento e, por consequência, sobre as maneiras de “dominá-lo”, podemos entender o papel fundamental da leitura, uma vez que é por meio dela que o sujeito pode acessar saberes diversos. Ademais, no que tange à produção do

5 Tradução nossa: “[...] trabalhamos sobre a noção de problematização como modo em que a investigação social, tanto prática quanto teórica, pode mobilizar aquilo que se oferece como natural, homogêneo e evidente; a partir dessa noção, se habilitam outros modos de encarar documentos colocados em série para produzir unidades complexas (períodos, problemas, objetos)”.

conhecimento discursivo, é importante considerar o funcionamento da escritura nesse processo e, por conseguinte, em nossas reflexões.

Para Pêcheux ([1982] 2014), a escritura é uma leitura interpretativa do discurso. A escritura organiza a leitura, constrói e constitui o arquivo, buscando as possíveis maneiras de aprendê-lo. A escritura, por fim, constitui um espaço “polêmico das maneiras de ler” (PÊCHEUX, [1982] 2014, p. 59) e, sendo assim, esse espaço poderia começar o trabalho de descrição do arquivo. O autor defende uma leitura interpelativa, aquela que apreende as diferentes tomadas de posição do sujeito. Dessa forma, os movimentos de ler, descrever e interpretar (ORLANDI, 2006) se tocam.

A escritura foi um dos modos que Michel Pêcheux utilizou para manifestar suas reflexões, seu trabalho teórico e suas análises, além das apresentações orais que também foram muitas. As publicações de Michel Pêcheux, que nos interessam especialmente nesse momento, ocorreram desde o ano 1966 até (pelo menos) 1985, de acordo com bibliografia organizada por Angélique Pêcheux, Françoise Gadet, Jacqueline Léon, Peter Schöttler e Michel Plon, e publicada na revista *Mots*. Temos também a obra de Denise Maldidier, que propõe uma bibliografia pecheuxtiana. Para além dos trabalhos em francês, consideramos – para explicitar tal delimitação temporal – os trabalhos de tradução para a Língua Portuguesa desenvolvidos, sobretudo, por Eni Orlandi ou sob sua coordenação, bem como o Fundo Documental Michel Pêcheux. Para este trabalho, nosso arquivo se constitui dos textos, em Língua Francesa, que compõem o Fundo Documental Michel Pêcheux, mais especificamente, selecionamos o artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967) que será estudado contrastivamente às primeiras duas partes da obra *Analyse Automatique du Discours – AAD-69* – (PÊCHEUX, 1969).

A escolha por tais textos, em específico, justifica-se: a) primeiro pelo nosso desejo de homenagear a AAD-69 em seus 50 anos de circulação; e b) pelo que vimos observando sobre o modo de escritura do autor Michel Pêcheux, ele trabalha sobre as retomadas de seu próprio discurso e assim produz conhecimento: construindo o “novo” a partir do que lhe é “anterior”; ou seja, ele produz os (ainda) não-ditos considerando os já-ditos do/no discurso. As escolhas, certamente, poderiam ser outras, posto que o autor faz tais retomadas em diferentes momentos de seu percurso teórico.

Trazendo para discussão o que delinea Silva (2017) sobre o sujeito da ciência na produção do conhecimento, sobretudo na dissertação intitulada *Sobre a (re)produção de conhecimento: reflexões a partir do (dis)curso de Michel Pêcheux*, destacamos o trabalho com o texto *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967), artigo no qual pondera-se sobre considerar a língua como uma evidência e propõe-se que os sentidos sempre podem ser outros e que um discurso não é estanque de/em sentidos.

Nossa proposta é apresentar mais um gesto de leitura possível ao artigo *Analyse de contenu et théorie du discours*, publicado por Pêcheux no ano de 1967, no *Bulletin d'Études et Recherches Psychologiques*. Silva (2017) afirma que esse texto em específico é recuperado por Pêcheux em publicações posteriores, sobretudo em *Analyse Automatique du Discours – AAD-69 –* (PÊCHEUX, 1969), justamente por ser um trabalho em que o autor desenvolve tais reflexões.

Nosso esforço consiste em desenvolver um pouco mais a problematização que envolve a produção do conhecimento discursivo em sua relação com a leitura e a escritura da/na Análise de Discurso. Para tanto, entendemos que:

[...] o discurso se constitui sempre de maneira particular, pois está estritamente relacionado à maneira como o sujeito se relaciona com a realidade que o circunda [...] para que o sujeito interprete e produza sentidos – representando e representando-se –, ele precisa considerar os dizeres já-ditos, sem deixar de “atentar para”/entender o que por ele foi experienciado. E isso entra no jogo discursivo, da mesma forma, tanto para o sujeito produtor do discurso, quanto para o sujeito leitor: são as experiências que conduzem o sujeito a enfrentar a realidade de uma maneira particular dentre outras possíveis (SILVA, 2017, p. 84).

Assim sendo, o sujeito se constitui dos discursos que o atravessam e produz conhecimento a partir desse lugar para assumir a posição-autor. Não é possível prescindir ao que já foi dito antes: a constituição da Análise de Discurso, portanto, exemplifica o próprio movimento do pêndulo (PETRI, 2013); já que há um batimento constante entre a teoria e a prática discursiva.

Como já afirmamos, o artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* foi publicado por Pêcheux no ano de 1967, no *Bulletin d'Études et Recherches Psychologiques*. E o livro *Analyse Automatique du Discours – AAD-69 –*, que foi publicado por Pêcheux no ano de 1969, compõe a coleção *Sciences du Comportement*, dirigida por François Bresson e Maurice de Montmollin, da editora parisiense Dunot. Há, portanto, a diferença de dois anos entre essas publicações, no que tange às diferenças, ainda destacamos o número de páginas, já que originalmente (em Língua Francesa) o artigo conta com 17 e o livro – do qual propomos a análise de seus dois primeiros capítulos – conta com 140 páginas.

Fazendo uma leitura preliminar dos títulos dos dois trabalhos, podemos de imediato identificar que ambos giram em torno da mesma temática, a saber: a análise/teoria do discurso, esse era o momento sócio-histórico da constituição do que hoje nomeamos como Análise de Discurso

Francesa ou de Escola Francesa. Havia um esforço teórico e metodológico muito grande, a produção escrita é também a compreensão que vai se construindo sobre como circunscrever o objeto discurso.

A seguir, observando a maneira como se organizam os subtítulos, já conseguimos identificar aproximações e distanciamentos, pois *Analyse de contenu et théorie du discours* é o título do artigo e também o título do primeiro capítulo do livro, conforme se pode identificar a partir das figuras 1 e 2:

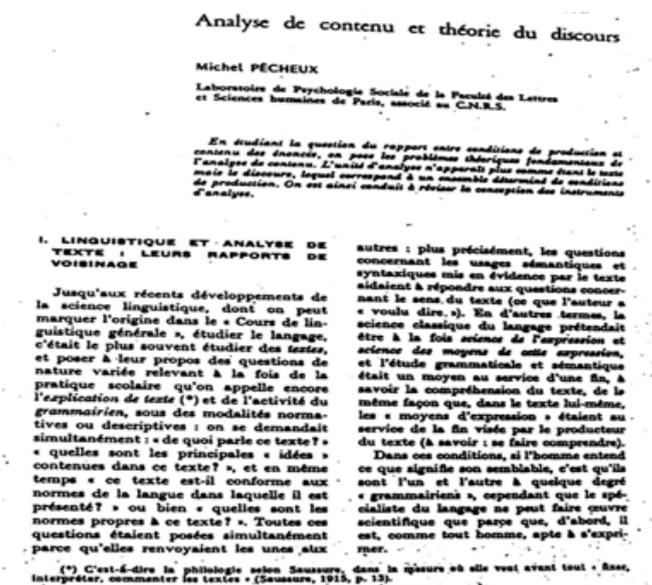


Figura 1 – primeira página do artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967)

Fonte: Fundo Documental Michel Pêcheux.

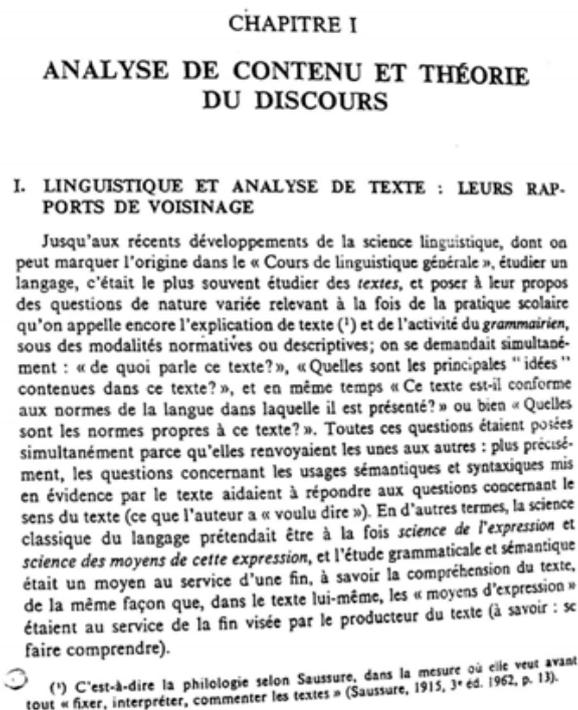


Figura 2 – primeira página do livro *Analyse Automatique du Discours - AAD-69* – (PÊCHEUX, 1969)

Fonte: Fundo Documental Michel Pêcheux.

A figura 1 em contraste com a figura 2 permite visualizar que o artigo e o livro têm o primeiro subtítulo idêntico – *Linguistique et analyse de texte: leurs rapports de voisinage*, bem como os parágrafos que seguem. Trata-se do mesmo texto (considerando parágrafos e subtítulos) em toda a primeira parte do 6 – Cf. em biblioteca do Labeurb, NUDECRI, UNICAMP.

artigo e do livro. As divergências começam a aparecer a partir da segunda parte, sendo, no livro, mais desenvolvida – não só porque constitui-se de um maior número de páginas, mas, sobretudo, porque foi escrito/publicado dois anos depois. As figuras 3 e 4 explicitam a diferença:



Figura 3 – segunda parte do artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967)

Fonte: Fundo Documental Michel Pécheux.

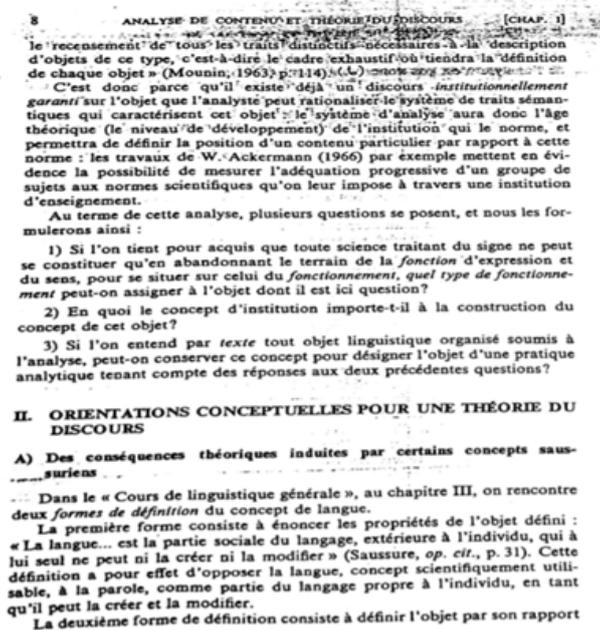


Figura 4 – segunda parte do livro *Analyse Automatique du Discours – AAD-69* – (PÊCHEUX, 1969)

Fonte: Fundo Documental Michel Pécheux.

Ainda que contem com o mesmo título para a parte 2 – *Orientations conceptuelles pour une théorie du discours* –, os subtítulos do artigo e do livro são diferentes, já que no artigo temos a) *Langue et système sémiologique* e no livro A) *Des conséquences théoriques induites par certains concepts saussuriens*. As figuras 3 e 4 também permitem visualizarmos que, ainda que pequenos, começam a aparecer alguns distanciamentos entre os parágrafos que seguem.

Pêcheux (1968, p. 115) destaca que o discurso é “[...] un segment de texte correspondant à un certain état invariant de la représentation de la situation pour le locuteur”⁷; nesse viés, podemos apreender que o discurso não se inicia necessariamente com sua primeira palavra e, da mesma maneira, não finda com sua última palavra. Esse processo remete tanto à imagem que o locutor faz dele mesmo e do seu interlocutor quanto à imagem que o interlocutor faz dele mesmo e do locutor, o que em um outro momento, com maior elaboração, vai corresponder ao conceito de formações imaginárias, tal como foi proposto por Pêcheux, e que regulam as relações entre os sujeitos na produção do discurso. É mesmo um movimento de fazer-se compreender.

A partir do artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967), podemos considerar que a escritura pecheuxtiana pode ser tomada como um processo que se constitui dos já-ditos que permeiam o discurso do sujeito. Não há como prescindir de tudo o que veio antes.

O livro *Analyse Automatique du Discours – AAD-69 –* (PÊCHEUX, 1969) constitui um momento dado como inaugural à teoria do discurso, conforme afirmam Petri e Venturini (2019, no prelo), sendo assim, possui grande relevância:

Em AAD-69, vamos nos encontrar com o Pêcheux do final da década de 1960, que dá grande mérito aos avanços promovidos por Saussure e que, especialmente, estabelece sua crítica às análises linguísticas que se prendiam à língua como sistema autônomo ou ao texto como unidade de análise, porque já não se poderiam fazer as mesmas perguntas que a *Análise de Conteúdo* fazia até então. Pela sua tomada de posição crítica e pelas relações que estabelecia com o materialismo histórico e dialético, Pêcheux começa a circunscrever, já naquele momento, o objeto de estudo “discurso”, quando desloca a ideia de função para a de funcionamento e propõe considerar as relações com a exterioridade constitutiva (PETRI; VENTURINI, 2019, p. 4).

No tocante ao discurso, há muitas reflexões importantes do autor Michel Pêcheux (1969) na obra *Analyse Automatique du Discours – AAD-69 –*, se considerarmos, por exemplo, que é nela que se propõe a máquina discursiva, um dispositivo que analisaria discursos automaticamente. Tal ideia acaba sendo abandonada pelo autor quando ele entende que questões semânticas atravessam o discurso e não é possível trabalhar com equivalências e/ou transparências da língua.

À guisa de conclusão

Nossa proposta, ao apresentar uma breve análise contrastiva sobre a constituição do artigo *Analyse de contenu et théorie du discours*, publicado por Pêcheux no ano de 1967, e das duas primeiras partes do livro *Analyse Automatique du Discours – AAD-69 –*, publicado no ano de 1969, foi demonstrar que o processo de escritura da teoria do discurso constituiu-se de retomadas, repetições e deslocamentos. A reflexão acerca da produção do conhecimento discursivo demandou considerarmos o próprio fazer do analista de discurso e a sua relação com os gestos de leitura necessários para a apreensão da teoria.

A partir do exposto, entendemos o trabalho de Michel Pêcheux como fundamental para a constituição do saber discursivo. É a partir desse autor que apreendemos a leitura e a escritura como processos complexos – associados a questões teóricas e engendrando práticas sociais – necessário à produção do conhecimento.

Como buscamos demonstrar, ao considerarmos o sujeito da ciência como sujeito discursivo, dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia, entendemos que, por meio do seu gesto de leitura, ele interpreta/ desloca/ recupera os saberes do interdiscurso e possibilita a produção do conhecimento. Sendo assim, é a partir da *Análise de Discurso e da História das Ideias Discursivas*

7 Tradução nossa: “um segmento de texto correspondente a um certo estado invariante da representação da situação pelo locutor”.

que tomamos o discurso como forma material que produz relações entre sujeitos e efeitos de sentidos para sujeitos. Apreendemos, assim, que a teoria não se propõe a dar respostas prontas, mas a sempre colocar novas questões ao sujeito e outras maneiras de ler, enfim, concordamos que:

L'analyse de discours n'a aucune vocation particulière à régler cette interminable série de conflits. Il lui suffit de mettre en oeuvre ses propres problématiques et procédures: l'enjeu crucial est de construire des interprétations, sans jamais les neutraliser, ni dans le « n'importe quoi » d'un discours sur le discours, ni dans un espace logique stabilisé à prétention universelle (PÊCHEUX, 1984, p. 17)⁸.

Referências

- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni. Ética, ciência, ideologia, interpretação. In.: BARONAS, Roberto Leiser et al. (Org.). *As ciências da linguagem e a(s) voz(es) e o(s) silenciamento(s) de vulneráveis: reflexão e práxis – Homenagem ao Prof. Luiz Antônio Marcuschi*. Campinas: Pontes, 2018.
- _____. *Eu, tu ele*. Discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes, 2017.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- _____. L'analyse du discours au Brésil. In: RAUS, Rachel (Org.). *Partage des savoirs et influence culturelle: l'analyse du discours « à la française » hors de France*. Essais Francophones, n. 6, 2019a, p.75-94. Disponível em : http://gerflint.fr/Base/Essais_francophones/essais_francophones_vol_6_2019.pdf acesso em 24.07.2019.
- _____. A secretária: um obstáculo ao exercício dos Direitos Humanos? Cotidiano e burocracia. In: ADORNO, G. et al. *O discurso nas fronteiras do social*. Vol.1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019b, p. 21-37.
- _____. *O que é lingüística*. São Paulo: Braziliense, 1999.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. (Org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 2014.
- _____. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Angélique. Bibliographie des travaux de Michel Pêcheux. In.: *Mots*, n. 13, octobre 1986, p. 195-200. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1986_num_13_1_1314>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- PÊCHEUX, Michel. Analyse de contenu et théorie du discours. *Bulletin d'Études et Recherches Psychologiques*, n. 3, p. 211-227, 1967.
- _____. Vers une technique d'Analyse du Discours. *Psychologie Française*, n. 15, p. 113-117, 1968.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 2014.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pucinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2002.
- _____. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. *Mots*, n. 9, p. 7-17, 1984b. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1984_num_9_1_1160>. Acesso em: 20 set. 2019.
- PETRI, Verli. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: *Revista Letras: Corpus: Análise de Dados e Cultura Acadêmica*, nº 21, jul./dez., p. 121-125, 2000.

_____. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: _____; Dias, Cristiane. *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 39-48.

_____. ; VENTURINI, Maria Cleci. Algumas reflexões sobre o trabalho teórico de Michel Pêcheux: 50 anos após a publicação de AAD-69. In.: GARCIA, Dantielli Assumpção; SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *De 1969 a 2019: um percurso da/na Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2019, no prelo.

SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. *Conexão Letras*, v. 9, n. 1, p. 99-109, 2014.

SILVA, Kelly F. G. *Sobre a (re)produção de conhecimento: reflexões a partir do (dis)curso de Michel Pêcheux*. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras/UFSM. Santa Maria, 2017.

Submissão: 29 de outubro de 2019.

Aceite: 04 de novembro de 2019.

A EXTREMA-DIREITA E A ESCOLA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EMBATES E LUTA DE CLASSES

Renata Adriana de Souza¹

Juliana da Silveira²

Maria Cleci Venturini³

Resumo: O livro *Análise Automática de Discurso* (AAD-1969), de Michel Pêcheux, chamou a atenção desde sua publicação por apresentar outro ponto de vista referente ao texto, à leitura e ao sentido. Em 2019, o livro completa 50 anos, e suas reflexões continuam atuais devido ao fato de abordarem o discurso como um objeto histórico-social. Para mostrar a atualidade da AAD-69, neste trabalho vamos nos voltar a um conceito importante discutido no livro: condições de produção. Esse conceito é o ponto de partida para produzirmos um gesto de interpretação sobre determinadas produções discursivas da extrema-direita direcionadas às práticas de ensino-aprendizagem nas escolas. Nosso olhar se ateuve à produção de sentidos sobre um ponto principal: a chamada doutrinação ideológica. Para isso, selecionamos como objeto de análise o projeto de lei Escola sem Partido (ESP). Nosso objetivo é analisar as condições de produção desse discurso da extrema-direita em nossa atual conjuntura.

Palavras-chave: Condições de Produção; Extrema-direita; Escola.

THE EXTREME RIGHT AND THE SCHOOL: PRODUCTION CONDITIONS, CONFLICTS AND CLASS STRUGGLE

Abstract: Michel Pêcheux's *Automatic Discourse Analysis* (1969) shows another point of view with regard to text, reading and meaning. The year 2019 is the 50th from its publication and its analyses are still current because it approaches discourse as a historical and social object. Current paper discusses an important concept to show the updatedness of *Automatic Discourse Analysis*, namely, production conditions. The concept is in fact the starting point for an interpretation mark on certain discursive productions of the extreme right directed to teaching-learning practices in the school. The paper concentrates on the production of meanings on a relevant point: ideological indoctrination. Our analysis deals with the parliamentary act *School without Political Parties*. Our aim is the analysis of production conditions in extreme right discourses within the present stage of event.

Keywords: Production conditions; extreme right; school.

¹ Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: renataunicentro@gmail.com

² Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), na área de Estudos Linguísticos. Atualmente é bolsista PNPd - Programa Nacional de Pós-doutorado da CAPES, atuando como pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mail: julianasilve@gmail.com

³ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFMS). Professora Associada, do Departamento de Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Docente do Corpo Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista Produtividade da Fundação Araucária. E-mail: mariaclavicenturini@gmail.com

Introdução

“*Análise Automática do Discurso* é um livro original que chocou, lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido”.

Denise Maldidier

A epígrafe escolhida para iniciar este trabalho nos mostra a importância da Análise Automática do Discurso (AAD69). O livro é resultado de uma tese de doutorado defendida em 1968, cujo ponto de vista inovador é direcionado a produzir uma reviravolta nas ciências humanas e sociais, tendo em vista se posicionar contra a análise de conteúdo, tal como era realizada, assim como ao trabalho do gramático, restrito a questões normativas e prescritivas. A crítica estabelecida por Pêcheux ([1969] 2010) é direcionada ao modo como a ciência da linguagem pretendia ser, ao mesmo tempo, *ciência da expressão* e *ciência dos meios desta expressão*, ou seja, a compreensão do texto e os meios de expressão no próprio texto que estavam a serviço de seu produtor.

Em sua reflexão introdutória, Pêcheux ([1969] 2010) retoma o deslocamento produzido por Saussure - a língua, como objeto da linguística, pensada como um sistema-, e a forma como esse deslocamento tornou possível a descrição de seu funcionamento. Em outras palavras, a partir do momento em que a língua passa a ser vista como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido, possibilitando procurar não o que cada parte de seus elementos significa, mas as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não. Esse deslocamento pretendia tratar fenômenos de grandes proporções, no entanto acabou restrito apenas à separação dicotômica entre língua e fala e, conseqüentemente, ao estudo das combinações e substituições possíveis, cujos mecanismos analisados são sempre inferidos no texto:

- O que quer dizer este texto?
- Que significação contém este texto?
- Em que o sentido deste texto difere daquele de tal outro texto?

São essas as diferentes formas da mesma questão, a qual várias respostas foram fornecidas pelo que chamamos análise de conteúdo e, às vezes também, análise de texto (PÊCHEUX, 2010, p. 61).

Nesse cenário, a Análise Automática do Discurso buscou mostrar uma concepção não subjetiva de leitura, questionou o conceito de texto como unidade linguística fechada sobre si mesmo e discutiu a categoria de sujeito, considerado não como um ser empírico, mas como uma posição no discurso. Pêcheux ([1969] 2010) nos apresentou um dispositivo de análise dos mecanismos que produzem um determinado discurso em “circunstâncias” dadas. Para o autor, a produção do discurso remete à exterioridade constitutiva, ou seja, o funcionamento de qualquer discurso está diretamente associado à estrutura ideológica e política de sua produção, por isso a produção de sentidos não pode se restringir aos aspectos linguísticos internos ao sistema (embora tais elementos importem muito), ou seja, a produção de sentidos precisa ser apreendida na relação da língua com o social, o histórico e o ideológico.

Diante da importância desse livro, propomos a abordar a atualidade de seu trabalho e voltar à Análise Automática do Discurso (AAD-69), utilizando-o como suporte teórico e metodológico de nossa discussão e análise, estabelecendo também um diálogo desse texto com outros do autor. Nossa proposta é analisar gestos políticos que têm produzido efeitos significativos em nossa formação social. Trata-se de discursos em circulação da chamada extrema-direita que, em seu interior, defendem a ditadura civil-militar e atacam publicamente qualquer posicionamento mais progressista, assim como sujeitos homossexuais, e a proposição de igualdade de gêneros, o direito das mulheres etc. Esse discurso se encontra

materializado no projeto de lei Escola sem Partido (ESP), principalmente no que seus idealizadores consideram como doutrinação ideológica, por isso vamos nos voltar a esse projeto para analisar a os processos de produção de sentidos sobre escola, professor e práticas de ensino-aprendizagem.

Consideramos esses discursos como gestos, atos no nível do simbólico, que buscam a interrupção brutal de um estado determinado e a implantação de concepções e costumes defendidos pela extrema-direita. Esse gesto simbólico pode ser seguido por uma intervenção direta, tendo em vista a criminalização de práticas realizadas nas escolas.

Condições de Produção da extrema-direita no Brasil

O Escola sem Partido não surgiu abruptamente, condições de produção particulares possibilitaram que ele ganhasse força em dias atuais. Para Pêcheux ([1969] 2010), ao falarmos em condições de produção de um discurso, estamos nos referindo tanto aos sujeitos quanto à situação em que ocorre a produção do discurso, por isso não podemos considerar apenas o aqui e agora do dizer, precisamos fazer referência a sua natureza sociohistórica. Um discurso é parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, pertence a um sistema de normas que não são nem universais nem individuais, mas mudam de acordo com a posição ocupada pelo sujeito de determinado discurso e com o lugar de circulação desse objeto. Em outras palavras, o funcionamento de qualquer discurso deriva de uma estrutura ideológico-política, lugar determinado no interior de uma formação social.

Isso significa que um discurso é sempre pronunciado em condições de produção dadas, ou seja, o que se diz, anuncia, promete ou denuncia ocorre em uma situação específica e possui estatutos diferentes para diferentes sujeitos. Isso materializa a existência de relações de força, as quais são

responsáveis por fazer com que as palavras mudem de sentido de acordo com a posição de quem as pronuncia:

Por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior de relações de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa: a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma outra forma de ação política (PÊCHEUX, 2010, p. 75-76).

Outro ponto importante que Pêcheux ([1969] 2010, p. 75) aborda em relação ao processo discursivo é a impossibilidade de se estabelecer um início para o que é dito. O discurso precisa ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido, ou seja, um discurso não funciona sozinho, trata-se de um objeto que remete sempre a outro, como resposta direta ou indireta, para reforçar ou anular argumentos, relacionando-se com um já-dito. O discurso faz remissão a um determinado acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscitando tal acontecimento com as modificações, “deformações”, da conjuntura atual.

O sujeito que se analisa, por sua vez, não é o ser do mundo, empírico, mas a posição por ele assumida no discurso. Ao discutir o sujeito enquanto posição, Pêcheux ([1969] 2010) aborda o conceito de formações imaginárias como parte dos processos discursivos. As formações imaginárias designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro, assim como a imagem que fazem do objeto e da situação na qual aparece o discurso.

É nesse sentido que o indivíduo deixa seu lugar social para assumir uma posição no

discurso, isso ocorre devido ao fato de existirem, em qualquer formação social, mecanismos de projeção que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). No processo discursivo, essa posição muda constantemente, ou seja, podemos falar da posição de pai, mãe, professor, aluno etc. Tendo em vista que o sujeito é uma posição no discurso, torna-se importante considerar que as palavras possuirão sentidos diferentes, dependendo da posição ocupada pelo sujeito que as proferiu, tendo em vista as relações de força que estão presentes em seu discurso.

É importante considerar que as diversas “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo são atravessadas pelo “já dito” e o “já ouvido”, por meio dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas. Por isso, não é possível definir uma origem para as condições de produção de um discurso. Podemos dizer que aqui ressoa o que posteriormente Pêcheux vai denominar de interdiscurso.

Entendemos que a forma como o conceito de condições de produção remete à exterioridade, ou seja, aos elementos históricos e sociais constitutivos de um discurso. Na AAD-69, a relação entre determinadas condições de produção e uma estrutura definida do processo de produção do discurso resultaria em um conjunto de sequências dominadas por um estado “supostamente estável” das condições de produção. No entanto, precisamos tomar alguns cuidados com essa afirmação inicial que remete a um estado “supostamente estável”, tendo em vista que a AAD-69 consiste no primeiro momento da teoria do discurso, conforme Malidier (2003, p. 24):

(...) a Análise Automática do Discurso, em sua estranheza mesmo, é o momento de uma construção. A máquina discursiva não tem nada da máquina universal, para analisar discursos, esperada desde sempre pelos tecnocratas;

trata-se antes, segundo a expressão de Althusser, de “mudar de terreno”, apoiando-se sobre a linguística e a informática, sem fazer delas simples ferramentas. Para além das objeções de toda espécie que o procedimento fará surgir, nele como nos outros, o essencial já está lá: o discurso não se dá na evidência desses encadeamentos; é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo.

Conforme Malidier (2003) postulou, o período de 1969 a 1975 foram os anos das grandes construções da teoria do discurso, por isso vamos estabelecer um diálogo de a AAD-69 com outros trabalhos de Michel Pêcheux. Inicialmente, não podemos considerar o sistema de normas constitutivo das condições de produção como abstrações, pois a instância ideológica atravessa esse lugar do dizer. Em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva*, Pêcheux ([1975] 2010, p. 163) afirma que o funcionamento de qualquer formação ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de interpelação, ou assujeitamento do sujeito. Esse processo faz com que o sujeito ideológico seja conduzido, sem se dar conta, a ocupar o seu lugar em uma das classes sociais antagonistas do modo de produção.

A reprodução contínua das relações de classe é assegurada pelos aparelhos ideológicos de estado, no entanto, a qualquer momento histórico, é possível haver afrontamento de posições políticas e ideológicas no interior desses aparelhos. Tais afrontamentos constituem o funcionamento da luta de classes. De acordo com Pêcheux ([1975] 2010, p. 163), a formação ideológica é o elemento suscetível a estabelecer confronto com outras forças na conjuntura ideológica de determinada formação social, consiste em atitudes e práticas que não são individuais nem universais, mas se relacionam - mais ou menos diretamente - a posições de classes em conflito umas com as outras.

Outro aspecto importante discutido por Pêcheux ([1975] 2010) consiste no fato de as

formações ideológicas comportarem uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.), “a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes” (Pêcheux, 2010, p. 165). O autor acrescenta, ainda, que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas. Podemos dizer que as condições de produção, na função de mecanismos de funcionamento de qualquer processo discursivo, são atravessadas por formações ideológicas materializadas em atitudes, práticas específicas e em formações discursivas determinadas. A partir dessas afirmações, podemos nos voltar à afirmação de Indursky (2006). De acordo com a autora, as condições de produção relacionam o discurso a sujeitos históricos que se identificam com uma formação discursiva.

No livro *Semântica e discurso*, Pêcheux ([1975] 2009) vai discutir as condições ideológicas de reprodução/ transformação das relações de produção, acrescentando que as relações de desigualdade-subordinação se estabelecem entre os aparelhos ideológicos de Estado, e isso constitui a cena da luta ideológica de classes. Nesse sentido, a transformação das relações de produção se localiza na luta para impor, no interior dos aparelhos ideológicos de estado, novas relações de desigualdade-subordinação, o que resultaria em uma transformação do próprio aparelho de Estado, assim como o sistema de normas para a produção do discurso. Com isso, temos de considerar que as condições de produção também estão submetidas às relações de desigualdade-subordinação estabelecidas.

Podemos dizer que, no interior da luta de classes, diversos fatores podem contribuir para a transformação das relações de produção, fazendo

emergir como dominantes posicionamentos antes considerados enfraquecidos. Isso estabelece condições de possibilidade para sentidos e sujeitos que passam a circular e estabelecer diferentes relações de desigualdade-subordinação.

Atualmente, temos presenciado transformações nas relações de produção. Tal mudança pode ser percebida, entre outros aspectos, a partir do retorno de posicionamentos de grupos de direita que podem ser considerados conservadores e reacionários. De acordo com Miguel (2018), no cenário atual, há a confluência de grupos diversos que podem ser considerados de direita. Os setores mais extremados, extrema-direita, incluem três vertentes principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso, e a reciclagem do antigo anticomunismo.

A primeira vertente, o libertarianismo que descende da chamada “escola econômica austríaca”, prega o menor Estado possível e afirma que tais mecanismos são justos. É rotulado de ultraliberal por, entre outras questões, conceber o poder político como sendo baseado numa rede de contratos privados. O conceito de liberdade pregado pelo ultraliberalismo se resume na ausência de interferência externa. No Brasil, o ultraliberalismo faz frente unida com o conservadorismo cristão.

O fundamentalismo religioso consiste na segunda vertente discutida por Miguel (2018). Essa concepção tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos de 1990, com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores. No entanto, há representantes de um setor mais conservador da Igreja Católica, por meio de leigos engajados. De acordo com as concepções fundamentalistas, há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate, diante desse fato há um número considerado de pastores cujo discurso contribui para manter o “rebanho” disciplinado, protege-o diante de posicionamentos contraditórios e conta com o apoio de uma base

popular. Esses líderes religiosos também possuem controle sobre emissoras de rádio e televisão, todos esses fatores contribuem para o estabelecimento de relações de força e poder no meio social.

A terceira vertente da extrema-direita recicla o anticomunismo, que ganhou nova roupagem no Brasil, país onde o PT veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo, fato que produziu uma sobreposição entre anticomunismo e antipetismo⁴. Para Miguel (2018, s/p), as três correntes não são estanques: “Há um caminho, em particular, de fusão do anticomunismo com o reacionarismo moral, que passa por uma leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci e recebe o nome de ‘marxismo cultural’”. De acordo com essa leitura, Gramsci arquitetou um plano para a ascensão do comunismo, a derrubada do capitalismo e da civilização ocidental a partir da dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional. Esse posicionamento é defendido por parlamentares da chamada extrema-direita.

Podemos dizer que a constituição dessas três vertentes principais configura-se em saberes no interior de uma formação discursiva de extrema-direita. Esses saberes derivam de condições de produção específicas, trata-se de um mecanismo em funcionamento que sustenta posicionamentos e práticas conservadoras na cena política, entre elas, temos o projeto intitulado Escola Sem Partido. O discurso do Escola sem Partido surgiu em 2004, em condições de produção bastante diferentes, por isso não teve força no meio social. No entanto, o projeto ganhou espaço devido ao conservadorismo já mencionado que não é só

4 Fernandes (2019, p. 118-119), chama a atenção para a relação entre antipetismo e anticomunismo em nosso cenário político atual considerando que o anticomunismo “é um sintoma mórbido do interregno em que a esquerda e a sociedade brasileira se encontram. Esse anticomunismo não age apenas contra os reais comunistas que se articulam hoje na esquerda, minoria que são, mas como antiesquerda em geral, e até mesmo como antipetismo em específico. No interregno, as várias nuances dentro da esquerda que distanciam o comunismo do petismo (especialmente na variedade lulista) se desmancham sob a despolitização”.

nacional (o conservadorismo cresceu em diferentes países), se fortaleceu devido a fatores diversos⁵ e foi sustentado pela grande mídia empresarial (parte e braço político e ideológico de grupos dominantes), porta-voz desses movimentos.

Precisamos considerar que o conservadorismo propiciou o surgimento de grupos que ganharam bastante representatividade como, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL, 2014), assim como fortaleceu institutos privados já existentes, como o Instituto Liberal, o Instituto Millenium e o Movimento Escola sem Partido, que deu origem ao projeto de lei Escola Sem Partido (ESP).

O fundador e também coordenador desse movimento é o advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib. Nagib foi membro do Instituto Liberal de Brasília, cuja missão é defender e difundir valores neoliberais com o apoio de grandes grupos econômicos; trabalhou como articulista do Instituto Millenium, que também trabalha para defender os valores de mercado. Apesar de Nagib fazer parte dos círculos de poder, o movimento não teve representatividade por praticamente 10 anos. No entanto, conforme expusemos, houve mudanças no cenário nacional, que fizeram vir à tona discursos conservadores que durante um certo período estavam enfraquecidos, entre os quais se encontra o Escola sem Partido. Esse discurso, relacionado a outros também conservadores, constituem um mecanismo em funcionamento, ou seja, um sistema de normas específico que deriva de uma estrutura ideológica política, correspondendo a um lugar no interior de uma dada formação social. Embora o movimento ESP tenha surgido em 2004, seu discurso é constituído por já-ditos

5 Muitos defendem, por exemplo, que é culpa tanto da esquerda como da direita, da esquerda porque foi incompetente com as pautas populares e de entender as ruas; da direita porque se desintegrou dando espaço para a extrema direita etc. Entre esses fatores, podemos mencionar as manifestações de 2013, o ódio crescente durante e após as eleições de 2014, os movimentos de rua que defenderam o afastamento da presidente Dilma Rousseff, entre outros.

anteriores para os quais, conforme expôs Pêcheux ([1969] 2010), é impossível encontrar uma origem.

Em 2014, o ESP começou a ter ampla visibilidade e a ser levado a sério quando o deputado estadual Flávio Bolsonaro encomendou a Nagib um projeto de lei a ser implantado nas escolas, que o próprio político sugeriu batizar de Programa Escola Sem Partido. O deputado foi o primeiro a apresentar um projeto de lei que trata do ESP em uma casa legislativa, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o que foi imediatamente copiado por seu irmão Carlos Bolsonaro, em nível municipal, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Isso significa que o discurso do ESP passou a ser pronunciado em condições de produção determinadas, tendo em vista que o deputado pertence a um partido político (na época de oposição, atualmente de situação) e se torna porta-voz de um grupo conservador, representando interesses determinados. Esse discurso passou a ocupar um espaço representativo. O ESP ganhou visibilidade a partir do lugar ocupado por Flávio Bolsonaro e das relações de força existentes no cenário político. Desse modo, as condições de produção relacionam o discurso a sujeitos históricos que se identificam com uma Formação Discursiva. Podemos perceber os embates, a luta de classe, e o movimento em busca de transformação para estabelecer outras relações de desigualdade-subordinação no cenário nacional.

Atualmente, o projeto de lei tramita em vários Legislativos Estaduais, Câmara de Vereadores e na Câmara de Deputados. Os textos dos PLs são muito semelhantes, tendo em vista que o site do movimento Escola sem Partido coloca à disposição dos interessados modelos para a apresentação dos PLs nas casas legislativas. Na Câmara dos Deputados, sede do legislativo federal, o PL proposto tem o objetivo de inserir o projeto ESP nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB). Inicialmente, foi proposto o PL nº 867/2015, apresentado pelo Deputado Izalci Lucas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB/DF). É esse PL que vamos utilizar neste momento em nossa discussão.

A PL se posiciona contra o que seus apoiadores consideram como doutrinação ideológica nas escolas, em seu artigo 3º temos:

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (PL867/2015, p. 1)

A preocupação com a doutrinação política e ideológica aparece em todo o projeto de lei nº 867/2015, em expressões que atravessam o conteúdo apresentado:

- neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- são vedadas a prática de doutrinação política e ideológica;
- contaminação político-ideológica das escolas brasileiras;
- manipulação político-ideológica;
- cooptação político-partidária ou ideológica;
- réplicas ideológicas.

O texto ainda sugere que as escolas estão desrespeitando a Constituição federal:

A liberdade de aprender – assegurada pelo art. 206 da Constituição Federal – compreende o direito do estudante a que o seu conhecimento da realidade não seja manipulado, para fins políticos e ideológicos, pela ação dos seus professores. (PL867/2015, p. 1).

Como se trata de um texto de lei, a PL é produzida a partir do discurso do Direito, sendo utilizado, ainda, o artigo 206 da Constituição Federal. O discurso do Direito funciona para sustentar as particularidades expressas, tendo em vista os efeitos de universalidade produzidos pelo

discurso jurídico. A respeito desse funcionamento, Pêcheux (1990) expôs que o discurso do Direito constitui a nova língua de madeira da época moderna, ou seja, trata-se de uma língua dura, hermética que produz um efeito de transparência lógica (não pode ser questionada) e elimina qualquer traço de contradição relacionado aos discursos postos em circulação, por isso a língua de madeira é utilizada pela política para assegurar as relações de dominação: “a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social” (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

Podemos dizer que temos aqui a tentativa de produção de um movimento ideológico de sentidos: o discurso do Direito e a referência à Constituição sustentam os sentidos no projeto de lei, tendo em vista a produção de uma linguagem difícil de ser questionada, pois está pautada em uma suposta transparência lógica do texto da lei. Esse fato nos leva a consultar o artigo 206 da Constituição Federal, trata-se dos princípios que devem reger o ensino:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988, p.)

Ao compararmos os princípios da constituição com os princípios do projeto 867/2015, temos:

Constituição Federal - Art. 206	PL 867/2015
<p>I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p><u>II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</u></p> <p>III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;</p> <p>IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</p> <p>V – <u>valorização dos profissionais da educação escolar</u>, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;</p> <p>VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;</p> <p>VII – garantia de padrão de qualidade;</p> <p>VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.</p>	<p>I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;</p> <p>II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;</p> <p>III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;</p> <p>IV - liberdade de crença;</p> <p>V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;</p> <p>VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;</p> <p>VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (ESP, p. 1).</p>

A menção feita à Constituição Federal no projeto de Lei Escola sem Partido silencia os incisos II, III, V e VI do artigo 206, sendo que esses incisos se referem ao papel do professor em sala de aula: liberdade de ensinar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; valorização dos profissionais da educação básica, gestão democrática. Esse silenciamento não pode ser visto como inofensivo.

Trata-se da instalação de uma política do silêncio que, de acordo com Orlandi (2007), refere-se à produção de um recorte entre o que se diz e o que não se diz, isso significa que, ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis e indesejáveis em uma situação discursiva: “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído” (Orlandi, 2007, p. 73). Por meio dessa política do silêncio, apagam-se os sentidos que se quer evitar, sentidos que remeteriam a uma outra formação discursiva, outra região dos sentidos. Nesse aspecto, o silêncio determina os limites do dizer.

O silenciamento do papel do professor, ao se fazer referência ao texto da Constituição, ocorre para evitar sentidos indesejáveis, tendo em vista que o projeto de lei é para ser implementado nas escolas e seguido pelos professores. Há o estabelecimento de outro lugar para o professor:

2 - Da mesma forma, a liberdade de consciência, garantida pelo art. 5º, VI, da Constituição Federal, confere ao estudante o direito de não ser doutrinado por seus professores;

3 - O caráter obrigatório do ensino não anula e não restringe a liberdade de consciência do indivíduo. Por isso, o fato de o estudante ser obrigado a assistir às aulas de um professor implica para esse professor o dever de não utilizar sua disciplina como instrumento de cooptação político-partidária ou ideológica;

4 - Ora, é evidente que a liberdade de aprender e a liberdade de consciência dos estudantes restarão violadas se o professor puder se aproveitar de sua audiência cativa para promover em sala de aula suas próprias concepções políticas, ideológicas e morais (PL867/2015, p. 5).

Podemos dizer que, nas condições de produção instaladas, os sentidos para professor no interior de uma FD de extrema-direita, na qual a PL está inserida, são bastante negativos: doutrinador, cooptador, violador etc. Sentidos que são ressignificados, inclusive, a partir da articulação das três vertentes da direita brasileira, conforme propõe Miguel (2018), e que já apresentamos anteriormente; ou seja, ao construir para o professor o sentido de doutrinador, vemos a mobilização de discursos que remetem ao anticomunismo, da mesma forma que o sentido de violador remete à moral religiosa. Esses sentidos são repetidos (a repetição faz e fortalece discursos, pois produz um efeito de memória) e estão em circulação em lugares sociais diversos: Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores, Câmara de Deputados, mídia empresarial, redes sociais etc. O professor torna-se o inimigo, que ora é visto como o propagador do comunismo, ora como o defensor de práticas sexuais que atacariam os preceitos religiosos e morais dos estudantes e de seus familiares. Portanto, deve ser silenciado, amordaçado, práticas que podem ser efetivadas a partir de constantes ameaças ao seu trabalho docente. Com isso, instala-se a vigilância em sala de aula: “A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores” (FRIGOTTO, 2017, p. 31). Ao silenciar o professor e estabelecer direitos do aluno que visam mais à uma regulação do trabalho do professor do que a defesa de um ensino efetivamente plural, o ESP se apoia em um conservadorismo do senso comum⁶, como uma das formas de dominação do campo político-partidário.

6 Fernandes (2019, p.260-261), chama a atenção para o fato de o projeto ESP fornecer fundamentos importantes para a onda conservadora no país, uma que “apesar de empregar uma fachada pós-política de boa educação política sem influência política e ideológica, tem conteúdo ultrapartidário, no objetivo de substituir o pensamento crítico nas escolas pela moral conservadora tradicional”. Para a autora, “a onda conservadora se organizou de tal maneira, que o ESP foi decisivo na articulação de pânico morais (como ocorreu contra o suposto “kit gay”) nas eleições de 2018”.

Trata-se de um projeto conservador, no entanto, embora seja efetivo no campo das disputas eleitorais em torno de um engajamento, sofrerá restrições em termos de institucionalização, sobretudo quando é visto como anticonstitucional. Em fevereiro de 2019, uma nova versão do projeto de lei Escola sem Partido foi apresentado na Câmara dos Deputados, trata-se do PL 246/2019, da deputada Bia Kicis (PSL/DF), que foi apensado ao projeto 867/2015. O PL 246/2019 é considerado uma versão mais “branda” da proposta, vejamos os princípios que regem a nova versão do documento:

- I – dignidade da pessoa humana;
- II – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- III – pluralismo de ideias e de *concepções pedagógicas*;
- IV – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- V – liberdade de consciência e de crença;
- VI – direito à intimidade;
- VII – proteção integral da criança e do adolescente;
- VIII – direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania;
- IX – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, conforme assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (PL 246/2019, p.1).

Podemos perceber que no PL 246/2019 aparece alguns princípios diferentes da versão anterior: pluralismo de concepções pedagógicas, liberdade de ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento e a arte. Esses princípios estão no texto da Constituição Federal de 1988 e foram retomados na versão atual do projeto de lei. No entanto, os incisos V e VI permanecem silenciados, em prol de um projeto que prega a vigilância nas escolas:

Art. 7º É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola. (PL246/2019, p. 2).

Ao analisarmos a nova versão do projeto de lei, compreendemos também que algumas expressões foram substituídas ou amenizadas, por exemplo, contaminação político-ideológica, cooptação político partidária ou ideológica, entre outras. Mas, os deveres do professor, funções, justificativas, assim como a preocupação com a doutrinação ideológica permanecem as mesmas da PL 867/2015. A atividade do professor, a partir dos efeitos de sentido mobilizados pelo ESP, torna a atividade do professor suscetível de fiscalização, vigilância e cerceamento, produzindo efeitos diretos na sua prática.

Em tais condições de produção, o que é possível perceber é que, ao mesmo tempo em que busca silenciar, pela letra da lei o sujeito professor, ele institui uma política de silenciamento desse sujeito, tanto ao incentivar práticas que visam a regular aquilo que o professor deve ou não deve dizer em sala de aula, quanto pelo modo como o faz; ou seja, não propõe calar o professor, mas, antes de tudo, articula sentidos que impedem que o professor sustente qualquer discurso que não seja aquele da extrema-direita. Conforme define Orlandi (2007), “a censura, tal como a definimos, é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições”. Ora, nas condições de produção em que se debate um projeto tal como o da ESP, tendo em vista a conjuntura política na qual ele pôde emergir, como já demonstramos, é censurado ao professor, sob vigilância, mobilizar saberes que, no conservadorismo do senso comum tão bem mobilizado pela extrema-direita, soem como posições marxistas, comunistas, ou que se aproximem de significantes próprios de estudos de gênero, uma vez que são todas posições denunciadas sob o signo de uma “doutrinação ideológica”. Podemos analisar os projetos em questão como gestos (PÊCHEUX [1969] 2010), atos no nível do

simbólico, pois buscam impedir o entendimento, a discussão e o debate em sala de aula, perpetuando determinados sentidos como dominantes. Mas, os projetos de lei também buscam intervenções físicas diretas, como, por exemplo, a criminalização do sujeito-professor que viole o que eles consideram como doutrinação ideológica. No entanto, o gesto simbólico é mais significativo, pois busca acabar brutalmente com o debate.

É importante expor que os PLs analisados não esclarecem o que seria essa doutrinação ideológica. No entanto, como vimos, inserem-se em uma formação discursiva de extrema-direita, cujo funcionamento deriva de condições de produção de grupos extremados. Nesse sentido, seus domínios são constituídos por saberes que defendem os valores de mercado, conservadores, tradicionais religiosos e familiares. Conseqüentemente, os projetos consideram como doutrinação qualquer prática mais progressista, políticas sociais, discussões sobre desigualdade social no Brasil, violência, tortura, defesa dos direitos das minorias, igualdade de gênero, discussões filosóficas envolvendo Marx e Gramsci etc.

Esses posicionamentos conservadores têm instalado uma série de afrontamentos, conflitos, para tentar impor formas de reprodução/transformação no ambiente escolar, isso porque uma reforma nas relações de produção passa por uma reforma no ensino, tendo em vista que a Escola é um Aparelho Ideológico de Estado. A reprodução/transformação tem por objetivo impor novas relações de desigualdade/ subordinação, fato que tem resultado em confrontos diretos, constituindo mais uma cena para o funcionamento da luta de classes em nossa formação social.

Conclusão

Nosso objetivo com esse trabalho foi retornar à Análise Automática do Discurso, AAD-69, mostrar a atualidade do livro de Michel Pêcheux e a importância do conceito de condições de produção para analisar o funcionamento discursivo em nossa contemporaneidade, mais especificamente, o discurso da extrema-direita tal como se encontra materializado no projeto de lei Escola sem Partido.

Buscamos mostrar que há determinadas condições de produção que instalam, por meio da produção discursiva, uma atmosfera conservadora no Brasil, esses discursos circulam em institutos (Instituto liberal de Brasília, Instituto Millenium), movimentos (Movimento Brasil livre), partidos políticos, e são sustentados por veículos da mídia corporativa, atravessando demais instâncias e parcelas da população. No interior dessas condições de produção, os sujeitos têm assumido um posicionamento a partir desse lugar do dizer. No caso do ESP, essa posição consiste em atacar o modelo atual de ensino, principalmente, os sujeitos professores, tendo em vista consistirem em ameaças ao funcionamento desse sistema que emerge e que se encontra a cada dia mais fortalecido. No atual cenário, ser professor é assumir uma posição de resistência.

Referências

- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. Belo Horizonte: Autonomia Literária, 2019. 400 p.
- INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem - Discurso e Textualidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

_____ e FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni. P. Orlandi (et. Al) – 2. Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, (19): 7-24, Julh./dez. 1990.

Submissão: 31 de outubro de 2019.

Aceite: 05 de novembro de 2019.

ESPELHO E REFLEXO DA VIRILIDADE: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DO HOMEM E DA MULHER EM “ONDE NASCEM OS FORTES”

Tacia Rocha¹

Ismara Tasso²

Resumo: O dispositivo virilidade tem dado “visibilidade” e “enunciabilidade” (DELEUZE, 1990) a modos outros de subjetivação do homem e da mulher na mídia. Sob tal temática e adotando a perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos, o objetivo deste estudo é compreender o modo como a “tecnologia do eu” é agenciada pela supersérie *Onde nascem os fortes* (2018), exibida pela TV Globo, na qual o sujeito homem confessa a si mesmo a partir do que aprendeu com o sujeito mulher, revelando “novos” modos de ser e de estar na cultura mediante a urgência histórica da igualdade de gênero. Os resultados revelam que a (sub)versão de papéis de gêneros organizados pelo dispositivo virilidade faz reconhecer a mulher como um sujeito de coragem e de justiça e, nesse processo, convoca o homem a tomá-la como espelho para formulação de sua própria virilidade.

Palavras-chave: Discurso televisivo. Técnicas de si. Virilidade. Dispositivo.

MIRROR AND REFLECTION OF VIRILITY: WAYS OF SUBJECTING MAN AND WOMAN IN “WHERE THE STRONG ARE BORN”

Abstract: The manhood device has given “visibility” and “enunciability” (DELEUZE, 1990) to other modes of subjectivation of men and women in the media. Under this theme and adopting the of Foucaul’s discursive perspective studies, the aim of this study is to understand the way the “technology of the self” is managed by the superseries *Where the strong are born* (2018), shown by TV Globo, in which the male subject confesses himself from what he learned from the woman subject, revealing “new” ways of being and being in culture through the historical urgency of gender equality. The results reveal that the (sub) version of gender roles organized by the virility device recognizes the woman as a subject of courage and justice and, in the process, calls the man to take her as a mirror to formulate her own virility.

Keywords: Television speech. Yourself Techniques. Virility. Device.

INTRODUÇÃO

Novos modos de subjetivação do homem e da mulher estão rompendo com o velho regime de verdade no qual ao homem é dado a condição essencial e primeira da humanidade; à mulher, a condição de “Outro”, do espelho da virilidade do homem. Dito de outro modo, esse regime binário de identidades de gênero dispõe, de um lado, a virilidade masculina, caracterizada como “mortífera, belicista, criminoso, mutiladora” (BARD, 2013, p. 117), cujas relações de gênero normalizam a posição masculina como hegemônica numa “relação dominante/dominador” (BARD, 2013, p. 120); de outro, a feminilidade ou o feminino, tão “[e]logiado por poetas e filósofos, [...] nada mais é do que a demarcação de um regime estético-moral para as mulheres marcadas pela negatividade” (TIBURI, 2018, p. 50). O embate entre as relações de gênero, contudo, está provocando um deslocamento das velhas subjetividades, numa certa absorção do conceito de virilidade.

Analogamente à analítica que Foucault (1998) faz do dispositivo da sexualidade, as práticas que sustentam, produzem e impregnam a cultura com o regime da diferença entre homens e mulheres, colocando estas no lugar de “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1970) – são agenciadas pelo dispositivo machismo e/ou virilidade. Este conceito foucaultiano deve ser compreendido como um conjunto de elementos heterogêneos, uma rede que reúne instituições, leis, normas e outras formas de distribuição de discursos que regulam, normalizam, instauram saberes e produzem “verdades” sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, isto é, fabricam sujeitos. “Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

Como o dispositivo tem um preenchimento estratégico e sua funcionalidade muda de acordo com as condições históricas, o dispositivo machismo e/ou virilidade está sendo alvejado pelos estudos feministas como uma “máquina misógina patriarcal”, que visa manter o funcionamento do poder patriarcal (TIBURI, 2018). Esses saberes estão “destronando” o “mito da feminilidade”, sem, no entanto, apagar “o prestígio viril” (BARD, 2013, p. 127). Com efeito, a reivindicação das mulheres de participar da cultura e de ressignificar o objeto mulher, tanto tempo arregimentado pelo conceito de misoginia, uma espécie de ódio histórico às mulheres (TIBURI, 2018), tem ganhado novos contornos no interior do dispositivo virilidade. Como antecipou Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, em 1949, “a virilização feminina parece, ela mesma, sem saída. Abdicar da sua feminilidade seria renunciar à sua humanidade” (BARD, 2013, p. 127).

Nesse sentido, a ressignificação do signo mulher na cultura passa pelo dispositivo virilidade e ganha “visibilidade” e “enunciabilidade” (DELEUZE, 1990) em diversos espaços como a mídia. Esta “produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social” (GREGOLIN, 2003, p. 96). Além do resgate de memória e do estabelecimento do imaginário de uma identidade social (GREGOLIN, 2003), a mídia funciona na “produção de sujeitos”. Fischer (1996, p. 23) argumenta que a mídia provoca no público que a consome uma “experiência de si”, produzindo em si mesmo uma determinada “relação consigo”. Com efeito, há a incitação de discurso e práticas e práticas de si aprendidas a partir de modos “de ser e estar na cultura que vivem” (FISCHER, 2012, p. 115).

Tomando a mídia como parte da função estratégica do dispositivo virilidade, uma vez que “fabrica” subjetividades e é atravessada por saberes da virilidade masculina, do feminismo³ e por poderes disciplinares e de soberania, esta análise tem como objetivo compreender o modo como a “tecnologia do eu” é agenciada pela supersérie *Onde nascem os fortes* (2018), exibida pela TV Globo, na qual o sujeito homem confessa a si mesmo a partir do que aprendeu com o sujeito mulher, revelando “novos” modos de ser e de estar na cultura mediante a urgência histórica da igualdade de gênero.

Para realizar a análise do funcionamento das “técnicas de si” a partir das linhas de subjetivação, que funcionam como linhas de fratura que esboçam a passagem de um dispositivo a um outro (DELEUZE, 1990), isto é, do dispositivo virilidade entrelaçado ao dispositivo feminismo, amparamo-nos em Foucault (1998; 2005; 2008) e elencamos comentadores como Tasso (2013), Fischer (1996; 2012), Sargentini (2015), Deleuze (1990) e Tiburi (2018).

Para analisar o funcionamento do dispositivo supramencionado nos modos de subjetivação, tomamos cuidado de seguir os procedimentos sugeridos por Sargentini (2015, p. 22) e Tasso (2013), a saber: a) a questão de pesquisa deve pautar-se num processo de acontecimentalização. Não se trata de uma ruptura historicamente consolidada, mas de uma “singularidade” produzida pelo olhar do pesquisador; b) a emergência da questão de pesquisa responde a um modo de inscrevê-la em um quadro de relações, a um regime de práticas; c)

³ O sintagma “feminismo” apesar de estar no singular define uma democracia radical, não é um humanismo que elegeu o homem como a Humanidade e a mulher como o “belo sexo” (KANT, 1990), protagonizada por mulheres que integram um movimento social plural, com diferentes propostas e posturas, abarcando mulheres de diferentes idades, raças, crenças, plasticidades, escolaridades e sexualidades em diálogo. O feminismo é também uma episteme que orienta “uma utopia concreta, em que o enlace entre política e ética orienta-se em defesa da singularidade das pessoas” (TIBURI, 2018, p. 46).

a análise volta-se para práticas discursivas que estão em rede, entrelaçadas por elementos heterogêneos.

ONDE NASCEM AS MULHERES E OS HOMENS FORTES

A supersérie *Onde nascem os fortes* (2018) é uma produção ficcional da TV Globo com 53 capítulos, escrita por George Moura e Sergio Goldenberg, com direção artística de Vilharim e direção geral de Luisa Lima. O conflito se inicia com dois irmãos gêmeos, Maria (Alice Wegmann) e Nonato (Marco Pigossi) que vão para Sertão, uma cidade ficcional do Cariri Paraibano, para fazer trilhas. Nonato se envolve numa briga com Pedro (Alexandre Nero), dono de fábricas de bentonita. Devido ao seu poder econômico, Pedro é considerado o “rei do sertão”. O jovem de 21 anos desaparece após o poderoso empresário ter encarregado que seus dois seguranças o deixasse na estrada.

A partir de então, a mãe de Maria, Cássia (Patricia Pillar), deixa Recife, onde trabalha como engenheira química em uma rede de tratamento de água, para se juntar à Maria pela busca da verdade sobre o desaparecimento de Nonato. Maria, que se apaixonara pelo filho de Pedro, Hermano (Gabriel Leone), toma um rumo muito diverso de sua mãe: de um lado, Cássia tenta seguir o caminho da legalidade, buscando denunciar o sumiço junto à polícia, estabelecer contato com o juiz da cidade, Ramiro (Fábio Assunção), e com os moradores do município pedindo ajuda para escavar locais onde o corpo supostamente estaria enterrado; por outro, Maria tenta resolver a situação por si mesma, ameaçando o principal suspeito - Pedro -, e se torna uma fugitiva da polícia numa vida de cangaceira, com ajuda de dois amigos de caráter duvidoso.

Paralelo ao ódio e à seca, há um espaço de fé e de alento, como um oásis - Lajedo dos Anjos - onde reside o líder espiritual Samir (Irandhir Santos), conhecido por portar as chagas nas costas vindas

de um anjo que o abraçou, além de Aldina (Camila Márdila) e demais fiéis. Após Ramiro descobrir que o lajedo é fonte de bentonita, as terras se tornam objeto de disputa. O juiz se utiliza de mecanismos “legais” de soberania e de expedientes torpes para tentar expulsar os habitantes e fazer a exploração do minério. Esses fatos vão desnudando as diferentes faces dos personagens e revelando a corrupção no judiciário em parceria com a polícia e o regime da soberania, no qual se atua o direito político em “fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 2005, p. 287). Já Pedro, se revela uma espécie de coronel contemporâneo que se humaniza a cada capítulo em que as consequências negativas da briga com Nonato se instalam, para si e para sua família.

O mistério do sumiço de Nonato também envolve Ramirinho (Jesuíta Barbosa), que tenta avisar Cássia do perigo que corre ao se envolver com seu pai, Ramiro. Ele dá pistas para que a forasteira reúna provas contra o juiz. Devido à personalidade truculenta do pai, o rapaz tem muito de medo de ser descoberto - é homossexual e canta na noite, performando uma personagem por ele criada, a cantora Shakira do Sertão.

Ramiro, por sua vez, aos poucos, desvela para o espectador traços de psicopatia: não sente nenhum temor em matar pessoas para conseguir o que quer ou por prazer; cultiva a prática vil de caçada humana junto com o delegado da cidade, como forma de eliminar a superlotação do presídio; fotografa os corpos mortos, guarda num álbum dentro de um armário com arsenal e, a cada pessoa que mata, enjaula um pássaro em sua casa e dá-lhe nome de quem matou.

Nessa cidade violenta, as posições-sujeito são demarcadas pela autoridade e pelo autoritarismo, no funcionamento do poder do patriarcado (TIBURI, 2018) que atua sob duas

posições distintas: a virilidade como sinônimo de resistência ao machismo e a feminilidade como parte constitutiva da opressão machista. A primeira posição se reflete nos modos de subjetivação de algumas mulheres em relação ao espaço tão hostil em que vivem, como formas de resistência. Maria, por exemplo, faz aula de tiros, tenta fazer justiça com as “próprias mãos”. Cassia se enrijece ao longo da trama, pois, apesar do medo, se vê impelida a descobrir a verdade sobre o desaparecimento de seu filho. Aldina também ganha força e coragem à medida que tem que lutar contra os desmandos e violência da polícia e do judiciário no lajedo. Aurora luta contra uma doença autoimune incurável, lúpus. Sua fragilidade é aparente, pois demonstra coragem para defender sua família da polícia, para amar e para revelar ao namorado a verdade sobre as manchas que aparecem em seu corpo.

Na outra posição-sujeito estão a mulher de Pedro, Ivonete (Débora Bloch), Valquíria (Carla Salle) e Joana (Maeve Jinkings). A primeira é uma mulher com valores tradicionais que suporta traições do marido em nome de manter a família unida. A segunda é uma jovem que se envolve com Hermano, demonstra desequilíbrio e dependência emocional e em muitas cenas parece um certo tipo de histeria, com tendência e consumação de suicídio. Já Joana tem uma posição ambígua: se envolve com vários homens, o que a princípio demonstra uma certa liberdade sexual. No entanto, a história mostra que faz isso porque é “refém” de Ramiro que a chantageia pelo fato dela ser culpada por um crime inafiançável - tráfico de aves -, usando-a como “isca” para seduzir os homens que ele quer destruir: Pedro e Samir.

Isso posto, passamos à mobilização do método arqueogenealógico empregado na prática analítica de sequências enunciativas compostas de

frames, extraídos do recorte do penúltimo e último capítulos da supersérie.

PROCEDIMENTOS DA LEITURA ICONOGRÁFICA E(M) DISCURSO

Feito o breve apanhado acerca da materialidade na seção anterior, iniciamos a prática de leitura iconográfica tomando nota dos encaminhamentos de Tasso (2013). Primeiramente, buscamos “*problematizar a unidade do discurso em relação ao espaço comum em que vários objetos se perfilam e continuamente se transformam*” (TASSO, 2013, p. 119, grifos nossos) e identificar o *acontecimento discursivo* que funciona como um elo, explicando como os discursos aparecem e disciplinam os objetos, os enunciados, os conceitos e os temas. Dessa forma, a análise enunciativa, ou ainda, a análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos em que o poder é o fundamento para a constituição de saberes, é o que encontrar o acontecimento que é revigorado no tempo e no espaço (TASSO, 2013, p. 118), uma vez que deve haver condições históricas para que determinado objeto apareça (FOUCAULT, 2008, p. 53).

Num sobrevoo pela materialidade televisiva proposta, é possível depreender que os discursos circulam em um cenário de virilidade guerreira e de virilidade que expressa violência contra a mulher (BARD, 2013, p. 131) e que as relações de poder se desenvolvem “na lei da bala”. Contudo, para a virilidade ser expressa não é necessário que a mulher seja o extremo oposto do homem - feminina, doce e amante nas posições de esposa, mãe ou irmã. Cabe-nos, portanto, interrogar como a virilização da(s) mulhere(s) atua no modo como o sujeito homem vê sua própria masculinidade na supersérie *Onde nascem os fortes* e qual a acontecimentalização permite que um dispositivo emergja e forme redes e relações

estratégicas, reunindo a dispersão dos discursos e das práticas discursivas (SARGENTINI, 2015).

Colocando em primeiro plano a questão da força e da coragem, na supersérie tais atributos não pertencem a um gênero. Contudo, tais aspectos são constitutivos do dispositivo virilidade que age sobre os sujeitos mulheres como a protagonista Maria, cuja caracterização física é andrógina que inclui cabelo curto, nenhum acessório ou maquiagem, roupas amplas, além de condutas fortes - enfrenta a polícia, desafia as leis e vive uma vida errante. Dito de outro modo, este sujeito abdica de qualquer elemento que remeta à feminilidade, a fim de se subjetivar pela força e temeridade.

Em nosso movimento analítico consideramos que esse modo de subjetivação das mulheres tem como acontecimento os saberes e os movimentos feministas que, na tentativa de criar outros modos de subjetivação menos estigmatizados - a feminilidade frágil e inferior -, mobilizam elementos da masculinidade tradicional, promovendo uma volta de 360 graus na escala binária de gênero. Do ponto de vista teórico, a publicação do *Segundo sexo* (1949), da filósofa Simone de Beauvoir é tomada como um acontecimento discursivo, pois anuncia a explosão dos mitos da feminilidade e da virilidade. Do ponto de vista pragmático dos movimentos sociais, Louro (1997) enfatiza que o feminismo está atrelado ao maio 1968, período marcado pela insatisfação das minorias contra os “tradicionalis arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento” (LOURO, 1997, p. 16).

Na descontinuidade histórica, as políticas de feminização foram necessárias para restaurar a ordem viril nos tempos de fascismo e nazismo. “O espelho, então, faz retornar aos homens uma imagem difícil de aceitar - sua - virilidade: mortífera, belicista, criminosa, mutiladora...

Para as feministas, a virilidade [...] expressa a dominação masculina” (BARD, 2013, p. 116-117). No entanto, Simone de Beauvoir não é hostil à virilidade, pois viveu em pé de igualdade com Sartre, um companheiro bastante viril para o modelo masculino dominante. A filósofa retoma os preceitos iluministas, ao defender que a mulher independente redefine o casal humano sob os valores de liberdade, de igualdade e de fraternidade. “Em todo caso, a virilização feminina parece, ela mesma, sem saída. Abdicar da sua feminilidade seria renunciar à sua humanidade” (BARD, 2013, p. 127). Portanto, a reconfiguração do feminino passa por um tipo de virilização para que se perca essa humanidade ou a posição sujeito subalterna e secundária que a mulher ocupa na sociedade.

Ainda sobre Beauvoir, a virilização da mulher se apoia no ponto de vista existencialista; ela “‘não nasce mulher’ (ainda que o corpo sexuado não seja negado), ‘se torna’ mulher (‘corpo submetido aos tabus, leis’ de um sujeito consciente)” (BARD, 2013, p. 126). Esse processo de “se tornar” pode ser aproximado ao conceito foucaultiano de subjetivação, isto é, as “relações consigo” que envolve uma relação de poder sobre si mesmo, exercida através das “práticas de si” (FISHER, 1996). Essas práticas de si permitem que as mulheres possam mobilizar a virilidade para construir um sujeito mulher “outro” e, nessa reconfiguração de gênero, as posições homem e mulher passem a não corresponder mais aquelas que pertencem à binariedade - feminilidade versus virilidade. O último passa a ser dotado de caráter a-gênero que, em referência à gramática da língua portuguesa, por exemplo, pode ser considerado o “neutro” como uma terceira categoria presente em muitas línguas indo-europeias.

No decorrer dos estudos, a problematização do gênero e sua conversão como uma categoria de análise fundamental nos estudos feministas dos anos 1980 contribuiu para novos modos de subjetivação.

Mencionamos a gramática porque, inicialmente, as feministas passaram a utilizar a palavra “gênero” num “sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”, fazendo uma referência à gramática. No desenvolvimento dos estudos das feministas norte-americanas, o conceito “gênero” passou a indicar “‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Trata-se de uma rejeição ao determinismo biológico com o uso do objeto “sexo” ou “diferença sexual”, enfatizando o “aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1995, p. 72) e atribuindo a cada sexo o que lhe é devido “naturalmente”.

A historiadora Joan Scott (1995) também explica como gênero se tornou uma categoria de análise histórica com vistas a decodificar o significado e compreender como as relações sociais são construídas e legitimadas pelo conceito “gênero”, permeadas por relações de saber-poder, portanto.

A teorização do gênero, entretanto, é desenvolvida em minha segunda proposição: o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1995, p. 88).

A formulação dos objetos masculino e feminino estabelecem distribuições na malha de poder que permitem controle ou acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos. Portanto, é sob o regime de olhar generificado que as representações sobre mulheres e homens passam a ser vistas. As concepções de gênero diferem entre as sociedades, momentos históricos e no interior dos diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe). Nossa hipótese é a de que no lugar da igualdade de gênero ocorre o interstício para a reinvenção da mulher e do homem, no qual a virilidade se torna

um elemento “quase” sem gênero, colocando a feminilidade para fora do jogo de relações. Ambos são instados a demonstrarem coragem diante da verdade, mas com uma diferença: o homem se torna o espelho da virilidade que brota nos modos de ser mulher, isto é, o homem reflete a virilidade que reluz da mulher.

Dito isso, o próximo encaminhamento para a análise é “individualizar um conjunto de enunciados relativo a um dispositivo, realizada por meio da definição da regra de aparecimento” (TASSO, 2013, p. 119, grifos nossos). A regra de aparecimento corresponde às condições de (co)existência dos discursos, de manutenção, de modificação e de desaparecimento em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43). Os agrupamentos de enunciados dispersos e delimitados por regularidades se constituem em formações discursivas. Essa sistematização se dá a partir da separação de modos de dizibilidade e visibilidade expressa em frames da materialidade audiovisual, ligados por regularidades, que juntos compõem formações discursivas. Sob tais pressupostos, para demonstrar o movimento interpretativo analisamos na próxima seção três cenas do último e penúltimo capítulos, nos quais selecionamos as sequências enunciativas compostas pelo conjunto: texto imagético (frames) e texto verbal (transcrição das falas dos sujeitos).

O REFLEXO DA VIRILIDADE

Para individualização do conjunto de enunciados em Onde nascem os fortes, dividimos as sequências enunciativas (SE) em três formações discursivas que correspondem ao modo pelo qual os homens são subjetivados pelas condutas viris das mulheres: i) pela bravura e pela coragem; ii) pela capacidade de aconselhar e de liderar; iii) pelo senso de justiça.

A primeira formação de enunciados corresponde à admiração de um homem pela bravura e pela coragem de uma mulher referente à cena 09, exibida no penúltimo capítulo. Ramirinho está desnortado, bebendo cachaça, treinando tiro com a espingarda que pegou do pai. Valdir aparece e conta que o pai de Ramirinho foi acusado de assassinar presos no Raso do Breu junto do seu capanga Damião, o delegado Plínio e o policial Adenilson. Logo que menciona o local do crime e a autora da denúncia, Cássia, entra uma trilha instrumental triste. Valdir reconhece em Cássia a bravura de quem luta sem usar meios de violência como arma de fogo. É destemida e não precisa de ninguém para enfrentar a cidade:

[SE1] VALDIR: Mulher destemida, viu? Chegou aqui sozinha, sem conhecer ninguém, sem arma...

Ramirinho, que estava enquadrado num plano conjunto, se aproxima da câmera e fica em primeiro plano (Figura 1). Seu semblante demonstra todo medo que carregou do pai e da cidade devido sua identidade homossexual. Também demonstra sua admiração ao confessar que Cássia, uma mulher, o ensinou a ter coragem pelo exemplo, enfrentando seu pai.

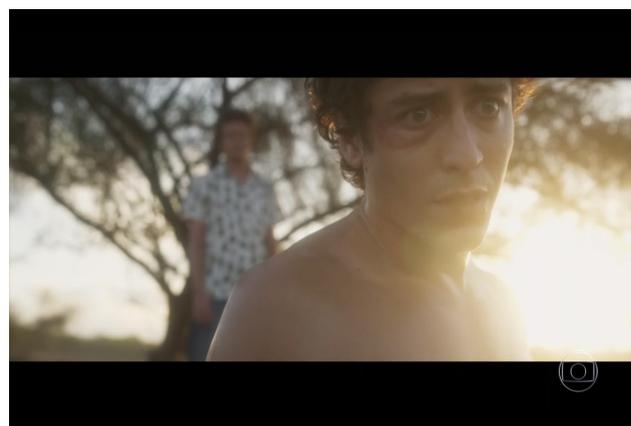


Figura 1 - Ramirinho descobre que o pai foi denunciado e toma decisão

Fonte: Globo Play. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6871422/programa/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

A SE 2 contrasta a atitude de Ramirinho com a de Cássia. O primeiro sempre se escondendo, chorando de medo, relacionando-o ao modo de subjetivação do feminino. Já Cássia funciona no interior do arquivo do masculino/virilidade, pois enfrenta o autoritarismo do poder patriarcal no seu maior nível de intransigência, a soberania, traduzido vulgarmente por: “manda quem podem pode, obedece quem tem juízo”. É também um poder disciplinar porque segrega os normais dos anormais, o que justifica o pânico de Ramirinho ser descoberto.

[SE2] RAMIRINHO: [...] enfrentou meu pai... enfrentou meu pai como ninguém fez antes... Eu vivi morrendo de medo de meu pai, dessa cidade toda. Aí chegou essa mulher e me ensinou a ter coragem. Tome, segure. Espero não precisar mais disso...

Esta técnica de si, a confissão, revela como Ramirinho se sente compelido a mudar, a ter mais coragem, pois termina a cena dizendo que irá resolver um assunto que deveria ter resolvido há muito tempo. Deixa a prática violenta de tira para

outra prática - contará a Cássia o que aconteceu com Nonato.

No segundo recorte, identificamos a formação de enunciados que passa pelo discurso religioso - a capacidade da mulher em aconselhar e de liderar fiéis. Assim como a cena anterior, este frame (Figura 2) mostra uma mudança no regime de olhar do homem. No início da construção do Lajedo dos Anjos, Samir fez voto de castidade. Seu medo era que a paixão o desestabilizasse, o deixasse mais “fraco”. Essa visão do feminino retoma uma memória do cangaço que proibia a presença de mulheres por considerar que ao lado de sua complacência, bondade e ternura, o homem seria enfraquecido e facilmente vencido. Assim, a primeira descontinuidade com este discurso ocorre quando Samir se apaixona por Joana e afirma que seu amor por ela o torna mais forte. No entanto, sua “premonição” e os alertas de Aldina quanto ao caráter duvidoso de Joana se confirmam. Quando Joana o deixa, ele fica desnorteadado. Para completar a desgraça, as chagas que dão a ele o caráter de “escolhido” desaparecem misteriosamente.

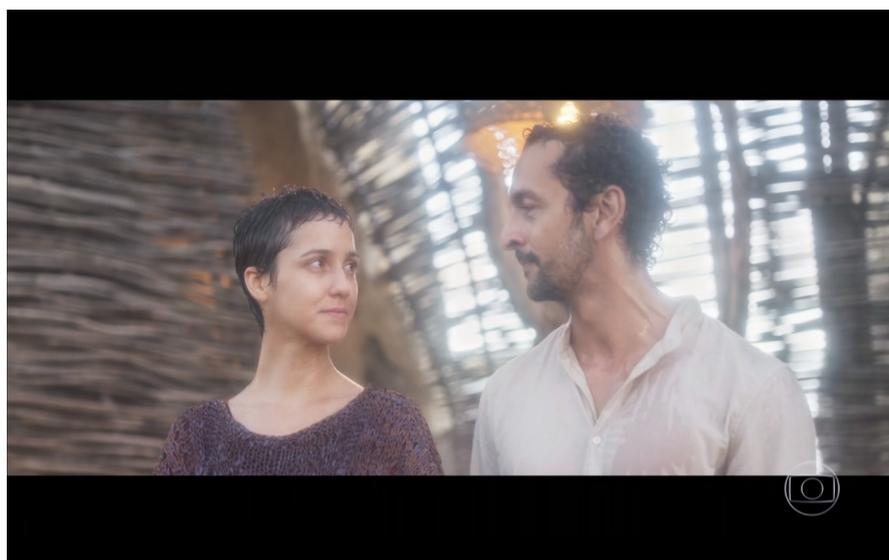


Figura 2 - Samir celebra o recomeço do lajedo ao lado de Aldina

Fonte: Globo Play. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6876167/programa/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Na cena 08 exibida no último capítulo (Figura 2), Samir está de volta ao lajedo, reunido com os fiéis, entoando um hino e hasteando a bandeira do templo. Samir, então, é focalizado ao lado de Aldina,

em plano com ângulo contra plongé, enquadrando o céu que derrama chuva. Entra a trilha Canto de um povo de um lugar, de Caetano Veloso, que ambienta o clima de comemoração devido à chegada da chuva, considerado um milagre para um lugar de tanta seca quanto o sertão. A cena corta para um plano conjunto de Aldina e Samir, em que a primeira faz um discurso emocionado, ocupando um lugar de igualdade perante Samir. Este, por sua vez, confessa ter peregrinado em busca de respostas para o que havia lhe ocorrido. Demonstra gratidão à companheira religiosa por tê-lo aconselhado de que “as coisas no campo do sagrado” “tem um outro tempo de compreensão”. Foi esse conselho que acalmou o seu coração e o fez “compreender o papel da mulher na liderança”. Nesse recorte, a água da chuva simboliza o recomeço, que lava e reidrata a terra, a faz florescer. Um novo tempo, compartilhando a direção do templo com Aldina, em pé de igualdade.

[SE3] SAMIR: Quando as chagas... elas desapareceram, eu questioneei, eu me questioneei. Ganhei o mundo em busca de uma resposta. Mas Aldina me ensinou que as coisas no campo do sagrado, do divino, têm um outro tempo de compreensão. Hoje eu agradeço por um dia ter portado essas chagas. Agradeço por compreender

o papel da mulher na liderança, celebro o nosso recomeço. Toda sorte de paz para nós. **ALDINA:** Toda sorte de paz.

A partir das observações feitas sobre a cena acima, consideramos que o sujeito se relaciona com outro regime de verdade, após ter percebido a capacidade de discernimento de Aldina, que viu as situações pelas quais ele passou com mais clareza e perspicácia. É pela técnica da confissão que o sujeito revela essa mudança de conduta. E mais, a cena termina fazendo uma espécie de expiação à desconfiança que Samir demonstrou no início da supersérie, ao referenciar as mulheres retomando à memória de Eva, aquela que fez Adão pecar. Aldina e Samir dão um abraço fraterno. Corta para outro ângulo, já com Samir portando as chagas divinas, sangrando e afirmando que Aldina é o seu anjo. “Meu anjo em carne...”

A terceira formação de enunciados corresponde ao reconhecimento do homem pela mulher em lutar pela justiça. Hermano e Maria estão passeando em Recife, em clima de romance, na orla da praia, conversando sobre o passado, presente e futuro. Maria está apreensiva porque ainda será julgada por suas ações durante a busca por descobrir o que havia acontecido com Nonato.

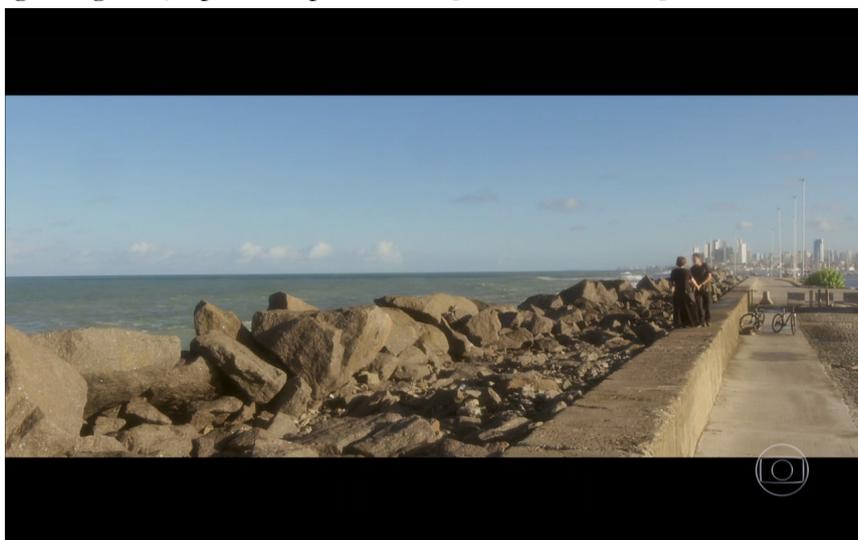


Figura 3 - Hermano afirma que Cassia e Maria mudaram Sertão

Fonte: Globo Play. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6876179/programa/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Quando Maria demonstra sua preocupação com a possibilidade de ser presa, Hermano a consola reconhecendo bravura nela e em Cassia, cada uma à sua maneira. No caso da filha, que feriu Joana por acidente, matou o segurança de Pedro que tentou violentá-la, sequestrou Hermano para fazer Pedro sentir a dor de perder um filho e confessar o suposto crime, todas essas atitudes são justificadas pela busca da verdade. Sob o regime de olhar de Hermano, a cidade mudou pelo senso de justiça das duas mulheres, fazendo com que os criminosos - o próprio judiciário e polícia - pagassem por seus delitos. Hermano *confessa* sua admiração pelo feito dessas duas “heroínas”.

[SE4] **HERMANO:** Maria, tudo que tu fez foi pra se defender, pra descobrir o que aconteceu com seu irmão. A verdade é que Sertão mudou depois que tu e tua mãe passaram por ele.

MARIA: Eu nem queria isso. Pensei que eu só fui para lá para fazer minhas trilhas.

HERMANO: Mudou muito. Mudou com esse teu senso de justiça. Ele é ó...

Embora este último recorte não se relacione exatamente a uma confissão de si, de prática de si, é uma regularidade da prática discursiva das outras duas sequências enunciativas. Esses recortes nos permite passar para o terceiro passo da prática analítica que é identificar a “*lei de exclusão ou de implicação recíproca do objeto* nesse conjunto enunciativo” (TASSO, 2013, p. 119, grifos nossos), possibilitando que as formações se organizem no arquivo, “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 148). Neste movimento analítico, o arquivo que separa o que se pode do que não se pode mais dizer, nos aponta para as curvas de visibilidade e de enunciabilidade do dispositivo da virilidade. A prática discursiva aponta para o modo como os homens se referem às mulheres para falar de si, do quanto aprenderam com elas. Hermano,

especificamente, estende essa aprendizagem para toda a cidade. Maria e Cassia são exemplos de força e de coragem para os homens e para as mulheres.

Por meio das técnicas de si é possível ver expresso nos homens uma vontade de verdade das mulheres em construir para si outros modos de subjetivação, alimentados pelo regime de verdade da igualdade de gênero que é, por sua vez, objeto dos saberes feministas. Busca-se uma (sub)versão de papéis de gêneros que reconhece a mulher como um sujeito de coragem e de justiça. Esses modos de representação da mulher fogem das subjetividades do patriarcado que reservou à mulher os papéis de dona de casa, mãe, mulher frágil e submissa ao marido, propondo novos mecanismos de representação que visam atender à urgência histórica de ressignificação da mulher. A virilização das protagonistas é uma das estratégias usadas para esta (sub)versão, seguindo a lógica inversa dos sistemas ditatoriais com a “política da virilização” como estratégia para instaurar uma ordem, mais justa, mais verdadeira e mais ética para as mulheres.

Finalizamos esta análise destacando o caráter pedagógico da produção televisiva nesse processo de subjetivação dos homens pelo discurso feminista. Trata-se de um elo do dispositivo que tenta criar um outro arquivo não misógino sobre as mulheres, reiteradamente referenciadas como “incapazes para o conhecimento e o poder”, como “traidoras” (os mitos de Pandora e de Eva no Gênesis são bons exemplo), “como loucas, como más (daí também a mística da mulher ou da moça boazinha)”, como “animais domesticados para a força de trabalho e para o alimento sexual” (TIBURI, 2018, p. 48-49). O saber feminista se conecta com o dispositivo virilidade para agenciar as práticas de desativação dos velhos lugares da mulher, pois o *Um* (masculino) não mais decide a posição de *Outra* (feminino) (BARD, 2013). As condições de democracia e de governamentalidade global

possibilitam que a mulher mostre sua potência em recriar-se e convida o homem a reconhecê-la nesse processo e a espelhá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui empreendida faz parte de um recorte de uma tese de doutoramento, Para tanto, estabelecemos como problematização, específica ao trajeto percorrido, interrogar o modo como a virilização da(s) mulhere(s) atua na forma como o sujeito homem vê sua própria masculinidade na supersérie em questão e, qual a acontecimentalização que permite que um dispositivo emergja e forme redes e relações estratégicas, reunindo a dispersão dos discursos e das práticas discursivas. Essa prática faz parte do pontapé inicial para um trajeto de análise de acordo com as diretrizes foucaultianas que pressupõe que primeiro se problematize a unidade de discurso. É a problematização que nos guiará para a identificação do acontecimento que consubstancia o recorte em questão.

Tais diretrizes permitiram que identificássemos a acontecimentalização que faz vigorar a prática discursiva em questão. Por um lado, no aspecto pragmático destacamos os movimentos feministas e a explosão de maio de 1968 como fontes de incêndio para os velhos modos de subjetivação do patriarcado e do binarismo - homem e mulher - enquanto objetos universalizantes. Por outro, elencamos o livro *Segundo Sexo*, de meados do século passado, que caracterizou a subjetivação da mulher como constitutiva de práticas ao longo da vida, ou seja, um processo de generificação. Mais recente aos saberes feministas, nos anos 1980, essa questão da subjetivação é reforçada pelo conceito “gênero” que desbanca a essencialidade biológica do sexo e coloca os objetos homem e mulher como práticas constituídas na/pela história.

Tais ponderações nos permitiram fazer os recortes que demonstraram um outro regime de olhar que o sujeito homem de *Onde nascem os fortes* lança sobre o sujeito mulher e como nós, enquanto telespectadores, podemos apreendê-lo a partir da técnica da confissão. Em outras palavras, as sequências enunciativas analisadas permitiram identificar o quão capilar o conceito foucaultiano confissão é à medida que essa prática faz dizer e faz ver o funcionamento do dispositivo virilidade: ela age sobre os dois gêneros - na posição mulher age orientando as condutas, tornando-as destemidas, líderes e justas; na posição homem, orienta suas condutas também para o aspecto viril, mas desta vez, por meio dos modos de subjetivação das mulheres.

Desse modo a virilidade impera como modo de ser, independente do gênero, instaurando uma primazia sobre modos de ser mulher tradicional: a religiosa, mãe e esposa devotada; a mulher descompensada e histérica, dependente de um príncipe para salvá-la do precipício; e a mulher sensual, objetificada pelo olhar masculino e vítima de chantagem. A mulher contemporânea que rompe com as velhas identidades de gênero e instaura novos modos de subjetivação num ambiente hostilizado é aquela mulher viril e que instiga o homem a reconquistar a virilidade da qual ele tem se despedido lentamente.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BARD, Christine. A virilidade no espelho das mulheres. In: COURTINE, Jean-Jaques (Org.). História da virilidade. Tradução Noéli Correia de Mello Sobrinho, Tiago de Abreu e Lima Florêncio

v. 3 A virilidade em crise?: o século XX e XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 116-153.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: _____. Michel Foucault, Filósofo. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. Disponível em: <<http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>>. Acesso em 12 out. 2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade. Tese (doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS / FAGED, 1996. _____. Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Estudos Foucaultianos, 9).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org., intro. e rev. téc. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. _____. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção tópicos)

_____. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Coleção Campo Teórico)

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 95-110.

KANT, Immanuel, Resposta à pergunta: o que é o iluminismo. In: _____. A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70, 1990. Disponível em: <<http://www.uel.br/cch/his/arqdoc/kantPDEHIS.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUZA, Kátia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da. (Orgs.). Dispositivos de poder/

saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Entremeios; Goiânia: UFG, 2015, p. 17-27.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

TASSO, Ismara. Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real. Revista Científica Ciência em Curso - R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2013.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

ANEXO

ANEXO A - ONDE NASCEM OS FORTES: PENÚLTIMO CAPÍTULO - 13 DE JULHO DE 2018 (37 MIN.)

Cena 09 - Ramirinho descobre que o pai foi denunciado e toma decisão

Descrição: Ramirinho está desnortado, bebendo cachaça, treinando tiro com a espingarda que pegou do pai quando Valdir aparece conta que Cássia denunciou Ramiro.

VALDIR: Não acertou nenhuma, né?

RAMIRINHO: Sou ruim de mira. Nunca consegui matar ninguém. Só meu pai, que eu quase rendi meu pai.

VALDIR: Que isso Ramirinho! Tá doido é? Quer passar o resto da vida na cadeia?

RAMIRINHO: Talvez... vai lá me visitar.

VALDIR: Brinque com isso não... Soube que Plínio foi preso. Delegado mandou prender o seu pai também, mas a justiça ainda tá analisando.

RAMIRINHO: Meu pai foi acusado de quê?

VALDIR: Parece que ele, Plínio, Adenilson e Damião mandaram matar os presos lá no raso do breu. Foi dona Cássia que denunciou. Tá cheio de polícia lá no hotel. Mulher destemida, viu? Chegou

aqui sozinha, sem conhecer ninguém, sem arma [...].

RAMIRINHO: [...] enfrentou meu pai.. enfrentou meu pai como ninguém fez antes... Eu vivi morrendo de medo de meu pai, dessa cidade toda. Aí chegou essa mulher e me ensinou a ter coragem. Tome, segure. Espero não precisar mais disso...

VALDIR: Pra onde tu vai Ramirinho?

RAMIRINHO: Vou resolver um assunto que eu devia ter resolvido há muito tempo.

ANEXO B - ONDE NASCEM OS FORTES: CAPÍTULO FINAL - 16 DE JULHO DE 2018 (37 MIN.)

Cena 08 - Samir celebra o recomeço do Lajedo dos Anjos

Descrição: Os fiéis estão reunidos, comemorando a chegada da chuva e hasteando a bandeira. Aldina e Samir são focalizados em plano contra plongé, enquadrado o céu que derramando chuva em Lajedo dos Anjos. Os fiéis também aparecem comemorando.

ENTRA TRILHA - Canto De Um Povo De Um Lugar, de Caetano Veloso.

ALDINA: A gente sabe o que sabe o que já passou aqui, não sabe? Todas as provações e a nossa resistência, nossa perseverança. Se a gente tá aqui hoje, junto, isso é um milagre. A chuva é um milagre. E a força que brota de um povo unido é um milagre. Cada um de vocês é um milagre.

Aldina e Samir são mostrados em plano conjunto, ângulo reto, sorrindo.

SAMIR: Quando as chagas... elas desapareceram, eu questioneei, eu me questioneei. Ganhei o mundo em busca de uma resposta. Mas Aldina me ensinou que as coisas no campo do sagrado, do divino, tem um outro tempo de compreensão. Hoje eu agradeço por um dia ter portado essas chagas. Agradeço por compreender o papel da mulher na liderança, celebro o nosso recomeço. Toda sorte de paz para nós.

ALDINA: Toda sorte de paz.

SAMIR: Toda sorte de paz para nós.

Ambos dão um abraço fraterno. Corta para outro ângulo, já com Samir sendo abraçado e portando as chagas divinas, sangrando.

SAMIR: Tu é meu anjo. Meu anjo em carne...

Cena 11 - Hermano afirma que Maria e Cássia mudaram Sertão

Descrição: Hermano e Maria estão passeando em Recife, na orla da praia, conversando sobre o passado, presente e futuro.

MARIA: Sabe que minha vida vai mudar muito daqui pra frente, né? Não vai ser fácil...

HERMANO: E a minha não vai não, né?

(OS DOIS RIEM).

MARIA: Quem mandou tu se meter comigo...?

HERMANO: É..., já era para mim, não tem mais volta não...

MARIA: Tem mais volta não...

(O CASAL SE BEIJA).

MARIA: Pensar que vou ser julgada, condenada, presa...

HERMANO: Eu e painho vamos testemunhar a seu favor.

MARIA: Tu acha que adianta?

(TRILHA ALEGRE)

HERMANO: Maria, tudo que tu fez foi pra se defender, pra descobrir o que aconteceu com seu irmão. A verdade é que Sertão mudou depois que tu e tua mãe passaram por ele.

MARIA: Eu nem queria isso. Pensei que eu só fui para lá para fazer minhas trilhas.

HERMANO: Mudou muito. Mudou com esse teu senso de justiça. Ele é ó...

MARIA: É o quê? Caia não

(O CASAL SE BEIJA).

HERMANO: Eita... Eu sou sertanejo. Não é todo dia que eu vejo esse tanto de mar. Mar de

um lado. Rio de outro. Isso é maior do que grande.
Imenso.

*SOBE A TRILHA - Coqueiros, de Geraldo
Azevedo*

HERMANO: Silêncio...

MARIA: Que nem seu sertão. A gente sabe
onde começa, mas não sabe onde acaba.

Submissão: 31 de outubro de 2019.

Aceite: 06 de novembro de 2019.

MEMÓRIA DAS FLORES: MEMÓRIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA “PRIMAVERA BRASILEIRA”

Liana Cristina Giachini¹

Alana Capitânio²

RESUMO: Este estudo tem como objetivo compreender os conceitos de memória discursiva e interdiscurso, com base na perspectiva da Análise de Discurso de orientação pecheutiana, desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi. Para mobilizar as noções em questão, optamos pela análise de imagens relacionadas ao movimento social denominado pela mídia como Primavera Brasileira, nas quais buscamos entender o funcionamento da memória discursiva e do interdiscurso na produção de sentidos. A análise realizada possibilitou a identificação da memória como constitutiva do discurso, uma vez que por meio dela são mobilizados dizeres outros que constituem o já-dito, num processo de atualização e reformulação constante, que não se limita à repetição.

Palavras-chave: Memória. Interdiscurso. Primavera Brasileira. Filiações de sentidos.

THE FLOWERS' MEMORY: THE MEANINGS PRODUCTION IN “BRAZILIAN SPRING”

ABSTRACT: This study aims to understand the concepts of discursive memory and interdiscourse, based on the Pêcheux perspective of Discourse Analysis, developed in Brazil by Eni Orlandi. To mobilize the concepts in question, we chose to analyze images related to the social movement called as Brazilian Spring, in which we seek to understand how discursive memory works and interdiscourse production of meanings. The analysis allowed the identification of memory as constitutive for the discourse, since through, it other discourses are mobilized, in a process of constant updating and reformulation, which is not limited to repetition.

Keywords: memory; interdiscourse; Brazilian spring; affiliations of senses.

1 Doutora em Letras pela UFSM, Coordenadora Pedagógica do Colégio Marista São Francisco, professora do Departamento de Engenharia Química da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: ianacristinagiachini@gmail.com

2 Mestre em Estudos Linguísticos pela UFSM. Professora efetiva na Educação Básica da rede pública de ensino de Santa Catarina e do Município de Xaxim – SC. E-mail: alana@unochapeco.edu.br

Ouve, vou apagar da lousa de minha memória
Todas as anotações frívolas ou pretensiosas,
Todas as ideias dos livros, todas as imagens,
Todas as impressões passadas
Copiadas pela minha juventude ou observação.
No livro e no capítulo do meu cérebro
Viverá apenas o teu mandamento,
Sem mistura com qualquer matéria vil.
Shakespeare, in Hamlet

Se, para Hamlet, a memória pode ser controlada, apagada ou instada conforme seus devaneios amorosos, há muitos outros sentidos produzidos acerca desse conceito. Sob o olhar atento de um analista do discurso, essa noção tem sido frequentemente visitada e (re)significada. Para nós, ela está na base de sustentação de todo o trabalho de interpretação. A memória, e mais especificamente a memória discursiva, toma-nos não só nos devaneios amorosos, mas também em nosso dia a dia, refletindo sobre a interpretação, sobre os sentidos que sempre podem ser outros, que quase nunca estão onde pensamos que estejam. Nosso gesto interpretativo, como cientistas nos estudos da linguagem, interpela-nos pela memória na produção e nos efeitos sentidos naquilo que temos de mais precioso como objeto de conhecimento: a língua na sua relação com a história e o sujeito.

Neste artigo, buscamos produzir nosso gesto de interpretação com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso - desenvolvida nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi - que entende discurso como “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, [1969]³ 2010a, p. 81), produzido a partir de determinadas condições de produção, as quais compreendem os sujeitos e a situação, bem como a memória, constituída/estruturante no/do discurso.

3 A data entre colchetes refere-se à primeira edição da obra na língua original, a outra data é a da edição consultada.

Nesse intuito, mobilizamos as noções de memória discursiva e interdiscurso, por meio da análise de um *corpus* composto de recortes da mídia nas redes sociais, num arquivo constituído por charges e fotografias relacionadas aos movimentos sociais ocorridos no mês de junho de 2013, no Brasil. Queremos compreender os efeitos de sentido que irrompem a partir das condições de produção em que ocorrem tais manifestações, pois consideramos que, embora os movimentos tenham acontecido no inverno brasileiro, sentidos que se constituem nessas condições nos remetem à memória, aos já-ditos, esquecidos, que se atualizam, movimentam-se no dizer que constitui o que se nomeou “Primavera Brasileira”.

RELAÇÕES DE SENTIDOS: DISCURSO, MEMÓRIA DISCURSIVA E INTERDISCURSO

Para compreendermos os sentidos que se constituem na nomeação “Primavera Brasileira”⁴, é importante, primeiramente, refletir sobre o conceito de memória discursiva. Ressaltamos que, quando pensamos em memória, não estamos nos referindo à memória cognitiva – memória que se refere aos traços corticais, cicatriciais, comportamentais – mas em relação “a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de tecidos de índices legíveis, constituindo um *corpus* sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, 2012, p. 142).

Compreendemos, nas palavras de Pêcheux ([1983] 2010b), a memória como estruturação da materialidade discursiva que funciona numa dialética da repetição e da regularização. A memória “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [pré-construídos]” de que sua leitura

4 Na nomeação Primavera Brasileira ecoam sentidos relacionados aos movimentos historicamente conhecidos como Primavera de Praga e Primavera Árabe, que serão explorados na sequência do texto.

necessita. Isso porque os “*implícitos*”, conforme Scherer e Taschetto residem na memória discursiva, constituindo-se “ausentes por sua presença, disponíveis em um registro oculto, encontráveis na ‘regularização’ sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de *paráfrase*” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 121).

A regularização, para nós, é o que se reconhece como repetido, sendo esse reconhecimento da ordem do formal e instado por um jogo de força, fundador de uma significação. Por isso, Pêcheux ([1983] 2010b) formula que a memória não pode ser considerada homogênea, delimitada, mas constituída por divisões, deslocamentos, conflitos de regularização, de retomadas e de esquecimentos. Não há a reprodução de enunciados, mas a constituição destes por meio da *paráfrase*, considerada como algo do dizer que permanece. Para Scherer e Taschetto (2005), “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação”, de modo que a enunciação deve ser considerada como “operações que regulam a retomada e a circulação do discurso” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 122). Compreendemos, assim, que a memória só é possível pelo discurso.

Segundo Achard et al. (2010), o implícito trabalha sobre um imaginário que o representa como memorizado, o discurso, que por sua vez, o reconstrói no vazio, desde que respeite as formas que permitem sua inserção na *paráfrase*. Assim, ainda que esteja instada no discurso, a memória não é evidente no intradiscurso, ou seja, na formulação, naquilo que estamos enunciando em um momento dado, em determinadas condições.

Outra questão importante, conforme Orlandi (2005, p. 31), é considerar que a memória, por fazer parte do discurso, relaciona-se às condições de produção, isto é, os sujeitos e as condições de produção em que o discurso é produzido. Por isso, em relação ao discurso, a memória “é tratada como interdiscurso” – é a memória discursiva –

“o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído” (ORLANDI, 2005, p. 31). Memória que é historicidade, movimento, (re)abertura de sentidos.

Para Ferreira (2012), há distinção entre memória e interdiscurso. Concordamos com a autora, que considera, esse último, como a “instância da dispersão e da contradição dos sentidos” (FERREIRA, 2012, p. 141), os pré-construídos e o discurso transversal, enquanto a memória constituiria o já-dito, o dizível. Apesar de analisá-los como distintos, a pesquisadora reafirma a interrelação entre memória e interdiscurso. “Se a memória discursiva recorta os sentidos e os atualiza no acontecimento da linguagem, ela o faz determinada pelo interdiscurso, o lugar de todos os dizeres” (FERREIRA, 2012, p. 145).

Para compreendermos melhor essa relação, podemos trazer Pêcheux ([1975] 2009), quando afirma que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 149, grifos do autor). Assim, o interdiscurso constitui-se como o “todo complexo com dominante” das formações discursivas, entendidas como regionalizações do interdiscurso, constituído pelos já-ditos.

Em nossa compreensão, a memória discursiva se constitui como uma faísca do interdiscurso, uma pequena amostra dos múltiplos dizeres que o povoam, num movimento de sentidos que acontece de forma inconsciente. Ao se inscrever em uma formação discursiva, o sujeito o faz por retomar uma memória discursiva – enunciações cristalizadas que fazem com que as novas formulações sejam determinadas pelo conjunto de formulações anteriores e que já foram ditas e esquecidas.

Nessa perspectiva, pensamos o esquecimento como outro ponto essencial, pois a memória está

ligada a esse mecanismo. Isso porque, de acordo com Ferreira (2012), no momento em que a memória é mobilizada, há sentidos esquecidos, e são esquecidos para que outros possam irromper. Portanto, os sentidos são frequentemente atualizados nos dizeres, transpassados pela heterogeneidade, pela multiplicidade de olhares e de dizeres outros que atravessam o discurso. Ao tratarmos do esquecimento, fazemo-lo levando em conta as ideias trazidas por Michel Pêcheux ([1975] 2009), que aponta o esquecimento número um – pelo qual o sujeito tem a ilusão de ser origem de seu dizer – e o esquecimento número dois – a ilusão de que tem controle sobre o sentido do seu dizer.

Nessa perspectiva, como afirma Orlandi (2010), a memória é feita de esquecimentos, de sentidos não ditos, de silêncios. Além de ser constituída de esquecimento, corroboramos as ideias de Scherer e Taschetto (2005), quando afirmam que a memória se constitui por tudo o que pode deixar marcas dos tempos disjuntados que vivemos, que nos permitem fazer surgir e reunir temporalidades passadas, presentes e que poderão vir à baila, a qualquer momento. Ou, como nos diz Ferreira (2012), ao se referir à memória como um caleidoscópio, que permite novas observações a cada movimento e de cada lugar em que os gestos de leitura são produzidos.

A MEMÓRIA DISCURSIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS – O (RE) SIGNIFICAR

Para refletirmos sobre o nosso gesto de interpretação, organizamos um *corpus* com imagens que foram postas em circulação na internet, no período de junho de 2013, no Brasil. Concebemos a imagem como “parte do funcionamento da memória discursiva (e acentuo discursiva) na relação com o acontecimento” (ORLANDI, 2012a, p. 60),

para nós, ela é mais uma materialidade significante, pois contém o próprio de seu funcionamento e por outro lado, não é transparente. Em relação a isso, Pêcheux nos traz uma pertinente reflexão:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX, [1983] 2010b, p. 55).

Em leitura análoga, cremos que analisar discursivamente a imagem é compreender as filiações de sentidos, por sua vez o funcionamento da memória (do discurso). A imagem, como materialidade, permite-nos “observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente” (ORLANDI, 2012a, p. 72). Assim, a imagem é discurso, que (re)clama por um gesto de interpretação, pois

a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (ORLANDI, 2012b, p. 9).

Nessa perspectiva, ao lançarmos nosso olhar sobre a imagem, é-nos importante observar o que é da ordem do visível e o que não é imediatamente perceptível. Conforme Vargas, Medeiros e Beck (2011), na imagem, podemos analisar o que é da ordem do visível e do invisível, sendo que o primeiro se formula por meio de uma rede parafrástica, isto é, uma rede em torno do repetível, do mesmo, do estabilizado. Quanto ao que é da ordem do invisível, remete a um todo complexo extralinguístico, que se encontra entretecido pela possibilidade polissêmica que “pode fazer emergir a diferença no interior das regularidades, via uma **rede interdiscursiva**, que

comportaria todo o conjunto possível de imagens, aquelas esquecidas, apagadas, negadas” (VARGAS; MEDEIROS; BECK, 2011, p. 46, *grifo dos autores*).

Nesse jogo discursivo entre o visível e o invisível, a memória discursiva se manifesta num constante ato de repetir, (re)significar e produzir novos efeitos de sentido, por se associar ao historicamente posto. Exemplos desse “(re) produzir” podem ser encontrados nas imagens que buscamos analisar, produzidas sobre as manifestações contra a corrupção ocorridas no Brasil, no mês de junho de 2013.

Para explorar essa relação, selecionamos algumas imagens veiculadas pela mídia nas redes sociais, que se tornam palco e arena de luta, novas formas de significar os movimentos sociais. Sustentamos essa afirmação no dizer de Dias (2016), para quem

[...] a digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições, como as corporações do tipo Google ou Microsoft, garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho (DIAS, 2016, p. 10-11).

Nesse sentido, do discurso digital, recortamos as imagens formadoras de nosso *corpus* de análise, nas quais podemos compreender o funcionamento da memória, quando, num contexto democrático, os sujeitos tomam a representação das flores para vencer as armas, metáfora bastante utilizada pelos manifestantes, no mundo ocidental, e muito empregada pelos brasileiros na luta contra a ditadura, na década de 1960, especialmente no ano de 1968, marcado pelo lançamento da canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, considerada um hino dos grupos de resistência.



Imagem 1. Manifestante empunhando uma rosa branca durante os movimentos sociais de 2013 no Brasil

Fonte: <http://forum.antinovordemmundial.com/Topico-protestos-no-brasil-o-pau-est%C3%A1-comendo?page=12> . Acesso em: 15 jul. 2013.

Ao serem veiculadas na mídia, tais imagens produzem efeitos de sentido retomando outros dizeres, outras lembranças, mobilizando a paz simbolizada pela flor (conforme imagem 1), trazendo à tona o discurso contra a repressão armada no contexto ditatorial. Essas idas e vindas da memória/ interdiscurso são necessárias à produção do sentido no tempo presente, (re) significando os dizeres, que se dão no nível do inconsciente, na ordem do invisível (VARGAS; MEDEIROS, BECK, 2011), que se manifesta pela memória discursiva, em um constante ir e vir na relação da língua, com a ideologia e a história.

Entendemos, junto com Orlandi (2012c, 2007), que a língua - a qual possibilita a falha, o equívoco, o movimento - é o lugar no qual o sujeito significa e se significa sendo causa, muitas vezes, de nossas rupturas e resistências. Isso porque, ao se inscrever na língua, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, processo simbólico que resulta na forma-sujeito histórica e no mundo do capital da arma e da economia das armas. Armas contra o sujeito e contra a história, arma que sustenta também a forma sujeito histórica capitalista.

Na forma sujeito capitalista, continua a autora, não há separação entre exterioridade e interioridade, resultando em um sujeito que constrói a ilusão de ser origem de seu dizer e que aquilo que faz ou enuncia somente pode ser feito e dito daquela maneira. O sujeito se toma como livre e responsável, respondendo enquanto sujeito jurídico para o Estado e para os homens, de modo que o Estado o individualiza na sua forma-sujeito histórica.

Levando em consideração essa noção de sujeito, compreendemos que, na imagem 1, materializam-se atravessamentos de sentidos produzidos por um sujeito clivado, que se constitui na porosidade das formações discursivas, lugar no qual permeia a sua identificação. O sentido, para nós, inscreve-se pelo discurso religioso, ao se postar na figura do mártir frente ao algoz, retomando uma posição enquanto gesto - aquela da *via crúcis* (3ª, 7ª e 9ª estações), em que Cristo cai e se ajoelha diante dos agressores que o sentenciam à morte em prol de seu povo-, mas também se insere no discurso da democracia, ao lutar pelos direitos que lhe são garantidos pela constituição. Dessa forma, entendemos que o sujeito da Primavera Brasileira se constitui na contradição entre o sujeito jurídico, dotado de responsabilidades e direitos - que agora lhe são negados e pelos quais ele luta, resiste ao Estado - e o sujeito religioso - que se oferece em sacrifício frente aos Aparelhos Repressores de Estado (ALTHUSSER, 1970).

Tais observações corroboram a ideia de que uma palavra ou imagem não constitui os sentidos em relação única com um contexto imediato, mas por meio de deslocamentos e retomadas de outras condições e dizeres, pela faísca da memória discursiva. Por isso, afirmamos que o discurso se constitui na relação com outros discursos e que ele

não possui um começo e um fim determinado, mas está sempre em relação *a*.

Podemos considerar, nesse sentido, que há uma movimentação entre formações discursivas distintas – cujas fronteiras são efêmeras – que mobiliza dizeres outros no intradiscorso e os retoma, produzindo novas significações. Isso se deve ao fato de que “é a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras, expressões etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (ORLANDI, 1998, p. 108).

AS PRIMAVERAS DO ASFALTO

Para que possamos observar as relações do interdiscurso com o intradiscorso, tomamos como materialidade linguística o nome atribuído ao movimento popular: “Primavera Brasileira”. Essa nomeação nos permite observar a historicidade da língua, a presença dos já-ditos. Isso porque, para que o nome produza novos sentidos, é necessário que outros sejam retomados. As imagens 2, 3 e 4 ilustram esse movimento da memória discursiva e do interdito em relação aos movimentos sociais (Primavera Árabe, Primavera de Praga e, por fim, Primavera Brasileira).



Imagem 2. Primavera árabe

Fonte: <http://nefsfilosofia.blogspot.com.br/2013/01/a-primavera-arabe-e-suas-contradicoes.html>
Acesso em: 05 jul. 2013.



Imagem 3. Primavera de praga

Fonte: <http://gibaitu.blogspot.com.br/2011/06/um-menino-qualquer.html> .

Acesso em: 05 jul. 2013.



Imagem 4. Primavera brasileira

Fonte: <http://www.avidabloga.com/search/label/Primavera%20Brasileira> .

Acesso em: 30 jun. 2013.

Para compreendermos como se dá esse processo de designação e de que forma a memória ressoa através do tempo, buscamos analisar como esses sentidos se construíram historicamente, uma vez que a história é constitutiva dos sentidos. Nesse caso, tomamos o conceito de historicidade como basilar em nossos estudos, uma vez que ele consiste na “relação constitutiva entre língua e história, a partir da qual se considera como os sentidos são produzidos” (LUZ, 2010, p. 26).

A Primavera de Praga é uma nomeação atribuída ao período de liberalização política da antiga Tchecoslováquia, ocorrido em 1968, mesmo ano de composição da canção “Pra não dizer que não falei das flores”, mencionada anteriormente. Esse período conturbado da política mundial se dá em decorrência da luta entre as ideologias socialista e capitalista e representa a resistência do povo desse país em relação à destituição de Alexander Dubcek – porta voz do discurso do socialismo *mais humano* – que traria as mudanças que dariam origem à Primavera de Praga, que se constituiria num desabrochar para uma nova vida política.

Por outro lado, a presença das flores na tentativa de negociações pela paz, quando da invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética, representa uma das formas de resistência dos jovens pacifistas – que as entregavam aos soldados, deitavam-se ou ajoelhavam frente aos tanques, na tentativa de diálogo. Um fato que chamou a atenção mundial foi a morte do estudante Jan Palach, que, frustrado pela opressão militar, decidiu se suicidar, ateando fogo ao próprio corpo em praça pública.

A Primavera Árabe, por sua vez, constituiu-se em um processo revolucionário que se iniciou em 2010, com a derrubada do ditador Zine El Abidini Ben Ali, e atingiu seu ápice em 2012, envolvendo países do Oriente Médio e o norte da África – Tunísia, Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã –, numa série de protestos e atos de resistência civil. Esse movimento também foi marcado por muitas mortes, mas o incidente que teria motivado o início da revolta seria a situação do comerciante Mohamed Bouazizi, que vivia, com os pais, da venda de produtos agrícolas, que foram confiscados pela falta de pagamento de propina. Revoltado, o jovem queimou o próprio corpo em praça pública em sinal de protesto.

Na imagem 4, a nomeação primavera permanece, mas somem as flores, que dão lugar às cores verde e amarelo marcadas no corpo do manifestante (mão) e na bandeira brasileira tremulando ao fundo. Entretanto, em nosso entendimento, a ausência das flores não impede que sejam retomados sentidos relacionados à nomeação Primavera, que passa a designar a resistência do povo brasileiro e significa no conjunto da imagem, em que cores, movimentos e símbolos produzem sentidos. Dessa forma, há efeitos de sentido entre a imagem e o olhar, que tornam possível essa leitura em que a nomeação Primavera Brasileira passa a designar muito mais do que uma estação do ano, mas um acontecimento histórico, em que o político funciona não só na negociação pelas reivindicações

da população, mas também na forma como os sentidos irrompem ou são apagados. Pensamos, então, em um acontecimento histórico, cuja nomeação instaura efeitos de sentido construídos em redes parafrásticas em torno da renovação representada pela primavera.

Em nosso olhar, assim como, na imagem 1, o corpo do jovem brasileiro se posta de joelhos frente à repressão policial, ambos os jovens que – de forma desesperada – flagelam o próprio corpo com a morte por carbonização o fazem como forma de resistência, isso porque o corpo desempenha “os primeiros papéis nos movimentos individualistas e igualitaristas de protesto contra o peso das hierarquias culturais, políticas e sociais, herdadas do passado.” (COURTINE, 2009, p. 8). Torna-se, então, imagem de resistência, constituindo-se na história e na memória, ressoando nas charges e fotografias aqui analisadas (imagem 1 – posição corporal, imagem 2 – corpos mutilados, imagem 3 – corpos caídos, imagem 4 – corpos marcados pelas cores do país). Temos, portanto, segundo Courtine (2009), o uso do próprio corpo para “opor ao discurso do poder, à linguagem como poder para impor o silêncio dos corpos” (COURTINE, 2009, p. 9).

Entendemos, portanto, que há relações de similaridade entre os movimentos aos quais são atribuídas tais nomeações e às imagens a eles relacionadas, ainda que se constituam em condições de produção diferenciadas. Assim, afirmamos a presença de regularidades, mas essas regularidades são marcadas por um processo constante de reelaborações e retomadas, atravessadas pela ideologia e pelas condições de produção, a partir da memória discursiva. Tais regularidades se constituem tanto no limite da língua como materialidade, como do corpo como representação. Entendemos, portanto, que essas (re)significações se dão em redes parafrásticas que se constituem na repetição de *primavera*, mas também no significar do

corpo como discurso. Esse movimento de sentidos é possível devido à incompletude da linguagem, pela qual “os processos permanecem abertos, assim como também os sujeitos e sentidos estão sempre em movimento: fluindo entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente” (ORLANDI, 1998, p. 19). Em face de tais reflexões, o intradiscurso e o interdiscurso se relacionam num constante ir e vir, um movimento de sentidos que não se pode separar, já que não constituem uma dicotomia.

A memória tem estreita relação com a exterioridade e, apesar de não estar evidenciada no discurso, produz sentidos. É por meio dela que as outras vozes que constituem o discurso se tornam possíveis, seja por meio de atravessamentos, silenciamentos ou apagamentos. Isso se deve, conforme Pêcheux (1997) ao fato de o discurso não ser independente das redes de memória, dos trajetos sociais de leitura nos quais ele irrompe, pelo contrário, ele marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (PÊCHEUX, 1997, p. 56), isto é, produz um trabalho de deslocamento no seu espaço.

Há, então, um processo caracterizado pela repetição. Contudo, esse repetir pressupõe o ato de lembrar, pois para que o repetível faça sentido e (re)signifique a partir do já-dito, é preciso produzir sentidos a partir da memória do dizer, do interdiscurso que irrompe no fio do discurso como materialidade linguística. Portanto, esse constante lembrar, esquecer e reconstruir sentidos é constitutivo do discurso. Instaura-se, assim, o *efeito de memória* (PÊCHEUX, 1997): os sentidos são rememorados, atualizados, ressignificados, sempre em sua relação com a alteridade, em “séries de formulações, marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre si em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...)” (COURTINE, 1999, p. 18).

Assim, na “Primavera Brasileira” não são só as vozes dos brasileiros manifestantes que são ouvidas, ao emergir na materialidade linguística essa nomeação. Há nas formações discursivas e ideológicas aí postas, que ecoam, provocando atravessamentos de dizeres na constituição de um discurso marcado pela heterogeneidade, um discurso clivado, sulcado, que emerge em sua relação com a alteridade. Em seus estudos sobre a heterogeneidade, Authier-Revuz (2004) aponta a existência da heterogeneidade mostrada e a constitutiva. A primeira é caracterizada pela autora como a inscrição do discurso do outro no discurso do sujeito, assinalando a fronteira entre o externo e o interno no fio do discurso, por meio das marcas linguísticas. A heterogeneidade constitutiva, por outro lado, não se manifesta de forma explícita, permanece disfarçada no discurso, é a presença do outro, constituindo o discurso em sua polifonia.

Nas imagens de nosso *corpus*, as relações de alteridade irrompem tanto de forma explícita, na nomeação, quanto na mobilização do interdiscurso no processo de significação e não são apenas mais um dado no discurso, mas o constituem. Nessa perspectiva, ao considerarmos a relação da linguagem com sua exterioridade, o funcionamento da memória e do interdiscurso são postos na constituição do discurso. É importante ressaltar que, se a produção de sentidos nas discursividades postas pelo verbo é múltipla e depende de muitos fatores, como as condições de produção, as formações discursivas e o interdiscurso, o mesmo se dá nas discursividades imagéticas. Não se trata, portanto, de tentar traduzir as imagens em palavras, mas de analisar os efeitos de sentido que elas fazem emergir, uma vez que também se constituem como um discurso de resistência.

Na Imagem 2, as flores passam por um processo gradual de transformação. Observamos, de um lado, o vermelho das pétalas que compõem o jardim da primavera árabe, enquanto no outro

ângulo, o mesmo vermelho – ao chocar-se com a estátua, que nos lembra a estátua da Liberdade, por exemplo – produz manchas de sangue, numa referência aos violentos conflitos e à repressão. Os monumentos destruídos, sem rostos, nos remetem a um aniquilamento de uma possível identidade, “quando todo sujeito perde seu corpo, perde seu rosto ou quando lhe é negado todo corpo, todo rosto” (SKLIAR, 2003, p. 90). Para Orlandi (1990, p. 56), esse apagamento da identidade se produz por “mecanismos variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes”. Em nossa análise, consideramos que a imagem, como discurso que se produz por meio de diversas linguagens, pode contribuir para esse processo de silenciamento, mas também se manifesta como grito de resistência. Nesse viés, os corpos sem rosto significam em um coletivo, no qual o sem rosto produz efeitos de um nós, que se mostra ao mesmo tempo em que se esconde.

Na Imagem 3, referente à Primavera de Praga, vemos emergir toda a contradição do período histórico em questão. Após anos de sofrimento com a Segunda Guerra Mundial, evento que dizimou as minorias, a antiga Tchecoslováquia instala um regime de força. Na charge analisada, as datas estão marcadas numa referência explícita ao período histórico e às situações de violência vivenciadas pela população nos diferentes contextos. Há um movimento temporal entre passado e presente que produz sentidos nos quais as relações de poder estão marcadas, já que, segundo Foucault (2004) o poder pode “recuar, se deslocar, investir em outros lugares [...] e a batalha continua” (FOUCAULT, 2004, p. 146).

Nós também aprendemos com Orlandi (2012d), que é preciso considerar “a memória como feita de esquecimentos, mas também de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos” (ORLANDI, 2012d, p. 64). A relação das imagens com as datas marcadas na

charge movimenta dizeres de diferentes formações ideológicas, produzindo efeitos marcados pela historicidade. No primeiro quadro – 1945 – há a presença do discurso socialista como esperança de um povo vitimado pela Segunda Guerra Mundial, os militares representam, assim, uma retomada do poder popular. Esse mesmo socialismo é visto de forma diferente em outro período histórico (1968), em que o militar assume a posição de opressor, o que irrompe como uma denúncia de traição aos ideais aos quais representavam inicialmente.

A Imagem 4 é constituída por uma representação recente, veiculada pelas redes sociais no mês de junho de 2013, em razão das manifestações populares que se fizeram presentes no contexto político brasileiro. Por meio dela, são mobilizados sentidos relacionados ao patriotismo, ao nacionalismo que emerge nas cores verde e amarelo e na bandeira ao fundo, objeto simbólico, que produz efeito de sentidos de pertencimento a uma nação. Aqui retomamos um deslocamento em que as flores dão lugar à bandeira, produzindo efeito de um “nós” brasileiro, de uma unidade, em torno do mesmo objetivo, provocando um efeito de silenciamento dos conflitos, na tentativa da confirmação de um consenso.

Nessa perspectiva, o simples ato de pintar o corpo (imagem 4) como forma de protesto pode produzir sentidos outros. Pode, por exemplo, ser relacionado aos rituais de guerra das antigas tribos indígenas e significar um apelo à luta pela democracia e pelo fim da corrupção, retomando a imagem do índio num efeito de origem. Segundo Azevedo (2014) ao refletirmos sobre essas imagens em que há inscrições nos corpos, “as inscrições na pele são uma forma de metáforização de um ritual primitivo, em condições materiais e históricas outras” (AZEVEDO, 2014, p. 6). Essas inscrições constituem-se como o lugar do interdiscurso, pois entendemos que, pela memória, algo fala antes e em outro lugar.

O corpo fala antes, precede a palavra e, portanto, significa na/pela imagem e, para Hashiguti (2005), esse antes determina direções de sentido, devido ao fato de que o sujeito é sujeito de/em uma corporalidade, e que essa corporalidade é apreendida pelo olhar mesmo antes que ele fale. O corpo, nessa perspectiva, é materialidade, forma material, afirmação que nos faz “afastar qualquer concepção que o trate como realidade empiricamente compreensível e biologicamente funcional, comuns em áreas como a da saúde, por exemplo, em que o corpo é natural, segmentável, controlável e transparente” (AZEVEDO, 2014, p. 3). O corpo é discurso, constitui-se por sentidos, pela memória que (re)inscreve dizeres. Nessa esteira, podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que a imagem da “Primavera Brasileira” evoca alguns sentidos, outros permanecem no silêncio, ainda que não sejam apagados.

O pintar o corpo nos remete ao discurso da luta pela democracia e, relacionado ao jovem, mobiliza o discurso do movimento “Fora Collor”, ocorrido a partir de 1992⁵, numa busca pela mobilização nacional na luta contra a corrupção. Segundo Dias (2013), os manifestantes tinham na figura de Collor – o mais jovem dos candidatos à presidência – a perspectiva da mudança e “existia uma memória subjacente de apoio durante a campanha. Não houve uma “traição” ao indivíduo, mas sim ao grupo de jovens e, mais, a toda à nação” (DIAS, 2013, p. 2).

Ao se introduzir um nós – que pinta a face e se manifesta em nome de um todo (o Brasil) -, cria-se o efeito de unidade, baseado no consenso. A produção do consenso é apoiada na prática da opinião pública, constituindo-se como uma possível forma de solucionar os conflitos sociais e econômicos, “pela instituição de um ‘nós’ coletivo

⁵ O movimento estudantil Cara Pintada surge em 1992, com as primeiras denúncias de corrupção contra o governo Collor, protagonizadas por Pedro Collor, irmão do então presidente.

sobre o qual desenha políticas que atendam às aspirações e sentimentos compartilhados pelos indivíduos e grupos que integram a sociedade” (ORLANDI, 2003, p. 7). Contudo, esse efeito de unidade é ilusório, uma vez que há sempre algo que escapa, que desliza, pois o político é constitutivo da língua em sua relação com a história. Desse modo, essa evidência da unidade é produzida num processo ideológico de naturalização dos sentidos, que passa pela (pro) fusão de sentidos dispersos no interdiscurso.

Refletindo sobre os acontecimentos relacionados às imagens em estudo, somos fisgados a pensar na repetição como evidência, isso porque, segundo Guimarães (2001) há uma divisão de sentidos no funcionamento das línguas, que, em decorrência dos jogos de poder, visa à supremacia de um sentido em relação a outros. Dessa forma, a repetição poderia ser vista como uma forma de reproduzir sentidos considerados legitimados, produzindo efeitos políticos, efeitos de identificação ou mesmo de exclusão. Contudo, essa repetição não garante a hegemonia dos sentidos, visto que eles constituem ao mesmo tempo em que são constituídos pelo sujeito em suas relações com a história e a ideologia. A historicidade constitutiva do discurso faz com que nada seja mera repetição, pois a memória é atualizada na leitura do acontecimento histórico, tudo é sempre novo e ao mesmo tempo atravessado pela memória de um já-lá, já dado, já posto, instado histórica e ideologicamente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nosso gesto de interpretação, compreendemos que diferentes formações discursivas e ideológicas podem constituir uma rede de significações que nos ajudam a entender os sentidos, a partir de um discurso outro. Inclusive, para Ferreira (2012, p. 151), tal “movimento de sentidos é realizado por um trabalho da memória como virtualidade do dizer, o que permite

esses deslocamentos, a partir da opacidade da materialidade discursiva em foco”.

Não se trata aqui de ditar um único sentido possível, mas de destacar a rede de significações engendrada em uma sequência de discursividades imagéticas, por exemplo. É possível inferir, então, a importância do ato social de leitura na constituição da alteridade do sujeito quando da constituição de sentidos, “[...] é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 1997, p. 54).

Procuramos analisar os efeitos de sentido produzidos em torno da *Primavera Brasileira* e o funcionamento discursivo de algumas imagens a ela relacionadas, compreendendo os sentidos como constituídos e constituintes do sujeito, que se funda em suas relações com a história e a ideologia, num processo constante de reconfiguração, marcado por relações na constituição do sujeito pela alteridade. Dessa forma, a memória discursiva, entendida como interdiscurso, o já-dito ou pré-construído, mobiliza esses dizeres outros, provenientes de formações discursivas distintas, numa constante negociação de sentidos que se encontram em um espaço de contradição posto na língua pelo sujeito.

É essa memória do dizer que possibilita não somente a repetição do que é dito, mas também a (re)atualização do já posto, (re)configuração que permite a produção de novos efeitos de sentido a partir de dizeres outros que constituem o interdiscurso. Na análise dos sentidos produzidos pela memória discursiva no discurso da *Primavera Brasileira* nas discursividades imagéticas que constituíram nosso *corpus* de análise, fica latente a (re)significação pela qual os sentidos passam em diferentes formações discursivas atravessadas por formações ideológicas distintas. Nessa (re)significação, como forma de repetição, o passado se faz presente não como origem, mas – como afirma Pêcheux (1997) – como efeito do já-dito.

Retomamos aqui a metáfora da “memória das flores”, que faz parte do nosso título, para podermos referendar que os efeitos de sentido produzidos pela imagem, enquanto discurso, movimentam o sujeito no seu ato de ler e compreender o processo de subjetivação. Compreendemos, nesse contexto, que a nomeação primavera, atribuída nos três acontecimentos históricos aqui abordados não significa uma simples repetição, mas uma (re)formulação de um dizer em condições de produção diferentes, marcado por uma formação ideológica distinta e determinado por formações discursivas porosas que se fundem na contradição, na contradição do sujeito e de sentidos outros, sempre prontos a vir a ser outros. Por outro lado, consideramos a imagem como materialidade discursiva, que “reclama sua inscrição em uma rede de filiações, de memória, a fim de que possamos de fato colocar em visibilidade os sentidos que ela põe em movimento” (VARGAS, MEDEIROS E BECK 2011, p 60). Entendemos, ainda, que assim como a imagem é discurso, o corpo também se constitui como tal, resistindo e significando um *nós* que enuncia um *eu*, na medida em que silencia a diversidade, ao produzir um efeito de unidade que se dispersa no *todos/ eles*.

Encerramos a discussão, com uma tira que retoma o termo primavera, ressignificando-o, recuperando discursos políticos e sua historicidade, que novamente serão reformulados em outras formações discursivas, que os constituirão em sua singularidade e ao mesmo tempo multiplicidade de significações. Buscamos um efeito de fechamento para nossas reflexões, afirmando, assim, que é a memória discursiva que torna possível uma primavera verde e amarela significar em pleno inverno brasileiro.



Imagem 5. Título que identifique a imagem.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=585275314851112&set=a.%20488361671209144.113963.%20488356901209621&type=1&theater>. Acesso em: 15 jul. 2013.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

AUTHIER-REVUZ, J. “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso”. In: **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 11-80.

AZEVEDO, Aline Fernandes de. Sentidos do corpo: metáfora e interdiscurso. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2014.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J-J. As mutações do olhar: o século XX. In: CORBIN, A. et alii. **História do Corpo**. 3ed. Petrópolis, Vozes, 2009.

DIAS, L. A. Política e participação juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment. **Revista História Agora**. Disponível em: <http://www.historiagora.com/dmdocuments/politica_e_participao_juvenil_cp.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2013.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. In: **REDISCO**, v. 10, p. 8-20, 2016.

FERREIRA, M. C. L. Memória discursiva em funcionamento. In: **Conceitos discursivos em rede**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 20. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GUIMARÃES, E. **O político e os espaços de enunciação**. Conferência proferida no I encontro nacional linguagem, história, cultura. Cáceres, UNEMAT, 2001.

HASHIGUTI, S. O corpo como materialidade do/ no discurso. In: **Anais do III SEAD** – Seminário de Estudos em Análise do Discurso – Porto Alegre, RS, 2007. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SimoneHashiguti.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

LUZ, M. N. S. **Linguística e ensino**: discurso de entremeio na formação de professores de Língua Portuguesa. 2010, 284 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria (RS), 2010.

ORLANDI, E. P. **Terra à Vista! Discurso do**

confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

_____. (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1998.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, E. (org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Labeurb/Pontes, 2003.

_____. Análise do discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes Editores, 2005.

ORLANDI, E. P. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, M.C.; INDURSKY, F. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-20.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da memória. In: NUNES, J. H. (org.). **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012c.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012d.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 1997.

_____. **Semântica e discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Tradução: Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010a.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. (Nunes, J. H., Trad. e Intr.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2010b.

_____. **Análise de discurso – Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

SCHERER, A. E.; TASCETTO, T. R. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Michel Pêcheux para os Estudos Linguísticos Discursivos. In: **Estudos da Lingua(gem)**. Michel Pêcheux e Análise de Discurso. Vitória da Conquista, n. 1, jun. 2005.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?** Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VARGAS, Rejane A.; MEDEIROS, Caciene Souza de.; BECK, Maurício. *Imagens*

da/na contemporaneidade: um convite à análise, uma convocação à teoria. **RUA**

[online]. 2011, no. 17. Volume 2. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

Submissão: 24 de junho de 2019.

Aceite: 02 de novembro de 2019.

POR UMA ARQUEOLOGIA DA MULHER NA POLÍTICA

Denise Gabriel Witzel¹

RESUMO: Estudos sobre a história das mulheres na política - como os de Michelle Perrot (2007) - pontuam que de todos os obstáculos que a mulher teve que enfrentar nos processos de emancipação a política foi o mais difícil. Compreender esses processos, sob o mirante dos Estudos Discursivos Foucaultianos, é nosso objetivo neste estudo, considerando, fundamentalmente, a centralidade do conceito de enunciado na obra *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, articulado com os jogos de verdade que ao longo da história conjugaram os saberes e os poderes que determina(ra)m, para os sujeitos, lugares, interditos, liberdades, trabalhos, limites e exclusões. Ao analisarmos as condições sócio-históricas de existência de enunciados materializados em textos verbo-visuais que ganharam grande visibilidade nas diferentes mídias, notadamente porque dizem respeito à ex-presidente Dilma Rousseff, é possível evidenciar a atualidade e a pertinência das formulações daquele filósofo para pensarmos, 50 anos após a publicação da *Arqueologia do Saber*, na produção de subjetividades e discursividades em nossos tempos. Tempos em que estamos imersos em conexões digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia do Saber. Enunciado. Discurso. Subjetividade.

FOR WOMAN'S ARCHAEOLOGY ON POLITICS

ABSTRACT: Studies about women's history on politics – such as Perrot (2007) – highlight that among all the obstacles women have had to face throughout emancipation processes, politics was the toughest. It is our objective in this study to comprehend these processes, enlightened by Foucauldian Discursive Studies, considering fundamentally the central concept of statement on *The Archaeology of Knowledge*, by Michel Foucault, articulating with truth, which has built throughout history knowledge and power that (have) determine(d), to subjects, places, interdicts, liberty, work, boundaries and exclusions. While we have analysed the socio-historical conditions for utterances materialized in verbal-visual texts that have taken big visibility on different medias, notably because it refers to the former Brazilian president Dilma Rousseff, it is possible to highlight the update and pertinent thoughts of that Philosopher to pounder, 50 years after the publication of *The Archaeology of Knowledge*, in the development of subjectivities and discursivities in the present time. Time in which we are plunged on digital connections.

KEYS-WORDS: The Archaeology of Knowledge. Statement. Discourse. Subjectivity.

¹ Doutorado em Letras (UNESP/Araraquara), professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras, da Unicentro. E-mail witzeldg@gmail.com

INTRODUÇÃO

De que modo o que é considerado verdade se tornou um dia em algo verdadeiro? Michel Foucault (1926-1984) se coloca essa questão ao longo de seus ditos e escritos, notadamente ao propor uma análise arqueológica dos saberes, provocando um importante deslocamento metodológico em relação à história das ciências e à tradição da epistemologia que, enquanto ciência, valia-se de discursos normatizadores para se definir como o lugar próprio do conhecimento e da verdade.

Problematizando e negando os métodos da história tradicional, que buscava invariantes universais e verdades absolutas ocultas atrás de documentos, Foucault (2007) entende que

[...] a história é o que transforma *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (FOUCAULT, 2007, p. 8)

Ao transformar documentos em monumentos, a análise histórica volta-se para as [...] “séries diversas, entrecruzadas, divergentes, muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição” (FOUCAULT, 2007, p.56). Isso significa que os documentos são analisados a partir de sua irrupção histórica, em suas condições de produção, tendo em conta que nada há nos documentos ou por trás deles; não existem sentidos ocultos na aparência do que se escreve/lê, tampouco há verdades a serem desveladas. O que há são enunciados e relações.

É impossível, portanto, desvendar verdades preestabelecidas, ou mesmo localizar sentidos unívocos e fixos. O método arqueológico visa, fundamentalmente: (i) descrever o arquivo – conjunto de discursos efetivamente pronunciados no passado e que continuam a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos; (ii) analisar as séries descontínuas e reencontrar o acontecimento, a singularidade; (iii) tratar as relações internas e externas do documento; (iv) observar o acontecimento tendo em conta que a história possui uma duração múltipla, pois há uma multiplicidade de tempos que se misturam, envolvem-se uns nos outros numa sucessão de descontinuidades e de inícios não localizáveis. Nesse sentido, Foucault (2005) esclarece que a palavra “arqueologia” aponta para o tema da “origem” (*arké*, em grego significa começo) e para a noção de “escavação”, contudo, trata-se de “começos relativos”, do princípio e da emergência dos objetos do conhecimento, importando as instaurações ou transformações e não os fundamentos ou as fundações. Quanto à escavação, não se trata de procurar relações secretas, escondidas, mas de “definir relações que estão na própria superfície dos discursos [...] tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (FOUCAULT, 2005, p.146).

Face aos discursos em sua existência manifesta - reais, pronunciados e realizados como materialidade – o método arqueológico não procura saber o que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos. Entende que os discursos são práticas imersas em relações de saber-poder que formam sistematicamente os objetos de que falam e, por suas condições sócio-históricas de existência, fazem com que certas coisas possam ser ditas e recebidas como verdadeiras em certo momento. Disso se conclui que o sentido é produzido pelo sujeito na história, não sendo possível passar do discurso a uma interioridade escondida, localizável,

ou mesmo a um âmago de uma significação; ancorado no funcionamento do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, é possível passar às suas condições externas de possibilidades. Exterioridade que implica o reconhecimento da interdiscursividade e da heterogeneidade inscritas na linguagem ao tempo em que nos leva a refutar a existência de um sentido literal, já posto.

No bojo das reflexões que se voltam para a relação entre sujeito e discurso na Arqueologia, atribui-se especial relevância para o conceito de enunciado, na medida em que, a partir dele, é possível pensar a Análise do Discurso no interior da Linguística e sua relação com a História. Também é a partir dele que se visualizam mais claramente os diálogos entre Michel Pêcheux e Michel Foucault (GREGOLIN, 2007), tendo em conta, sobretudo, que sua pertinência teórico metodológica ultrapassa a fase arqueológica, assumindo lugar importante também na genealogia.

Com base nessas considerações preliminares e considerando que os pressupostos arqueológicos, sobretudo em relação ao conceito de enunciado, podem ser reinterpretados para pensarmos na produção de subjetividades e discursividades em nossos tempos, organizamos este estudo em três partes: na primeira, apresentaremos a centralidade do conceito de enunciado na Arqueologia do Saber, a partir do qual Jean-Jacques Courtine (2009) desenvolve o conceito de memória discursiva; na segunda, retornaremos à história da mulher na política, com o intuito de balizar a irrupção de enunciados que definem quem é essa mulher; por fim, descreveremos e analisaremos enunciados que ganharam visibilidade e dizibilidade em textos verbo-visuais veiculados sobretudo as mídias digitais. São imagens e dizeres – discursos – que moveram os sentidos em torno da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Ao romperem o instante e dispersarem o sujeito em uma pluralidade de

posições, esses discursos atualizam sentidos que reclamam a tradicional virilidade exigida para se presidir um país. Como veremos, são coisas ditas tomadas como verdades historicamente construídas.

1. Do campo associado do enunciado à memória discursiva

Partindo do princípio de que o método arqueológico estuda a prática do discurso e que essa prática está fundamentada no enunciado, é sempre necessário lembrar que o enunciado não corresponde à proposição (conjunto de símbolos regularmente construídos pelos lógicos) ou à frase gramatical (cujos elementos estão ligados por regras linguísticas), tampouco aos atos de fala. Entretanto, é o enunciado, situado no discursivo e compreendido como uma função que se exerce verticalmente, que possibilita dizer, em relação a uma série de signos, se há ou não uma frase, uma proposição ou um ato de fala. Com efeito, ele funciona como “função de existência”.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2007, p. 98)

Em sua singularidade, que o faz aparecer não como um traço na cadeia sintagmática, mas como algo que se refere a objetos e a sujeitos, o enunciado entra em relação com outras formulações. Como função de existência, ele não existe sozinho, na medida em que precisa ser correlacionado com outros enunciados, formando um campo associado.

Esse é o ponto da função enunciativa que mais interessa aqui: partindo do princípio de que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” e de que sua existência não se dá de forma livre, neutra e independente, pois desde sua raiz, ele se relaciona com a memória e reatualiza outros enunciados, Foucault (2007, p.110) entende o campo associado como um domínio de coexistência com outros enunciados, pois “não há enunciado que não suponha outros [...] não há nenhum que não tenha em torno de si um campo de coexistências”.

Em suma, o enunciado é um conjunto de signos em função enunciativa; entre o enunciado e o que ele enuncia há uma relação que envolve os objetos, os sujeitos, que passa pela história e envolve a própria materialidade.

O que possibilita apreender, organizar e descrever um emaranhado de enunciados é o fato de que, embora eles estejam dispersos no tempo e descontínuos no discurso, eles atendem às mesmas regras de funcionamento em um sistema de formação quando tratam de um mesmo objeto. Ao analista cabe interrogar as regras de sua formação, sua emergência “como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso” (FOUCAULT, 2007, p.32). Para reagrupar tal dispersão e formular sua lei de repartição; para caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos, definindo o sistema que regula sua repartição, “como se apoiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição” (FOUCAULT, 2007, p.39); enfim, para analisar o jogo de seus aparecimentos, Foucault propõe considerá-los e analisá-los no âmbito de uma formação discursiva.

Descrever o enunciado implica analisar a formação discursiva a que pertence e o

sistema geral de arquivo de que faz parte. À luz dessas formulações teórico-metodológicas, que aproximam o enunciado da formação discursiva e do arquivo, Foucault delimita a noção de prática discursiva: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram para uma época dada, e uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de existência de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p.133).

O campo associado ganha especial relevo nas contribuições de Jean-Jacques Courtine para o campo dos estudos do discurso, mais precisamente o entendimento de que o enunciado é sempre ligado não apenas a situações que o provocam e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo e segundo uma modalidade inteiramente distinta, a enunciados que o precedem e o seguem, produzindo os efeitos de memória. Courtine (2009) propõe, assim, a noção de “memória discursiva” examinando o exercício da função enunciativa do discurso político comunista, notadamente a contradição inscrita nos enunciados divididos dos discursos comunistas endereçados aos cristãos,

A memória discursiva diz respeito à existência histórica dos enunciados instaurados em práticas discursivas que obedecem a regras de formação, de existência, de coexistência. Como desdobramento da arqueologia foucaultiana, entende-se que os discursos podem se repetir; há repetições que fazem discursos e o sujeito, ao inscrever seu discurso na ordem da repetibilidade, inscreve-o, igualmente, na ordem da formulação/regularização. Temos aí dois movimentos: o primeiro diz respeito ao fato de que os sujeitos convocam saberes dispersos, deslinearizados no interdiscurso – dimensão vertical, lugar de constituição do pré-construído (já-ditos) - e lineariza-os no intradiscurso – dimensão horizontal, lugar de constituição do fio do discurso. Nessa relação entre o “interdiscurso” e o “intradiscurso”, retorna-se às formulações

origens na atualidade de um discurso cujos sentidos produzem “efeito de memória”. Além disso, os objetos de saber atualizados nos enunciados de uma formação discursiva provêm de um tempo longo de uma memória, mas se inscrevem no tempo curto da atualidade de uma enunciação (COURTINE, 2009).

Temos assim explicitado o caráter essencialmente heterogêneo dos discursos, fundamentado no fato de que, no processo de inscrição do enunciado no espaço da memória, outras formulações podem ser repetidas, refutadas, transformadas, deslocadas ou mesmo silenciadas.

Atentos a esse horizonte teórico, mais particularmente à existência histórica dos enunciados, tomaremos como espaço interdiscursivo de observação os enlaces da memória que falam da/sobre mulher na política.

Breve história da participação da mulher na vida política²

A total exclusão das mulheres do espaço político, em todos os países (PERROT, 2007), durante muito tempo, origina-se no fato de que a política – centro da decisão e do poder - sempre foi considerada o apanágio e o negócio de homens. Os desdobramentos dessa premissa nos atinge na atualidade, sendo fácil perceber que esse passado histórico contribuiu fortemente para a formação dos arquivos, na medida em que provocou uma fixação seletiva dos discursos produzidos por / nas relações de poder-saber e por / nos sistemas de valores sócio-históricos e culturais. Proibidas de circular nos territórios predominantemente masculinos, controladas pelos homens da Igreja, reprimidas várias vezes - como aconteceu nos tempos da “caça às bruxas”- e privadas de educação e de acesso ao saber/poder, as mulheres,

² Em Witzel (2017), há uma explanação mais desenvolvida acerca da emergência da mulher no cenário da política brasileira.

desde a noite dos tempos, permaneceram invisíveis e silenciosas durante séculos (PERROT, 2007). Em síntese, a história das mulheres no espaço político não é apartada da história de um corpo que “concentrou, durante muito tempo, as marcas da inferioridade, da subordinação e da exclusão; foi alvo de inúmeras interpretações e representações; esteve sempre regulado por normas e valores de ordem moral, ética, estética e científica” (WITZEL, 2014, p. 525).

No Brasil, assim como nos demais países, a política é vista como uma conquista de homens, uma profissão de homens, e isso começa a se alterar a partir de certa “modernização dos espíritos, evolução dos costumes, reivindicação das mulheres (no caso, o sufrágio inglês, francês, europeu, ocidental) e a ocorrência de comoções, como as guerras” (PERROT, 2007, p. 152). Nessa linha de raciocínio, sempre seguindo os pressupostos arqueológicos, ou seja, tomando a relação inescapável entre discurso, história e sujeito, constatamos que ao longo do século XX, ocorreram reajustes importantes nos papéis de gênero na família (esfera doméstica), na sociedade civil (esfera social) e no estado (esfera política). São reajustes resultantes de outras verdades que surgiram, principalmente, com os avanços dos feminismos que, grosso modo, visa(va)m “tornar mais móveis, fluidos e transformáveis, os meios pelos quais o sujeito feminino é produzido e representado”. Trata-se de uma luta incansável para “se produzir um futuro, no qual as forças se alinham de maneiras fundamentalmente diferentes do passado e do presente de modo que os sujeitos possam ser reconhecidos e valorizados (RAGO, 2008, p.173).

Se hoje, século XXI, nós testemunhamos um crescimento importante de mulheres presentes no cenário político, ocupando cargos no congresso nacional e em vários níveis de representações – governadoras, deputadas, vereadoras, prefeitas –

foi porque, sem dúvidas, elas se confrontaram com a virilidade e com os jogos de verdade – antigos e novos - produzindo novas práticas políticas, novas verdades e novas subjetividades, ao tempo que se reinventaram na construção da sua própria narrativa histórica. São verdades produzidas, porque, para Foucault

[...] há efeitos de verdade que uma sociedade [...] produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm elas próprias efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, 2006 p.229).

Foi preciso aguardar o ano de 1932 para que o governo brasileiro de Getúlio Vargas concedesse às mulheres o direito de votar nas eleições nacionais, bem como o direito de se candidatarem para cargos políticos. Em que pese o fato de essa conquista não ter sido “completa”, na medida em que o código eleitoral da época permitia o direito ao voto somente às mulheres casadas (com autorização dos maridos) e às viúvas e solteiras que tivessem renda, essa data não é apenas um marco em relação ao reconhecimento dos direitos políticos das mulheres; trata-se, antes, de uma data que inaugura uma longa, importante e conflituosa jornada nesse espaço fortemente saturado de virilidade. Importância reconhecida em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff que instituiu no calendário oficial do governo o dia 24 de fevereiro como o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”, conforme lei 13.086/15.

Assim, nas eleições de 1933, foi possível os brasileiros (e algumas brasileiras) elegerem Carlota

Pereira de Queiroz, primeira mulher a ocupar o cargo de deputada federal. Na imagem abaixo, uma referência visual do espaço político que “acolheu” a primeira mulher.



Fig. 1: Carlota Pereira de Queiroz (1892 – 1982) - Médica, escritora, professora, feminista e política.³

Após 76 anos desta foto, o Brasil elegeu Dilma Rousseff – primeira mulher eleita como chefe máximo do executivo.

Droulers (2010) retrata o longo período político que antecede a eleição de Dilma Rousseff - emancipação de Portugal no século XIX, proclamação da República em 1888, Primeira República de 1889 a 1930, Governo Provisório e Constitucional de Vargas (1930-1937), Estado Novo (1937-1945), Quarta República (1945-1964), Ditadura Militar (1964-1985), Nova República, a partir de 1985 – e dá relevo aos avanços propiciados pelo período democrático, notadamente a partir da promulgação de uma nova Constituição para o Brasil, em 1988, em consonância com as conquistas dos movimentos feministas que definiram novas formas de se conceber a mulher, permitindo que elas ‘entrassem’, não sem resistências, no mundo político dos homens. Desde então, as práticas no

³ Disponível em : http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06NQ/Carlota_Queiros_Foi_A_Primeira_Mulher_Eleita_Deputada_Federal. Acesso em out.2019.

âmbito da política foram fortemente alteradas havendo brechas reais para que duas mulheres, **sobretudo em São Paulo, pudessem ser eleitas prefeitas: Luiza Erundina (1988-1992) e Marta Suplicy (2000-2004) – ambas do Partido das Trabalhadores (PT), mesmo partido de Dilma Rousseff.**

Contudo, as últimas eleições, em 2018, demonstram que após 87 anos da conquista pelo direito ao voto e pelo direito a se candidatar, mesmo já havendo uma mulher como presidente do país, as mulheres permanecem ainda sub-representadas no cenário político, como demonstram os quadros abaixo.

Cargo	Mulheres	%	Homens	%	Total
Presidente	2	15,39	11	84,61	13
Governador(a)	30	17,44	142	82,56	172
Senador(a)	62	18,18	279	81,82	341
Deputado (a) Federal	2426	30,06	5645	69,94	8071
Deputado (a) Estadual	5323	31,62	11508	68,37	16831

QUADRO 1 HOMENS E MULHERES CANDIDATO(A)S NAS ELEIÇÕES DE 2018⁴

Cargo	Mulheres	%	Homens	%	Total
Governador(a)	1	3,70	26	96,30	27
Senador(a)	7	12,9	47	87,03	54
Deputado(a) Federal	77	15,0	436	85,00	513
Deputado (a) Estadual	161	15,2	898	84,70	1059

QUADRO 2 - HOMENS E MULHERES ELEITO(A)S NAS ELEIÇÕES DE 2014⁵

Nota-se que, embora as mulheres representem o maior número entre os eleitores, a antiga história de exclusão das mulheres nos cargos políticos continua muito atual, haja vista que o quadro dá a ver que o Brasil está longe de alcançar a equidade de gênero nos espaços de poder na esfera pública. Elas ocupam somente 10 % das cadeiras no Congresso Nacional, mesmo depois de mais de 20 anos de cota que determina que um terço das candidaturas dos partidos sejam femininas. Diante disso, dentre as inúmeras e complexas questões que visam descrever e analisar o fato de a participação de mulheres na política ser tão baixa, interessa-nos o discurso que atualiza esta repartição: “aos homens, o cérebro [...] a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 2007, p.177).

Desestabilizar esta certeza – verdade historicamente construída – provoca a produção e circulação de discursos sexistas, ou seja, na atualidade dessa verdade, quando uma mulher reinventa-se em subjetividades apartadas do lugar da sensibilidade e dos sentimentos – posição sujeito mãe, recatada, esposa dedicada, rainha do lar – e instala-se no lugar da decisão, da razão, da inteligência (portanto, do poder, da política) – sobre ela pesam controles atrelados a dispositivos de poder fortemente atados ao dispositivo da sexualidade⁶. Os enunciados que destacaremos a seguir, cujas existências se deram no

4 Fonte disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em nov. 2019.

5 Idem.

6 Em sua genealogia do poder e na genealogia da ética, Foucault volta-se para o sujeito moderno que deriva de uma complexa heterogeneidade histórica, ou seja, de um conjunto não apenas de discursos, mas também de “instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições

momento em que houve um levante a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, fogem de uma crítica de cunho político, produzindo efeitos de poder e de saber concretizados de forma evidente e intensa no corpo da mulher.

Corpo insolente, corpo “vaca” nas tramas do poder

Muito recentemente acompanhamos a chegada de uma mulher à presidência da república do Brasil⁷, eleita em 2010 e reeleita em 2014. Acompanhamos, igualmente, a emergência de uma avalanche furiosa de discursos sexistas voltados a ela, muitos deles revestidos de discursos outros – ancorados na falta de apoio parlamentar, na impopularidade de sua gestão ou na crise econômica – que culminaram em seu *impeachment*, a partir do qual Michel Temer passou de vice a presidente do Brasil.

Em relação aos discursos sexistas, até mesmo misóginos, Dilma Rousseff assim se manifestou em uma entrevista ao jornal estadunidense *The New York Times*, em abril de 2017:

O governo Michel Temer é um governo eminentemente anti-mulheres. Estou triste por isso, muito desanimada. Em primeiro lugar, havia um elemento muito misógeno no golpe contra mim. Eles tinham padrões duplos para homens e mulheres. Eles me acusaram de ser excessivamente dura e áspera, enquanto um homem teria sido considerado firme, forte. Ou eles diriam que eu era muito emocional e frágil, quando um homem teria sido considerado sensível. Eu era vista como alguém demasiadamente obcecada com o trabalho, enquanto um homem teria sido

filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não dito”. É a esse conjunto heterogêneo que Foucault (1979, p. 243) denomina dispositivo; trata-se, pois, da rede que se pode tecer entre todos esses elementos. Assim, o corpo é apreendido a partir de imagens, práticas e regimes de visibilidades inscritos em jogos de poder, ligados à produções de saberes muito antigas sobre o ser mulher.

7 Após a proclamação da República, em 1889, e após 35 homens estarem à frente da presidência do Brasil, Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita figurando como a 36ª Presidente.

considerado trabalhador. Houve também outras palavras muito rude. **Eu fui chamada de vaca cerca de 600.000 vezes** (grifos nossos)⁸.

Face à espessura histórica dos enunciados que promoveram essa narrativa sobre um governo “eminentemente anti-mulheres”, sendo a então presidente adjetivada “de vaca cerca de 600.000 vezes”, passemos a discorrer sobre certas práticas de subjetivação/objetivação do feminino atreladas ao papel da memória na produção e circulação de discursos “verdadeiros”. Interessa-nos o enunciado *vaca* na estreiteza e singularidade de sua situação, de modo a determinar as condições de sua existência, “de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”(FOUCAULT, 2007, p 31). Trata-se, como vimos, de um acontecimento; ele é único, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação.

Destacamos a irrupção desse enunciado em outras duas materialidades, (i) uma fotografia (Figura 2) – flagrada durante uma das manifestações que reivindicava o impeachment da presidente em 2016, imagem que materializa discursos efêmeros nas manifestações urbanas, mas perenes na internet; (ii) um meme (Figura 3) – um tipo de texto que viraliza no espaço digital ao mesmo tempo em que faz circular discursos relativos a um acontecimento, revestindo-o, muitas vezes, de humor/ironia. Ambos repetem, em novas discursividades, a designação “Vaca” rapidamente associada à presidente Dilma Rousseff. Integram interdiscursivamente àquele cálculo – subestimado, acreditamos – das “600.000 vezes” em que ela foi assim interpelada (xingada).

8 Disponível em <https://www.brasil247.com/poder/dilma-ao-nyt-fui-chamada-de-vaca-600-mil-vezes>. Acesso em 05 de mai de 2018.



Fig. 2: Cartaz durante as manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016: “Põe a vaca na Papuda”⁹



Fig. 2: Meme que circulou nas redes sociais pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2016¹⁰

O aparecimento e disseminação desses discursos colocam em questão o enunciado “vaca”, tendo em conta o acontecimento (levante em oposição ao governo) e sua historicidade (uma mulher ocupa uma posição tradicionalmente viril). Uma mulher, porque, atentos aos regimes de enunciabilidade, é fácil perceber que o enunciado em destaque é uma metáfora que não tem correspondência no masculino. Na Figura 1 lemos “põe a vaca na Papuda” cujos referentes são a presidente da época (Vaca) e o complexo penitenciário da Papuda, situado no Distrito Federal. Fosse um homem na presidência, vale perguntar, qual seria o masculino desta frase? Na Figura 2, o meme joga com a reiteração de sentidos conjugando “vaca” com os sentidos reiterados em “vagabunda”. Novamente, vale atentar para o fato de que o masculino de vagabunda aponta para outros efeitos de saber-poder. Todo o paradigma lexical do pejorativo vaca é feminino: vadia, puta, prostituta, vagabunda, biscate, cadela, incluindo nomes próprios como Maria maçaneta que não tem nenhum nome equivalente no masculino.

Se, como propõe Foucault (2007), é o *dizer* que fabrica as noções, os conceitos e os sujeitos de um momento histórico, as figuras em destaque não apontam para sujeitos reais ou universais,

⁹ Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/03/desigualdade-no-lar-afasta-mulheres-da-vida-publica-diz-pesquisadora.html>. Acesso em 05 de maio de 2019

¹⁰ Arquivo pessoal.

mas para a constituição de sujeitos históricos, ou singularidades históricas forjadas pela produção e circulação de discursos que tendem a acentuar certa ideia de identidade indissociável de imagens modelares que espelham e controlam os modos de existência do feminino (e do masculino, para nos mantermos na clássica dicotomia), definindo seus estilos de vida, seus comportamentos e, obviamente, seus espaços sociais e políticos.

Para descrever o enunciado “vaca” é preciso retornar ao arquivo da memória que definiu a mulher, mais precisamente seu corpo como um sujeito inapto para o espaço público/político. E pensar o corpo no âmbito dos estudos discursivos foucaultianos, implica considerar o corpo como objeto do discurso, matéria significante (re) produtora de sentidos. As práticas e os usos corporais que fundamentam o corpo “vaca” não se referem, portanto, à matéria física e anatômica, com paixões e humores, mas ao corpo na história. Nesse corpo - que possui uma história estética, moral, física, política, ideal e material, passível de ser transformada no tempo e no espaço (PERROT, 2007) – a diferença entre os sexos se impõe como condição de emergência de discursos que instalaram o corpo, especialmente o da mulher de maneira imediata e específica no centro das relações de poder.

Para Foucault (1979), o sujeito é inevitavelmente enredado nas tramas do poder,

uma vez que o poder está em toda parte, circula em todas as instâncias, recobre as instituições e os indivíduos, reproduz-se a cada instante, atinge todos os domínios da vida humana. Em sua analítica, atenta-se para os efeitos dos micropoderes, o poder pulverizado na sociedade que atinge “a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo, e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou sub-poder” (MACHADO, 2006, p. 168).

A identificação da ex-presidente no enunciado *vaca* enreda-se, discursivamente, nessa trama do poder e aponta exemplarmente para os modos como homens e mulheres foram historicamente enraizados no território de seus corpos e presos no interior de poderes muito apertados, impondo-lhes, sobretudo, condutas e espaços.

Quando Foucault (1979) trata, no seio de sua genealogia, da ‘proveniência’, argumentando que ela “permite reencontrar, sob o aspecto único de uma característica ou de um conceito, a proliferação dos acontecimentos através dos quais [...] eles se formaram”, o filósofo argumenta que a proveniência se relaciona com o corpo e nele:

se encontra o estigma dos acontecimentos passados, assim como dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também se ligam e subitamente se exprimem, mas nele também se desligam, entram em luta, se apagam uns e outros e prosseguem seu insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marcam e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (ao qual ele tenta atribuir a ilusão de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, na articulação do corpo com a história, e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 1979, p.22).

Nessa linha de raciocínio em que o corpo se articula com a história e é arruinado por ela, adquire especial relevo o corpo da mulher pensado e subjetivado como vaca, na medida em que,

desde os primórdios, “se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. ‘Vocês são apenas o seu sexo, dizia-se a elas [...]. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doenças. ‘Vocês são a doença do homem’” (FOUCAULT, 1979, p.234). Note-se que na entrevista da ex-presidente, essas verdades, sobretudo o estigma da fragilidade retorna ao ser comparada com as condutas/práticas masculinas.

O corpo sempre incomodou, perturbou, provocou, fascinou e aterrorizou filósofos, religiosos, médicos e inúmeros outros sujeitos. Mas o corpo da mulher incomodou mais, perturbou mais, provocou mais e, não temos dúvidas, fascinou e aterrorizou mais porque sempre esteve mais fortemente em choque com os dispositivos do poder patriarcal. No acontecimento dos discursos que selecionamos, o enunciado “vaca” entrecruza a história do presente com os rastros da memória daquelas inquietações, colocando-nos diante de um corpo perscrutado e esmiuçado no seus mínimos detalhes por meio de um dispositivo da sexualidade que produziu mecanismos de controle-dominância.

Enredado nas tramas dessa história, o corpo feminino foi inicialmente considerado estranho. Um retorno ao arquivo, às condições históricas dos discursos que definiram marcas corporais da mulher, leva-nos ao encontro das verdades que visavam decifrar o caráter enigmático da sexualidade feminina. Não há dúvidas de que o centro mais forte de formação das práticas de controle da história das mulheres se concentra no mistério do ciclo menstrual e na “estranha” capacidade de a mulher gerar a vida humana. As inquietações de nossos antepassados geraram as axiologias fragilidade/virilidade; sensibilidade/inteligência; mas geraram igualmente interditos e criaram lendas, mitos, crenças, preconceitos, tabus e importantes verdades sobre a discrição, o recato e o pudor (o antônimo, portanto, da vaca).

Enfim, sobre o corpo mulher pesou a obscuridade da reprodução e uma série de imperativos que o transformaram em um mero vaso receptor, ou seja, um território de posse e de cultivo dos homens. A sexualidade, por sua vez, é absolutamente encerrada no espaço privativo do lar, mais precisamente no quarto. Porque dele emanavam mistérios e forças, transitando entre o sagrado e o laico, esse corpo se colocou desde os primórdios onipresente nos discursos de poetas, escritores, médicos, religiosos, políticos, pais e maridos. No campo do imagético, transformou-se em objeto do olhar e do desejo. Aquele corpo, antigamente definido, dentre outros aspectos, como a “doença do homem”, é fabricado discursivamente, enredado pelas tramas normativas da aparência, sexualidade, maternidade etc.

Corpos, como os das mulheres que rompem ou reinventam esses ideais, são (re)interpretados muitas vezes como corpos insolentes, desobedientes, produzidos na exercício da resistência. Daí o pejorativo, o corpo “vaca”.

Considerações finais

Para Foucault (2006), a resistência é constitutiva do poder, uma força que se subtrai das estratégias forjadas pelas e nas próprias relações forças. É a resistência que possibilita que outras forças, advindas de fora, se choquem com o poder, sendo essas forças de fora as que produzem as mudanças, desestabilizam as certezas e apontam para novas práticas e, conseqüentemente, para novas subjetividades. Algumas respostas face a essa força que vem de fora, são os discursos – como os aqui destacados – que se chocam com o “novo” e, na ofensa, visam garantir os antigos (e atuais) desejos de que a diferença dada pela marca

do sexo é sinônimo de hierarquia, capacidade. O acontecimento discursivo da mulher na política, especialmente seu corpo identificado como “vaca” enreda-se em tal confronto entre poder e resistência, desencadeando certa regularidade histórica. Tomando os pressupostos da Arqueologia do Saber e elegendo a centralidade do conceito de enunciado nessa obra, propusemo-nos a descrever a designação “vaca” relativamente à ex-presidente Dilma Rousseff, considerando, de um lado, as condições de existência que determinam a materialidade própria desse enunciado; de outro, sua singularidade única e aguda, interrogando como ele, o enunciado, pôde se formar historicamente e em quais realidades – sociais, culturais e políticas – se articula.

Para concluir, resta sublinharmos que, segundo Perrot (2007), de todos os obstáculos que a mulher teve que enfrentar nos processos de emancipação, o universo da política foi o mais difícil. Foi nessa direção que analisamos, sob a ótica arqueológica foucaultiana, os enunciados que, somados a uma série preexistente de outros enunciados, se desdobraram em uma regularidade discursiva, favorecendo os processos de subjetivação/objetivação que historicamente excluíram a mulher do mundo político. São enunciados dados a ler e a ver hoje na grande mídia que atualizam as tradicionais verdades que determina(ra)m, para homens e mulheres, lugares, liberdades, trabalhos, limites e exclusões. Dentre essas verdades, destacamos as que mais fortemente contribuíram na constituição histórica do sujeito em sua relação com as práticas divisoras que atrelaram o sujeito feminino no espaço privativo do lar (locus de proteção) e o sujeito masculino no espaço público do trabalho (com destaque para esfera política).

Clivagem derivada das práticas discursivas (e não discursivas) que prenderam as mulheres a seus corpos frágeis e à função materna, excluindo-as durante muito tempo da vida pública e política.

Referências Bibliográficas

COURTINE, J. J. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DROULERS, M. (2010). Femmes, vote et politique au Brésil. *Hérodote*, 136, 2010. p. 203-212.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Poder e Saber. In: MOTTA, M.B. (Org.). *Ditos e Escritos IV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.

_____. Michel Foucault explica seu último livro. In: MOTTA, M.B. (org.). *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GREGOLIN, M.R. Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004a.

MACHADO, R. Foucault, a ciência e o saber. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

RAGO, M. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WITZEL, D.G. Discurso, História e Corpo Feminino em Antigos Anúncios Publicitários. *Alfa*, São Paulo, 58 (3), 2014, p.525-539

_____. Discours, mémoires e médias: la virilité des femmes en politique. In: Morgan Donot; Christian Le Bart; Yeny Serrano. (Org.). *Discours, Identité et Leadership présidentiel en Amérique Latine*. 1ed. Paris - França: LHarmattan, 2017, v. 1, p. 63-82.

Submissão: 14 de novembro de 2019.

Aceite: 18 de novembro de 2019.

A (IN)SENSIBILIDADE DA LÍNGUA: UM PARADOXO NO CONTEXTO ESCOLAR INDÍGENA DE DOURADOS, MS¹

Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo²

Alexandre Sebastião Ferrari Soares³

Resumo: As reflexões propostas neste artigo têm como objetivo compreender os desafios ao se propor uma educação escolar indígena que contemple as singularidades destes sujeitos, no que se refere à questão da língua. Nessa direção, buscamos na Análise do Discurso de orientação francesa, na linha Pêchetiana, a partir de autores como Pêcheux (2004), Orlandi (1990) e Mariani (2004) a base para compreender os discursos de alguns indígenas sobre sua relação com a língua materna e os desafios para uma educação escolar distinta do modelo colonizador. Dessa forma, mobilizamos alguns conceitos como condições de produção, formação discursiva e silenciamento. Assim, as análises nos mostraram que apesar da busca incessante de apagamento e silenciamento da língua e do sujeito indígena, os sentidos sobre a relevância de uma língua que se constitui por meio da tríade, língua/alma/sujeito, ainda irrompe em seus discursos como forma de resistência e atravessa o imaginário social indígena.

Palavras Chave: Análise do discurso; Língua indígena; silenciamento.

THE (IN) LANGUAGE SENSITIVITY: A PARADOX IN THE INDIGENOUS SCHOOL CONTEXT OF DOURADOS, MS

Abstract: The reflections proposed in this article aim to understand the challenges when proposing an indigenous school education that contemplates the singularities of these subjects, regarding the language issue. In this direction, we sought in the Discourse Analysis of french orientation, in the Pêchetiana line, from the authors Pêcheux (2004), Orlandi (1990) and Mariani (2004), the basis for understanding the discourses of some indigenous people about their relationship with their mother tongue. and the challenges for a school education distinct from the colonizing model. Thus, we mobilize some concepts such as conditions of production, discursive formation and silencing. Thus, the analyzes showed us that despite the incessant search for language and indigenous subject erasure and silence, the senses about the relevance of a language that is constituted through the triad, language / soul / subject, still emerges in their discourses as form of resistance and crosses the indigenous social imaginary.

Keywords: Discourse analysis; Indigenous language; silencing.

1 Este artigo é parte integrante da Tese de doutoramento intitulada “SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA E OS EFEITOS DE SENTIDO SOBRE UMA LÍNGUA QUE CAMINHA”.

2 Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Cascavel PR. Pós Doutoranda em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados. UFGD. E-mail alexandraap1@hotmail.com

3 Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense, é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE. asferraris@globocom

Condições de produção da materialidade em análise

A historicidade que trata das questões referentes as comunidades indígenas nos permite perceber o quão devastador foi o processo de colonização para estes povos e, do mesmo modo, como os efeitos deste processo ainda permanecem em funcionamento.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país e Dourados, segundo maior município do Estado, local do presente estudo, possui a reserva Francisco Horta Barbosa, criada em 1917, numa tentativa governamental de confinamento, sendo conhecida atualmente como Reserva Indígena de Dourados – RID. Nesta reserva estão integradas duas aldeias – a Bororó e a Jaguapirú, em uma área de 3.539 hectares, nas quais vivem mais de 16 mil indígenas pertencentes às etnias Guarani, Kaiowá e Terena. Há, ainda os mestiços e não-índios casados com indígenas.

É preciso pontuar que toda essa população vive em situação de confinamento em poucos espaços de terras a eles destinadas durante o processo de aldeamento iniciado em 1920, a partir do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Desse modo, é muito comum nos depararmos com indígenas em situação de mendicância nos centros urbanos e em acampamentos às margens das rodovias que cortam o Estado.

Entre os indígenas que não aceitaram o propósito de confinamento, estão os da etnia Kaiowá, moradores da Terra Indígena Panambizinho, que podem ser vistos como símbolo de resistência. Esta comunidade está situada acerca de 20 km da cidade de Dourados e está ligada ao distrito de Panambi. Possui uma área de 1.272 hectares, na qual habitam em torno de 324 pessoas. Contudo, a singularidade dos moradores de Panambizinho e que detêm a posse da Terra, não

os blindam de, praticamente, todos os problemas que as reservas enfrentam. Além dos povos indígenas citados acima, cabe destacar os povos Guarani Kaiowá, que ainda estão em luta pela retomada de suas terras tradicionais. Esses ocupam espaços denominados de acampamentos.

Destacar algumas das mazelas impostas a esses povos se torna necessário no sentido de compreendermos as condições de produção em que irrompem os discursos do sujeito indígenas e sobre ele. Isto porque, segundo Pêcheux (2011) as condições de produção (doravante CPs) são “o conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinatador, ao destinatário e ao referente, sob condições de dar imediatamente certo número de precisões”. Nessa mesma perspectiva, Orlandi

[...] considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2007, p. 16).

Do mesmo modo, é dessa exterioridade que emerge um sujeito minorizado, sem voz, sempre falado por meio da memória do outro. Como afirma Orlandi (2007), “eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta”.

É a partir de uma história de apagamento/silenciamento de um povo que a questão da educação escolar para o sujeito-índio merece destaque, pois como toda atividade humana, é efetivada na e pela linguagem. Ela é mais um mecanismo de poder que chega onde o “chicote” não chega, mas se torna um instrumento de violência também.

Esses processos de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido, escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes (ORLANDI, 1990, p. 56).

O efeito de sentido de apagamento é cristalizado pelo Estado e reproduzido socialmente, quando se fazem vistas grossas a questões que podem propiciar a esse povo uma visibilidade, no mínimo, como ser humano pertencente à nação brasileira. E isso pode ser identificado, ao observar não somente a educação escolar imposta, como também, os “confrontos” com os fazendeiros, a situação de confinamento, a miséria, o alcoolismo e a violência que ocorre sob todas as formas.

Como exemplo de um Estado que falha ou tarda a interferir nas questões que são de sua alçada, os dados da polícia militar, responsável pelo atendimento à mulher no município, apontam que, de 40 estupros ocorridos no município, do início do ano até o momento (junho de 2016), 35 envolvem mulheres indígenas e que 20 a 25 desses casos vão a óbito, tamanha violência.

Dados dessa magnitude propiciam determinados discursos e apagam outros, ou seja, não permitem que outros dizeres apareçam, porque, considerando a posição que o sujeito-índio ocupa no cenário social de Dourados, um discurso diferente desse não é conveniente. Isso corrobora a afirmação de Orlandi (1990), ao afirmar que: “há enunciados que foram feitos para serem repetidos” e “pertencem à zona de repetibilidade e que aí se representam na produção dos discursos”.

É preciso pontuar que tal processo de repetição não pode ser entendido como algo estático, pois estamos tratando de objetos da linguagem. Então, o que temos é uma dinamicidade nas reformulações discursivas de acordo com as determinações da FD dominante. Repetir não é trazer as mesmas palavras idênticas, dito de outro modo, o já-dito, pré-construído, ao irromper em determinada FD, todos os sentidos ditos antes em algum lugar, são anulados e ao passar pelo filtro da FD em que se inscrevem, toma para si apenas “um” sentido, ou seja, o sentido da FD atual. Esse processo nos faz refletir sobre o fato de que

tanto as FDs, quanto as CPs estão em constantes modificações sob o viés da linguagem e da história.

A imagem de crianças e mulheres indígenas revirando os lixeiros das casas no centro da cidade já está naturalizada. Questiona-se o fato de eles “bagunçarem” o lixo, mas, de retirarem dali o que comer, não provoca estranhamento; não há sensibilidade, que seria o mínimo em se tratando de seres humanos. Mas seria muito querer suscitar sentimentos diferentes num contexto em que um boi tem mais espaço, no que tange à questão da terra, que um índio; Dourados ainda é terra de coronelismo.

As práticas racistas são explícitas: não há um racismo sutil ou velado aqui; os lugares sociais são demarcados e nem precisa estar escrito que índio não é aceito em determinado espaço. Quando isso não é verbalizado, “sabemos” apenas pelos olhares. É nessa direção que Miqueletti (2015), no trabalho realizado no município de Dourados, sobre a interação entre os índios e não-índios, a partir do discurso midiático e escolar, ratifica o constante processo de segregação em que vivem os indígenas de Dourados.

De maneira geral, notamos que a sociedade dominante aceita o indígena desde que ele permaneça em seu espaço de atividade, segregado, ou quando há proposta de integração ela ocorre via assimilação e não admissão, o que implica deixar de ser o que é e ser o Outro em nós (MIQUELETTI, 2015, p. 281).

Não se submeter a ser o outro é viver na segregação e considerando os sujeitos dessa pesquisa, não se trata de uma segregação simbólica, pois, discursivamente, há a agência bancária de índio, o mercado, os postos de saúde, os bares e as lanchonetes e, conseqüentemente, os trabalhos. Transpor essa fronteira, que é mais eficaz função de “apartar”, não é uma tarefa fácil, porém, a presença de indígenas em atividades fora das comunidades, como nos cargos de professor, de enfermeiro, de

policial, de vereador, ainda que pequena, diante do expressivo número populacional, é uma realidade.

Um das especificidades dos moradores das aldeias e um dos maiores desafios de sobrevivência para eles é a questão da proximidade geográfica com os centros urbanos, visto que as aldeias estão cercadas pelas cidades de Dourados e Itaporã. Além disso, há as fazendas de produção de cana e de criação de gado.

Esta proximidade se coloca como um desafio, no sentido de que há uma relação que não se dá de forma tranquila. Não há, por parte dos “não-índios”, uma aceitação das culturas indígenas. Ouve-se muito o discurso de que “eles nem são mais índios”, por isso, precisam “aprender a trabalhar”. Assim, tal proximidade com os centros urbanos impõe a crença de que os índios são obrigados a partilhar das mesmas concepções ideológicas e isso implica defender a produção de bens materiais, pois ainda pesa sobre o imaginário social a ideia de um índio com arco e flecha e cocar e que vive da caça e da pesca. Mas, como os indígenas de Dourados não vivem dessa forma, são taxados de falsos e que se fazem de coitados para ter “privilégios”. Uma realidade de desencontros se desenha então. Ou em outras palavras, as práticas de uma relação aparentemente cordial, iniciada com a chegada dos colonizadores, ainda se sustentam.

Educação escolar e o desafio para uma língua que caminha

O que a escola não sabe é lidar com essa língua do guarani que caminha, ela tem o modelo da escola ocidental. A língua do guarani tem que caminhar pra dividir a boa palavra, não dá para ficar sentado repetindo tudo (Professor guarani - João Machado)

O título com fundo metafórico busca justamente mostrar uma realidade linguística complexa, vista a diversidade de línguas existente

nas aldeias de Dourados e, principalmente, para tentar explicitar as especificidades dessas línguas. Esse contexto complexo, que, no momento atual busca a co-oficialização de uma língua para as escolas do município, como uma tentativa de fortalecimento cultural e representação social e política é antes de tudo um grande desafio para os professores e para os pesquisadores que se propõem a estudar essa realidade.

Nesse sentido, a AD aparece como uma proposta de análise adequada para o contexto, pois o seu foco visa compreender o funcionamento da língua e seus deslizamentos de sentidos.

É a partir da dicotomia de Saussure, primando pelo significante, que Pêcheux propõe a inscrição do significado em outro terreno, ou seja, o discurso atrelado às CPs como sendo constituintes das significações. As línguas não são estanques e sofrem mudanças com o tempo, principalmente, em se tratando de línguas em contextos minorizados, em face das intervenções ideológicas no sentido de silenciá-las. Não há um ideal de língua, como propunham os estruturalistas, da mesma forma que não há como aprisioná-las e principalmente controlá-las, pois, o real da língua é o impossível.

Na obra *A língua inatingível* (GADET e PÊCHEUX 2004), os autores destacam Saussure e o conceito de valor do signo, como sendo a característica primordial para explicar essa oposição da língua, pois ao falar, fazemos escolhas e escolher é também uma forma de renúncia. Nessa obra, os autores, na tentativa de demonstrar a relação do real da língua com o real da história, vão exemplificar como um acontecimento histórico possui implicações na ordem do linguístico no sentido de propiciar uma movência inerente às línguas naturais em circulação. “Toda desordem social é acompanhada de uma espécie de dispersão anagramática que constitui um emprego espontâneo das leis linguísticas do valor, as massas tomam a palavra”. (GADET e PÊCHEUX, 2004,

p. 64). O que indica que, ao tomar a palavra, há uma circulação da língua em outros espaços sociais e, conseqüentemente, elas são passíveis de gerar novos efeitos de sentidos.

A história dos estudos direcionados à língua demonstra que muitas foram as tentativas de delimitar fronteiras para a forma de fazê-lo, ou por crenças ou por poder, porém, foram tentativas em vão, uma vez que é ilusório o ajustamento dela aos espaços da gramática que é condicionado pelas FDs. A gramática não comporta o que escapa desse real estruturado, ou seja, os sentidos, pois os mesmos não preexistem à realização discursiva e são reatualizados, atravessados e deslizados de acordo com as CPs. São estas considerações sobre a língua que precisam ancorar as reflexões também diante das línguas indígenas.

A “língua que caminha” é uma metáfora fundante para as comunidades indígenas: ela é uma palavra que peregrina e que precisa se movimentar. Essa crença é perceptível durante as rezas. Os cânticos são realizados em movimentos circulares, pois ao ser pronunciada, a palavra em movimento percorre todo o corpo.

A metáfora retoma juntamente a relação da palavra com a concepção do sujeito, pois, antes de engravidar, a mulher sonha com uma palavra. Ao nascer, essa palavra se assenta no corpo da criança e a acompanha por toda a vida; é essa palavra que diferencia o ser humano vivo dos seres mortos, ou doentes: “A palavra circula pelo esqueleto humano. Ela é justamente o que o mantém em pé, que o humaniza” (Chamorro, 2008, p. 56).

A palavra caminha, porque é um “pássaro”, ou um *gyra*, ela é livre, porque precisa percorrer o caminho entre o sujeito que fala e o divino. Ela circula, porque é a base de uma vida com reciprocidade, de troca entre a comunidade, pois para que se tenha um bom lugar (*tekoJoja*), é preciso que a boa palavra circule.

Diante disso, e de acordo com a fala inicial do professor indígena, os muros da escola não comportam palavras com essa magnitude, pois não há reciprocidade e troca de saberes. A palavra da escola não circula, está presa ao papel, não há ligação com o divino, não percorre “(a carne) do corpo, do Dono do Ser, *Tekojáraro 'o pejerosy*, que no fundo é a totalidade”. (CHAMORRO, 2008, p. 256).

É nesse sentido que muitas “palavras” indígenas não são ditas a qualquer pessoa, considerando que há palavras para serem ouvidas e outras não. As pessoas que ouvem as palavras e as reconhecem como sendo de sabedoria são conhecidas como *ohendívae*, que é uma característica de dom espiritual, uma aliança com o sagrado. Nesse sentido espiritual, a palavra é suporte de origem do ser e das coisas, é mais que substantivo: é verbo.

Diante da especificidade da palavra relacionada ao divino, torna-se relevante refletir sobre a proposta de um ensino escolar atrelado aos saberes indígenas e do mesmo modo, pensar sobre as experiências de uma educação escolar dissociada das divindades, visto que as experiências são palavras. Aqui, a palavra não se constitui somente como relativa ao criador, mas também como “palavra acontecimento”, uma vez que ela é sonhada, é vista e, mais ainda, ela é corpo. Isso talvez justifique o enunciado abaixo.

SD2 - Nem todos os saberes pode ser ensinados na escola, tem coisa que não dá pra ensinar aqui, pra eu te dizer você vai precisar passar por um preparo, lá na casa de reza, aí quando você tiver pronto eu te passo (Anciã indígena Guarani).

A SD2 mostra a relevância da “palavra/saberes” para os indígenas e revela a compreensão de que os saberes/palavras, por sua relação com o divino, não podem ser ensinados na escola, pelo fato de a escola centrar suas atividades/palavras

na escrita, no individual, ou por não compartilhar da mesma concepção de língua/palavra como algo interior e inerente à vida humana. Ainda é possível inferir que o local de ensino/aprendizagem é na casa de reza, pois é lá que se passaria por um preparo para receber a palavra.

Estes seriam alguns efeitos possíveis, contudo, considerando as CPs desse discurso e as posições sujeito do discurso, além das formações imaginárias e ideológicas que o atravessam, outros sentidos podem imergir. Um deles estaria relacionado à posição do sujeito no acontecimento discursivo.

O fato de estar participando de uma reunião de professores no ambiente escolar e perceber que nem tudo pode ser dito em qualquer lugar, ou seja, que há uma FD dentro de um espaço que determina os dizeres, o sujeito vai dizer o que pode ser dito, ou aquilo que seu interlocutor quer ouvir. Portanto, o enunciado “Nem todos os saberes podem ser ensinados na escola, tem coisa que não dá pra ensinar aqui”, pode indicar que os saberes indígenas possuem tamanha relevância a ponto de não poder habitar os espaços escolares com os saberes considerados científicos.

Esta interpretação de um discurso de afirmação dos saberes indígenas, em detrimento ao saber considerado ocidental, é possível visto que mesmo havendo discursos que caracterizam os indígenas como aqueles que precisam ser civilizados pela fé, há saberes que não cabem na escola, mas apenas no espaço sacro. Esta retomada é possível a partir da memória dos discursos “sem fé, sem lei, sem rei”, (F. L. R) nos relatos dos padres para o Rei em relação à língua indígena.

É nesse limite de sentido, constituído por meio de repetições enunciativas sobre o indígena, que o mesmo é sempre retomado a partir de citações de uma precariedade inerente a ele, sua língua e suas crenças. Esse jogo repetitivo do mesmo e do diferente tem como característica a pretensão

de preservação de um patrimônio de conceitos construídos por uma ideologia social que busca a normatização por meio da disseminação discursiva. Assim, essa norma aparece como destituída de sentido no nível superficial, do mesmo modo que o nível profundo adquire opacidade.

O que entrelaça e fundamenta os discursos atuais sobre o sujeito-índio é também o discurso da Carta de Caminha e suas descrições sobre a “descoberta”. No discurso “parece-me gente de tal inocência que, se homens os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos”. O que Pero Vaz de Caminha relata são imagens filtradas pelos seus valores, condizentes com a formação social à qual pertenciam, ou seja, outros valores, outros efeitos de sentido são inscritos, que neste caso foi de contrariedade em decorrência do confronto com o diferente.

A facilidade aparente no discurso da Carta produz efeitos de sentidos distintos, pois ela pode ser compreendida como a intenção de tornar os índios cristãos, visto não entenderem nenhuma crença, ou haver a facilidade para a dominação, o que já estaria implícito no primeiro caso. Ecos desse discurso histórico de dominação pela fé e suas implicações na língua ainda ressoam na atualidade.

SD3 - Trazer o tradicional pra escola não é tarefa fácil, porque os evangélicos estão fortes na escola e são bem rígidos, eles veem os rituais como demoníacos (Professora Indígena guarani).

O que se depreende desta SD é a presença de uma paráfrase do discurso da Carta, pois ao dizer que os evangélicos veem seus rituais como demoníacos, remete ao mesmo campo de sentido de negação de suas crenças. Assim, de acordo com Orlandi (2007), há um dizível que sustenta o processo discursivo e “o retorno aos mesmos espaços do dizer”; esse batimento entre o “novo” e o velho se estabiliza a partir de formulações permitindo “a variedade do mesmo”.

As formulações entre o “novo” e o “velho” importam ao contexto escolar, que, com seu caráter disciplinar, buscam atender as normas centradas nas FDs que visam naturalizar os sentidos. É nessa arena que a língua que “caminha” trava seu embate, no sentido de não permitir aprisionar-se ou disciplinar-se. O espaço escolar ocidental diverge da espacialidade de uma língua que precisa circular para levar a boa palavra, da palavra que é acontecimento e que permite ser visualizada ao nascer, a palavra sonhada, palavra alma, que se comunica com o divino e, principalmente, que é um pássaro que precisa de liberdade para voar.

Eis o motivo da relevância da palavra falada para este povo. A escrita e a memória não dialogam, uma vez que a escrita no papel se perde com o tempo, enquanto que a palavra falada é eternizada, até mesmo porque a voz não é da pessoa que fala, mas de *Nhanderu* - Deus. Do mesmo modo, se configura a concepção de ensino; se aprende pela oralidade e pela voz, o conhecimento vem do divino, a partir da narração dos mais velhos sobre suas próprias experiências que servem como ensinamentos.

Considerando a afirmação de Orlandi (2007), de que “os sentidos só existem nas relações de metáfora”, o entendimento do sujeito-índio sobre o que é língua, ao mesmo tempo em que encanta pela riqueza de relações, induz à reflexão sobre todo o processo de colonização linguística imposto e principalmente, sobre as implicações desse processo na constituição deste sujeito, visto que, durante toda a história as intervenções, visavam/visam ao extermínio da língua e, portanto, da palavra/alma.

Diante disso, de acordo com Chamorro (2008), se explicam os muitos casos de enforcamentos, já que perder a língua é perder o acesso à *Nhanderu*, pois, se não tem alma, não tem voz, ou seja, “quando a palavra não tem mais lugar ou assento, a pessoa morre e torna-se um devir

(*kaue-ngue*), um não-ser, uma palavra-que-não-é-mais (ñe ‘*engue*, ãngue), um ex - lugar”.

A retomada do fundamento da palavra/oral para o indígena nos leva a refletir sobre a relação ensino aprendizagem desconectada destes valores. A escola centrada na cultura da escrita, buscando sempre a sistematização das línguas, não permite um diálogo com a língua que não aceita ser fixada, visto que “é a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias” (ORLANDI e SOUZA, 1988, p. 28). Isso provoca reiterações de determinados sentidos da conjuntura em que os Jesuítas gramatizavam o Tupi com o intuito de estabelecer comunicação com os indígenas. Desse modo,

O processo de gramatização, ao preencher um espaço linguístico não instrumentalizado anteriormente, produziu um tupi imaginário, estabilizado através de regras e de formas de pronúncias bem diferentes, provavelmente, de sua forma fluida e variável em função do uso (MARIANI, 2004, 37).

A representação que se tem dessa língua é decorrente de um imaginário ideológico com vistas a uma nação que seria monolíngue, com políticas de língua na direção do apagamento da diversidade linguística do país. Essas políticas de línguas, ainda de acordo com Mariani (2013), “em suas historicidades, guardam memórias que podem se reatualizar quando outras políticas e outras jurisprudências se constituem para a promoção de novas intervenções nas línguas faladas”.

Do mesmo modo, os efeitos desse imaginário de unicidade, tanto nacional quanto linguístico, e os efeitos em relação aos sujeitos ocorreram na Europa durante o processo de uniformização da língua, ao implicarem o real da história na constituição da língua nacional. O pressuposto era de que

Para se tornarem cidadãos, os sujeitos devem, portanto, se liberar dos particularismos históricos que os entravam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’... e sua língua materna (GADET e PÊCHEUX 2004, p. 37).

Diante disso, considerando o papel da escola como aparelho ideológico de Estado, que, inicialmente, busca uniformizar com o objetivo posterior de silenciar as diferenças, o ocorrido na escola europeia se assemelha às escolas indígenas em estudo, que sempre há um ideal de língua e, por conseguinte, de dominação. Elas não visam à manutenção de uma língua/alma que não esteja conforme as normas gramaticais.

SD4 - Nós temos aqui alunos falantes da língua indígena, onde a língua materna deles é somente a língua indígena e nós ainda não estamos trabalhando de forma adequada, alunos que chega aqui na educação infantil, o ensino deve ser pra eles na língua materna deles e os conteúdos são ministrados na língua portuguesa (Professora Indígena Terena).

A SD4 evidencia os sentidos de imposição de uma educação escolar de herança colonizadora de imposição e de silenciamento de um povo. A narrativa demonstra isso por meio das expressões “a língua materna deles é somente a língua indígena”, e “o conteúdo são ministrados na língua portuguesa”. Aqui se percebe o exercício de poder do Estado em “ordenar”, uma espécie de intervenção discreta, em que a escola, enquanto um aparelho ideológico do Estado, produz e reproduz certas ideologias – excluindo outras e do mesmo modo, desempenha o papel de formação de consciência e de coerção das imposições:

A questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente (GADET e PÊCHEUX 2004, p.37).

As políticas que visam à transformação das singularidades em universal, no que se refere ao indígena, se estendem a todas as áreas. Assim, a denominação de “índio” é utilizada de forma a

estabilizar os processos de relações de forças entre as formações discursivas e assim, “elas tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos existentes entre a formação discursiva dominante e as demais”, (FERRARI e MEDEIROS, 2012). Do mesmo modo, Mariani (1998) afirma que o ato de denominar não se constitui esvaziado de uma historicidade, pois

[...] o denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discurso, o qual relembando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade. [...]. As denominações vão, assim, organizando regiões discursivas de sentidos, que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. (MARIANI, 1998, p. 118).

Do mesmo modo, as políticas de imposição de uma língua em detrimento da outra, com fins de uniformidade, visam não somente ao domínio, mas também atribui o sentido de falante deficiente, pois faltaria algo para ele ser ajustado como civilizado diante da concepção do outro.

A busca da suposta civilização do sujeito “selvagem” consolida crença em uma nação de base colonialista e de imposição e posse tanto da terra quanto do sujeito, pois, com o objetivo ilusório de igualdade, se constitui a desigualdade, ao não atender legalmente as especificidades, principalmente a linguística. É nesse processo que se percebem as contradições entre o jogo do universal e do histórico, um “universal, funcionando simultaneamente, segundo a figura jurídica do Direito e segundo a figura biológica da Vida”. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 38). Nesse sentido, Orlandi (2002), diz que “o gramático cria o imaginário de UMA língua regida para todos os brasileiros e mostra os desvios, as diferenças (variedades), na uniformidade (nacional).”

Essa relação da língua enquanto parte da vida, uma produção humana, obriga a ver a narrativa que inicia essa seção não como uma simples operação sintática, mas como o simbólico constitutivo da memória, isto porque, ao descrever como é a língua, o gramático indica um ideal de língua inerente à constituição do sujeito como um todo e que, por conta de todo o processo de apagamento/silenciamento, provocou e provoca o extermínio desse sujeito.

Silenciamento do guyra: sujeito/língua/alma

Tentar interditar a veiculação de determinados sentidos é uma ilusão sustentada pelo silêncio. Isso porque o silêncio também é constitutivo de sentidos. Ao escolher filiar-se a um discurso em detrimento de outro, já estamos “optando” por evidenciar tais sentidos e silenciar outros. Isto vem ratificar a ideia de que o sujeito está condenado a significar, ou seja, constituiu-se na e pela linguagem, logo, a relação dito e não dito é inerente ao discurso e pressuposta base para compreender os seus efeitos de sentido na realidade dos sujeitos.

O silêncio não é, pois, em nossa perspectiva, “o tudo” da linguagem. Nem o ideal do lugar “outro”, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é sim, a possibilidade, para o sujeito, de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “Múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007, p. 24).

É considerando os discursos naturalizados e o silenciamento de outros que circulam no imaginário social sobre os sujeitos-índios que se torna relevante compreender a relação língua-sujeito a partir de seus entendimentos. Dessa forma, para os Guarani/Kaiowá o sujeito é o próprio verbo, a palavra (ñe'ê) sonhada que no momento de vir ao mundo o Verdadeiro Pai e a Verdadeira Mãe das

palavras-almas ordenam a palavra-alma que está por nascer: “Vá a terra meu filho (minha filha), eu farei que minha palavra circule por teus ossos e que tu se lembres de mim no teu ser erguido” (CHAMORRO 2007, p. 42).

Estar erguido, em posição vertical por meio da palavra é a garantia de possuir a porção divina, é a sua distinção entre os animais. Palavra que nasce incompleta, que precisa de esforço do sujeito para desenvolver-se, caso contrário, a palavra é dividida, perde-se a verticalidade tornando-se horizontal como os animais e propenso às enfermidades.

Desse modo, Chamorro (2007), argumenta que o sujeito-palavra-alma, é constituído pela instabilidade e por isso busca constantemente ser bom, pois em seus ossos flui a palavra que permite ser alguém de coração grande, *py'a guasu*, de “plenificar-se na palavra”, ñe'ê *aguyje*, de “alcançar a palavra sem mal”, ñe'ê *marane'y*. Contudo, precisa de atenção em relação ao pessimismo decorrente da ignorância, da ira e do ato de ofender. É sob esse imaginário que o discurso do sujeito-índio é sustentado e, por conseguinte, tem sua realidade representada. Assim, é a exterioridade funcionando no discurso.

Falar em discurso é falar em condições de produção e, em relação a essas condições, gostaríamos de destacar que, como o posto por Pêcheux (1979), são formações imaginárias, e nessas formações contam a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), a relação de sentido (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe entre um discurso e os outros) a antecipação (a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa) (ORLANDI, 2011, p. 158).

É neste jogo de imagem entre A e B que o sujeito indígena sempre fora representado, a partir do olhar do outro, que sem conhecimento suficiente e orientado por um código de significação compartilhado coletivamente, buscou invisibilizar, silenciar suas singularidades. Nesse processo de silenciamento foi e é intensificada a negação de

sua língua e a imposição e valorização da língua do colonizador como algo de prestígio na sociedade. As SDs a seguir nos possibilitam gestos de leitura nessa direção.

SD5 - O professor, a categoria de professores, ela deixou, ela prendeu o seu passarinho, ela prendeu o guyra, está preso. Tem muitos que a Dona Tereza fala que é difícil engaiolar, mas o dono do passarinho ele consegue engaiolar, e quando ele, **o próprio eu dele, engaiolou o passarinho é difícil tirar isso do professor.** Porque essa questão do guyra, que é esse dono que nós temos que esse pássaro que nos orienta, que nos cuida e nós protege, que **nos leva a querer ser o que nós somos,** quando ele é engaiolado pelo próprio eu, como é que eu vou querer buscar o tradicional, como é que vou querer buscar aquilo que é meu, se eu tranquei ele de mim, **a maioria dos professores estão todos assim, com o guyra tudo trancado.** (Professor indígena kaiowá. Grifos nossos).

SD6 - Ou quando eles, os professores aceitar que são índios e admitir isso aí vai mudar a escola. Porque o meu sangue não é diferente do seu, né, o negócio é buscar, **deixar o passarinho buscar, deixa ele andar pelos caminhos da cultura, do tradicional indígena, se permitir o seu pássaro conhecer. Não é questão de sangue é questão de querer ser índio.** Porque aquele que tem sangue e não assume ele não é, e questiona pra que que ele quer o tradicional aí ele não é índio. (Professor indígena kaiowá. Grifos nossos).

A SD5 é decorrente de uma reflexão sobre o posicionamento de alguns professores indígenas e suas atuações no ambiente escolar. Uma das queixas recorrentes entre alguns docentes é que muitos professores não aceitam, não estão preparados, ou não querem trabalhar as questões consideradas tradicionais. Do mesmo modo, ressoa o resultado do processo de invisibilidade e negação a que os povos indígenas foram/são submetidos durante toda a história. Considerando a época do descobrimento e a formação ideológica (FI) do sujeito europeu acerca do Novo Mundo, o discurso que historiciza o povo brasileiro exclui totalmente o indígena, ele não aparece nem como antepassado nem como estrangeiro.

O europeu nos constrói como seu 'outro', mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o 'outro', mas o outro 'excluído' sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocaram na posição de serem nosso 'outro'. Eles são sempre o 'centro' dado o discurso das descobertas que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos 'outros' absolutos. (ORLANDI, 1990, p. 47).

O que temos é uma história contada, somente pelo olhar da colonização, que constituiu a imagem de uma terra de ninguém e os selvagens que aqui habitavam eram incapazes de promover o desenvolvimento. O que temos aqui é um silenciamento constitutivo da formação identitária nacional, isso porque esse silenciamento nos indica que há sentido nessa história que tentam encobrir, um sentido que pode ser constituído por meio dos dizeres exteriores sobre o sujeito silenciado.

Pensar discursivamente em sujeitos minoritarizados é pensar em sua relação com as instituições, pois como representantes do Estado, desempenham a função de manutenção do *status quo* pois, exercem as diversas maneiras do poder em intervir junto à sociedade e moldar os sujeitos. Assim, a família, a igreja, a política, a escola, etc. chegam onde o Estado precisa se impor, ora de forma "sutil" ou simbólica, ora de forma repreensiva ou coercitiva. É preciso pontuar que, segundo Foucault, as instituições não podem ser entendidas como espaços de exercício do poder, mas como espaços equipados por práticas que ultrapassam seus muros.

Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém. (FOUCAULT, 1995, p. 245).

Os efeitos do poder das instituições podem ser ratificados nas palavras de Mariani (2004), ao

definir o processo de colonização *linguística* do Brasil, pois segundo a autora foi um processo histórico que aglutinou a realeza e a igreja portuguesa em um projeto político-linguístico em larga medida comum. Dito de outra forma, no caso da questão indígena, o Estado se fez presente de todas as formas durante a história, uma vez que quando a espada deixou de apresentar os efeitos esperados, a cruz entrou em cena.

Nesse sentido, segundo a SD6, o trecho “quando eles aceitarem que são índios” remete ao processo de colonização a que foram submetidos e todo o empenho para que os mesmos deixassem de ser índios, se tornassem outro. Do mesmo modo, ao dizer que “meu sangue não é diferente do seu”, a professora reforça a relevância do sentimento de pertencimento do sujeito a determinado grupo social; mesmo considerando as características fenotípicas que os distingue, é preciso se identificar como tal, *querer ser*. Assim, de acordo com as palavras de Hall (2000), o que temos aqui é um processo de identificação e não apenas de identidade.

A memória traz um “querer ser” o que sempre lhes fora negado; sua língua, seus costumes e tradições; e agora, por meio do imaginário social do que é ser índio, se coloca que é preciso ter a língua, ter as tradições. Logo, se impõe a esse sujeito que tem sua identidade contagiada por outras, que está em “entremeio”, o dever de negociá-la com outras culturas, reafirmando-a.

A indicação de comportamento mais adequado de como agir ou alcançar o modo do bom viver, é expressa no trecho, “o *negócio é buscar, deixar o passarinho buscar, deixa ele andar pelos caminhos da cultura, do tradicional indígena, se permitir o seu pássaro conhecer*” é mais um indicativo dos efeitos do processo colonizador que desestabilizou e alterou significativamente o *teko porã* (o correto modo de ser) e a organização social das comunidades indígenas.

De acordo com Mura (2006), as modificações do *teko porã* abrem espaço para a manifestação de *teko reta* “muitos modos de ser” interpretados como *teko vai* “maus comportamentos” e associados ao ato de imitar (*abekora’á*) o comportamento e as práticas dos “brancos”. Os “muitos modos de ser” implicam em divergências de opiniões e comportamentos, o que leva muitos dos professores a não deixarem seu “pássaro conhecer”, pois já não partilham da mesma FD de uma educação por meio dos saberes tradicionais, isso porque “elas [as FDs] são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. (ORLANDI, 2007, p. 44).

Aqui podemos perceber a heterogeneidade das FD em que estão em movências as designações do que é ser índio, seja pela identificação com o saber tradicional ou pela negação. Portanto, negar a conhecer sua historicidade implica em uma relação polêmica sobre o sujeito e, por conseguinte, sobre a imagem que o índio possui de si e o não índio possui dele. Este jogo de imagens pode se constituir, ora por uma relação parafrástica, ora por oposição. Contudo, são singularidades de grande relevância ao se pensar uma educação escolar indígena que dialogue com a realidade indígena.

Considerações finais

As condições de produção em que se inscrevem os sujeitos-índio, como foi abordado anteriormente, sinalizam que tal sujeito busca incessantemente, alternativas de sobrevivência, uma vez que não possui espaço suficiente, considerando a quantidade de pessoas que residem nas aldeias. Do mesmo modo, abordar a historicidade sobre o processo de educação escolar no qual foram inseridos, nos possibilitou compreender o

trabalho de assimilacionismo que o Estado vem desenvolvendo ao longo da história.

A história essa que nos mostra o funcionamento das formações imaginárias ao projetar representações revestidas de uma exterioridade conflituosa, em sujeitos distintos, atravessados por formações ideológicas contrárias, que produzem imagens distorcidas e alteradas. Assim, a FD dominante nega, demoniza e criminaliza aqueles que resistem as suas imposições.

Ao ser negado a ocupar um espaço na formação social o sujeito-índio, mesmo sem ter representatividade, resiste nas brechas deixadas pelas FDs dominantes, o que nos confere a falta de uma regularidade lógica das FDs que buscam impor seus lugares.

Consideramos, portanto, que a falha, ou as brechas no ritual colonizador são efetivadas por meio de ações como a negação ao modelo de educação escolar imposto, que não contempla os saberes tradicionais, não permite a circulação do *guyra*, ou a presença da língua materna nos eventos de formação de professores. A presença do *guyra* nos discursos indígenas é uma forma de resistência aos “ditos antes em algum lugar”, é a ratificação das falhas nos rituais que visam a dominação.

Referências

CAMINHA, P. V. de. Carta de Pêro Vaz de Caminha. Disponível em: <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-1627013>. Acesso em; 13 ago. 2016.

CHAMORRO, G. *Terra Madura, Yyy Araguyje*: fundamentos da palavra guarani. Dourados: Editora UFGD. 2008.

CHAMORRO, G. *Língua, identidade e universidade*: pistas para uma experiência intercultural a partir do conceito guarani de palavra. 2007. Disponível em:

www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/download/140/155.

Acesso em: 05/06/2017.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: *uma trajetória filosófica*: para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp. 231- 249). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel (1981) *A Língua Inatingível*. O Discurso na História da Linguística. Campinas: Pontes, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Touro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*: o imaginário sobre os comunistas nos jornais. Rio de Janeiro; Campinas: **Revan**; Ed. da UNICAMP, 1998.

_____. Diversidade, desigualdade, diferença: línguas, política de línguas e memória, 2013. Disponível em: <https://www.unicv.edu.cv/images/ail/51Mariani.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. *Colonização linguística*: línguas, política e religião (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII). Campinas, Pontes, 2004.

MIQUELETTI, E. A. *Processos identitários indígenas em Dourados*: leitura dos discursos midiáticos e escolares em uma perspectiva semiótica. Tese (Doutorado em Letras). Londrina, 2015.

MURA, F. *A procura do “bom viver”*: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Tese (Doutorado em Antropologia) PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ORLANDI, E. P. *Terra à Vista! Discurso do confronto*: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

_____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 6.ed. Campinas (SP): Pontes, 2007.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2007

_____. *O conhecimento sobre a linguagem: mercado e interesse*. In: _ . Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. p. 203–214.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6^a ed- Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

Submissão: 24 de setembro de 2019.

Aceite: 02 de novembro de 2019.

A INCLUSÃO NO ÂMBITO CORPORATIVO: MODOS DE ENUNCIAR A DIVERSIDADE NA MÍDIA IMPRESSA ESPECIALIZADA

Érica Danielle Silva¹

Resumo: Fundamentando-nos nos pressupostos arqueogenealógicos foucaultianos, objetivamos descrever as condições de existência de uma série enunciativa composta de textos da mídia de negócios impressa que discursiviza práticas de gestão da diversidade no campo empresarial como emergência inovadora e inclusiva contemporânea. Mobilizamos como categoria de análise as modalidades enunciativas, para problematizar os sentidos construídos sobre o sujeito em condição minoritária no e pelo discurso midiático. As análises demonstram que o lugar a partir do qual se enuncia sobre a diversidade é o de incorporação da responsabilidade com causas sociais à identidade da empresa, ao mesmo tempo que atende a uma demanda de lucratividade. Para tanto, às empresas são alçadas função de observação sistemática e constante, produzindo saberes a partir das subjetividades “diversas”.

Palavras-chave: Diversidade. Modalidades Enunciativas. Discurso corporativo. Mídia impressa.

INCLUSION IN THE CORPORATE SCOPE: WAYS OF ENUNCIATE DIVERSITY IN SPECIALIZED PRINT MEDIA

Abstract: Based on Foucault’s archaeogenealogical assumptions, we aim to describe the conditions of existence of an enunciative series composed of texts from the printed business media that discursivate diversity management practices in the business field as a contemporary innovative and inclusive emergency. We mobilize the enunciative modalities as a category of analysis, to problematize the meanings constructed about the subject in minority condition in and by the media discourse. The analysis shows that the place from which one speaks about diversity is the incorporation of responsibility with social causes into the company’s identity, while meeting a demand for profitability. To this end, companies are assigned to the function of systematic and constant observation, producing knowledge from the “diverse” subjectivities.

Keywords: Diversity. Enunciative Modalities. Corporate Discourse. Print Media.

¹ Doutora em Letras, área de concentração ‘Estudos Linguísticos’, linha de pesquisa ‘Estudos do Texto e do Discurso’ pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista do programa de doutorado sanduíche da CAPES pela Sorbonne Nouvelle, Paris 3, edital PDSE-2014. E-mail erica_dsilv@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A inovação e a sustentabilidade são demandas contemporâneas que atravessam todos os setores da sociedade. Nessa ordem discursiva, nota-se a emergência de uma disposição política para o gerenciamento da inclusão da diversidade, que passa a fazer parte da agenda de políticas públicas, de iniciativas privadas e da produção teórico-acadêmica. No âmbito corporativo, uma das estratégias que tem se destacado como modelo moderno de gestão de empresas é o investimento em políticas de diversidade que buscam implementar ações de valorização da diferença, destacando sua importância para a construção de um ambiente saudável, motivador e, conseqüentemente, produtivo e lucrativo.

Dessa maneira, a diversidade constitui uma ruptura discursiva que tem se proliferado com bastante vigor na e pela mídia impressa especializada. Fundamentando-nos nos pressupostos arqueogenalógicos foucaultianos, tomamos a mídia como superfície de inscrição de possibilidades de ver e de enunciar a diversidade, que materializa as complexas e instáveis relações sociais e institucionais. Nas palavras de Fisher (2012, p. 113) “[...] a mídia não apenas veicula. Ela, sobretudo, constrói discursos e produz significados e sujeitos”, nos ensina modos de existir, com suas técnicas e estratégias específicas de interpelação dos sujeitos.

Objetivamos, neste trabalho, descrever as condições de existência de uma série enunciativa composta de textos da mídia de negócios impressa que discursiviza a produtividade da diversidade no campo empresarial. Mobilizamos como categoria de análise uma das regras de formação dos discursos, a das modalidades enunciativas, para problematizar as regras de formação dos modos de enunciar sobre a diversidade: quais os lugares de onde vêm os modos de enunciar sobre a diversidade na mídia

especializada, que constroem e legitimam uma condição para o empreendedorismo sustentável e inovador em uma rede de saberes que caracteriza uma prática discursiva da contemporaneidade? Para tanto, o *corpus* de análise deste estudo é constituído de uma reportagem de capa da revista Você RH (2019), intitulada “Como criar empresas realmente diversas”.

Assim, as discussões aqui delineadas, se organizam em três momentos: primeiramente, a apresentação de alguns conceitos caros à relação entre diversidade, diferença e desigualdade, bem como a descrição da formação da série enunciativa formada, que versa sobre as práticas de gestão da diversidade em empresas. Em seguida, serão expostos os pressupostos teórico metodológicos foucaultianos que fundamentam o trabalho e, por fim, delineiam-se as considerações analíticas.

1 CONCEITOS, INQUIETAÇÕES E PRÁTICAS SOBRE A GESTÃO DA DIVERSIDADE

Apesar da expressão “diversidade” comportar uma aparente evidência de sentido, a compreensão desse termo é perpassada por complexas e múltiplas relações com a diferença e com a (des)igualdade. Fundamentando-se em Barros (2009), Freitas (2015, p. 89) explica que a diferença diz respeito “às condições irreversíveis do ser humano e são inerentes à sua essência como pessoa, sua etnia, cor de pele, sexo ou orientação sexual”. Já o tratamento social dessas diferenças pode resultar em desigualdades, logo, “passíveis de serem reversíveis e estão relacionadas às circunstâncias e escolhas históricas de uma sociedade, que pode gerar uma população rica ou pobre, alfabetizada ou não, empregada ou não” (FREITAS, 2015, p. 89). Assim, enquanto uma prática sociopolítica, discutir sobre diversidade significa abordar a heterogeneidade constitutiva

do ser humano e o tratamento diferenciado que alguns segmentos sociais têm decorrente dessas características intrínsecas.

Em sua dimensão cultural, considerando os estudos pós-coloniais, a diversidade está associada aos movimentos sociais, que tomam o princípio da diferença para questionar o modo como a particularidade de um indivíduo ou de um grupo é silenciada, distorcida ou obrigada a se alinhar a uma cultura dominante hegemônica. Essa mobilização tem buscado demonstrar que os sujeitos de direito são diversos em raça, etnia, credo, gênero, língua, orientação sexual e idade, entre outros, e que por conta disso, eles têm sido tratados historicamente de modo desigual e discriminatório. Segundo Hall (2003) trata-se de uma associação entre diversidade e os movimentos sociais, sobretudo, aqueles de cunho identitário, que resultam

de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, assim como o feminismo e as políticas sexuais no movimento de gays e lésbicas, como resultado de um novo tipo de política cultural (HALL, 2003, p. 338).

Em sua dimensão discursiva, essas diferenças podem ser consideradas objetos do discurso, construídas em cada época a partir de um conjunto de enunciados que nomeiam, recortam, descrevem e explicam esse objeto, por meio de práticas institucionais, técnicas e políticas. Desse modo, o objeto do discurso não é fixo no espaço e no tempo. Segundo Foucault (2007, p. 52-53), “[...] não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que forma; nem seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados”. Isso nos guia à noção de que os objetos são produzidos por práticas

discursivas, que estão intrinsecamente relacionados a um conjunto de enunciados efetivamente produzidos a partir de regras determinadas no tempo e no espaço.

O que se pode ver/enunciar, pois, sobre o “diferente” que constitui uma prática discursiva sobre a diversidade na contemporaneidade? Numa sociedade cada vez mais plural, a emergência da visibilidade e da enunciabilidade dessas identidades se constrói de modo instável e provisório, por meio do reconhecimento da igualdade de direitos das diferenças, orientando o comportamento social e institucional para relações mais justas, enquanto princípio básico do exercício da cidadania. São esses movimentos sociais que contribuíram nas últimas décadas para a construção de um olhar afirmativo da diversidade nas práticas sociais.

Ações afirmativas constituem-se de políticas públicas e de instrumentos legais que convertem a inclusão ao tecido social de segmentos discriminados em direitos, reconhecendo o princípio de igualdade para o exercício da cidadania. A legislação é, assim, uma das práticas de gerenciamento da diversidade que se pauta no exercício do princípio da igualdade previsto na Declaração dos Direitos Humanos, na qual “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção a igual proteção da lei”. Este documento pode ser considerado, inclusive, como “o evento fundador do reconhecimento da importância das diferenças humanas, materializado em mecanismos sociais e jurídicos, culturalmente apropriados ao longo das últimas cinco décadas, particularmente nas sociedades desenvolvidas” (FREITAS, 2015, p. 89).

No contexto brasileiro, podemos citar a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em que se determina que o Estado Democrático deve “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça com valores supremos de uma sociedade fraterna,

pluralista e sem preconceitos”. Especificamente, no que tange à inclusão dos grupos tradicionalmente discriminados do mercado de trabalho, dentre eles os afrodescendentes, as mulheres, os idosos, os índios e as pessoas com deficiência², uma das ações afirmativas pioneiras foi a Lei nº 7853/89 que determinou a adoção de legislação específica para reserva de vagas de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em 1991, foi promulgada a Lei das Cotas (8.213/91), regulamentada por decreto em 1999, que obrigou as empresas com mais de cem funcionários a reservar de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência.

Apesar de ainda não haver legislação específica no campo corporativo para mulheres, indígenas, idosos e afrodescendentes³, essas categorias são as que têm políticas públicas melhor definidas, se comparadas com outras, como as de orientação sexual e os transgêneros, por exemplo, que têm construído uma mobilização mais sólida apenas recentemente. Freitas ressalta que

quanto mais explícitas são as leis e políticas públicas a elas associadas, mais fácil se torna conhecer e desenvolver ações no âmbito das empresas privadas, bem como identificar as manifestações de intolerância no ambiente de trabalho. Neste sentido, pode-se assumir que

2 Essas categorias foram destacadas neste momento, considerando aquelas contempladas na pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas, realizada pelo Instituto Ethos, em 2010.

3 Ressaltamos que há leis referentes a cotas para concursos públicos e outras discussões em andamento, como a criação de incentivos para contratação de idosos em empresas (Projeto de Lei nº 154/2017) ou ainda as cotas para mulheres nos partidos políticos (LEI Nº 9.100, DE 29 DE SETEMBRO DE 1995), além do compromisso assumido pelo Brasil de desenvolver políticas de promoção da igualdade de oportunidade no trabalho, assinando a Convenção no. 111 da Organização Internacional do trabalho, desde 1965, além de outros acordos internacionais, como a Convenção no. 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração de Mão-de Obra Feminina por um trabalho de Igual Valor (1951), a Convenção da ONU sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966; a Convenção da ONU sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, a Convenção nº. 169 da OIT, sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais; e a Declaração de Princípios Fundamentais e de Direitos no Trabalho da OIT, de 1998. Entretanto, como nosso recorte temático é o âmbito empresarial, estamos considerando apenas as leis promulgadas em relação a este lugar.

o setor privado reelabora na sua lógica aquilo que o setor público definiu e avançou. Não se conhecem casos em que as iniciativas foram primeiramente tomadas nas empresas e depois na administração pública, portanto, parece existir uma ordem que sequencia estas ações (FREITAS, 2015, p. 126).

A gestão da diversidade no campo empresarial é construída, dessa forma, a partir de sua objetivação em uma agenda pública e privada. Foi no final da década de 1990 que as empresas do setor privado iniciaram programas de diversidade de modo mais sistematizado, tanto por causa da obrigatoriedade imposta pelas leis, quanto pela busca de melhoria da imagem desgastada pelo período das “reengenharias”, em que o setor privado brasileiro, na tentativa de acompanhar o movimento mundial de busca de elevação de produtividade das grandes multinacionais instaladas no Brasil, demitiu em massa e diminuiu os custos por meio da terceirização e precarização das condições de trabalho (FREITAS, 2015). Sobre a emergência de programas que trazem à tona a diversidade no mundo dos negócios, Freitas (2015) sintetiza com o seguinte percurso:

Podemos dizer que a gestão da diversidade pelas empresas no mundo desenvolvido foi inicialmente uma resposta à necessidade de cumprir exigências legais passando gradativamente a significar uma ferramenta gerencial para lidar com um ambiente de trabalho mais heterogêneo e plural, em seguida é vista como um possível diferencial na gestão de pessoas e da qualidade do clima de trabalho até chegar ao momento atual em que ela pode ser considerada um valor na cultura e na mentalidade da organização (CHANLAT et al., 2013; FLEURY, 2000; PEREIRA; HANASHIRO, 2010; SAJI, 2005); em todas essas fases, existiu e existe sempre o potencial de uso do programa para gestão de imagem, o qual se torna mais ou menos crível na medida em que ocorre a real integração e não apenas a inserção de “diferentes”; ou seja, se ocorre compatibilidade entre aquilo que a organização diz e o que ela faz (FREITAS, 2015, p. 91).

Uma das pesquisas empíricas que tem trazido dados relevantes sobre o envolvimento de empresas com políticas de diversidade tem sido realizada pelo Instituto Ethos de Empresas e

responsabilidade Social⁴, desde 2001. A iniciativa busca levantar as características de funcionários de vários níveis hierárquicos nas maiores empresas do Brasil, de acordo com o sexo, cor ou raça, faixa etária, escolaridade ou deficiência, além do mapeamento de políticas e ações afirmativas adotadas pelas empresas para a promoção da inclusão de segmentos sociais discriminados no mercado de trabalho, por meio de uma pesquisa quantitativa⁵, com a aplicação de questionário via internet.

Em sua sexta edição, de 2016⁶, o “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas” demonstra um aumento significativo de mulheres em níveis gerenciais e a presença de negros entre *trainees* e aprendizes. Entretanto, uma das possibilidades apontadas é a de que esse resultado deriva das políticas públicas implementadas na área da educação, sobretudo no ensino superior, e não, necessariamente, de políticas e ações planejadas pela empresa. Ratificando as observações feitas anteriormente sobre o papel das políticas públicas, a pesquisa conclui que, em linhas gerais, as ações mais bem monitoradas são aquelas que visam à contratação de pessoas com deficiência, por conta da exigência legal, e a inclusão de mulheres (brancas, em geral) em posições hierárquicas mais elevadas,

4 O instituto é uma associação sem fins lucrativos criada em 1998 por um grupo de empresários da iniciativa privada, que tem como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (INSTITUTO ETHOS, 2016, p. 3).

5 Na sexta edição, a mais recente, a pesquisa qualitativa foi complementada por entrevistas com gestores da área de diversidade de algumas empresas participantes, acrescentando um caráter qualitativo ao estudo (INSTITUTO ETHOS, 2016).

6 Em 2001, a primeira edição do *Perfil* teve como foco apenas o quadro executivo das empresas. A segunda edição (2003) passou a contemplar mais três níveis hierárquicos, além das políticas e ações afirmativas adotadas. As edições seguintes (2005, 2007, 2010, 2016) ampliaram os níveis hierárquicos: aprendizes, estagiários, *trainees*, quadro funcional, supervisores, chefes ou coordenadores, gerentes, o quadro executivo (presidente, vice-presidentes e diretores) e conselheiros (INSTITUTO ETHOS, 2016).

devido a pressão que esse grupo pode exercer nessas organizações. Dentre os demais públicos, as iniciativas de valorização da diversidade beneficiam os negros (homens e mulheres), o grupo dos LGBTI+ e os jovens (INSTITUTO ETHOS, 2016)⁷.

Um aspecto importante destacado pelo documento, que resulta em um questionamento, é a discrepância entre os conceitos de “diversidade”, “desigualdade”, “inclusão”, “igualdade de oportunidades” e “grupos sociais”, pelos gestores entrevistados. Isso porque alguns consideram o reflexo das desigualdades históricas de alguns grupos sociais no trabalho, enquanto outros lançam uma perspectiva individualista que deve visar ao acolhimento de pessoas diversas – neste caso, poderiam ser incluídas pessoas canhotas, por exemplo. Eliana Barbosa Conceição, que assina o parecer sobre a pesquisa qualitativa no *Perfil* (2016), expõe, a partir disso, um questionamento: “É o grupo social ou o indivíduo que merece mais atenção quando desenhamos um plano de valorização da diversidade para nossas empresas?” (INSTITUTO ETHOS, 2016, p. 65).

Além do *Perfil* (2016), a instituição organizou, também, o *Guia EXAME Diversidade 2018*, publicado pela revista EXAME, em março de 2019. A partir da disseminação desses dados em uma das mais antigas e populares revistas sobre negócios – a revista EXAME está no mercado desde 1967, com periodicidade quinzenal -, selecionamos mais três revistas da área, de ampla circulação: *Você S/A* (periodicidade mensal), *Você RH* (periodicidade bimestral) e *Época NEGÓCIOS* (periodicidade mensal), a fim de verificar o tratamento sobre essa questão em reportagens de capa. Fizemos uma busca em seus respectivos *sites* das edições dos

7 O documento ressalta que o Programa Jovem Aprendiz é tratado como exceção, e que as empresas relatam estar iniciando ações mais efetivas para negros e LGBTI+ (INSTITUTO ETHOS, 2016).

últimos quatro anos (jan/2016 a jul/2019) que enunciaram a “diversidade” de algum modo⁸.

Das 109 capas disponíveis no *site* da revista EXAME (2015- jul/2019), apenas a edição de março de 2019, em que foi publicado o *Guia EXAME de Diversidade*, enuncia “diversidade” na capa, com o título “O poder da diversidade – Em sua estreia, o *Guia EXAME de Diversidade* destaca as 36 empresas de 13 setores com as melhores práticas em inclusão e desenvolvimento de mulheres, negros, pessoas com deficiência e LGBTI+. O resultado: mais inovação, mas rentabilidade – e mais oportunidade para todos”. A reportagem divulga os resultados do *Perfil* (2016), a partir dos quatro grandes grupos contemplados na pesquisa: étnico-racial, LGBTI+, mulheres e deficientes.

Consta ainda, no sumário das edições de 01/08/2019 e 10/07/2019, uma coluna sobre diversidade na seção “Gestão”, que contempla, respectivamente sobre a contratação de pessoas acima de 50 anos (“Recomeço depois dos 50 – Grandes empresas começam a ampliar a contratação de funcionários acima dos 50 anos”) e sobre a ampliação do alcance dos produtos da empresa (“Ele não quer mais ser uma exceção - Para o vice-presidente de diversidade e inclusão da empresa de tecnologia Dell, a atuação fora dos muros da companhia é fundamental para criar oportunidades para quem não tem”).

Três edições destacam duas categorias específicas. A reportagem de capa da edição de 25 de outubro de 2017 tem como título “Mulheres no topo – Um levantamento mostra quais são as empresas que mais promovem mulheres a posições de liderança no Brasil – e o que todos podem aprender com elas” – e a de 10 de junho de 2015 (1091) enuncia: “As mulheres precisam de cotas? Empresárias e altas executivas defendem cotas para mulheres na cúpula das empresas brasileiras. A

⁸ Uma das dificuldades metodológicas de seleção do corpus foi a limitação na disponibilidade das edições no site.

meta é nobre, mas fica a pergunta – será que esse é o melhor caminho para atingi-la?”. A edição de 29 de abril de 2015, por sua vez, destaca a diversidade sexual: “Chefe, sou gay – Surge a primeira geração de executivos brasileiros que tratam sem rodeios uma questão por muito tempo mantida como tabu nas empresas – e todos ganham com isso”.

Das 24 capas da revista *Você S/A* disponíveis no *site* (2017 a 2019), há duas edições que, embora não enunciem a expressão “diversidade”, abordam duas categorias específicas, a do público transgênero e a da mulher negra, respectivamente em “A vez dos trans no mundo corporativo – Nos últimos três anos, cresceu quase 300% o número de empresas interessadas em capacitar, contratar e incluir esse público, por que isso é uma vantagem competitiva para as companhias e para os profissionais que trabalham nelas” (edição 06/12/2017) e “Por que ela ainda é exceção – No atual ritmo, as empresas brasileiras levarão 150 anos para igualar o número de negros em seus quadros à proporção de afrodescendentes na população. O que companhias e profissionais ganham com a equidade racial e como combater o preconceito no mercado de trabalho” (08/04/2017).

Em relação às sete capas disponíveis da revista *Você RH*, uma delas (edição 62, de jun/jul de 2019) trata a diversidade com a reportagem de capa “Como criar empresas realmente diversas – Abrir espaço para o diferente aumenta a inovação, o lucro e o engajamento. Mas construir organizações em que os grupos minoritários tenham representatividade é um grande desafio. Descubra quais ferramentas usar para fazer com que a inclusão se torne estratégia”. Apesar da reportagem citar o *Perfil* (2016), ela não se limita a divulgar seus resultados; o texto amplia um pouco mais a questão, constituindo-se a partir de um caráter de manual para a gestão da diversidade. Por isso, elegemos esta reportagem como *corpus* de análise deste estudo, buscando compreender as regularidades que se formam na

superfície discursivo-textual, que materializa a rede discursiva na qual a diversidade é tratada no âmbito corporativo.

Inscritos na perspectiva discursiva, compreendemos que essas materialidades são uma produção histórica e política, que compõem uma prática discursiva imersa a relações de saber-poder. Em outras palavras, todos os enunciados e visibilidades sobre a produtividade da diversidade nos negócios, que circulam nesses textos da mídia especializada, apresentam uma regularidade, por meio da qual é possível definir uma rede conceitual produzida discursivamente e também produtora de saberes, que “se impõe a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo” (FISCHER, 2012, p. 75). Nessa concepção teórico-metodológica arqueogenealógica, o enunciado é a unidade básica de análise, considerado como acontecimento que irrompe num tempo e num lugar, cuja descrição e análise das unidades formadas a partir de sua dispersão em séries enunciativas possibilita compreender as regras de formação de sua emergência e (co)existência nos discursos. É sobre esses aspectos teórico-metodológicos que dispensaremos atenção a seguir.

2 O DISPOSTIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA FORMAÇÃO DOS DISCURSOS: A MODALIDADE ENUNCIATIVA

N^a *arqueologia do saber*, Michel Foucault (2007) desvela as categorias mobilizadas em suas análises históricas sobre a loucura, a clínica médica e os saberes sobre o homem, que foram sistematizadas em publicações anteriores, respectivamente, *História da Loucura* (1961), *Nascimento da clínica* (1962) e *As palavras e as coisas* (1966). Ao explicitar os pressupostos arqueológicos, tomando o discurso,

o enunciado e o saber como objetos, o filósofo critica o modo como o acontecimento é tomado pelo positivismo, pela fenomenologia e pela história, e opera um deslocamento metodológico que buscou estabelecer as condições históricas de possibilidades de práticas discursivas sobre o sujeito e, conseqüentemente, a produção de saberes.

Ao propor como projeto metodológico a busca pelas condições de existência de um discurso, ou seja, as regras que possibilitam o (des)aparecimento e a (co)existência de práticas discursivas, Foucault caracteriza o discurso como “dispersão de elementos, [que] pode ser descrito como regularidade, descrito em sua singularidade, se suas regras de formação forem determinadas nos diversos níveis” (MACHADO, 2006, p. 146). Esses níveis dizem respeito à formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias, feixes de relações estes que, embora se caracterizem como sistemas distintos, estão relacionados entre si, num sistema único, de interdependência. Machado (2006) ressalta que apesar dessa correlação, as análises arqueológicas como descrição dos discursos podem privilegiar apenas um desses níveis, dependendo da interrelação de saberes pretendida pelo analisa.

Em primeiro lugar, importa destacar que, na perspectiva arqueológica, a análise das regras de formação do discurso, enquanto conjunto de enunciados, é definida pelo próprio ato de enunciar e de sua possibilidade naquele momento da história. Nesse sentido, o enunciado não está no mesmo nível da frase ou da proposição, já que se trata de uma função de existência, ou seja, “o fato de ele ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2007, p. 96). Machado (2006) explica que

em suma, o enunciado é uma função que possibilita que um conjunto de signos, formando unidade lógica ou gramatical, se relacione com um domínio de objetos, receba um sujeito possível, coordene-se com outros enunciados e apareça como um objeto, isto é, como materialidade repetível. É pelo enunciado que se tem o modo como existem essas unidades de signos. Ele lhes dá as modalidades particulares de existência, estipula as condições de existência dos discursos. Descrever um enunciado é descrever uma função enunciativa que é uma condição de existência (MACHADO, 2006, p. 152).

Ao descrever esse modo singular de existência dos enunciados, Foucault (2007a, p. 103) define quatro propriedades: o referencial, o domínio associado, a materialidade e o sujeito. A primeira propriedade diz respeito ao espaço de relação entre o enunciado e seu correlato, ou seja, seu referente, o que é entendido como “leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2007a, p. 103). O referencial é, assim, condição de possibilidade de aparecimento, delimitação, diferenciação e desaparecimento dos objetos, dos sujeitos e das relações que são colocadas em jogo no enunciado. É ele que atribui um sentido à frase e um valor de verdade à proposição. É dado, pois, pelo acontecimento discursivo e pelo modo como a prática discursiva relaciona palavras, coisas, conceitos, temas e tipos de enunciação, a partir das regras de formação.

Além disso, o enunciado só existe dentro de um domínio associado, que se constitui de uma rede de formulações possíveis. Não existe, pois, “enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo [...]” (FOUCAULT, 2007, p.111-112). Trata-se de um cenário de coexistência enunciativa (FOUCAULT, 2007), em que o enunciado é sempre margeado por outros enunciados, que “situa essas unidades significativas em um espaço em que elas

se multiplicam e se acumulam” (FOUCAULT, 2007, p. 112)

Outra condição de existência do enunciado é sua materialidade; ele precisa “ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2007a, p. 114). Para explicar esta condição, Foucault (2007, p.114) distingue o enunciado da enunciação. Tem-se uma enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido em uma individualidade espaço-temporal. Logo, “é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não pode reduzir”. O enunciado, por outro lado, é passível de resignificação, dependendo de sua materialidade. É importante ressaltar que não se trata de materialidade sensível (papel, cor ou som) mas é de ordem institucional.

Por fim, Foucault (2007) propõe uma relação entre enunciado e sujeito, que é o responsável pelo exercício da função enunciativa. O sujeito do enunciado não equivale ao sujeito da gramática, tampouco ao autor da formulação. Sobre isso, Foucault esclarece que

[o enunciado] é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la. Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciado”, não é porque houve, um dia, alguém para preferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2007, p. 107-108).

Ao tematizar, desse modo, os discursos pela definição de suas regras de formação,

Foucault afasta-se do indivíduo empírico, autor dos enunciados, e investe no “modo pelo qual o ser humano torna-se ele próprio um sujeito” (FOUCAULT, 2010, p. 274). Destaca, pois, a descontinuidade dos lugares de onde se fala, que implica um sujeito do discurso disperso quanto aos “diversos *status*, nos diversos *lugares*, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (FOUCAULT, 2007, p. 61).

Os discursos são, desse modo, analisados a partir da descrição dos enunciados, que, conforme explica Fischer (2012, p. 80), sua dispersão diz respeito ao seu caráter de acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. Desse modo,

o trabalho do pesquisador será constituir unidades a partir dessa dispersão, mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um certo conjunto, sabendo, em primeiro lugar, que a unidade não é dada pelo objeto de análise. [...] Construir unidades, porém, longe de significar uma operação de simplificação e assepsia de enunciados desorganizados, contaminados e por demais vivos, é um trabalho, como já dissemos, de multiplicação dessa realidade da coisa dita que, segundo Foucault, existe em sua “pobreza”, como situação estreita e singular, que se torna sempre outra, pelo simples fato de alguma vez ter sido falada. Diria, num esforço de síntese, que o discurso, para o analista, é o lugar de multiplicação dos discursos, bem como o lugar da multiplicação dos sujeitos (FISCHER, 2012, p. 81)

As capas de revistas e textos mencionados na seção anterior são considerados, nessa perspectiva, sequências enunciativas a serem analisadas, ou seja, uma série enunciativa que materializa midiaticamente o que pode e deve ser dito sobre a diversidade no âmbito corporativo no momento em que circula. A descrição da relação entre os enunciados dessa série, bem como o levantamento de sua irrupção – enquanto descontinuidade, transformação – caracteriza, pois, uma prática discursiva, que forma, por sua vez, saberes sobre o objeto. Para Machado (2006, p. 148), um ponto importante neste tipo de

análise é que as regras que caracterizam um discurso como individualidade sempre se manifestam como um sistema de relações; “são as relações entre objetos, entre tipos enunciativos, entre conceitos e entre estratégias que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade”. Por isso, devido à emergência político-social contemporânea de inovação, é possível individualizar as características que sustentam a inclusão da diversidade como uma estratégia desse sistema, especificamente numa regularidade dessas relações no campo empresarial.

Debruçar-se neste campo de emergência sob o olhar arqueológico faz da produtividade da diversidade um lugar de investigação que busca construir modos de enunciar a diversidade em uma rede de saberes construídas numa dimensão histórico-social específica. Desse modo,

as camadas da enunciação podem seguir, nesse sentido, uma linha de questionamentos que auxiliam os inquietos com o tempo presente e estabelecer, fixar e organizar um campo de emergência do discurso, assim como identificar e problematizar os discursos que circulam, proliferando ideias, noções e condutas sobre nós sujeitos (MILANEZ, 2015, p. 98).

Neste estudo, ao tematizar a prática midiática sobre a produtividade da diversidade no âmbito corporativo, privilegiaremos as modalidades enunciativas para problematizar as regras de formação dos modos de enunciar sobre a diversidade. Dada a associação entre diversidade e os movimentos sociais de cunho identitário, que clama por representatividade e pela garantia de seus direitos, como mencionado anteriormente, é preciso considerar a inscrição do sujeito do e no discurso nas enunciações midiáticas. Em outras palavras, quem são esses sujeitos “diversos” e como são falados na e pela mídia?

Para fundamentar teoricamente essa abordagem, recorreremos aos três questionamentos fundamentais propostos por Foucault (2007) sobre a formação das modalidades enunciativas,

que podem nos conduzir ao funcionamento de uma prática discursiva sobre a diversidade. O filósofo questiona o *status* de quem fala; os lugares institucionais de onde o sujeito fala; e a posição ocupada pelo sujeito da enunciação. A primeira questão, “Quem fala?”, é desmembrada em várias outras:

Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é o titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2007, p. 56)

Tratando do discurso da medicina, o filósofo explica que as relações construídas entre o médico e a sociedade conferem a ele um estatuto ao enunciar. Em outras palavras, mesmo considerando as modificações pelas quais o *status* do médico passou na civilização ocidental, a fala médica não pode ser enunciada por qualquer pessoa, mas apenas por aqueles que têm o poder e o direito de dizer.

Sobre os lugares institucionais de onde se fala, que legitimam os pontos de aplicação e, conseqüentemente à produção de saberes, Foucault (2007) destaca o hospital, o laboratório e a biblioteca enquanto espaços que autorizam a tomada da palavra pelo sujeito detentor do *status* da fala. São nesses lugares em que há uma observação sistemática, constante e de alcance cronológico maior, que permite a produção de verdades e o modo como a palavra será enunciada.

A terceira questão, sobre a posição sujeito, diz respeito à “situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2007, p. 58). Trata-se de um sujeito que questiona, observa, utiliza instrumentos,

que podem se ressignificar com novos sistemas de registro e de acordo com a instituição. Afastando-se de uma subjetividade psicológica, essa posição de sujeito se constrói como produtor de saberes, enquanto efeito próprio do campo enunciativo, ou seja, o desempenho da subjetividade é marcado pelo limite de um campo de relações.

Foucault (2007, p. 60) esclarece que, “em suma, as modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito – quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora da racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese”. Conclui que as modalidades enunciativas, ao contemplarem os *status*, os lugares e as posições de quem fala, remetem à unicidade do sujeito em sua dispersão.

Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (FOUCAULT, 2007, p. 61)

O sujeito é, assim, uma função vazia a ser preenchida no regime de enunciação por uma pluralidade de possibilidades de tomada de posição e de relações em que as modalidades enunciativas podem funcionar, a partir de práticas discursivas vigentes. Ao lançar esse olhar para a produtividade discursiva da diversidade para o campo dos negócios, seguiremos para a interpretação do *corpus* selecionado, a fim de discutir sobre a problematização levantada: quais os lugares de onde vêm os modos de enunciar sobre a diversidade na mídia especializada, que constroem e legitimam uma condição para o empreendedorismo sustentável e

inovador em uma rede de saberes que caracteriza uma prática discursiva da contemporaneidade?

3 MODOS DE ENUNCIAR SOBRE GESTÃO DA DIVERSIDADE NO ÂMBITO EMPRESARIAL: CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

Uma vez que a descrição verbo-visual é o ponto de partida para se chegar aos modos de enunciação, nosso olhar analítico-interpretativo será lançado a partir de recortes de enunciados verbais e visuais que compõem a reportagem de capa da edição n. 62 da revista *Você RH* (2019). A publicação bimestral da Editora Abril tem como público-alvo os profissionais de Recursos Humanos, explorando tendências, experiências inovadoras e estratégias eficazes na gestão de pessoas, dentre outros assuntos da área.

A reportagem selecionada para o *corpus* é intitulada “Como criar empresas realmente diversas”. O título ocupa o centro da capa, escrito em letras maiúsculas pretas com tarjas brancas e, ao fundo, a imagem ilustra uma explosão abstrata de cores. Abaixo do título principal, o subtítulo segue os mesmos padrões gráficos: “Abrir espaço para o diferente aumenta a inovação, o lucro e o engajamento. Mas construir organizações em que os grupos minoritários tenham representatividade é um grande desafio. Descubra quais ferramentas usar para fazer com que a inclusão se torne estratégia”.

Visto que todo enunciado se constitui numa rede de formulações possíveis, mobiliza-se, a partir da explosão de cores, uma relação interdiscursiva com o domínio da sexualidade, especificamente com a bandeira arco-íris, que se tornou um símbolo da comunidade LGBTI+. Nesse cenário de coexistência enunciativa, a representação do movimento social LGBTI+, materializada nas cores, margeia a discursividade sobre as relações com o

que é “diverso”, com aquilo que foge dos padrões no âmbito empresarial. São nos movimentos sociais LGBTI+ que a questão da diversidade é colocada em pauta com maior vigor e há mais tempo e que tem possibilitado a problematização e multiplicação de unidades significativas, que reverberam e incluem outras categorias, como a religiosa, a linguística, a física, a territorial, a cultural, a étnico-racial, de posicionamento político, de deficiências e de síndromes.

As duas primeiras páginas da reportagem (p. 24 e 25) se constituem dos mesmos elementos da capa; a ilustração, o título principal, agora em letras garrafais brancas que se distribuem ao longo de uma tarja preta em página dupla e um subtítulo: “Abrir espaço para o diferente melhora os indicadores de negócios. Mas construir organizações em que os grupos minoritários tenham representatividade é um grande desafio para o RH”. Comparando os subtítulos da capa e da página inicial da reportagem, notamos apenas três alterações linguísticas. A primeira, o hiperônimo “Indicadores de negócios” substituiu seus hipônimos “inovação, lucro e engajamento”; a segunda alteração se dá com o acréscimo dos sujeitos atingidos pelos desafios – a equipe do RH –; e a terceira, o apagamento do comando que orienta o leitor a “descobrir” como efetivar a inclusão da diversidade, provavelmente utilizado na capa para despertar o interesse no leitor para a leitura.

Ainda sobre o título do texto, destacamos algumas estratégias linguísticas que constroem efeitos importantes para a discursivização da diversidade. Há uma significativa mudança operada no campo gramatical ao substituir a locução adverbial “com diversidade” pelo adjetivo “diversas”. Por meio deste recurso, constrói-se o efeito de que ao implementar políticas de gestão de diversidade a empresa atribui a ela mesma um caráter diverso, ou seja, de uma empresa que possui um diferencial e, por sua propriedade de ser

diferente, se destaca entre as demais que não têm essa preocupação. Criar um ambiente que valoriza a diversidade indica, assim, que, além de ser formada por uma multiplicidade de sujeitos, ela absorve essa característica com uma propriedade definidora dela mesma – não apenas têm diversidade, mas são diversas.

Além disso, não basta a empresa ser diversa, ela deve ser “realmente diversa”. Nesta oração, sintaticamente, o advérbio de afirmação “realmente” tem como escopo o adjetivo “diversas”, expressando, dessa forma, o julgamento do falante a respeito do grau de verdade da proposição com base na realidade. Trata-se de um marcador epistêmico factual (LACERDA, 2012), que assevera sobre algo verdadeiro, tomando como referência o real. Pela perspectiva do sentido, o advérbio introduz uma “verdade” – de que existem empresas diversas, aquelas citadas na reportagem como exemplo-, e, também, marca um pressuposto: o de que existem empresas que apesar de promoverem práticas inclusivas da diversidade, não garantem que os sujeitos sejam incluídos no ambiente corporativo. Este pressuposto é confirmado no decorrer da reportagem, ao ressaltar que muitas empresas até dizem promover práticas inclusivas, ou planejam ações de seleção que contemplem a diversidade, mas não conseguem colocar em prática, ou não há um acompanhamento posterior à contratação. Vejamos alguns trechos:

[1] [...] 78% das companhias priorizam a diversidade na hora de contratar novos funcionários. Mas, por trás de ações bem-intencionadas, muitas empresas ainda não conseguem tirar os planos do papel. (AMÉRICO, 2019, p. 26, grifo nosso)

[2] Se existe um sentimento-chave para a diversidade é a **sensação de pertencimento** – que faz com que as minorias não se sintam estranhas no ninho dentro do ambiente de trabalho (AMÉRICO, 2019, p. 29, grifo nosso)

[3] Conquistar esse ambiente de segurança psicológica para as minorias é um trabalho complexo que passa por dois fatores. O primeiro é básico: **atrair profissionais de diferentes grupos** para que haja representatividade. O segundo está atrelado à **liderança**. Sem chefes que dão o exemplo, a luta pela inclusão não consegue avançar. (AMÉRICO, 2019, p. 30, grifo nosso)

[4] Não existe receita para garantir que uma empresa tenha diversidade. O que se sabe é que as companhias não podem simplesmente lançar programas e esperar resultados. Para dar certo, **é necessário foco na implementação, acompanhamento por parte da presidência e dos diretores e conexão com todas as áreas do negócio**. (AMÉRICO, 2019, p. 37, grifo nosso).

Busca-se, nessa perspectiva, destacar as ações que devem ser implantadas para que as empresas sejam “realmente diversas”. Trata-se de um trabalho constante em prol da diversidade, para que as empresas possam chegar a um *status* de diversa e, conseqüentemente, inclusiva. O primeiro passo, segundo a reportagem, é a orientação dos gestores “sobre a importância da diversidade para os negócios” (AMÉRICO, 2019, p. 30), mostrando o quanto as decisões dentro da empresa são perpassadas por “preconceitos, julgamentos, ideias pré-concebidas e experiências pessoais anteriores” (AMÉRICO, 2019, p. 30). Para ilustrar essas atitudes que são, em muitos casos, colocadas em prática inconscientemente, destaca-se a fala de Liliane Rocha:

[5] É comum ouvir diretores falarem que não contratam mulheres porque o trabalho é muito perigoso”, afirma Liliane Rocha, fundadora da Gestão Kairós, consultoria de diversidade e sustentabilidade. “Esse é um exemplo claro de viés inconsciente, porque os trabalhos de risco não são perigosos somente para as mulheres mas também para os homens” (AMÉRICO, 2019, p. 30).

Após o reconhecimento da importância da diversidade, orienta-se que é preciso treinamento.

Isso significa que a empresa deve promover reuniões, palestras e apresentações com gestores e demais funcionários, de modo a reconhecer e trabalhar com os preconceitos já tão cristalizados. É preciso pensar, então, na revisão dos critérios, desde os modos de seleção até uma política contínua de trabalho com e para a diversidade. Essas iniciativas devem considerar a maturidade da empresa sobre ações inclusivas. Empresas que estão começando a pensar sobre a diversidade ou querem aumentar a inclusão de uma forma mais geral, podem, por exemplo, usar o currículo às cegas para selecionar candidatos. Aquelas que já implantaram políticas inclusivas podem pensar em estratégias mais avançadas, como políticas afirmativas. São citadas no texto iniciativas como flexibilização de horários para mães e para a licença-paternidade, programas de aleitamento materno, auxílio no tratamento hormonal de transexuais e benefícios para casais homoafetivos.

Neste processo, aponta-se como uma questão fundamental o papel dos líderes de diversidade; o profissional da empresa responsável pela implementação e acompanhamento das estratégias. Traça-se um perfil para esses sujeitos:

[6] É importante saber que o responsável pela estratégia de diversidade deve ter um perfil específico. Além de considerar o tema uma bandeira pessoal, é preciso lidar com conflitos, ser flexível, saber navegar entre os vários níveis hierárquicos, entender de números e gostar de acompanhar as metas e as métricas da área. Esse conjunto de habilidades se replica na hora de recrutar os membros para os grupos de afinidades, que reúnem funcionários interessados em ajudar a empresa a melhorar o ambiente de trabalho. Eles funcionam como uma espécie de termômetro. Sabem tudo que está sendo falado, os temas mais delicados, ajudam na implementação das ações e, o mais importante, são um canal para o empregado se abrir e fazer suas considerações. Embora cada time tenha suas necessidades, é preciso ter em mente que a diversidade é interseccional. “O grupo de mulheres, por exemplo, também fala de mulheres negras, mulheres com deficiências, LGBTI+, e vice-versa. É fundamental que esses grupos debatam e conheçam os pontos em comum para tomar decisões que ajudem a empresa a avançar”, diz Ricardo, da Mais Diversidade. (AMÉRICO, 2019, p. 34)

A representação imagética desses líderes é um ponto interessante na composição da reportagem de capa. As 16 páginas do texto são compostas por gráficos, tabelas e cinco fotos. Cada foto ocupa um espaço considerável no *layout*, a maioria uma página inteira. Elas têm o mesmo padrão: retratam um grupo de funcionários, a maioria sentados em salas de reuniões que têm um perfil mais descontraído se comparadas aos ambientes corporativos tradicionais que mobilizamos em nossa memória. Os funcionários em condição minoritária e seus respectivos líderes de diversidade e inclusão, que desempenham as funções de “gerente do RH” ou “consultor de talentos”, conforme as legendas, posam para as fotos sentados em bancos e poltronas coloridas, sempre com postura ereta, semblante espontâneo e os olhares direcionados para o alto ou para os líderes, que olham, por sua vez, diretamente para a câmera. Os líderes ocupam o centro da imagem, estão à frente dos demais sujeitos. Em apenas uma foto, composta por cinco mulheres e cuja legenda indica a equidade de gênero como foco pelo presidente de uma multinacional, todas elas olham diretamente para a câmera.

Nas legendas das imagens, especificam-se alguns grupos, negros, autistas e mulheres (ao destacar a equidade de gênero nas empresas). Nem todos os demais sujeitos que posam para as fotos corporificam a diversidade – eles podem ter algum tipo de deficiência mental, síndrome ou serem gays/lésbicas. Linguisticamente, do decorrer da reportagem, esses sujeitos são agrupados e denominados de diferentes modos. O termo “grupos minoritários”, utilizado nos subtítulos, desdobra-se nas expressões “minorias”, “candidatos diversos”, “população que precisa de mais representatividade”. Ao se referir aos sujeitos que se incluem em alguma categoria da diversidade dessa forma, em primeiro lugar, tem-se uma contraposição com os sujeitos que estariam em condição majoritária, que, na esfera empresarial,

é formado por “homens brancos heterossexuais cisgênero não portadores de deficiência e com identidade entre 35 a 50 anos” (AMÉRICO, 2019, 2019, p. 30).

Em segundo lugar, o modo como esses sujeitos são referenciados / identificados demonstra um atravessamento do social e do discursivo. Uma das ações conclamadas por essas expressões é a demanda pela representatividade desses grupos, que é uma reivindicação de caráter social e histórico. Conforme exposto nas seções anteriores, o tratamento social das especificidades constitutivas do ser humano – as diferenças – é o que resulta nas desigualdades, na discriminação e, conseqüentemente, na exclusão. A problematização dessas relações sociais com a diferença está vinculada aos movimentos sociais que têm, nos últimos anos, reivindicado sua participação plena na sociedade e igualdade de direito, que seria proporcionada, a priori, pela representatividade em campos em que são impedidos de participar. Ao nomear, pois, um grupo de sujeitos como “minoritário”, por exemplo, mobiliza-se práticas sociais, históricas e discursivas sobre o que significa pertencer a esse grupo e as práticas de preconceito sofridas por conta do tratamento social dispensado a uma diferença.

Sobre a oportunidade de inclusão que as empresas devem oferecer a esses sujeitos em situação minoritária, destaca-se o parágrafo final da reportagem:

[7] Os desafios da diversidade são tremendos e, neste mundo em constante transformação, novas questões não vão parar de surgir. As empresas – e os profissionais de RH – têm um papel fundamental nesse tema. *Somente oferecendo oportunidades igualitárias é que pessoas oriundas de realidade hostis e que sentem o preconceito na pele todos os dias conseguirão conquistar um lugar ao sol.* Certamente elas retribuirão com trabalho duro, bons resultados e muito engajamento. (AMÉRICO, 2019, p. 39, grifos nossos)

Fazer com que uma política da diversidade “saia do papel” e seja “realmente” implementada pela empresa demanda, nessa perspectiva, que sejam traçadas estratégias que promovam não apenas a integração – a inserção dos grupos nas empresas-, mas que as empresas também se transformem para acolher esses sujeitos. Trata-se da apropriação do paradigma inclusivista pelo âmbito corporativo que, ao responder a uma emergência do discurso inclusivo, impõe uma exigência à existência da diversidade e precisa desenvolver técnicas de gerenciamento desses sujeitos, sem perder de vista sua essência produtiva e lucrativa.

Ao atribuir uma condição de existência da diversidade nas empresas, objetiva-se enfatizar a necessidade de elaborar e colocar em prática medidas efetivas tanto de contratação quanto de acompanhamento que garantam o convívio de todos os funcionários de modo inclusivo. Para isso, vários casos de empresas bem-sucedidas na política de diversidade são mobilizados como exemplos, enfatizando-se os benefícios que a implantação da gestão da diversidade pode trazer para o negócio. Sobre os benefícios, destacamos alguns trechos:

[8] Os benefícios da diversidade estão cada vez mais claros. Por mais que a *justiça social* e a busca por *melhores ambientes* de trabalho sejam justificativas válidas, não se pode ignorar o fato de que as empresas *dialogam com a sociedade para fazer novos negócios e atrair consumidores*. Por isso, posicionamentos contra grupos minoritários podem afetar diretamente a *imagem da marca*. (AMÉRICO, 2019, p.26, grifos nossos)

[9] As novas gerações, sobretudo a Z (dos nascidos a partir da virada do milênio), estão interessadas em trabalhar *em locais preocupados com a sociedade, com o meio ambiente* e que tenham um *propósito além dos lucros*. (AMÉRICO, 2019, p. 26-27, grifos nossos)

[10] Além disso, a verdade é que empresas inclusivas *ganham mais dinheiro*. A inclusão aumenta não só a receita como também o *engajamento, a produtividade, a atração e a retenção dos talentos*, além de, a longo prazo, *reduzir possíveis custos judiciais atrelados à discriminação*. (AMÉRICO, 2019, p.27, grifos nossos)

[11] A abertura ao diferente e, mais especificamente aos LGBTI+, pode também incentivar a *inovação*. [...] estar num ambiente que estimula a tolerância impulsiona as novas ideias. (AMÉRICO, 2019, p.29, grifos nossos)

A partir dessas considerações, ao problematizarmos os modos de enunciar sobre a diversidade na mídia especializada, compreende-se que o sujeito do enunciado ocupa um estatuto do sujeito que inclui, que aceita as diferenças e que se preocupa com uma “causa” – a representatividade das minorias. Este caráter inclusivo permeia três dimensões. De um lado, empresas diversas (a) buscam melhores ambientes de trabalho que estimulem a tolerância; (b) aumentam o engajamento, a produtividade, a atração e retenção dos talentos e, conseqüentemente, o lucro; e (c) são mais inovadoras.

Por outro lado, tem-se uma relação mais ampla, em relação ao papel social das empresas, já que, segundo os trechos acima, elas (a) se preocupam com a justiça social; (b) dialogam com a sociedade em busca de negócios e de consumidores; (c) se preocupam com o meio ambiente; e (d) têm um propósito. A necessidade de filiar-se a causas sociais tem a ver com a [1] “imagem da marca” e com a [3] “redução de possíveis custos judiciais atrelados à discriminação”. A título de exemplificação, a reportagem destaca um caso de boicote aos produtos de uma empresa decorrente de declarações de seus executivos:

[12] Em 2013, por exemplo, a fabricante de massas Barilla passou por maus bocados após seu presidente, Guido Barilla, fazer declarações homofóbicas. A comunidade mundial LGBTI+ boicotou produtos da companhia depois de o executivo afirmar *que era contra a adoção por casais homoafetivos e que nunca faria um anúncio com uma família homossexual*. (AMÉRICO, 2019, p.26, grifos nossos)

Nota-se que a imagem e o propósito social da empresa pesam muito em seu objetivo maior, a lucratividade, visto que para ganhar dinheiro

a empresa não deve mais se preocupar apenas em vender seu produto, mas também deve evitar prejuízos. É preciso pensar tanto na construção de uma imagem inclusiva, que atenda às demandas sociais e, conseqüentemente, se destaque e conquiste maior público, quanto no cuidado para que quem já está incluído não sofra discriminação, e processe a empresa. Desse modo, a empresa não sofre boicote de seus consumidores, o que pode ser potencializado pelas redes sociais, hoje em dia, nem com processos judiciais.

O sujeito que enuncia, o sujeito do discurso, é representado pelo líder da diversidade, que desempenha papel importante neste processo. Ele é responsável pelo recrutamento e acompanhamento o desempenho dos sujeitos em situação minoritária e sua relação com os demais funcionários. Denominados de “líderes da diversidade (e da inclusão)”, esses sujeitos tem como responsabilidade gerenciar um departamento da empresa específico para essas questões, que deve ter o mesmo caráter das demais repartições: “o setor de diversidade e inclusão precisa ter metas, equipe especializada, comprometimento da liderança, abordagem baseada nas necessidades da organização e métricas para medir o progresso” (AMÉRICO, 2019, p. 26). A posição de líder é ocupada pelo sujeito titular das ações que envolvem responsabilidade social a partir do gerenciamento de mecanismos que estão de acordo com as práticas do campo empresarial.

Sobre os lugares institucionais de onde se fala, há um sistema político, social, ético e moral já instituído que se designa a função que o sujeito deve exercer no discurso, assim como seu estatuto na condição de sujeito. Nessa ordem, atribui-se ao discurso da inovação e de seus gestores, no caso, os líderes das empresas, a autorização para enunciar sobre os sujeitos em situação minoritária. É nesse lugar que se dá a oportunidade de realizar políticas inclusivas, de incorporar à identidade da empresa a responsabilidade e preocupação com causas sociais,

ao mesmo tempo que atende a uma demanda do capital. Para tanto, às empresas são alçadas à função de observação sistemática e constante, que legitimam a produção de saberes.

Sobre a posição sujeito, ao incluir, criar oportunidades e desenvolver as capacidades dos sujeitos que se encaixam em algum segmento da diversidade, o lugar ocupado pelas empresas na condição de sujeito do discurso, é o da lucratividade. Para isso, a dispersão desse sujeito está inscrita no modo como ele passa a atuar também a partir da função de transformador social. Esse sujeito que fala a partir de uma posição empresarial é construído a partir de códigos não só da legislação, mas também éticas e morais. Em outras palavras, os lugares institucionais do sistema político, legislativo, ético e moral designam a função que o sujeito deve exercer no discurso, assim como seu estatuto na condição de sujeito.

Nessa perspectiva, há uma dispersão discursiva dos sujeitos em condição minoritária, já que sua necessidade de representatividade é enunciada por um sujeito que o representa, que fala por eles. Trata-se, pois, de um *status* de sujeito *do* discurso, a partir do qual se enuncia sobre os sujeitos que pertencem aos grupos de diversidade, *no* discurso, mas não se dá a voz a eles. Além disso, constrói-se um efeito de que eles corresponderão à produtividade esperada, como destacado em [7], última frase da reportagem: “Certamente elas retribuirão com trabalho duro, bons resultados e muito engajamento.” (AMÉRICO, 2019, p. 39) Abre-se espaço para esses sujeitos, mas não é qualquer espaço; é de vigilância, de acompanhamento sistematizado em prol da produtividade.

Esses sujeitos em condição minoritária tornam-se, assim, objetos de governo. Na analítica do poder, tal como proposta por Foucault, os indivíduos são controlados a partir daquilo que constitui suas subjetividades. No caso em questão,

o exercício do poder pelo discurso corporativo se dá pela categorização do indivíduo,

marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita. (FOUCAULT, 2010, p. 278)

As mulheres, os negros, os deficientes, os idosos, os LGBTI+ são peças inseridas num dispositivo de poder, que se materializa na produção de discursos considerados verdadeiros pela sociedade. Há procedimentos de saber normalizadores – nomeação de condutas, classificação e hierarquização – materializados na função de líderes de diversidade e nos programas específicos de gestão da diversidade nas grandes empresas tomadas como exemplo. Isso porque, conforme explica o filósofo, a relação entre o exercício do poder e das práticas de liberdade é inerente e incessante em toda existência social. Concretamente, é preciso considerar alguns pontos:

a. *O sistema de diferenciações* que permitem agir sobre a ação dos outros: diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências etc. Toda relação de poder opera diferenciação que são, para ela ao mesmo tempo, condições e efeitos.

b. *O tipo de objetivos* perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros: manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária, exercício de uma função ou de uma profissão.

c. *As modalidades instrumentais*: de acordo com o fato de que o poder se exerce pela ameaça das armas, pelos efeitos da palavra, através das disparidades econômicas, por mecanismos mais ou menos complexos de controle, por sistemas de vigilância, com ou sem arquivos, segundo regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais etc.

d. *As formas de institucionalização*: estas podem mostrar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou de moda [...]; podem também ter a aparência de dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, seus regulamentos próprios, suas estruturas hierárquicas cuidadosamente traçadas, e uma relativa autonomia funcional (como nas instituições escolares ou militares); podem também formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos, como no caso do Estado, que tem por função constituir o invólucro geral, a instância de controle global, o princípio da regulação e, até certo ponto também, de distribuição de todas as relações de poder com um conjunto social dado.

e. *Os graus de racionalização*: pois o funcionamento das relações de poder como ação sobre um campo de possibilidades pode ser mais ou menos elaborado em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado [...], ou, ainda, em função do custo eventual (seja do 'custo' econômico dos meios utilizados, seja do custo em termos de razão constituído pelas resistências encontradas). O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados." (FOUCAULT, 2010, p. 292, grifos do autor)

Trata-se de formas racionalizadas de intervenção política que passam a fazer parte da agenda pública e privada, que operacionalizam o poder sobre a vida. Os regimes nas quais se inscrevem a diversidade fazem aparecer a verdade estrategicamente localizada, que é útil ao governo da conduta das empresas e segue a racionalidade de uma época. Sobre o termo conduta, Foucault explica que

[...] apesar de equivocado, talvez seja um dos que permitem melhor atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A 'conduta' é, ao mesmo tempo, o ato de 'conduzir' os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em 'conduzir condutas' e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 2010, p. 288).

A gestão da diversidade, tal como proposta pela materialidade em foco, age, enquanto tecnologia normativa, tanto na disciplinarização

dos corpos como no controle da população. O poder entra em cena, pois, enquanto regime de forças que atua no sentido de "incitar desejos, gestos e comportamentos. Não deve ser entendido como um jogo de 'soma zero', onde a ação de um indivíduo sobre o outro anula suas potencialidades de ação, mas como possibilidade de agir sobre o comportamento de um indivíduo dando-lhe certa direção" (AYUB, p. 32). Trata-se de uma estratégia de controle ao mesmo tempo individualizante e massificadora; um investimento político que individualiza o controle e torna possível a regulação da população. Os sujeitos em condição minoritária se tornam, nessa perspectiva, produtivos. Sobre essa produtividade do poder, Ayub (2014) explica que

é a partir do fato de que o poder se torna capaz de produzir coisas, discursos, saberes e, ainda, de induzir prazeres, que deve ser buscada a sua presença no corpo social enquanto instância (com)formadora do mesmo. A positividade do poder consiste, enfim, em *produzir* indivíduos normatizados (os "corpos dóceis" de que fala Foucault em *Vigiar e Punir*); adequados, portanto, ao bom funcionamento das instituições sociais. Isso implica o aumento conjunto da produtividade econômica, a obediência política dos indivíduos, produção de saberes, normas, instituições etc. (AYUB, 2014, p. 33 grifos do autor)

O governo da diversidade pelo domínio corporativo inclui, sob essa perspectiva, a liberdade. O exercício do poder, segundo Foucault (2010, p. 289), se dá sobre sujeitos que têm "diante de si um campo de possibilidades, em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer". Desenham-se, desse modo, por meio do exercício da biopolítica, uma genealogia do sujeito em condição minoritária que participa de práticas de liberdade em busca de novas formas de vida. Essa forma de governo dos homens implica sujeitos (individuais e coletivos) que "têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos

modos de comportamento podem acontecer. [...] Não há relações de poder onde as determinações estão saturadas [...] mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar” (FOUCAULT, 2010, p. 289). A liberdade desses sujeitos é, portanto, condição de existência do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o discurso da inclusão da diversidade no interior de uma prática discursiva específica, a empresarial, exige compreender a necessidade de investigar as condições de existência de enunciados que são produzidos na irrupção de acontecimentos discursivos e, portanto, podem ser repetidos, esquecidos, transformados. Ainda que breves, os aspectos teórico-analíticos por ora apresentados apontam para problematizações mais complexas, cujas materialidades captam a opacidade e a complexidade dos sentidos históricos, sociais e econômicos que constituem a diversidade, a desigualdade e a diferença, a partir de suas possibilidades enunciativas.

Quais são, então, os lugares de onde vêm os modos de enunciar sobre a diversidade na mídia especializada? Enuncia-se, conforme exposto, a partir de uma dispersão de uma posição sujeito de gestor da diversidade, que se filia à função de transformador social, uma vez que há lugares institucionais que designam essa função à empresa, sem perder, entretanto, sua essência de lucratividade. O lucro, nesse caso, não se dá apenas pela produção de seus funcionários, mas pela construção de uma imagem positiva da empresa para seus consumidores – engajada socialmente e com propósito -, e que, assim, evita problemas judiciais por discriminação.

É na microfísica das relações sociais – espaço de luta contínua pelo estabelecimento de verdades – que os sujeitos em situação minoritária são construídos e normalizados. A partir dos

dispositivos vigentes, as empresas categorizam os sujeitos por sua individualidade e associam a eles uma identidade. Nessa produção de subjetividades, ressalta-se, conseqüentemente, o desejo pelo poder. E, para isso, diferentes campos do discurso legitimam os saberes e práticas sobre os sujeitos, e seus efeitos são construídos e regulados a partir do que pode e deve ser dito, produzindo, conseqüentemente, verdades ao sistema de pensamento moderno.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Juliana. Como criar empresas realmente diversas. *Revista Você RH*, São Paulo: Abril, edição 62, ano 12, n.4, jun/jul 2019.

AYUB, João Paulo. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2014.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 (Coleção Estudos Foucaultianos, 9)

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREITAS, Maria Ester de. Contexto, Políticas Públicas e Práticas Empresariais no Tratamento da Diversidade no Brasil. *Revista Interdisciplinar de gestão social*. set/dez 2015, v. 4, n. 3, p. 87-135.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos & duelos*. 3. ed. São Carlos: Editora Clara Luz, 2007.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília:

Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INSTITUTO ETHOS E BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/categoria/publicacoes/>. Acesso em: 18 de julho de 2019.

LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha. A multifuncionalidade do advérbio “realmente” na língua portuguesa sob a perspectiva da gramaticalização de construções. *Alfa*, rev. Linguísti. (São José Rio Preto), São Paulo, v. 56, n. 1, p. 169-200. 2012.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MILANEZ, Nilton. Modos de enunciar a pele do corpo: quais os lugares de onde vêm *a pele que habito* de Almidóvar? In.: TASSO, Ismara; CAMPOS, Jefferson. *Imagem e(m) discurso – a formação das modalidades enunciativas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 97-117.

Submissão: 30 de outubro de 2019.

Aceite: 04 de novembro de 2019.

ANÁLISE DISCURSIVA DOS SILENCIAMENTOS NAS PROPOSTAS DO GOVERNO BOLSONARO EM RELAÇÃO AOS DIREITOS TRABALHISTAS

André Luis Guimarães da Rocha¹

Resumo: Num contexto de crise do capital, surge o discurso de um candidato que, prometendo resolver de forma simplista os problemas do país, profere um discurso que viria a reestabelecer a ordem, a moral, os bons costumes e o caminho da prosperidade econômica. Com o escopo de identificar a ideologia subjacente, as condições de produção e silenciamentos reveladores de suas implicações, este estudo se debruçou sobre três sequências discursivas e, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso – AD de perspectiva materialista-histórica buscou as respostas. A análise concluiu que o enunciante evidenciou estar defendendo os interesses do grande capital financeiro, em detrimento da classe trabalhadora, demonstrando estar falando para os trabalhadores, em tom de recado e transmissão de medo, bem como para o capital financeiro internacional e empresários, como forma de angariar apoio.

Palavras-chave: Crise do capital. Direitos Trabalhistas. Neoliberalismo.

DISCURSIVE ANALYSIS OF SILENCES IN BOLSONARIAN GOVERNMENT PROPOSALS IN RELATION TO LABOR RIGHTS

Abstract: In a context of capital crisis comes the speech of a candidate who, promising to simplistically solve the country's problems, delivers a speech that would reestablish order, morals, morals and the path of economic prosperity. With the purpose of identifying the underlying ideology, production conditions and silences revealing its implications, this study focused on three discursive sequences and, from the theoretical assumptions of Discourse Analysis - AD from a materialist-historical perspective sought the answers. The analysis concluded that the enunciator showed that he was defending the interests of big financial capital, to the detriment of the working class. to garner support..

Keywords: Capital crisis. Labor rights. Neoliberalism.

¹ Mestrando em Estudos Linguísticos, (UFAL). E-mail: decogrocha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, tem-se o objetivo geral de analisar três materialidades que estão presentes no plano de governo e nos discursos do candidato à presidência da república do Brasil, eleito em 28 de outubro de 2018, através dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso – AD de perspectiva materialista-histórica.

Serão utilizadas, como corpus desta análise, três sequências discursivas (SD). A primeira está presente no plano de governo apresentado pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à sociedade. Esse documento, intitulado “O Caminho da Prosperidade”, é composto por 81 páginas e trata de vários tópicos, dentre os quais o que versa sobre economia, iniciado na página 50, e que traz em sua página 64 a SD: “Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”. A segunda materialidade a ser analisada neste artigo está presente em várias entrevistas de Bolsonaro, porém, como referência para esta análise, retiramos a SD2 da página Web da Revista *Veja*, publicada na data de 21 de maio de 2018, com o seguinte conteúdo: “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego”. Já a terceira materialidade foi retirada de uma entrevista do, já então, presidente eleito e publicada em matéria do repórter Gil Alessi, em 04 de janeiro de 2019, no site do jornal *El País* no Brasil, contendo o seguinte recorte: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam

empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.”

Para atingir nosso objetivo, tomaremos como categoria da AD o Silenciamento e faremos a análise das condições de produção amplas e restritas, tendo em vista que a AD de perspectiva materialista-histórica prega que o sentido de um enunciado não é apresentado de imediato, na estrutura da língua, antes, sim, é produzido sob a influência de determinadas condições de produção (CP), necessitando, conseqüentemente, de uma análise das materialidades inseridas em seu contexto histórico e ideológico.

Ante o exposto, surgem os seguintes questionamentos: Quais ideologias estão por trás de tal discurso? Quais as condições existentes que permitem a legitimação de um discurso dessa natureza? O que leva parte da classe trabalhadora a destinar seu voto a um candidato que promete retirada de direitos? E o último, porém não menos importante dos questionamentos: O que tal discurso apaga?

Com o escopo de responder a essas indagações, este estudo se dedica a partir dos pressupostos teóricos e da metodologia da Análise do Discurso – AD de perspectiva materialista-histórica, sob a categoria Silenciamento, a desvelar aquilo que fora silenciado nos enunciados postos pelo candidato, visando a mostrar suas efeitos de sentidos e implicações futuras.

ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Uma vez que a proposta do trabalho é analisar sequências discursivas sob a perspectiva da Análise do Discurso – AD de linha francesa e corrente teórica de Michel Pêcheux, em sua categoria de silenciamento, entende-se ser de suma importância posicionar o leitor acerca de noções teóricas e

metodológicas. Para tanto, pretende-se conceituar Análise do Discurso, Discurso, Condições de Produção, Formação Ideológica e Silenciamento.

De acordo com Florêncio et al (2016, p.19), “Análise do Discurso é um campo de estudo ou uma área do conhecimento que tem por objeto de estudo o discurso”, porém, ainda conforme os autores, esse objeto, na linha francesa e corrente teórica de Pêcheux, não está centrado apenas na língua, mas sim na fala, no sujeito e nas relações sociais, diferentemente de outras correntes.

Para Orlandi (2007) apud Florêncio et al (2016, p.23) “a Análise do Discurso se constitui na conjuntura intelectual [...] em que a grande questão é a relação da estrutura com a história, do indivíduo com o sujeito, da língua com a fala.”

A partir das passagens acima, podemos depreender que a AD, na perspectiva pecheutiana, não se limita a analisar frases, falas, textos, levando em consideração simplesmente o que está exposto nessas passagens, limitando-se à estrutura da língua em relação à fonologia, morfologia e sintaxe. Antes, estes campos da Linguística servem como base para análise do processo discursivo que, segundo Pêcheux (2012, p. 128) é o “funcionamento da base linguística em relação a representações postas em jogo nas relações sociais”.

Assim, Pêcheux define discurso como:

[...] uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso. (PÊCHEUX, 2012, P. 214).

O discurso é um conjunto de dizeres que se utilizam da linguagem e que são postos de forma objetiva por um enunciador num determinado momento, o qual deve ser analisado e interpretado subjetivamente levando em consideração aspectos ideológicos do sujeito que enuncia, do contexto em

que enuncia e para quem dirige o enunciado. Ou, como nos mostra Florêncio et al (2016, p. 50), “o discurso é a objetividade feita subjetividade, através de um pôr social feito de linguagem.”

Entendendo ter deixado claros os conceitos de Análise do Discurso e de seu objeto de análise, Discurso, pretende-se explicar o que são as condições de produção do discurso, visto que estas são parte importante para o entendimento do discurso, uma vez que, segundo Florêncio et al (2016, p. 23), o discurso é a “relação indissociável entre língua, história e ideologia”.

Na AD de linha pecheutiana entende-se que todo discurso, por ser produzido nas relações sociais, é construído com base nas contradições, choques de ideias e posições típicos desse convívio, principalmente nas relações de produção, na luta de classes. Nesse sentido, Florêncio et al (2016, p. 27-28) nos mostram que “não há, pois, discurso inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representa os lugares sociais que ocupa.”

As Condições de Produção (CP) referem-se ao contexto histórico, social e político em que o sujeito construiu seu discurso para alguém, em nome de alguém ou algo. Nesse sentido, Pêcheux (2012, p. 214) teoriza CP como “conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condição de dar imediatamente certo número de precisões.” Ainda nesse mesmo sentido, Florêncio et al nos dão a seguinte contribuição:

[...] as relações sociais e a luta de classes são as condições de produção do discurso, compreendendo sujeito e situação, em suas relações sociais, abrangentes da cultura, economia, política, de um determinado momento histórico e de momentos outros, resgatados pela memória sócio-histórica e ideológica, ratificando, assim, o caráter histórico e ideológico do discurso. (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 69).

É nesse sentido que a AD e o Marxismo se encontram e se complementam, pois é baseado nas concepções marxistas que o analista do discurso vai buscar as condições de produção de seu objeto de análise, como se pode depreender do que é exposto por Bahktin/Volochínov:

Para começar, as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. – estão estreitamente ligadas aos problemas de filosofia da linguagem. Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo que lhe é exterior (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1981, p.31).

A concepção marxista mostra que a ideologia é baseada em signos, os quais podem ser expressos em corpos físicos, instrumentos de produção, produto de consumo e na palavra que, segundo Bahktin/Volochínov (1981, p. 36), “é o fenômeno ideológico por excelência.” Assim, a busca por desvelar as posições ideológicas com as quais o sujeito enunciatador se identifica, além da relação com outros discursos, constitui o objetivo da AD.

Para atingir este objetivo, necessário se faz identificar qual ideologia move o sujeito enunciatador, uma vez que, segundo Florêncio et al (2016, p.54), não podemos imaginar a existência de um discurso sem que haja um sujeito que o produza, como também não podemos pensar na existência de sujeito que não tenha ideologia. Essa ideologia buscada está relacionada a uma dada Formação Ideológica, a qual pode ser definida como a posição tomada pelo sujeito enunciatador em meio às contradições existentes no conflito de classes e expressas em práticas sociais concretas, que são particulares, porém, não individuais, uma vez que refletem a ideologia incutida no inconsciente desse sujeito e que contribuem (ou não) para a manutenção do *status quo*:

As formações ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as posições em que os sujeitos se colocam/são colocados. [...] e é no discurso que as formações ideológicas se materializam (FLORENCIO, 2016, p. 71-72).

Para concluir as noções teórico-metodológicas julgadas como necessárias à compreensão da análise das sequências discursivas que serão realizadas neste trabalho, passa-se a esclarecer a categoria da AD denominada Silenciamento, a qual surge da tentativa de dar sentido não somente ao que é dito expressamente, mas ao que é intencionalmente (ou não) calado. Importante considerar que toda tentativa de significação esbarra, também, na instabilidade e incompletude da linguagem que, por sua vez, permite extrair do que não foi dito sentidos múltiplos existentes na formação discursiva ou, mais que isso, a verdade que está por trás daquilo que foi dito, pois, como nos esclarece Orlandi (1995, p. 31), “o real da significação é o silêncio.”

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (ORLANDI, 1995, p.13, grifos da autora).

O silêncio, que revela sentidos nas formações discursivas, por sua vez, não possui uma única forma. Eni Puccinelli Orlandi, em seus estudos sobre as formas do silêncio, apresenta duas formas distintas, quais sejam: o silêncio fundante e a política do silêncio.

O silêncio fundante se caracteriza pelo que não é dito na formação discursiva para que esta possa ter significação. Nesse sentido, Florêncio et al (2016, p.83) salientam que “[...] o silêncio é fundamento para que o sujeito produza sentido e o reinstaure em cada dizer.” Enquanto para Orlandi (1995, p.72), “[...] a linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às

palavras. Movimento permanente que caracteriza a significação e que produz o sentido em sua pluralidade.”

Já a política do silêncio se caracteriza pela escolha do que é dito, silenciando, assim, outros dizeres que trazem em si significados que o enunciante não deseja que sejam revelados. Para Orlandi (1995, p. 75) “[...] a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.”

Outra forma possível para a política do silêncio, trazida por Orlandi (1995, p.76), é o que ela chama de silêncio local, e que se caracteriza pela “interdição do dizer”, pela “censura”. Assim, diferentemente do silêncio constitutivo, essa forma não permite a escolha do que será dito por parte do enunciante, mas sim a proibição da enunciação do que este quer dizer, o obrigando a substituir palavras em sua formação discursiva.

OS SILENCIAMENTOS DE JAIR BOLSONARO: A ANÁLISE DISCURSIVA

Nesta análise, nós nos debruçaremos sobre as seguintes sequências discursivas:

SD₁: “Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”.

SD₂: “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego”.

SD₃: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.”

A primeira SD foi extraída do plano de governo do então candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro, denominado “Caminho da Prosperidade”, enquanto a segunda SD fora retirada de uma entrevista dada pelo candidato aos meios midiáticos e pode ser encontrada na página Web da Revista *Veja*, publicada na data de 21 de maio de 2018.

Realizaremos a análise dessas três sequências discursivas levando em consideração que fazem parte de um mesmo contexto sócio-histórico, tendo, portanto, as mesmas condições de produção, amplas e restritas, o mesmo sujeito enunciante e os mesmos interlocutores. Contudo, iniciaremos a análise pela elucidação de suas formações ideológicas (FI), posteriormente suas condições de produção (CP), tanto amplas como restritas e, em seguida, partiremos para o desvelamento dos silenciamentos.

As três sequências discursivas estão enunciadas sob a Formação Ideológica Neoliberal, o que significa dizer que foram construídas sob a perspectiva de alguém que está posicionado ideologicamente, no contexto da luta de classes, do lado do detentor do capital, seja por pertencer a esta classe ou por reproduzir e defender os anseios dela.

A ideologia Neoliberal surge a partir de uma severa crise do capital ocorrida no início da década de 70 – provocada, principalmente, pela profunda estagnação econômica das sociedades capitalistas daquele período, da elevação dos índices de inflação e da primeira grande crise do petróleo – como “uma espécie de releitura e resgate do liberalismo econômico clássico, pregando uma concepção de

Estado mínimo, um retorno à versão de Estado liberal abstencionista.” (FIREMAN, 2017).

Para que fique claro o que é defendido hodiernamente pela ideologia neoliberal, recorremos ao que nos explica Vêras Neto (2007, p. 288), ao expressar o pensamento de Osvaldo Co-ggiola:

[...] o neoliberalismo corresponde a um conjunto de medidas políticas e econômicas, coincidentes com um ciclo de eventos propiciadores de uma conjuntura histórica ocasionadora da disseminação em escala mundial, de políticas tendentes à privatização econômica e à destruição das conquistas **sociais**;[...] (grifo nosso).

A forma típica de ação dessa ideologia se dá segundo Fireman (2017), através do “desmonte e desaparecimento do Estado a partir de privatizações, processo de desregulamentação, redução drástica de direitos sociais, ausência ou diminuição de políticas públicas compensatórias e de inclusão social, intervenção mínima do Estado na economia”.

Assim, podemos verificar na SD₁, na passagem “[...] todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (**onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais**).”, especificamente na parte destacada, um discurso em defesa dos ideais capitalistas neoliberais promovendo, com a proposta, uma precarização do emprego através da destruição de conquistas sociais, mais especificamente leis trabalhistas, uma vez que o acordo dar-se-ia por contrato individual que permitiria suplantare direitos protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nesse mesmo sentido, a SD₂ evidencia essa FI Neoliberal quando coloca a classe trabalhadora entre a possibilidade de desemprego ou emprego mais flexível, como se observa na parte em

destaque: “aos poucos, a população vai entendendo que é melhor **menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego**.”

A SD₃ segue, ainda, a mesma lógica, deixando explícito o propósito de retirar direitos dos trabalhadores, tentando justificar isso com a geração de empregos e trazendo como paradigma um país neoliberal, conforme podemos constatar nas passagens destacadas: “O Brasil é o país dos **direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos**. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.” Quando utiliza a palavra “excesso”, deixa clara a necessidade de subtrair parte desses direitos para que haja a geração de empregos, tal qual os EUA, onde os trabalhadores “quase” não têm direitos.

Elucidada a Formação Ideológica, passa-se, agora, a abordar as condições de produção das sequências discursivas, iniciando pelas Condições Amplas e, posteriormente, as Restritas.

As crises são inerentes ao modo de produção capitalista e causadas pelo próprio objetivo do sistema, que é a acumulação cada vez maior, como nos afirmam Paulo Netto e Marcelo Braz (2012, p. 170) “[...] a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.” e, também, por Lessa (2014, p.16) “as crises cíclicas nada mais são do que a manifestação de que a abundância inviabiliza o mercado”. Porém, quando acontecem, mesmo que esperadas, causam grande estrago na economia, levando o sistema a se reinventar, superar tais dificuldades e iniciar um novo ciclo, como nos é revelado por Netto e Braz (idem, p. 175): As crises “[...] de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outra, criam as condições para uma reanimação e um novo auge [...]”

Hodiernamente, ainda vivemos os reflexos de uma grave crise do capital, a qual provoca reações neoliberais que buscam apresentar

soluções para superar uma dificuldade, que chega a ser comparada a maior das tensões desse sistema, ocorrida em 1929. Tal alteração teve seu estopim nos EUA, a maior potência capitalista mundial, e se transformou numa crise sistêmica de grandes proporções devido à mundialização econômica, como nos revelam Farhi et al. (2009, internet):

a crise financeira internacional, originada em meados de 2007 no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco (subprime), adquiriu proporções tais que acabou por se transformar, após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, numa crise sistêmica. O desenrolar da crise colocou em xeque a arquitetura financeira internacional, na medida em que explicitou as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira atualmente em vigor, bem como pôs em questão a sobrevivência de um perfil específico de instituições financeiras.

Nesse contexto, o Neoliberalismo apresenta sua ideologia como solução para a recessão econômica com fórmulas de ajustes macro e microeconômicos que depositam nos trabalhadores o ônus do processo de recuperação sistêmica, mantendo o bônus nas mãos dos detentores dos meios de produção. Isso é feito através de uma reconfiguração do próprio sistema capitalista, a qual

resulta simultaneamente em uma precarização do emprego, do salário e da organização dos sindicatos [...]; emerge o desafio de garantir o lucro contra a tendência ao declínio da taxa de lucros [...].

O risco e o sofrimento, dessa forma, são continuamente transferidos para os trabalhadores, alcançando a previsibilidade e a segurança agregadoras de mais lucro ao capital [...] (VÉRAS NETO, 2007, p. 15).

Ainda nesse contexto, Vêras Neto (2007, p. 298) ressalta que a crise “favorece o crescimento da extrema direita neofacista e neonazista; reascendendo os ódios étnicos tribais e o separatismo” assim como “também reaparecem

os ódios raciais e xenofóbicos, expressos nos tribalismos e nas visões fundamentalistas religiosas”.

Pode-se dizer que o cenário supradescrito, de crise do capital e suas consequências, reflete as Condições Amplas de produção das Sequências Discursivas tomadas como corpus no presente artigo. Contudo, para completar a descrição das condições sócio-históricas de produção, pretende-se apresentar as Condições Restritas de produção, o que será realizado nas linhas que seguem.

Inicialmente, é necessário frisar que os três enunciados são veiculados durante, e logo após, o período eleitoral que visava a eleger, entre outros, o novo presidente da república brasileira. Este pleito foi marcado pelo agravamento de uma polarização política iniciada ainda na eleição anterior, em 2014, que, por sua vez, teve origem no agravamento da crise mundial do capital e do discurso ultra neoliberal de uma crescente extrema direita que, somada a uma crise política, fortaleceu a oposição e provocou uma votação cingida, conforme evidencia Osvaldo Coggiola (2016, internet.):

o quadro de acentuação da crise econômica teve repercussões políticas. [...] Abriu-se, nessas condições, uma nova transição política e um período de crise. Dilma Rousseff começou seu segundo mandato depois de vencer o segundo turno só com 51,6% dos votos. Nas eleições presidenciais anteriores, no segundo turno, Lula havia obtido 61,3% e 60,8% (2002 e 2006) e a própria Dilma, 56% (2010). No berço histórico do PT, o ABC paulista, Dilma foi derrotada.

Nesse cenário, os ambientes econômico e político do país foram-se deteriorando, levando a denúncias de corrupção generalizadas, déficits fiscal e primário, queda dos investimentos, aumento do desemprego e de tantos outros índices econômicos, levando o governo a ceder às chantagens do capital especulativo, porém sem obter êxito na tentativa de reverter a recessão. Isso resultou num processo de impeachment que fora questionado pelos partidos

aliados, juristas e imprensa internacional, os quais acusaram um golpe jurídico-parlamentar.

Após a crise econômica se abater de forma fulminante no Brasil, Dilma sofreu um desgaste profundo. Em meio à crise e a inúmeras denúncias de corrupção, seu governo tentou de forma desesperada realizar um ajuste fiscal contra os interesses da grande maioria da população, primeiro timidamente, no final de seu primeiro governo com o então ministro Guido Mantega, e depois de forma mais agressiva com o ministro Joaquim Levy. O desgaste acabou numa guerra aberta com o Congresso, representado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Aos poucos, tanto a tropa de choque de Eduardo Cunha, quanto os deputados da base do governo (os que não faziam parte do PT e do PC do B) e os da oposição fecharam questão em realizar o impeachment para colocar um governo que os blindasse da operação Lava-Jato e realizasse um ajuste fiscal que fosse realizado sem meias medidas, um governo que defendesse os interesses da burguesia, do grande capital, e salvasse o regime político do total esgotamento, evitando que fossem consumidos em escândalos de corrupção e por delações premiadas, com um amplo apoio da grande imprensa e da mídia em suas diversas tendências, da classe média reacionária (os coxinhas) e da quase totalidade dos partidos políticos burgueses (COGGIOLA, 2016, internet).

A derrubada da presidenta eleita, porém, não rendeu os efeitos prometidos e a economia prosseguiu em situação complicada, o que rendeu um aumento do número de desempregados, que saiu, segundo dados do IBGE, de 6,8% em 2014, para 12,7% em 2017. A grande mídia, financiada pelos detentores do capital, buscou imputar a responsabilidade da crise à corrupção atribuída ao PT e aos erros de Dilma, fato contestado por outras fontes midiáticas:

Dois anos depois do golpe que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff, as perdas sociais são inquestionáveis e marcam profundamente a vida de milhões de brasileiros. Um dos aspectos mais contundentes desse processo de retirada de direitos dos trabalhadores influencia diretamente as estatísticas de desempregados no país. [...] Para Cristina Froes de Borja Reis, professora adjunta de Economia e de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), o golpe tem profunda relação com a crise econômica que o Brasil vem amargando, porque se reveste de uma clara ideologia política, voltada para os interesses das grandes corporações financeiras

e industriais.[...] Já na avaliação de Fernanda Graziella Cardoso, também professora de Economia e de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, o desemprego no Brasil aumentou nos últimos dois anos porque a agenda que motivou o golpe de 2016 é guiada pela defesa da austeridade e pela fé na eficiência do mercado, tal como expresso no documento “A ponte para o futuro” (VASQUES, 2018, internet).

As eleições de 2018 seguiram a mesma polarização de 2014, porém alguns fatores trouxeram vantagem para a extrema direita conservadora: a primeira delas foi a prisão do “maior líder carismático da história brasileira desde Getúlio Vargas”, de acordo com Souza (2016, p.47), Lula, que levou parte das classes mais pobres a acreditar no “discurso anticorrupção usado de modo seletivo contra o PT, procurando atingir, sobretudo, seus principais líderes: Lula e Dilma” (SOUZA, 2016, p.106) como também o impediu de ser candidato, sendo que, mesmo preso, dominava as pesquisas eleitorais. O segundo foi o discurso de ódio à esquerda e ao PT, capitaneado pelo candidato Jair Messias Bolsonaro e impulsionado pelo uso das redes sociais e do poder de disseminação das famigeradas Fake News.

A estratégia de conciliação de classes implantada pelos governos petistas, iniciando com Lula em 2002 e indo até o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, levou grande parte da classe trabalhadora a se voltar contra o governo que durante alguns anos havia propiciado “crescimento econômico com a criação de empregos, diminuição da desigualdade pessoal de renda [...], em um contexto de baixa inflação e com retomada relativa do papel do Estado como coordenador de planos de investimento”, como nos mostra De Brito (2019, p. 254-255).

Tal estratégia subverteu a classe trabalhadora à lógica capitalista, acostumando-a às benesses do consumismo ao mesmo tempo em que a levava a um arrefecimento da condição de luta e, até mesmo, a uma perda de sua consciência de classe.

Outro ponto que contribui para tal situação é o fato de essa estratégia ser baseada na figura do líder populista, que “declinaria da estratégia de ruptura com as estruturas econômicas – modelo próprio da classe trabalhadora organizada – e afirmaria um programa que não se confrontasse com o capital.” (SINGER apud FIGUEIREDO, 2019, p. 237). Isso teve como consequência a adesão de boa parte da classe trabalhadora, na crise do capital, a um discurso conservador, neoliberal, neofacista típico da extrema direita, como nos mostra Iasi (2019, p.435):

A crise material da classe é, também, a crise de sua consciência de classe agravada pelo transformismo de sua principal referência política. Dessa forma, amplos setores das massas trabalhadoras se veem presos à ideologia burguesa e a suas derivações, seja na vertente diretamente política (conservadorismo, neofascismo etc.), seja nas suas derivações religiosas (fundamentalismo, obscurantismo, conservadorismo de valores, culto à família etc.).

Diante da situação exposta nas condições de produção amplas e restritas descritas até aqui, abriu-se espaço para a prisão, acompanhada de enorme campanha de difamação, do “maior líder carismático da história brasileira desde Getúlio Vargas” (SOUZA, 2016, p.47), Luiz Inácio Lula da Silva, e, com isso, a propagação de discurso de ódio à esquerda, em que surge como catalisador e difusor o candidato Jair Messias Bolsonaro.

Neste momento, passa-se a olhar individualmente para cada SD que se propõe a analisar com o intuito de buscar revelar aquilo que não foi explicitado no momento da enunciação, pois, segundo Orlandi (1995, p.24), embora sejam utilizadas palavras que já tenham sentidos, “estes não estão nunca completamente já lá. Eles podem chegar de qualquer lugar e eles se movem e se desdobram em outros sentidos.” “Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 2009, p.

147). Assim, no escopo de iluminar os sentidos trazidos nas SDs em análise, buscaremos revelar os silenciamentos contidos em cada uma delas.

SD1: “Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”.

Tal qual orienta Pêcheux, buscar-se-á, primeiramente desvelar qual a ideologia que orienta o discurso. Nesse sentido, duas passagens podem contribuir com essa tarefa: “[...] carteira de trabalho verde e amarela, [...]” e “[...] onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, [...]”.

Na primeira, o fato de enfatizar que a carteira de trabalho terá as cores verde e amarela, cores marcantes da bandeira brasileira, transparece o caráter nacionalista do discurso, típico, segundo Vêras Neto (2007, p.299), da ideologia neoliberal, a qual faz ressurgir “em vários pontos do planeta o regresso de ideologias essencialmente ancoradas nos desígnios tribalistas oriundos da fragmentação e dos nacionalismos xenofóbicos, [...]”.

A segunda passagem destacada, ao sobrepor o contrato individual sobre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), também denota dois aspectos intrínsecos à ideologia neoliberal, ainda segundo Vêras Neto (2007, p.299), que são os “ataques aos direitos sociais”, evidenciados pelo desmerecimento da CLT, e “reforma sindical”, escondida por trás da ideia de “contrato individual” em detrimento dos acordos coletivos mediados pelos sindicatos de classe.

Dessarte, infere-se que a ideologia que conduz o posicionamento do sujeito é a neoliberal. Isso nos levará a buscar os silenciamentos contidos

no discurso buscando os sentidos de uma formação discursiva Neoliberal.

Nessa orientação, buscar-se-á expor o que fora silenciado na SD₁, ao proferir as possibilidades de escolha, por parte do trabalhador, entre a carteira tradicional, azul, e a verde amarela, bem como entre os vínculos empregatícios com todos os atuais direitos trabalhistas e outro, no qual abdicará de parte desses direitos; o que acontecerá aos trabalhadores atuais, uma vez que essa nova possibilidade está sendo ofertada apenas aos novos trabalhadores; e quais seriam os direitos suscetíveis à abdicação, já que o enunciante deixa clara a intenção de manter “todos os direitos constitucionais”.

Ao optar pelo adjetivo “voluntária” e pelo verbo “escolher”, o sujeito tenta transmitir a ideia de que o trabalhador é livre para seguir o caminho que for mais conveniente a si, silenciando a realidade capitalista na qual o trabalhador se encontra numa situação completamente desfavorável em relação ao patronato pela necessidade na manutenção do emprego que traz o seu sustento, principalmente num contexto de altos índices de desemprego, que produz o que, segundo Vêras Neto (2007, p.30), Karl Marx chamava de “exército industrial de reserva”, que seria um “mecanismo sociodemográfico que assume uma importância fundamental com a composição de permanente de excedentes demográfico induzindo a pauperização dos trabalhadores” a qual tem, entre outras, a função de manter os trabalhadores com menores salários e, assim, “impondo uma organização e um poder de barganha limitado dos trabalhadores.”

A negociação é apontada como uma panaceia, ignorando a falta de igualdade entre patrões e empregados, que ocorre em negociações conduzidas em processos de crise, que contam com a nítida imposição de condições hostis em uma conjuntura defensiva para o trabalho no que se refere à defesa dos direitos dos próprios trabalhadores. (VÉRAS NETO, 2007, p.425).

Nesse contexto, ao propiciar as “benesses” da nova carteira de trabalho apenas para os novos trabalhadores, para os jovens que estejam ingressando no mercado de trabalho, o enunciante silencia a situação a que ficarão expostos os trabalhadores que estão empregados, com registros na carteira de trabalho tradicional, azul, e, portanto, com contratos de trabalho regidos pela CLT, assim como, e principalmente, os desempregados que já possuem outros vínculos celetistas firmados na antiga carteira de trabalho. Para a primeira categoria citada, restará o medo do desemprego e a sujeição às mais diversas condições precarizantes, tais como carga horária excedente sem a contrapartida remuneratória, defasagem dos salários, aceitação de ambientes insalubres, impossibilidade de licenças para tratamentos de saúde, entre outras. Já os destituídos, passarão a ter que concorrer por vagas com os “beneficiados” pela nova forma de contratação, os quais, obviamente, serão preferidos por boa parte dos empregadores, dada a “flexibilização” trazida pelo novo método.

As supostas fórmulas criadas para geração de empregos, trabalho intermitente e terceirização de atividade-fim gerarão, isto sim, um deslocamento dos empregados fixos e diretos para as relações intermediadas e temporárias, aumentando a precariedade no mercado de trabalho como um todo, além de fragmentar e fragilizar ainda mais a classe trabalhadora, como forma, inclusive, de aniquilar por completo qualquer possibilidade de exercício de pressão sobre os empregadores no momento da negociação coletiva (SOUTO MAIOR, 2017, internet).

Outro silenciamento importante encontrado na SD₁ refere-se aos direitos que podem ser suprimidos no âmbito do contrato individual propiciado pela carteira de trabalho verde e amarela, uma vez que esta manteria todos os direitos constitucionais. Destarte, na busca por ampliar os lucros, o capital não costuma se contentar com limites, antes, sim, busca ultrapassá-los ou eliminá-los e, ao transferir essa negociação do campo

coletivo para a esfera individual, tal tarefa seria facilitada, não sendo possível, assim, garantir quais seriam os direitos suprimidos nem, tampouco, a manutenção daqueles previstos na constituição.

Isso, no entanto, afronta, diretamente, o projeto de Estado Social, no qual a vontade dos sujeitos não deve prevalecer sobre o pacto de solidariedade que se estabelece por meio de um patamar civilizatório mínimo. [...]

O problema é que se tenta afastar por completo a participação do Estado do controle do respeito aos preceitos constitucionais por meio de fórmulas processuais, que incluem até mesmo a interferência na independência do juiz, dizendo-lhe como deve julgar, se isto eventualmente vier a ocorrer.

Além disso, por mais que o projeto tente assegurar esse efeito, de que nenhum direito será perdido, o concreto é que ao falar que direitos constitucionais não podem ser simplesmente reduzidos, acaba, pela própria expressão utilizada, dando margem à compreensão, em interpretação a contrario sensu, de que mesmos esses direitos podem ser compensados com outras vantagens, mas não estipula o modo dessa “equivalência” e ainda diz que a ausência das contrapartidas não implica em anulação do negociado (SOUTO MAIOR, 2017, internet).

Esperando ter lançado luz sobre os silenciamentos contidos na SD₁, passa-se a iluminar, também, aquilo que fora silenciado na SD₂, a qual se repete em seguida como forma de facilitar tal trabalho. “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego.”

A afirmação feita por Jair Bolsonaro é embasada nos ideais neoliberais, defendidos, também, por Paulo Guedes, que, viria a ser seu “superministro” da economia, e se apoia no argumento de que os altos custos com os encargos sociais seriam a motivação para o desemprego. Em outras palavras, a afirmação transfere a culpa do desemprego da crise do capital para os próprios empregados, como alerta Vêras Neto (2007, p.401), “[...] assim, esse discurso pró-flexibilização

transforma o efeito em causa, desonerando a responsabilidade do capital e colocando os custos dos processos das mudanças e da crise sobre os próprios trabalhadores [...]”. Porém, Souto Maior (2017, internet), ajuda a revelar o silenciado quando explicita o real objetivo de tais movimentos e suas consequências:

ora, a redução de custos por meio da retração de direitos é um abalo no próprio sentido de cidadania, transformando direitos em números e visualizando pessoas como mercadorias. Além disso, economicamente falando, isso só favorece ao processo de acumulação da riqueza produzida pelo trabalho, o que, interessando a poucas empresas, diminui o consumo e, por consequência, prejudica também os próprios empregadores, sobretudo as micro e pequenas empresas.

O que na realidade podemos evidenciar é a estratégia do capital de usar garantias políticas através do Estado para ampliar e legitimar a exploração do trabalhador através da extração cada vez da maior da mais valia, como nos mostra Mézáros (2011, p.576):

A dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente. Consequentemente, a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política, mas apenas as garantias de sua organização formal.

Agora, passamos a analisar os silenciamentos contidos na terceira sequência discursiva: “O Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos. Olha os Estados Unidos, eles quase não têm direitos. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista.”

Ao enunciar que “o Brasil é o país dos direitos em excesso, mas faltam empregos”, o, já então, governo busca mais uma vez relacionar o desemprego à existência dos direitos trabalhistas, jogando, novamente, a culpa pela crise nas costas do trabalhador, como evidenciado na SD₂, e aclarado por Vêras Neto (2007, p.401) “[...] assim, esse

discurso pró-flexibilização transforma o efeito em causa, desonerando a responsabilidade do capital e colocando os custos dos processos das mudanças e da crise sobre os próprios trabalhadores [...]”. Ao mesmo tempo o enunciante visa justificar o ataque aos direitos da classe trabalhadora pelo combate ao desemprego, o que já podemos depreender, ao analisar a SD₂, como sendo uma falácia através das palavras de Souto Maior (2017, internet):

ora, a redução de custos por meio da retração de direitos é um abalo no próprio sentido de cidadania, transformando direitos em números e visualizando pessoas como mercadorias. Além disso, economicamente falando, isso só favorece ao processo de acumulação da riqueza produzida pelo trabalho, o que, interessando a poucas empresas, diminui o consumo e, por consequência, prejudica também os próprios empregadores, sobretudo as micro e pequenas empresas.

Ao tomar os Estados Unidos como paradigma de relação trabalhista, Bolsonaro usa um argumento largamente empregado por quem defende e compactua com seu ponto de vista, que é o de que países, como os Estados Unidos, possuem uma economia forte por não ter rigidez na legislação trabalhista. Assim, transmitem a ideia de estarem buscando uma equiparação a esta superpotência capitalista e, conseqüentemente, uma modernização de nosso modelo econômico.

Essa visão constituiu-se em um mito, uma vez que, segundo Casagrande (2017), “Quem defende ou repete estas ideias demonstra grande ignorância sobre o direito e o sistema de justiça nos EUA” porque eles:

possuem sim uma legislação trabalhista flexível, mas ela é abrangente e complexa, os tribunais americanos detêm ampla competência para julgar conflitos laborais, exercendo-a com rigor, e as empresas americanas gastam bilhões de dólares anualmente com indenizações (e custos judiciais) decorrentes de processos trabalhistas. (CASAGRANDE, 2017, internet).

Em vista do que fora explicitado, inferimos que os enunciados são elaborados por um sujeito identificado por uma ideologia neoliberal, sob condições amplas e restritas que permitiram o ressurgimento de um discurso de extrema direita voltado a defender o lucro dos grandes grupos capitalistas e do mercado financeiro especulativo, postos em risco pela grave crise do capital, em detrimento das conquistas trabalhistas e sociais, obtidas após vários anos de luta, dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Ao realizar a análise das três materialidades propostas neste trabalho sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, materialista histórica, a qual tem como precursor Michel Pêcheux, verificou-se tratar-se discursos de ideologia neoliberal, enunciados sob condições de produção amplas que demonstravam uma grave crise do capital, iniciada no centro do sistema capitalista, EUA, e que se espalhou por várias partes do globo; o movimento neoliberal se apresentando como solução para a crise que surge a partir dos defeitos estruturais do próprio sistema capitalista; e, sob essa condição de crise, o levante da extrema direita com seu comportamento xenofóbico, neonazista, fascista e conservador. Restritamente, as condições de produção se apresentam pelo período eleitoral de 2018, marcado pela polarização política, iniciada ainda na eleição anterior, ocorrido após um processo de impeachment muito contestado, o qual destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff, incidência de altos índices de desemprego, bem como pelo fracasso da estratégia de conciliação de classes aplicadas pelos governos petistas e que levaram grande parte dos trabalhadores ao aprisionamento de sua consciência de classe e a inviabilidade de prosperar como classe autônoma e combativa.

Dessarte, pode-se responder aos questionamentos propostos na introdução do presente trabalho, primeiramente ao se demonstrar que a ideologia que move os discursos em análise é a neoliberal; depois, ao evidenciar que a crise do capital aliada a um fracasso da política de conciliação de classes – a qual provocou um conformismo da classe trabalhadora com a ideologia burguesa baseado no acesso ao consumo, mas que não atacou a desigualdade estrutural, e levou ao aprisionamento da consciência de classe –, juntamente com uma polarização política e um processo de impeachment permitiram a legitimação dos discursos analisados; em seguida, que parte da classe trabalhadora subvertida à lógica capitalista, acostumada às benesses do consumismo, não aceitou perder seu poder de compra e sua perspectiva de mobilidade social e aderiu ao discurso de ódio contra o partido que outrora havia apoiado e, principalmente, contra o líder populista que representava, ao mesmo tempo, essas conquistas e a causa de suas perdas, levando a destinar seu voto a um candidato que prometia tirar seus direitos em troca de emprego e renda; por último, podemos demonstrar que os discursos escondem o uso do Estado como legitimador e garantidor do poder econômico do capital sobre o trabalhador, ampliando a exploração das elites sobre o trabalhador e garantindo os lucros dos grandes capitalistas em detrimento dos pequenos capitalistas e, principalmente, em detrimento do trabalhador, através da extração cada vez maior da mais valia.

Em suma, pode-se concluir que o discurso do candidato Bolsonaro evidenciou estar defendendo os interesses do grande capital financeiro, em detrimento da classe trabalhadora, demonstrando estar falando para os trabalhadores, em tom de recado e transmissão de medo, bem como para o capital financeiro internacional, empresários e classe média, como forma de angariar apoio e financiamento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Desemprego recua em Dezembro, mas taxa média do ano é a maior desde 2012*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

ALESSI, Gil. *Bolsonaro: “Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista”*. El País Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/22/politica/1540230714_377475.html> Acesso em: 23 de julho de 2019.

CASAGRANDE, Cássio. *A Reforma Trabalhista e o “Sonho” Americano: uma grande ignorância sobre o direito e o sistema de justiça nos Estados Unidos*. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-reforma-trabalhista-e-o-sonho-americano-10062017>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

COGGIOLA, Osvaldo. *Impeachment, Crise e Golpe: o Brasil no palco da tormenta mundial*. *Blog da Boitempo*, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/31/impeachment-crise-e-golpe-o-brasil-no-palco-da-tormenta-mundial/>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

DE BRITO, Cássius M. T. M. Bernardes. *Os Governos Lula como Realização da Estratégia Democrático-Popular*. In: IASI, Mauro et al. *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. Parte II, p. 247-272.

ESTADÃO CONTEÚDO. *Para Bolsonaro, é melhor menos direitos trabalhistas que perder o emprego*. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-emprego/>>.

FARHI, Maryse et al. *A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional*. In: *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1, janeiro-março/2009. Disponível em: <<http://www.scielo>

br/pdf/rep/v29n1/08.pdf> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

FIGUEIREDO, Isabel Mansur. Lulismo e Populismo: realização da estratégia democrático-popular e “incompletude do capitalismo”. In: IASI, Mauro et al. *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. Parte II, p. 229-246.

FIREMAN, Ana L. Azevedo. *A Ideologia por Trás do Martelo: uma análise discursiva de decisões judiciais*. Tese (doutorado em Linguística: Análise do discurso) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2017.

FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. *Análise do Discurso: fundamentos & práticas*. 1. ed. Maceió: Edufal, 2016.

HERMANN, Jennifer. Da Liberalização à Crise Financeira Norte-Americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. In: *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 1, janeiro-março/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

IASI, Mauro Luis. O Inventário da Estratégia Democrático-Popular e a Busca de um Caminho para a Revolução Brasileira. In: IASI, Mauro et al. *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. Parte II, Epílogo, p. 431-439.

LESSA, Sérgio. *Cadê os Operários?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

O Caminho da Prosperidade: proposta de plano de governo. Disponível em: <http://politicaedireito.org/br/wp-content/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *A quem interessa essa reforma trabalhista?* Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-quem-interessa-essa-reforma-trabalhista>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

VASQUES, Lucas. Como o golpe aumentou o desemprego e aprofundou a crise econômica. *Revista Fórum*, 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/como-o-golpe-aumentou-o-desemprego-e-aprofundou-a-crise-economica/>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. *Análise Crítica da Globalização Neoliberal*. Curitiba: Juruá, 2007.

VOLOCHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

Submissão: 24 de setembro de 2019.

Aceite: 14 de novembro de 2019.

ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS EM DISCURSOS SOBRE O TRANSTORNO DE ANSIEDADE INFANTIL

Thâmara Soares de Moura¹

Francisco Vieira da Silva²

Resumo: O transtorno de ansiedade é uma das psicopatologias que mais acometem os sujeitos em todo o mundo, incluindo o público infantil. Partindo do exposto, este trabalho tem por objetivo analisar os dizeres que discursivizam o transtorno de ansiedade infantil e, assim, compreender quais as estratégias biopolíticas incidem no corpo infantil acometido com o transtorno. Assim, para a construção das análises, optou-se pelo viés metodológico descritivo-interpretativo, de cunho qualitativo, tendo como *corpus 2* (duas) materialidades que discursivizam o transtorno de ansiedade infantil. Assim sendo, as materialidades denotam que as estratégias biopolíticas intervêm nos corpos infantis intencionando a medicalização dos sintomas e, também, a prevenção de novas crises. Para tanto, considerando que as crianças não estão maduras o suficiente para os cuidados de si, os pais, em parceria com as instituições escolares e médicas, são convocados a atuarem nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade infantil. Estratégias biopolíticas. Medicalização.

BIOPOLITICAL STRATEGIES IN DISCOURSES ON CHILD ANXIETY DISORDER

Abstract: Anxiety disorder is one of the psychopathologies that most affect individuals worldwide, including children. That said, this paper aims to analyze the discourses on childhood anxiety disorder and, thus, understand which biopolitical strategies reverberate through the child body affected with the disorder. With that in mind, data analysis followed a descriptive-interpretative methodological approach, of qualitative nature, having as corpus 2 (two) discursive materialities on childhood anxiety disorder. Based on the analysis pursued, the materialities denote that biopolitical strategies intervene in children's bodies, leading to the medicalization of symptoms and the prevention of new crises. Therefore, considering that children are not mature enough to care for themselves, parents, in partnership with school and medical institutions, are invited to act in this process.

KEYWORDS: *Child anxiety. Biopolitical strategies. Medicalization.*

1 Discente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). E-mail: thamara.soares068@gmail.com.

2 Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), franciscovieirariacho@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A ansiedade é um sentimento/mecanismo natural do ser humano, pois permite que os sujeitos se preparem e/ou se protejam antecipadamente para as situações do dia a dia. Porém, quando esta emoção prejudica as atividades diárias, passa a ser enquadrada como uma psicopatologia, isto é, um transtorno psicológico (ASSIS *et. al.*, 2007). Assim, de acordo com a 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014), podemos conceituar o transtorno de ansiedade como uma espécie de antecipação das ameaças através dos pensamentos de perigo, sendo estimulada pelo medo. Deste modo, os indivíduos que sofrem com o transtorno de ansiedade tendem a apresentar comportamentos de fuga e esquiva de seus pensamentos, além de vigilância e de controle constante em suas relações com o ambiente social.

Diante do exposto, é importante ressaltar que os sintomas e os gatilhos que incitam o surgimento da ansiedade patológica, bem como a reação dos sujeitos frente à situação causadora podem ser de naturezas diversas, desde de fatores genéticos a fatores externos, como, por exemplo, traumas, fobias – sejam elas de cunho social ou específicas, como o medo de animais –, entre outras. É, portanto, partindo deste leque de possibilidades que o DSM-V (2014) classifica os transtornos de ansiedade em 8 (oito) tipos principais, de acordo a sintomatologia e o contexto de emergência: Transtorno de ansiedade por separação, Transtorno de Ansiedade Generalizada, Transtorno Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), Fobia social, Transtorno do pânico, Agorafobia e quadros induzidos por medicamentos, os quais podem ocorrer concomitantemente.

Segundo os últimos estudos realizados pela World Health Organization (WHO, 2017), constatou-se que cerca de 1 (uma) em cada 3 (três)

pessoas sofre com o transtorno de ansiedade em todo o mundo. Voltando o olhar para o público infanto-juvenil, a ansiedade patológica é um dos transtornos que mais se destacam nas estatísticas (WHO, 2005), com cerca de 20% da população afetada³, sendo mais comuns os diagnósticos que envolvem o Transtorno de ansiedade por separação, o Transtorno de Ansiedade Generalizada e o Transtorno Estresse Pós-Traumático (TEPT) (ASSIS *et. al.*, 2007). No Brasil, por sua vez, essas estatísticas podem chegar a 4,6% nas crianças, a 5,8% nos adolescentes e a 9,3% no público adulto, ocupando o primeiro lugar no *ranking* mundial de diagnósticos confirmados nos que concerne à ansiedade patológica (WHO, 2005; 2017).

Apesar de as estatísticas serem alarmantes, o desenvolvimento e a aplicação de políticas de saúde mental em prol, em específico, das crianças e adolescentes em todo o mundo ainda carecem de sistemas de assistência mais bem articulados e democráticos, pois, segundo os estudos desenvolvidos pela WHO (2005), os poucos programas voltados para este público ainda apresentam-se fragmentados, inacessíveis, caros e/ou ineficazes (WHO, 2005). Isso porque tanto os países de baixa renda como os países mais desenvolvidos apresentam poucos investimentos. O fato é que, se não tratados adequadamente, os transtornos tendem a se agravar e acompanhar o sujeito até a fase adulta.

Visualizando, portanto, este cenário deficitário, as instituições médico-psiquiátrica lançam mão de algumas estratégias para garantir a plenitude da vida e a manutenção do bem-estar através de intervenções que extingam a dor e o sofrimento humano. Tais estratégias possibilitam,

³ No ranking mundial, o transtorno de ansiedade infanto-juvenil perde apenas para o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno de Conduta (ASBAHR, 2004 apud VIANNA; CAMPOS; LANDEIRA-FERNANDEZ, 2009). É importante, ainda, destacar que, desse total, 4 a 6% necessita(rá) de intervenção clínica no tocante a algum transtorno significativo.

eventualmente, que estes jovens adentrem nos ideais de normalidade da saúde contemporânea e, assim, produzam adequadamente para a máquina capitalista.

Partindo do exposto, convém ressaltar que estes ideais de cuidado com a saúde não surgiram nas sociedades hodiernas, mas, sim, entre os séculos XVII e XVIII, no período em que o capitalismo se instaurou na Europa em virtude da Revolução Industrial. Assim, interessava às indústrias e, também, ao Estado, investir cada vez mais nos cuidados com a saúde para que a produção capitalista pudesse ser maximizada. A estas novas relações sociais que intencionavam a manutenção da vida foi denominada por Foucault de biopoder e biopolítica.

Logo, podemos compreender o biopoder, de acordo com Foucault (2018a), como uma tecnologia de poder e governo que intenciona a manutenção da vida e da produção de sujeitos saudáveis para que estes possam produzir cada vez mais para a sociedade. Já a biopolítica é caracterizada como um conjunto de estratégias provenientes do biopoder articulado a estratégias de controle e de intervenção, seja por meio da elaboração de estatísticas relacionadas a taxas de natalidade, de mortalidade, de expectativa de vida, entre outros, que possibilitem identificar os déficits para, assim, maximizar a saúde por meio da prevenção e/ou da medicalização. Tais conceitos de biopolítica e biopoder tornam-se, portanto, a pedra angular deste trabalho.

Dessa feita, objetivamos analisar as estratégias biopolíticas em discursos que buscam regular os corpos infantis que sofrem com o transtorno de ansiedade, considerando, portanto, a necessidade de compreender como os imperativos de saber médico atuam nas diversas redes de comunicação para que estes corpos sejam normalizados, controlados e, por fim, medicalizados. Portanto, para compor o *corpus* desta pesquisa, foram

selecionados 2 (dois) materialidades que discursivizam o transtorno de ansiedade infantil, extraídas de diferentes plataformas digitais: (i) uma sequência em quadrinhos no *blog* “CropArt: estimulação infantil e recursos terapêuticos”, que discute, pedagogicamente, acerca dos sintomas referentes ao transtorno de ansiedade, tendo como alvo o público infanto-juvenil; (ii) um *post* do perfil @danidias.oficial, no *Instagram*, em que a administradora (e, também, psicóloga) ensina como os pais podem agir mediante eventuais crises de ansiedade dos filhos.

Assim sendo, para efeito de análise, adotou-se como metodologia o viés descritivo-interpretativo, de cunho qualitativo, ancorando-se, fundamentalmente, no método arqueogenealógico foucaultiano, pois se considera a necessidade de se identificar e compreender tanto a emergência, como a circulação e a atuação dos saberes e dos poderes que envolvem os discursos de combate à ansiedade patológica no corpo infantil. Desse modo, além de calcar-se teoricamente nos postulados de Foucault (2008; 2013; 2014; 2018a; 2018b), também se tecerá diálogos com outros autores, a exemplo de Sibilía (2002), Caponi (2013), Ortega (2008), entre outros.

Além do mais, para uma melhor compreensão e discussão das materialidades, optou-se por subdividir esta investigação em três tópicos teóricos, em que se (a) apresentará alguns conceitos essenciais das teorias foucaultianas como, por exemplo, método arqueogenealógico, discurso, enunciado e formação discursiva; (b) aprofundará os conhecimentos acerca da biopolítica e do biopoder, bem como sobre as regulamentações provenientes do saber-poder médico-psiquiátrico; (c) discutirá acerca das emoções contemporâneas, envolvendo, mais especificamente, os imperativos da felicidade e os discursos da ansiedade; posteriormente, (d) no quarto tópico, tecerá as análises acerca das materialidades citadas anteriormente e, por fim, far-se-á as considerações finais.

1. A arqueogenealogia foucaultiana: conceituações necessárias

Em seus estudos, Foucault (2008) preocupa-se em considerar a abordagem arqueogenealógica nas análises dos discursos que irrompem socialmente, pois tal metodologia possibilita uma observação mais completa dos fenômenos discursivos, considerando, todavia, o prisma de observação adotado. Assim, para uma melhor compreensão, faz-se necessário evidenciar os conceitos e aplicações de tais metodologias.

A arqueologia está ligada à “escavação” dos discursos, de modo que possibilita identificar as práticas que fazem emergir determinados saberes mediante alguns contextos sócio-históricos, o que explica o surgimento de determinados enunciados e não outros em seu lugar. Partindo do exposto, entende-se, pois, por discurso uma rede de signos para além das palavras que são capazes de “impregnar” questões que envolvem o imaginário social, de modo a materializar poderes, saberes e vontades de verdades (FOUCAULT, 2008). O enunciado, por sua vez, é a ferramenta que permite a materialização dos discursos. Portanto, é por meio dos enunciados que podemos identificar condições fundamentais para a sua existência, que são: (a) possuir um referencial, o que “define as possibilidades de aparecimento e de delimitação que dá ao enunciado a estabilidade referencial dos elementos do saber” (SILVA, 2018, p. 239); (b) apresentar uma posição de sujeito, que concerne, *grosso modo*, a prismas de observação e entendimento sociológico; (c) os enunciados podem ser marcados por

ditos e já-ditos, de modo a retomar outros; (d) ter existência material.

Além disso, convém acrescentar que o conjunto dos diversos discursos suscitados por situações sociais, históricas, é denominado por Foucault (2008) de formação discursiva. Podemos, portanto, compreender a formação discursiva como uma série de regularidades que podem ser abstraídas num regime de dispersão, isto é, é uma espécie de “junção de discursos” em que se podem identificar certas relações entre si, seja a partir da formação dos objetos, da formação das modalidades, da formação dos conceitos e/ou da formação das estratégias discursivas. Para melhor esclarecimento e, também, para efeito de análise, iremos nos deter aos três primeiros mecanismos de formação discursiva elencados por Foucault (2008):

(a) A formação dos objetos permite compreender os regimes de existência que discursivizam determinados elementos. Para tanto, esta formação pode ser observada por meio das instâncias de delimitação (delineiam as fronteiras do objeto de discurso por meio da nomeação, instauração e designação do objeto discursivo), da superfície de emergência permite denotar o local de surgimento para, assim, nomear, descrever e analisar; e, por fim, pelas grades de especificação em que se pode separar, classificar e reagrupar os discursos.

(b) A formação das modalidades enunciativas é voltada para o estatuto do sujeito que fala (concerne à propriedade de fala do sujeito mediante as instituições regulamentadoras), para os lugares institucionais (instituições que o sujeito encontra suporte para legitimar o seu

dizer) e a posição de sujeito (a produção discursiva é feita pelo sujeito enunciador, considerando também que este pode mudar a sua posição enunciativa).

(c) A formação dos conceitos, por sua vez, inclui também as formas de emergência e existência dos enunciados a partir da coexistência e da sucessão de outros enunciados já existentes, isto é, os ditos e os já-ditos⁴, fazendo-se uso, também, do domínio da memória discursiva com intuito de esboçar uma linha de continuidade e descontinuidade destes discursos. Considerando, então, que esta formação não se dá de forma harmônica e contínua, pois, muitas vezes, os conceitos discursivos se opõem, Foucault (2008) afirma que a esquematização desta formação deve ocorrer, primeiramente, a partir da observação/descrição da organização dos campos enunciativos num nível macro para, então, identificar uma certa regra de formação e emergência. Assim, tal procedimento analítico pode facilitar a identificação das formas de sucessão dos enunciados, bem como os tipos de correlação que estes possuem entre si e, também, os esquemas retóricos no que concerne às descrições, deduções, entre outras.

Mediante as discussões tecidas acerca da fase arqueológica e, voltando-nos para a fase genealógica, podemos enfatizar

⁴ Os discursos, desta forma, podem ser constituídos por já-ditos – vozes que retomam memórias discursivas dispersas no meio social, aparentemente esquecidas, e que “ressurgem” sob a forma de pré-construídos –, bem como os ditos. A este intercruzamento discursivo a Análise do Discurso denomina de interdiscurso, que estaria, consoante com Courtine (apud ORLANDI, 2001, p. 32-33), num eixo vertical da produção discursiva, enquanto que, no eixo horizontal, estariam as formulações situacionais do intradiscurso, ou seja, aquilo que é dito naquele momento. Porém, levando em consideração a relação direta entre as construções textuais e discursivas, é importante não confundir os conceitos de intertexto e interdiscurso (ORLANDI, 2001).

que esta se ocupa em compreender as relações de saber-poder que propiciam a subjetivação dos sujeitos por meio da norma, da disciplina e da governamentalidade nas práticas sociais cotidianas (SILVA, 2018). Este método, portanto, “adentrou” em um segundo momento da obra foucaultiana e marcou as discussões acerca do biopoder e da biopolítica, que serão discutidos no tópico seguinte.

De todo modo, para a construção deste trabalho interessa-nos o método arqueogenealógico, considerando que este une a investigação da emergência dos saberes (por intermédio do método arqueológico), bem como permite compreender a incidência dos poderes nas respectivas práticas discursivas no âmbito social (por meio da genealogia). Em outras palavras, o método arqueogenealógico permite “analisar o que se designa como ‘o sujeito’, indaga as formas e as modalidades da relação a si pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito” (CASCAIS, 1993, p. 78).

Em síntese, esta investigação observará os saberes e os poderes que circundam as modulações biopolíticas que norteiam a medicalização do corpo infantil no que concerne ao transtorno de ansiedade em específico, sob a perspectiva do método arqueogenealógico. Mas, antes de adentrarmos, propriamente, nas análises, convém tecer algumas considerações acerca do biopoder e da biopolítica.

2. Estratégias biopolíticas e as modulações da corporeidade

Em seu livro *História da sexualidade I: a vontade de saber*, publicado em 1976, Foucault (2018a) afirma

que, por volta do final do século XVII e início do XVIII, na Europa, instaurou-se, em decorrência da Revolução Industrial, um comando social que regulamentava o comportamento dos sujeitos através de Instituições e sistemas de segurança (a prisão, o hospital, a fábrica, por exemplo), com o intuito de assegurar a obediência dos corpos ao poder soberano por meio das disciplinas. Partindo do exposto, as disciplinas podem ser compreendidas como:

O controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. [...] A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2013, p. 133-134).

Ou seja, focalizando a utilidade para as relações capitalistas, as disciplinas docilizam os corpos para que estes obedeçam a regras que potencializam as suas próprias forças de produção. Tal forma de organização social marcada pelas disciplinas, isto é, pela regulamentação do comportamento, foi denominada por Foucault de Sociedade disciplinar. Em suma, este novo poder propiciou a modificação das relações sociais no continente como, por exemplo, o crescimento não planejado do espaço urbano.

Como consequência do cenário de desenvolvimento urbano desordenado na Europa, assistiu-se a um aumento alarmante de doenças provocadas pela má estrutura sanitária. A medicina, então, foi convocada para intervir socialmente como uma estratégia político-médica que partiu do Estado, a fim de controlar os surtos patogênicos que assolavam a população (FOUCAULT, 2018b). A partir desse momento, o Estado assumiu a responsabilidade de administração da vida dos sujeitos, intencionando torná-los mais produtivos para a máquina capitalista. Assim, por envolver questões voltadas à vida e à saúde, foram nestas

sociedades disciplinares que o biopoder e a biopolítica passaram a atuar.

Partindo disto, podemos compreender o biopoder como a instância de poder que intenciona a produção de sujeitos saudáveis para que possam produzir cada vez mais para a sociedade capitalista. Já que esse poder intenciona a “administração dos corpos e a gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2018a, p. 150), tem como premissa fazer viver aqueles que se enquadram nos ideais de saúde vigentes e deixar morrer os que fogem à regra e/ou apresentam-se como ameaças potenciais para a existência do corpo-espécie. Deste modo, para que o biopoder incida o seu controle sob os corpos, faz-se necessária a aplicação de disciplinas diversas, tanto no nível das instituições sociais como também por meio de medidas de controle político-médicas. Tais tecnologias de poder e controle, por sua vez, foram denominadas por Foucault de biopolítica.

Baseando-se, portanto, nas ideias de Foucault, Sibilia (2002, p. 163) discute que a biopolítica pode ser compreendida como uma “gama de tecnologias de poder com foco nas populações como conjuntos de seres vivos coexistentes, que apresentam traços biológicos particulares e, em função disso, são investidos com técnicas e saberes específicos”, isto é, “uma formatação de corpos e alma visando a produtividade”. Esta surgiu a partir de uma necessidade sociopolítica de organização dos sujeitos frente às modificações sociais no que concerne à implementação industrial, com o intuito de aumentar a “força útil dos corpos individuais por meio do treinamento minuciosamente organizado, da docilização dos corpos e da domesticação das almas” (SIBILIA, 2002, p. 159).

Além das mudanças sociais provocadas pelas transformações neo-liberais, as ideias formuladas por Darwin de evolução biológica também auxiliaram nas novas mudanças nos poderes e nos saberes na passagem do século

XVIII à XIX, colocando as questões biológicas no centro das discussões⁵ (SIBILIA, 2002). Para, então, melhor governar segundo os novos ideais biopolíticos, os Estados internalizaram estratégias de disciplinamento dos corpos individuais por meio de técnicas de confissão, observação e exame, implementados nas instituições como a escola, as fábricas, os hospitais, etc. para a dominação, esses poderes se incidiriam, basicamente, sobre o homem-corpo (característica individual, anatômica) e homem-espécie (característica geral, abrangente, biológica) (FOUCAULT, 2018b).

Partindo das discussões tecidas, pode-se compreender que a medicina, portanto, passou a ser uma estratégia biopolítica, pois, ao socializar corpo como uma força de trabalho com a ascensão capitalista, encontrou-se nele a forma de controle (FOUCAULT, 2018b). Contemporaneamente, essa espécie de “monopólio” do poder médico por sobre todas as camadas sociais, aliada aos avanços tecnológicos, continuam provocando transformações discursivas no fazer clínico e, conseqüentemente, na forma de encarar os estados de saúde e de doença:

O que se pode testemunhar é o aumento de vitalidade produzida pela reformulação biológica em nível molecular, que abre um novo campo biopolítico. Estamos frente a um fenômeno ideológico que coloca a saúde como um ideal de prosperidade na sociedade contemporânea, em que os mínimos riscos de adoecer devem ser eliminados em nome do bem-estar e, portanto, a saúde deve ser uma busca constante ainda que não se tenha adoecido. Estamos diante do acirramento de novas modulações da saúde perfeita. (ZORZANELLI; CRUZ, 2018, p. 227)

Nota-se, portanto, um aumento na taxa de indivíduos incluídos no conjunto de risco de diversas doenças, estando ligados, principalmente, “à expansão do mercado de intervenções; às

⁵ Conforme a autora, estes saberes só se estabeleceram na Modernidade porque houve um grande aumento do pensamento cientificista, que permitiu um olhar mais quantitativo, observacional, classificatório e hierarquizado, podendo ser ilustrado, por exemplo, a partir das técnicas de estudo e controle que envolvem a estatística e a demografia.

mudanças na percepção da severidade das doenças; e ao maior recrutamento de populações por meio de tecnologias de rastreamento e diagnóstico” (ZORZANELLI; CRUZ, 2018, p. 227). Assim, essa ânsia crescente em diagnosticar e intervir precocemente marcam os ideais da biopolítica contemporânea, agora desenvolvendo intervenções no nível do genoma.

Esta ideia retoma o discurso do risco, em que intenta-se, a partir da análise do genoma, a prevenção de riscos à saúde, uma vez que o neoliberalismo requer sujeitos cada vez mais úteis e produtivos. Partindo, então, dos ideais da saúde perfeita e do discurso do risco, delimitam-se normas para que os corpos possam ser classificados em saudáveis (normais) ou patológicos (anormais, desviantes). Assim:

A norma designa uma regra de juízo, uma maneira de produzir a regra de juízo. É uma maneira de ordenar multiplicidades, de as articular, de as relacionar consigo mesmas segundo um princípio de pura referência a si. A norma produz objetividade. [...] É, aliás, a única objetividade que nos dá: a norma convida cada indivíduo a reconhecer-se diferente dos outros; encerra-o no seu caso, na sua individualidade, na sua irreduzível particularidade. Precisamente, o normativo afirma tanto mais a igualdade de cada um perante todos quanto infinitas as diferenças. (FOUCAULT, 2010, p. 108-109)

Na modernidade, é o dispositivo genético que predetermina as classificações de normal e anormal (desvios) do material genético. Assim, tudo o que escapa à normalidade dos genes é classificado como erro, falha, e devem ser corrigidos a partir de procedimentos biotecnológicos. Em contrapartida, os pressupostos que norteiam os ideais de anormalidade estão passando por um processo de fragmentação, em que o aumento das classificações de desvios, bem como as possibilidades de combinação dos diagnósticos transcendem as dicotomias saúde/doença e normal/patológico, de modo a serem observados sob diversos níveis de desvio e ficando mais difícil uma

classificação una (SIBILIA, 2002). Além do mais, a medicalização do risco, por sua vez, acarreta um aumento dos falsos positivos, tendo em vista que os sujeitos, uma vez “governados” pelas estatísticas, poderão ser medicados de modo antecipado, mas, possivelmente, sem necessidade alguma (CAPONI, 2013).

Em contrapartida, tais práticas modulam as subjetividades contemporâneas, pois estas passam a se constituir/reconhecer a partir da interiorização dos discursos do risco e do autogoverno⁶. Assim, compreende-se que o somático é a peça-chave para o controle biopolítico. Porém, sistematizar conceitos e definições sobre o corpo, engendrados inicialmente por Foucault, não é uma tarefa tão simples. Isso porque, para o referido autor, o corpo configura-se tanto como invólucro quanto uma superfície moldável, transformável por técnicas disciplinares em que “são impostas proibições e obrigações dos sujeitos, tornando-o alvo de controle exercido cotidianamente na vida dos sujeitos” (BARACUHY; PEREIRA, 2013, p. 318).

Em contrapartida, a resposta desses corpos mediante este controle não é passiva, pois, nas biopolíticas contemporâneas, os corpos adquirem cada vez mais a responsabilidade no cuidado com a sua saúde. Isso posto, Ortega (2008, p. 37) ainda complementa: “de fato, ganhamos mais autonomia, mas amiúde é a autonomia para nos vigiarmos, a autonomia e a liberdade de nos tornarmos peritos, experts de nós mesmos, da nossa saúde, do nosso corpo”. Assim, envolvendo as teorias propostas por Foucault e Ortega, o corpo das asceses seria os corpos da própria disciplina.

Considerando, portanto, que a incidência do saber-poder nos corpos modulam as subjetividades de determinadas épocas históricas, é oportuno discutir as novas formas de se compreender/constituir a identidade nas sociedades em que

a biopolítica atua. Partindo do exposto, Perbalt (2007) argumenta que:

O foco do sujeito se deslocou da intimidade psíquica para o próprio corpo. Hoje, o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo. A sua aparência, a sua imagem, a sua performance, a sua saúde, a sua longevidade. O predomínio da dimensão corporal na constituição identitárias, permitiria falar, segundo o filósofo espanhol radicado no Rio de Janeiro, Francisco Ortega, numa bioidentidade. É verdade que já não estamos diante de um corpo docilizado pelas instituições disciplinares, como há cem anos atrás; [...] Agora cada um de nós se submete voluntariamente a uma espécie de ascese, seguindo ora um preceito científico, ora um preceito estético. É o que Ortega chama de bioascese. Por um lado trata-se de adequar o corpo às normas da científicas da saúde: longevidade, equilíbrio. Por outro, trata-se de adequar o corpo às normas da cultura do espetáculo, conforme o modelo de celebridade.” (PELBART, 2007, p. 60)

Hoje, observa-se, portanto, a reconfiguração da normalidade e a revalorização das singularidades físicas, vendo-as como novas maneiras de existir: deficiências, transtornos neurológicos e singularidades. Ao mesmo tempo assistimos à valorização de singularidades anatomofisiológicas, consideradas tradicionalmente como desvios de regras de normalidade, e que hoje aparecem como novas formas de vida, novas normatividades, não reduzíveis às normalidades tradicionais (ORTEGA, 2008, p. 50). Isto ocorre porque as bioasceses como brecha para a caracterização da identidade a partir do somático, oportuniza a manifestação do psiquismo na formação da subjetividade (ORTEGA, 2008, p. 50). Assim:

As práticas bioascéticas fundem corpo e mente na formação da bioidentidade somática, produzindo um eu que é indissociável do trabalho sobre o corpo, o que torna obsoletas antigas dicotomias, tais como corpo-alma, interioridade-exterioridade, mente-cérebro. [...] A própria subjetividade e interioridade do indivíduo são deslocadas para o corpo; a alma se torna uma relíquia e princípios fiscalistas são adotadas na explicação de fenômenos psíquicos. (ORTEGA, 2008, p. 42).

A partir dos ideais medicalizadores das anormalidades e dos riscos, bem como da busca

constante por segurança, liberdade e longevidade, os sujeitos, em contrapartida, passam a não saber lidar com a dor. O sofrimento é um dos principais elementos que devem ser suprimidos na contemporaneidade, uma vez que não é mais visto como um sintoma fisiológico, inerente ao ser humano, mas, sim, como uma patologia passível de medicalização, estabelecendo-se, portanto, o que o autor denominou de uma “cultura de anestesia sensorial” (ORTEGA, 2008). Partindo disto, convém afunilar as discussões, no próximo tópico, ao campo das emoções nos tempos hodiernos⁷.

3. Capitalismo, imperativo da felicidade e adoecimento mental: uma arqueogenealogia das emoções contemporâneas

A felicidade do homem, na biopolítica contemporânea, é um elemento indispensável ao progresso social. Isso porque é através desta que o desenvolvimento, a produção, a sobrevivência e o fortalecimento do Estado se tornam possíveis. Partindo disso, podemos afirmar que o ideal de felicidade não se restringe apenas a definição de “bem-estar” e “realização” pessoal em si, mas, também, sinaliza a eficiência de produção da máquina capitalista, uma vez que “produzir” sujeitos saudáveis e felizes simboliza mais rendimento a esse sistema (HARDT; NEGRI, 2001). Curiosamente, esse ideal de felicidade, ao contrário do que possamos imaginar, não surgiu exclusivamente na contemporaneidade. Ele começou a ser moldado e disseminado na Europa, a partir dos séculos XVII e XVIII, com a ascensão do Iluminismo.

⁷ Nos tempos hodiernos, identifica-se que a exigência para o trabalho desses sujeitos está mais voltada para as “alegrias do marketing” e para o controle virtual, isto é, sujeitos com “almas capacitadas” e qualidades voltadas para inteligência, a criatividade e as habilidades comunicativas. Esta sociedade atual em que o controle é cada vez mais virtualizado foi chamada por Deleuze de Sociedade de Controle (SIBILIA, 2002).

Como visto no subtópico anterior, visualizava-se, no continente europeu, uma série de transformações sociais, políticas e culturais decorrentes à Revolução Industrial que culminou nos processos de medicalização da sociedade. Nesse contexto, o Iluminismo emergiu como um movimento sociocultural e político, cujos princípios centravam-se nos ideais de felicidade, liberdade e progresso. Para tanto, propunham dominar as questões naturais e sociais, de modo a extinguir todos os perigos que pudessem ameaçar o homem – os predadores, os terrores da fome, das pestes, da violência e a repressão das guerras, das conquistas coloniais, etc. (BAUMAN, 2008; DELUMEAU, 2009), vivenciados desde os primórdios da humanidade e retidos na memória psicológica dos sujeitos (COURTINE, 2016). Em reflexo, algumas promessas foram atingidas no que concerne ao progresso industrial, científico e médico, por exemplo – como podemos visualizar nos tempos hodiernos –, e, junto deles, algumas destas ameaças foram extintas. Porém, em decorrência da obsessão por segurança, os ecos dos perigos não se dissiparam totalmente, deixando os sujeitos sempre em alerta (BAUMAN, 2008). Assim, estabeleceu-se o “medo do medo”, ou seja, um estado de alerta e defesa constante contra os possíveis ataques que pudessem pôr em risco a integridade dos sujeitos.

Este ambiente, portanto, procriou situações de ansiedade (COURTINE, 2016). Essa atmosfera de medo constante, por sua vez, perdura até os dias atuais. Podemos identificar tais proposições ao observar os discursos que circulam na sociedade: nestes, sente-se o medo da instabilidade sociopolítica e econômica de um país, o temor das ondas de violência, a angústia consequente à busca incessante por atingir uma exímia produtividade e eficiência para o mercado de trabalho e, ainda, conciliar a ditadura da saúde contemporânea, por

exemplo. Portanto, é baseando-se nesse cenário de incertezas e medos que Courtine (2016), e Bauman (2008) afirmam que o século atual se configura como a Era da ansiedade:

Um estado permanente de ansiedade individual e coletiva parece ter colonizado os espíritos e as sociedades ocidentais. Essa ansiedade [é] imprecisa, difusa, líquida, ou nebulosa [...] e contagiosa. Ela não conhece fronteiras e permanece presente mesmo na ausência de perigo imediato ou identificável. (COURTINE, 2016, p. 22).

Portanto, esse cenário “líquido-moderno” do nosso século promete um ambiente engendrado por uma ansiedade perpétua, constantemente alerta e aflita (BAUMAN, 2008). Partindo, assim, do pressuposto de que o medo e a ansiedade são elementos indissociáveis – pois um alimenta o outro –, pode-se compreender que, em termos discursivos, a ansiedade nada mais é que uma “célula discursiva dormente, à espera de um objeto e de um agente [...] carregados de ameaças e de inimigos, quando as circunstâncias históricas reclamam-nas e quando tais narrativas voltam à tona” (COURTINE, 2016, p. 22-26).

Assim sendo, há uma transformação da política de proteção da sociedade: antes, focalizada na extinção das causas do medo, hoje, propaga os discursos de manutenção da vida, da espécie, ganhando contornos biopolíticos através do governo de si e do outro ao normatizar a conduta dos sujeitos, numa sociedade de controle (BAUMAN, 2008). É a partir disto que o ideal de felicidade se materializa como o objeto almejado pela biopolítica. Mas, ironicamente, este “imperativo da felicidade” atual exclui aqueles que, por algum motivo, não se encaixam nos “estereótipos saudáveis” socialmente construídos, seja no campo biológico e médico (o corpo magro, bonito e saudável físico e psicologicamente), ou em questões relacionadas à seguridade social, política, econômica, etc. (THEISEN, 2015).

Imperando, portanto, os ideais de felicidade, produtividade e excelência, esta mesma sociedade capitalista, paradoxalmente, gera sujeitos cada vez mais insatisfeitos, ansiosos e menos produtivos para o mercado de trabalho. Apesar do grande progresso das áreas que compõem as suas bases (medicina, ciência, indústria, entre outras), aliado a uma prática constante de exigência sob os sujeitos quanto a sua produtividade, esse sistema, contraditoriamente, não assiste de forma adequada o campo da educação emocional, uma vez que deveria oferecer subsídios no trato psicológico para com os sujeitos. Assim, o cuidado com a saúde emocional tende a permanecer num território mistificado, cheio de tabus, propiciando a fragilização psicológica e, conseqüentemente, física destes (THEISEN, 2015).

Além do mais, as mídias, principalmente as digitais, possuem um grande grau de influência neste cenário de adoecimento. Por seu caráter instantâneo, múltiplo e intenso quanto à disposição e circulação das informações, são capazes de modular os sujeitos, tornando-os cada vez mais esgotados psicologicamente, uma vez que o funcionamento cerebral, em termos fisiológicos, não está adaptado para lidar e processar estas enxurradas de informações.

Tais circunstâncias propiciam, então, o desenvolvimento de inúmeras psicopatologias, explicando o aumento alarmante dos diagnósticos de ansiedade patológica, depressão e demais transtornos nas estatísticas elaboradas por institutos da área da Saúde. Focalizando as atenções aos transtornos de ansiedade e, considerando que os discursos são produtos das práticas sócio-históricas e políticas de uma sociedade (FOUCAULT, 2014), podemos depreender que o contexto social e “psiquiátrico” contemporâneo imprime nas mais diversas práticas discursivas cotidianas os enunciados sobre ansiedade que circundam os

sujeitos discursivos: desde os mais simples sintomas e comportamentos comuns ao transtorno, até, num sentido mais amplo, as tensões do cenário político socioeconômico de um país. Com base, portanto, nas reflexões tecidas acerca das relações existentes entre a biopolítica, o corpo e o imperativo da felicidade nas sociedades capitalistas atuais, o próximo tópico irá investigar, em específico, como estão se dando as modulações biopolíticas no combate ao transtorno de ansiedade infantil.

4. A normalização dos sujeitos infantis acometidos com o transtorno de ansiedade aos moldes biopolíticos

Como discutido ao longo dos tópicos anteriores, pudemos compreender que os ideais biopolíticos são veiculados para a conduta do governo dos corpos a partir dos instrumentos estatais, tendo como premissa a manutenção da vida a partir da valorização do somático e da saúde para, assim, intensificar a produção dos sujeitos para a máquina capitalista. Em contrapartida, para que a performance e a longevidade sejam constantemente aprimoradas, as ações biopolíticas, por meio das instituições médicas, lançam mão de instrumentos de diagnóstico e de intervenção com o intuito de identificar os possíveis déficits e as patologias de maneira prematura para que se possa planejar táticas de prevenção e de medicalização sobre os corpos antes que estes cenários deficitários cheguem a se concretizar e/ou evoluir (CAPONI, 213).

Partindo do exposto, podemos, mais uma vez, voltar o olhar para as estratégias

biopolíticas centradas na erradicação do transtorno de ansiedade infantil. Conforme os últimos estudos desenvolvidos pela WHO (2005), constatou-se que, a nível mundial, o transtorno de ansiedade já acomete cerca de 20% da população infanto-juvenil. No Brasil, por sua vez, essa estatística já atinge 4,6% das crianças e 5,8% dos adolescentes. Esta psicopatologia ocasiona enormes prejuízos no que concerne ao relacionamento e ao desenvolvimento dessas crianças no âmbito social, tendo em vista que, em virtude dos sintomas, tendem a se esquivar progressivamente de atividades sociais que causem algum desconforto intenso. Além do mais, se estes quadros não forem tratados, tais transtornos tendem a piorar na fase adulta, podendo evoluir para quadros de depressão.

Inserindo-se, portanto, numa sociedade de controle em que predominam os ideais biopolíticos de saúde perfeita, algumas medidas de intervenção e de medicalização para esses corpos infantis são desenvolvidas para que estes voltem a produzir adequadamente para a sociedade. Partindo, de tais reflexões, convém observar e compreender como estão ocorrendo as intervenções biopolíticas no que concerne ao transtorno de ansiedade em três materialidades que discursivizam a ansiedade patológica no corpo infantil. Para iniciarmos as análises, tomemos, primeiramente, a seguinte materialidade discursiva:



Figura 1 – Sequência em quadrinhos do blog CropArt

Fonte: <http://blog.cropart.com.br/2017/06/depressao-e-ansiedade-desenhadas-para-todos-entenderem/>

Como podemos perceber, a sequência em quadrinhos extraída do *blog* “CropArt: estimulação infantil e recursos terapêuticos” explica, pedagogicamente, acerca do que é e quais são os sintomas referentes ao transtorno de ansiedade, tendo como sujeito enunciador o próprio ser criança. Isso posto, é interessante atentarmos para o modo de construção da materialidade semiológica, tendo em vista que esta cristaliza-se como uma espécie de representação do ambiente psíquico infantil, pois tanto a personificação dos transtornos psicológicos (ansiedade e depressão), bem como a disposição do plano de fundo em tons de cinza (podendo ser, analogamente, associada à composição cinzenta do cérebro e, conseqüentemente, à *psique*) levam a crer que todo o desenrolar da narrativa ocorre dentro do próprio campo mental da criança⁸.

8 Enfatizamos que, nestas condições de construção imagética, a figura da menina pode ser compreendida como a representação do Eu psíquico.

Além do mais, no tocante à caracterização do monstro do transtorno de ansiedade e o da depressão, podemos identificá-los/diferenciá-los tanto pela coloração como também pelas próprias expressões faciais, de modo que retomam o *modus operandi* de cada psicopatologia. Partindo disso, podemos identificar que o monstro do transtorno de ansiedade apresenta-se numa coloração cinza clara e que, por ser da mesma cor da psiquê, pode retomar os dizeres médico-psiquiátricos no que concerne ao conceito de que a ansiedade é um sentimento natural do ser humano⁹. O monstro da depressão, por sua vez, afigura-se numa coloração cinza escura e sem disposição para as atividades¹⁰.

Para efeito de análise, focalizaremos os enunciados que discursivizam o transtorno de ansiedade. De modo geral, ao observar os efeitos de sentido emergentes na materialidade, identificamos a preocupação biopolítica em promover a conscientização dos pais e responsáveis no tocante ao transtorno de ansiedade sob outra ótica: a partir da vivência/narração da própria criança. Assim, embasando-nos na materialidade do quarto quadrinho em que a mãe mantém diálogos com a criança (e considerando que o público infantil não consegue verbalizar satisfatoriamente as sensações e sintomas provenientes ao transtorno), acreditamos

⁹ A personagem que representa a ansiedade apresenta-se inquieta, suando, em posição de alerta (identificados na materialidade por meio dos olhos arregalados, dentes cerrados e tremendo). Assim, o modo como este se comporta mediante a menina ao adiantar possíveis rejeições dos amigos, por exemplo, denota o fluxo de pensamentos descontrolados, típico aos sintomas do transtorno, e que roubam a sua energia e desgastam-na psicológica e fisicamente.

¹⁰ Convém ressaltar que a interpretação concernente a “indisposição” pode ser intensificada pelas expressões tanto corpórea (sentado), como, também, facial (morbidade, desesperança, tristeza, cansaço e desânimo).

que esta forma de construir a narrativa a partir do olhar do outro foi estrategicamente pensada para sensibilizar e aproximar os pais e responsáveis à realidade da psique infantil, de modo que estes possam compreender melhor os pensamentos e os comportamentos considerados (a)normais da criança, inclusive no que concerne à ansiedade patológica.

Partindo do exposto, o transtorno de ansiedade se configura, no enunciado, como um mal que deve ser erradicado por afetar tanto o relacionamento em sociedade, como a produtividade das crianças. Logo, para que estes corpos se tornem cada vez mais aptos a produzirem para a máquina capitalista, a biopolítica – aliada aos saberes da área médico-psiquiátrica – desenvolve estratégias e intervenções em prol desta recuperação. Desse modo e, considerando que as crianças são seres vulneráveis e dependentes, cujas habilidades para o cuidado reflexivo de si ainda se apresentam imaturas, os pais e responsáveis enquanto sujeitos tutores são colocados como os responsáveis pelo cuidado com a saúde dos seus filhos e, quando necessário, pela identificação precoce do transtorno e pela busca por ajuda profissional.

Nos casos em que o diagnóstico é positivo para o transtorno, por exemplo, o psicólogos e/ou os psiquiatras – vozes autorizadas pelas instituições médico-psiquiátricas –, sugerem aos tutores quais princípios devem seguir para que as crianças adentrem nos ideais de normalidade da biopolítica contemporânea, isto é, nos ideais de saúde perfeita, como podemos identificar na seguinte materialidade discursiva:



danidias.official Segundo 🙋‍♀️ Anais Stenson, Ph.D e pós-doutoranda no Departamento de Psiquiatria e Ciências Comportamentais da Escola de Medicina da Emory University, uma abordagem útil para distinguir a ansiedade normal de um transtorno de ansiedade é 💡 identificar a causa da ansiedade e avaliar 🧑‍🚒 se os sintomas de ansiedade são uma resposta proporcional a ela.

Por exemplo, uma criança que fica ansiosa na hora de apresentar um trabalho na frente dos colegas e faz a apresentação tremendo e até chega a gaguejar um pouco 😬, não constitui necessariamente um transtorno de ansiedade. (sintomas proporcionais)

Agora se a criança fica muito ansiosa quando precisa falar um simples "oi" com qualquer pessoa, seja criança ou adulto 😬, e prefere não frequentar lugares com outras pessoas para evitar que isso aconteça, PODE SER que ela sofra de um transtorno de ansiedade. (sintomas não proporcionais)

Consegue perceber a diferença? 🔍

Agora se o seu filho está mais ansioso, saiba que existe além da estratégia da Pergunta Positiva (se vc não leu corre no último post), outras estratégias que podem ajudá-lo a se acalmar nesses momentos 😬

🎯 Quer saber quais são? 📌

💡 Relaxamento 🧘 - colocar uma música relaxante, pedir para ele fechar os olhos e ajudá-lo a relaxar o corpo

💡 Respiração 🌬️ - ensiná-lo a se acalmar respirando profundamente, vc pode usar a técnica do barquinho, flor, nuvem 🌈☁️

💡 Meditação 🧘 - acalma e relaxa o corpo, aumenta a concentração e melhora tomada de decisão 😊

💡 Ioga 🧘 - trabalha o equilíbrio, a concentração e a meditação 🌟

Quem aqui faz alguma dessas práticas com o filho? 😬

Figura 2 – post do perfil @danidias.official, no Instagram

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BuO2IFobDbK/?igshid=s9n4zvo8fnf2>

Neste *post* extraído do perfil @danidias.oficial, no *Instagram*, a psicóloga (e também administradora da perfil) elenca, para fins informativos, quais as principais diferenças existentes entre os sintomas da ansiedade proporcional e o da ansiedade patológica utilizando como base de exemplificação as possíveis reações da criança mediante algumas atividades do dia a dia. Partindo do exposto, podemos compreender que os dizeres desta postagem destinam-se a um público específico, isto é, aos pais, responsáveis e, eventualmente, aos profissionais da educação¹¹, para, assim, auxiliá-los no reconhecimento da sintomatologia da ansiedade patológica. Além do mais, a materialidade também oferece dicas de como evitar e/ou amenizar as possíveis crises do ser criança, seja por meio da pergunta positiva, dos exercícios de relaxamento, da respiração, da meditação e da ioga.

Podemos identificar características próprias aos saberes da medicina psiquiátrica que classificam os corpos em ideais de normalidade e anormalidade a partir de estudos rigorosos e objetivos, sob o respaldo das instituições médicas ecoados na voz de uma profissional da área psiquiatra. Assim, podemos relacionar estes ideais de normalidade aos fragmentos em que afirmam que se a criança “apresentar um trabalho na frente dos colegas e faz a apresentação tremendo e até chega a gaguejar um pouco”, por exemplo, são reações proporcionais à situação. Porém, quando a criança apresenta ansiedade exagerada para lidar com situações simples e/ou tem tendência a fugir de ambientes que as deixe muito nervosa, isto é, reações não proporcionais, tal sintomatologia poderá ser enquadrada à ansiedade patológica. No entanto, a postagem explicita a importância da figura do médico na confirmação dos casos, retomando,

11 Consideramos, também, os profissionais da educação, já que estes podem lidar diretamente com o público infantil e, inclusive, podem auxiliar neste processo de identificação precoce do transtorno, bem como desenvolver técnicas que facilitam o relaxamento dessas crianças em sala de aula.

então, a ideia de controle característico da biopolítica e das relações sociais contemporâneas.

Além do mais, ao serem diagnosticados e incluídos no grupo da anormalidade, os corpos infantis passam a ser objeto de inúmeras estratégias de governo para a medicalização¹² por meio do controle de si. No entanto, considerando a imaturidade das crianças no que concerne ao autogoverno, a observação e o acompanhamento para efetivar essa medicalização se faz por meio do olhar do outro, isto é, por meio de microrrelações de poder familiar (pais e responsáveis) e escolar (profissionais da educação) em que a responsabilidade com a saúde das crianças é transferida para os sujeitos tutores. Tal estratégia biopolítica é também refletida na materialidade discursiva da postagem a partir do momento em que as vozes que enunciam recomendam a mediação dos exercícios de relaxamento, de respiração, de meditação e de ioga¹³. Estas, portanto, direcionam as atitudes medicalizadoras dos tutores para com os corpos infantis.

Além do mais, vale adentrar nas discussões acerca da medicalização por meio de ansiolíticos. As possibilidades de tratamento para o corpo ansioso infantil incluindo os compostos químicos também podem ser classificadas como uma das estratégias de intervenção da biopolítica, denominada por Foucault de tecnologias de governo. Deste modo, ao incorporar os discursos do risco de adentrarem em novas crises e, modulados pela norma, os corpos infantis mais uma vez são convocados a se autogovernarem através de uma conduta baseada na perícia constante e reflexiva de si por meio do olhar atento do outro, isto é, dos seus tutores no que concerne à administração dos psicofármacos. Assim, para que estas crianças

12 Seja por meio de terapias, exercícios de relaxamento e/ou ansiolíticos.

13 Tal afirmação pode ser identificada por meio dos usos dos verbos no imperativo, como, por exemplo, “colocar uma música”, “usar a técnica do barquinho”, entre outras.

voltem de forma tranquila (mas rapidamente) ao seu ideal de normalidade, necessitam de ajuda por meio da medicação para que elas retornem para o ambiente social. Em suma, tais estratégias medicalizadoras, que incluem desde a particip(ação) ativa dos tutores até as medidas terapêuticas e farmacológicas evidenciam o que Foucault denominou de tecnologias de governo da biopolítica.

Partindo do exposto, podemos acrescentar que os psicofármacos configuram-se como importantes potencialidades tanto biopolíticas como subjetivadoras, pois pairam no que Sibilia (2002) denominou de reprogramação genética, uma vez que tendem a eliminar e/ou neutralizar quimicamente os sintomas de um desequilíbrio psicofisiológico, de modo a calibrar os fluxos interneuronais no nível gênico. Assim, tal reprogramação acaba modulando a identidade dessas crianças: de corpos apáticos, anormais transformam-se, após o processo medicalizador, em seres infantis ativos e com nível de aprendizagem e um desenvolvimento social crescentes/satisfatórios.

CONCLUSÃO

Como visto ao longo deste trabalho, o transtorno de ansiedade é a terceira psicopatologia que mais acomete as crianças em todo o mundo. No Brasil, as estatísticas já atingem 4,6% da população infantil. Como consequência à patologia, os sintomas as indis põem para o desenvolvimento e o relacionamento satisfatório em sociedade. No entanto, se não tratados adequadamente, pode acompanhá-las na vida adulta e, em alguns casos, evoluir para quadros de depressão.

Inseridos, portanto, numa sociedade de controle em que os discursos de valorização da vida incidem nos corpos intencionando medicalizá-los para o reingresso na máquina capitalista,

inúmeras são as estratégias e os instrumentos de intervenção biopolítica que abarcam os corpos infantis para reintroduzi-los nas atividades sociais. Intencionando, então, analisar os dizeres que discursivizam a ansiedade infantil para, assim, sondar quais e como estão se constituindo as estratégias biopolíticas de medicalização desses corpos, convém sintetizar os dados identificados.

De modo geral, compreendeu-se que tais intervenções são voltadas, primordialmente, para a pedagogização dos pais, responsáveis e profissionais da educação, intentando a identificação precoce, pois, embasados no risco de agravamento do quadro, desenvolver ações para intervir o quanto antes. Deste modo, o cuidado de si do ser criança é possibilitado pelo olhar do outro, isto é, dos próprios tutores.

Assim sendo, para que adentrem nos ideais de normalidade, as estratégias biopolíticas embasadas no saber-poder médico-psiquiátrico oferece alternativas para que tais crianças voltem a se relacionar e se desenvolver adequadamente em sociedade, conforme exigido nos tempos hodiernos. Em virtude disto, foram identificadas algumas estratégias que norteiam a normalização do corpo ansioso infantil embasadas no discurso do risco de adentrarem em novas crises, a saber: (a) estratégias de disciplinamento por meio da escola, da família e das instituições médicas; (b) estratégias de controle que envolvem as terapias, exercícios relaxantes, os medicamentos ansiolíticos.

Como consequência à atuação dos saberes e dos poderes, estes corpos são subjetivados segundo a “reprogramação gênica” proposta por Sibilia (2002), uma vez que as terapias e o uso de ansiolíticos permitem a reprogramação a nível molecular para o bem estar das crianças. Assim, estes corpos infantis, quando medicalizados, modificam a sua forma de se constituir.

REFERÊNCIAS

- ASSIS; Simone Gonçalves de; XIMENES, Liana Furtado; QUINTES, Joviana; PESCE, Renata Pires. *Ansiedade em crianças: um olhar sobre transtornos de ansiedade e violências na infância*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES/CNPq, 2017, 88p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros.
- CAPONI, Sandra. Classificar e medicar: a gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos. In: CAPONI, Sandra et al. *A medicalização da vida como estratégia biopolítica*. São Paulo: LiberArs, 2013. p. 97-114.
- CASCAIS, Antonio Fernando. *Paixão, morte e ressurreição do sujeito em Foucault: Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Cosmos, n.19, 1993. p.77-117.
- COURTINE, Jean-Jacques. A era da ansiedade: discurso, história e emoções. In: CURSINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Orgs). *(In) subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EduFSCar, 2016. p. 15-29.
- DELUMEAU, Jean. Introdução: o historiador em busca do medo. In: *história do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 11-52.
- FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michael. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Produção biopolítica. In: HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 41-60. Tradução de: Berilo Vargas.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.
- ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 256p.
- PERBALT, Peter Pál. *Biopolítica. Sala Preta*, v. 7, p. 57-66, 2007.
- PORTO ALEGRE. American Psychiatric Association. Artmed. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V*. 2014. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. Disponível em: <https://aempreendedora.com.br/wpcontent/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.
- SIBILIA, Paula. Biopoder. In: *O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- THEISEN, Cristiana. *Ansiedade: sintoma social contemporâneo*. 2015. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Departamento de Humanidade e Educação, Universidade Regional do Noroeste, Santa Rosa, 2015. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3309>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- SILVA, Francisco Vi eira da. Muito além do peso: modulações biopolíticas em discursos sobre a

obesidade infantil. *Calidoscópico*, v. 16, n. 2, p. 237-248, mai/ago, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Atlas: child and adolescent mental health resources: global concerns: implications for the future*. World Health Organization, 2005. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/43307>. Acesso em: 15 Jul. 2019

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; CRUZ, Murilo Galvão Amancio. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, [s.l.], v. 22, n. 66, p.721-731, 21 maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622017.0194>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Submissão: 24 de setembro de 2019.

Aceite: 05 de novembro de 2019.

ANÁLISE DE DISCURSO PEDAGÓGICO: DA MATERIALIDADE LINGUÍSTICA À MATERIALIDADE DISCURSIVA

Rosyane Mayre Pimenta Natal¹

Resumo: Toda manifestação de linguagem é atravessada por questões subjetivas. Isto significa que um texto e seu sentido, por exemplo, não se faz apenas de uma materialidade linguística. Por estarmos inscritas no campo do discurso, ao olhar para a materialidade linguística, buscamos relações com o extralinguístico. Este extralinguístico a ser considerado é, em Análise de Discurso de filiação francesa, o ideológico, o social, a história e o próprio sujeito enquanto interpelado pela ideologia. Nesta pesquisa, mobilizamos algumas sequências discursivas identificadas à formação discursiva do discurso pedagógico com objetivo de produzir um gesto de análise que coloque em evidência os sentidos em relação ao sujeito-aluno e sua produção escrita. A partir disso, espera-se produzir uma discussão profícua a respeito das noções de autoria, lugar discursivo e sobre a escrita que se pratica na escola.

Palavras-chave: Linguagem escrita; Alfabetização; Lugar discursivo; Autoria; Fracasso escolar; Análise de discurso.

PEDAGOGICAL DISCOURSE ANALYSIS: FROM LANGUAGE MATERIALITY TO DISCURSIVE MATERIALITY

Abstract: Subjectivity crosses every language manifestation. This means that a text and its meaning, for example, is not just a result of linguistic materiality. Since we are inscribed in the field of discourse, when looking at linguistic materiality, we seek for relationships with the extralinguistic. Consider the extralinguistic as, in the Discourse Analysis of French affiliation, the ideological, the social, the history and the subject itself as interpellated by ideology. In this research, we gather some discursive sequences identified to the discursive formation of the pedagogical discourse in order to produce a gesture of analysis that highlights the meanings in relation to the subject-student and his written production. Based on this, it is expected to produce a fruitful discussion about the notions of authorship, discursive place and about the writing that is practiced in school.

Key-words: written language; literacy; discursive place; authorship; school failure; discourse analysis.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos (UFPR). E-mail: rosyane.fono@gmail.com

Análise de discurso: onde teoria e método se entrelaçam

A Análise de Discurso (AD) articula língua, ideologia e sujeito, e esta articulação é feita no entremeio entre a Linguística, a Filosofia e as Ciências Sociais. Mais especificamente, a AD articula conhecimentos⁴ da teoria da sintaxe e da enunciação, da teoria da ideologia e da teoria do discurso enquanto determinação histórica. Estes conhecimentos são atravessados por uma noção de sujeito que é emprestada da psicanálise. É a partir desta articulação que o pesquisador em AD pôde entender a ideologia enquanto aquilo que abre o discurso para a possibilidade de falhas e equívocos. A manifestação da ideologia no discurso é considerada a partir da historicidade e, em AD, esta manifestação é considerada como materialidade discursiva, inserida em um funcionamento discursivo. Nas palavras de Orlandi (2014, p. 26), podemos considerar a ideologia enquanto “interpretação de sentido em direção determinada pela relação da linguagem com a historicidade, matéria da contradição e do equívoco, em seus mecanismos imaginários”.

A ideologia se realiza nas instituições correspondentes, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), sendo a Escola uma destas instituições. Neste sentido, “a prática escolar produz formas particulares que podem ser designadas pela ‘ideologia escolar’” (ALTHUSSER, 1999, p. 109). Com isso o autor que dizer que há uma Ideologia Primária, que tem seus elementos determinados pela ideologia de Estado e se realizam nos AIE, e há uma Ideologia Secundária, subordinada à primeira, que é produzida no interior dos AIE (ALTHUSSER, 1999, p. 110). A Ideologia Secundária é subordinada à Primária porque “são produzidas por uma conjunção de causas complexas nas quais figuram, ao lado da prática em questão, o efeito de outras ideologias exteriores, de

outras práticas exteriores – e, em última instância, por mais dissimuladas que se encontrem, os efeitos mesmo longínquos, na realidade, muito próximos, da luta de classes” (ALTHUSSER, 1999, p. 110). Por este motivo, para compreender o AIE Escolar e sua subformação ideológica, devemos compreender quais são e como funcionam as formações ideológicas do Estado.

Antes da sociedade tornar-se essencialmente capitalista, o AIE dominante era a igreja. Após a Revolução Francesa, a burguesia foi gradativamente se fortalecendo e buscando formas de garantir sua hegemonia política e ideológica com objetivo de perpetuar as relações de produção capitalistas. Com isso, Althusser propõe a tese de que o AIE que foi colocado como dominante nas sociedades em que o capitalismo estava bem estabelecido é o AIE escolar. O par igreja-família teria sido substituído pelo par escola-família. O AIE escolar, tal qual todos os AIE, funciona de modo a reproduzir as relações de produção vigentes no capitalismo. Cada AIE faz isso de uma maneira que lhe é própria e o AIE escolar faz isso de uma forma silenciosa. A criança, desde muito cedo, é submetida a anos e anos de exposição a um “savoir-faire” que é totalmente revestido ideologicamente. Esse savoir-faire prepara as crianças para o trabalho, que pode ser de toda ordem, mas não para qualquer criança. É pelo funcionamento ideológico que os lugares sociais serão “obviamente” ocupados por cada criança: uns serão explorados, outros serão agentes da exploração. Nas palavras de Althusser:

Ora, é pela aprendizagem do que se reduz, no final das contas, a alguns “savoir-faire” definidos, revestidos pela inculcação maciça da ideologia da classe dominante que são, por excelência, reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados. Antecipo, aqui, em relação às demonstrações que forneceremos, proximamente, dizendo que os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista estão, naturalmente, encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola que reina à escala universal, já que se trata de uma das formas

essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (...) (p. 169).

Em outras palavras, na escola aprende-se alguns conteúdos (escrita, números, geografia, literatura...), mas também aprende-se regras (de convivência, de boas maneiras, de moral...) as quais todo sujeito precisará conhecer e praticar para garantir a reprodução das condições de produção. Neste sentido, a escola busca garantir a existência da submissão dos operários à ideologia dominante e a existência da submissão dos agentes da exploração a esta mesma ideologia dominante, cada um desempenhando seu papel. E a escola desempenha esse papel tão bem justamente por conseguir passar a ilusão de neutralidade, de sem ideologia, laica.

Em Pêcheux, a ideologia é entendida como um dos princípios organizadores da Formação Discursiva (FD), juntamente com a noção de sujeito. Neste sentido, a FD expressa o que pode e deve ser dito a partir de determinada conjuntura ideológica. Pêcheux acredita que nenhum discurso é constituído ao acaso, mas sim que a ideologia é sempre uma força constitutiva dos discursos, e que a possibilidade de discurso ocorre na língua enquanto materialidade da qual emanam os efeitos de sentido. E o lugar da constituição dos sentidos é a FD (PÊCHEUX, 2014).

Na presente pesquisa, a noção de formação discursiva é muito importante porque um tipo específico de discurso nos interessa especialmente: o discurso pedagógico (DP). A FD do DP apresenta um modo de funcionamento já cristalizado, porém, através do trabalho de análise realizado a partir da materialidade discursiva, é possível produzir uma discussão fértil do ponto de vista da articulação entre língua e ideologia.

Segundo Orlandi (2006), o discurso pedagógico é caracterizado como predominantemente

autoritário, pois nele a polissemia está contida, o referente está “ausente”, os interlocutores são “apagados” e há um agente exclusivo. Nesse tipo de discurso pedagógico, a utilidade e o interesse do interlocutor não estão em jogo. Ao contrário, os conteúdos apresentam-se como algo que se “deve” saber, no imperativo, e se instaura a noção de “erro”. Isso ocorre devido ao modo de construção do discurso pedagógico, que se pretende representante do saber científico, objetivo e homogêneo. Trata-se de um dizer institucionalizado que se origina na Escola e que, em tese, existe para transmitir informação de forma neutra. No entanto, as condições de produção do discurso pedagógico apontam para a “contenção da polissemia”, ou seja, não há rompimento e transformação de sentidos, apenas o “retorno constante a um mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2006, p. 29), representado por um único agente, o professor, e que busca “estancar a reversibilidade”. O discurso pedagógico usa a cientificidade para se disfarçar de transmissor de informação, mas isto ocorre de forma a fixar definições, a produzir cortes polissêmicos e “encadeamentos automatizados que levam a conclusões exclusivas” (ORLANDI, 2006, p. 29). Deste modo, o professor não se mostra como o mediador do saber científico, mas sim como origem do próprio saber, equivalendo o saber e o dizer. É neste sentido que o discurso pedagógico aparece como “discurso do poder”: ele instaura a noção de erro ao mesmo tempo em que se coloca como detentor do saber (ORLANDI, 2006).

Sustentando as noções expostas até aqui, há uma prática. Esta prática é estritamente escolar e relacionada às formas pelas quais a linguagem escrita é trabalhada. A escrita de um texto, por exemplo, conta com uma anterioridade e deveria haver, também, um “depois”, um “ir além dos muros da escola”. No entanto, o que geralmente vemos é que o destino do texto na escola não vai além da correção seguida pelo engavetamento. O

engavetamento dos textos escolares impossibilita a circulação dos sentidos, impossibilita que outros leitores possam trabalhar os sentidos do texto, e isso interfere negativamente no ensino da escrita, pois a escrita parece mercadoria de troca entre o aluno e a escola. Neste sentido, Geraldi comenta:

A produção de textos na escola foge totalmente ao sentido de uso da língua: os alunos escrevem para o professor (único leitor, quando lê os textos). A situação de emprego da língua é, pois, artificial. Afinal, qual a graça em escrever um texto que não será lido por ninguém ou que será lido apenas por uma pessoa (que por sinal corrigirá o texto e dará uma nota para o texto)? (GERALDI, 1984, p 54).

Nesta mesma linha de pensamento, Brito (1984) problematiza o fato de que, na escola, a interlocução não é trabalhada. Assim, o aluno fala para um “não sei quem”. Ao mesmo tempo, a instituição escolar é “o grande interlocutor” nas atividades de linguagem desenvolvidas pelo aluno, o que poderá ser problemático se pensarmos, como já comentado anteriormente, que a escrita deveria transpor os limites da escola, não ser mera atividade escolar. Este “grande interlocutor” é personificado na figura do professor e traz consigo uma série de efeitos, como o efeito de autoridade, de detentor do saber, de guardião da língua.

É importante ressaltar que, para a análise do discurso pedagógico a que me proponho, todas estas questões são importantes, pois ajudam a compreender e a formular o arquivo, tal como definido por Pêcheux. No entanto, não se trata de acusar os professores de serem desinformados sobre questões de língua e de discurso e/ou apontar falhas em suas práticas. Sabemos que o discurso pedagógico e até mesmo a prática pedagógica ocorrem a partir de uma historicidade, a partir de uma memória acerca dos sentidos atribuídos ao aluno, à escrita e à escola.

Para entrar no jogo da linguagem e constituir-se como sujeito falante, a pequena criança precisa

da significação do outro. É o outro que lhe interpreta (corpo e fala), que lhe alça ao lugar de falante, que lhe insere no funcionamento da língua. De forma parecida, para assumir o papel de autor, o sujeito precisa estar submetido à interlocução, ou seja, precisa do outro enquanto possibilidade de atribuição de sentidos. Este outro também pode ser o Outro com letra maiúscula, representando a língua em funcionamento. Em AD, pensamos a escrita enquanto discurso que se constrói no atravessamento de outros discursos. Conforme Coracini,

O escrito é sua escrit(ur)a; somos produzidos na e pela escrit(ur)a – ou, melhor dizendo, pelo discurso – que vem de mim e do outro – na medida em que apenas este nos confere lugar, posições-sujeito, uma identidade, ainda que efêmera, ainda que sempre em mudança, mudança que vem do outro e que se faz verdade em mim, no arquivo – sem lugar – do inconsciente, no arquivo das obras que damos a conhecer, obras-livros, obras-textos, mas também obras-ações, obras-attitudes, obras-comportamento. [...] Por isso, não basta que o outro fale por nós de nós, é preciso que eu fale, que eu escreva, que eu me chame, enfim, que eu construa a “minha” identidade – que é sempre “do outro”, que vem do outro, já que só me vejo pelo espelho do olhar do outro, como afirma Lacan (1949-1998) [destaques da autora]. (CORACINI, 2008, p. 183).

Geraldi (1984, p. 122) comenta que, na escola, o sujeito não coloca sua palavra no texto, mas sim exercita o uso da escrita através de uma situação artificial para que, um dia, seja capaz de se expressar verdadeiramente através da escrita. O uso da escrita com sentido fica, então, para o futuro. Nas palavras do autor, “ao descaracterizar o aluno como sujeito, impossibilita-se-lhe o uso da linguagem. Na redação, não há um sujeito que diz, mas um aluno que devolve ao professor a palavra que lhe foi dita pela escola”. Para mudar este quadro, tanto o aluno como o professor deveriam ter suas imagens retrabalhadas, ou seja, a função aluno e a função professor deveriam passar por deslocamentos.

A AD tem como objeto específico o discurso enquanto efeito de sentidos entre os sujeitos (PÊCHEUX, 2010). Trata-se de um objeto que se constitui na materialidade linguística, mas esta por si só não garante a análise a que se propõe o analista de discurso. É preciso compreender que cada sequência discursiva está ligada a dizeres anteriores e, até mesmo, a dizeres futuros se pensarmos no jogo de imagens que os sujeitos estabelecem no momento da enunciação. Tais jogos pressupõem tanto o já dito como as possíveis implicações de seu dizer em outros dizeres. Isso significa que o histórico, o político e o inconsciente estão implicados em cada discurso que possa ocorrer, e em suas mais variadas formas. É por esses motivos que a AD não toma como diretas as relações entre os sujeitos e a linguagem.

Ressalto, portanto, que o sentido com o qual trabalhamos não é o sentido literal, é o sentido intervalar, “é o resultado de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem, este intervalo não é um vazio, é o espaço configurado pelo social” (ORLANDI, 2006, p. 139).

Buscando compreender a forma pela qual o discurso pedagógico produz sentidos, proponho um gesto interpretativo que faz trabalhar os limites simbólicos entre a materialidade linguística e a materialidade discursiva. Em outras palavras, busco compreender os mecanismos dos processos de significação a partir da formação discursiva do discurso pedagógico. Para tanto, foram mobilizadas nove sequências discursivas que fazem parte de um corpus maior, relativo à minha pesquisa de doutorado, pesquisa esta que foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFPR, tendo sido aprovada sob o parecer de nº 2802095, na data de 06 de agosto de 2018. Este corpus foi constituído a partir de uma conversa realizada com professores do ensino fundamental. As sequências discursivas serão apresentadas e os

gestos de análise produzidos, buscando trabalhar os sentidos ali envolvidos: os sentidos em relação ao sujeito-aluno e sua produção escrita. A partir disso, espera-se produzir uma discussão profícua a respeito das noções de autoria, lugar discursivo e sobre a escrita que se pratica na escola.

Gesto de análise

Ao falar sobre o texto do aluno, o professor coloca em circulação sentidos diversos. Estes sentidos podem estar relacionados não somente ao texto, enquanto materialidade escrita, mas também ao aluno, enquanto sujeito da escolarização. Assim, os sentidos a respeito do sujeito-aluno e de sua escrita, dizem de uma historicidade ligada à linguagem escrita enquanto objeto ensinável. A seguir, mobilizo algumas sequências discursivas (SD) que me permitiram trabalhar os sentidos em relação a este objeto e ao sujeito-aluno.

SD 1: “Um as palavras soltas, que não faz o texto mesmo, não forma texto, daí você olha e tá lá escrito “eu bala hoje” e você pensa como que *isso* chega até aqui” [falando sobre o que costuma observar quando lê os textos dos alunos].

O funcionamento discursivo da SD 1 nos leva a um exercício não muito simples de interpretação. Podemos, primeiramente, preencher o sentido de “*isso*” e, depois, podemos tentar compreender *como* ele significa. Com as informações contidas no interior da própria SD 1, preenchamos o sentido de *isso* como “palavras soltas”, “não forma texto”, “eu bala hoje”, ou seja, essa escrita que não deveria ter chegado “até aqui”. Neste caso, estamos considerando que *isso* está desempenhando uma função anafórica na SD 1. Já para compreender *como* ele significa, precisamos ir além da materialidade linguística. Outros sentidos, menos evidentes e mais difusos, podem emergir porque o funcionamento discursivo aponta não só

para o próprio discurso, mas também para o todo complexo do interdiscurso. Nesse ponto é que nos deparamos com os sentidos de uma língua que deve se apresentar em conformidade com o esperado pela instituição escolar. Interessante notar que *isso* abre para possibilidades interpretativas diversas, sem impor uma específica, mas que o interlocutor “preenche”. Ou seja, o sentido sempre pode ser outro, mas não qualquer um. E é isso que estamos problematizando. No entanto, no interior da formação discursiva (FD) do discurso pedagógico (DP), este processo se dá com efeito de naturalidade, o efeito de desmerecimento é naturalizado. Sendo assim, o enunciado “*como que isso chega até aqui?*” diz de uma queixa relacionada às formas pelas quais a escrita da criança se apresenta. E não há escrita sem um sujeito para escrevê-la. O que ocorre é, portanto, a desqualificação não só da escrita, como também do trabalho realizado pelo sujeito-aluno. Quando a escrita é tomada como produto, a crítica ao produtor vem “embutida”. Trata-se de um processo que costumamos, em Análise de Discurso (AD), descrever como *todo sentido se refere sempre a outros sentidos*. E nesse processo, o que o sujeito fala não se limita ao que ele quis dizer (e nem temos acesso a isso, apenas a *ilusão de*), mas abrange uma vasta possibilidade de atribuição de sentidos. Nas palavras de Pêcheux (2014), “algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente”.

Vejamos agora quais outros sentidos estão sendo mobilizados no interior da FD do DP ao se falar sobre a escrita do aluno.

SD 2: “Sim, sempre que dá, sim, eu gosto. Porque é uma oportunidade de você mostrar pro aluno que ele errou, que ele tem que melhorar e depois mostrar, dizer que ficou melhor. O aluno tem que *refletir* também né, *alguns não refletem, não enxergam o texto*, a gente tem que mostrar” [falando sobre fazer a atividade de reescrita de textos].

SD 3: “Eles não conseguem interpretar coisas assim, *nem o que está explícito, e nem o que está implícito*, eles não conseguem, eles têm muita dificuldade” [falando sobre atividades de interpretação de texto].

SD 4: “Eles não conseguem perceber. Muitas vezes *a informação está ali escrita no texto e eles não conseguem retirar essa informação* do próprio texto, mesmo estando *explícito, totalmente explícito*. *Tá ali escrito, você pergunta, eles não respondem, eles não sabem. E daí como é que faz, né?*” [falando sobre atividades de interpretação de texto].

A materialidade discursiva das SDs 2 a 4 tem o efeito de sentido de que a escrita é uma materialidade que dá acesso a uma informação, de forma óbvia. Algo que se equivaleria ao ato de observar o lado de fora de casa através de uma vidraça límpida, transparente. Diante da “dificuldade” do sujeito-aluno, o que emerge nos discursos é da ordem do inconformismo: “*não enxergam o texto*”, “*nem o que está explícito, e nem o que está implícito*”, “*a informação está ali escrita no texto e eles não conseguem retirar essa informação*”. O sujeito-professor, enquanto alfabetizado e fluente no uso desta tecnologia, não reconhece que há formas diferentes de se relacionar com a linguagem escrita.

Outro efeito de sentido que emerge é o de uma escrita que oferece uma possibilidade específica de interpretação, que é a esperada pelo próprio professor. Além disso, não há efeito de sentido de escrita enquanto objeto dialógico. O que emerge na materialidade discursiva da SD 4, por exemplo, tem a ver com algo exterior ao discurso: uma prática de leitura, realizada em sala de aula, que não pressupõe a heterogeneidade nem da escrita, nem do ato de interpretar. O não-dito, neste caso, faz ressoar a individualidade com que as atividades de leitura e escrita são propostas, individualidade esta que serve à lógica da avaliação (provas, notas), ou seja, condizente com as condições materiais de

existência vivenciadas na escola. Estes discursos afastam a ideia de leitura/escrita enquanto trabalho de circulação de sentidos e estabelece um “limite” para a existência do texto do aluno.

Vemos emergir no discurso da SD 2 um exemplo dessa prática escolar, em que a escrita e a reescrita do texto existem unicamente para um “treino de escrita”. O sentido é o de uma escrita que existe por ela mesma, apenas para a prática, limitando e controlando a circulação de sentidos a partir da escrita do aluno. Já nas SDs 3 e 4, os sentidos que emergem são os de que para ser evidente aos olhos, basta que esteja escrito. O discurso pedagógico coloca em evidência o sentido de texto enquanto objeto a ser interpretado, porém esta interpretação é regida pela busca de informações que o professor considerar importante, sem instaurar a interlocução. Sendo assim, os sentidos de “interpretar” se alinham aos de “retirar informações”. Ao estabelecer como problemático o fato de o aluno não conseguir retirar do texto a informação solicitada, o discurso pedagógico possibilita interpretar que a imagem que o professor constrói do aluno é a de um sujeito que tem a escrita como uma evidência, tal qual o próprio professor. Em outras palavras, o DP instaura a ideia de *sentido* enquanto algo evidente aos olhos da criança da mesma forma que seria evidente para o próprio professor, apagando as diferentes formas de estar na linguagem a que os sujeitos estão submetidos, negando as diferenças entre adulto (já alfabetizado) e criança (em aquisição). As diferenças entre as posições-sujeito na linguagem são vistas como problemáticas, pois os sentidos do texto são tomados como evidentes e há a injunção à interpretação da forma como o professor espera.

A transparência da escrita e a individualização de processos que deveriam ser dialógicos são efeitos de sentidos que se estabelecem, em partes, por conta do imaginário que se constrói a respeito

do que é “ensinar” a escrita. Em outras palavras, que pode ser dito sobre a escrita do aluno, a partir da FD do DP, parece estar ligado aos sentidos de uma escrita estritamente escolar. Vemos que a materialidade discursiva do discurso pedagógico impõe limites ao trabalho do aluno, tanto no ato de escrita como no ato de leitura, colocando em evidência que a escola não alça o aluno à posição de sujeito-autor, corroborando com outras pesquisas, como a de Gallo (1989).

Ainda pensando nos sentidos a respeito da escrita do aluno, temos que, no interior do DP, discursos sobre o “erro” circulam fortemente. Vejamos as SDs 5 e 6:

SD 5: “Mas assim, mesmo os que escrevem, eles chegam com muitos *problemas* de segmentação, de troca de letras, de hipersegmentação, hiposegmentação, os dois, omissão de letras, então assim, eles têm bastante *problemas* de alfabetização” [falando sobre o que costuma observar quando lê os textos dos alunos].

SD 6: “é poder não pode [ter erros] mas vai ter sempre, porque *a gente não consegue eliminar os erros*, então infelizmente as vezes tem que tocar o barco porque não dá pra prejudicar a turma toda, esperando” [falando sobre o que costuma observar quando lê os textos dos alunos].

A materialidade linguística das SDs 5 e 6 nos permite identificar aquilo que é considerado “problema” e que precisa ser eliminado (os erros, as trocas de letras, a hipersegmentação, etc). Esta materialidade, se pensada discursivamente, nos provoca uma interpretação em relação ao sentido de ser aluno em situação de aprendizagem, ou seja, como o discurso sobre a escrita do aluno produz significados que são, eles mesmos, constituintes de um sujeito. Se, por um lado, a escrita que o aluno produz serve para a identificação de “problemas”, por outro, este problema é negligenciado, dada sua insistência em emergir (“*mas vai ter sempre*”) e

dada a relação de temporalidade que se estabelece (“*porque não dá pra deixar a turma toda esperando*”). Eis a contradição que se instaura entre a condição material de existência e a recorrência do sentido de “erro” enquanto algo que precisa ser modificado. Falar sobre o “erro” se torna uma forma de colocar em circulação os sentidos sobre uma escrita que não é a pretendida pela escola. É por necessitar tanto da intervenção do professor que a polissemia é contida no discurso pedagógico. Uma das formas de conter a polissemia é justamente mantendo o foco no erro, pois ele instaura no discurso a possibilidade de dizer sobre aquilo que falta, de dizer sobre aquela escrita que não é a ideal. Assim, a intervenção do professor, pautada na interdição do “erro”, afasta a possibilidade de um trabalho voltado para as relações que o aluno estabelece com sua própria escrita. Ao mesmo tempo, os sujeitos-alunos são colocados em desvantagem uns em relação aos outros (“*não dá pra prejudicar a turma toda*”). Além disso, alguns sentidos em relação ao trabalho que o aluno realiza no momento da escrita residem no fato de que o DP parece não reconhecer como “texto” aquilo que o aluno escreve. Isso decorre do fato de que, para ser texto, é preciso que o professor o reconheça e o valide como tal. Vejamos:

SD 7: “Porque tem vezes que não tem nada com nada, não tem uma história, sabe? Eu vejo que tem que ter uma sequência, uma ideia que seja atrativa. [...] Acho que o bom texto com argumentos **é só quem já pensa e sabe que tem que ser assim. A criança pequena não sei se consegue pensar em colocar um sentido** *‘praquilo’*, ela quer fazer a atividade só, mas escreve de um jeito mais sem sentido” [falando sobre o que costuma observar quando lê os textos dos alunos].

SD 8: “Tem que ter argumentos e lógica, mas acho que é isso, argumento e lógica, porque tem uns que começam a falar do cachorro e terminam

lá com o leão, alguma coisa assim, ou cachorro e termina com vaca, tem que ter uma lógica. Tem que saber expressar o que pensou, às vezes eles tem boas ideias, mas não conseguem colocar no papel. Acho que precisa conseguir colocar algo interessante ali” [falando sobre o que costuma observar quando lê os textos dos alunos].

SD 9: “Tem algumas crianças que ainda a gente consegue atingir, que conseguem ampliar um pouco, tem essa ampliação no vocabulário. E aquela coisa assim, em blocos, como se estivessem respondendo só o que você perguntou, não conseguem ampliar” [falando sobre o que costuma observar quando lê os textos dos alunos].

A materialidade discursiva das SDs 7, 8 e 9 coloca em jogo uma contradição. O discurso pedagógico, como já comentamos, é um discurso autoritário, que trabalha para conter a polissemia. As atividades desenvolvidas em sala de aula são realizadas de modo a extrair do aluno somente aquilo que interessa no momento. É comum, por exemplo, encontrar críticas às formas mecanicistas e descontextualizadas pelas quais as atividades são enunciadas. A atividade de produção de texto é submetida ao comando do professor e a capacidade de seguir este comando também é avaliada pela escola. No entanto, em algum momento, os alunos serão cobrados em relação à argumentação e criatividade de seus textos. Desta forma, a contradição reside em demandar um texto com lógica, com sentido, com argumentos e que vá além daquilo que o professor pede, mas sem proporcionar situações em que o aluno possa se alçar ao lugar de sujeito do discurso da escrita, sem proporcionar a circulação de sentidos a partir do texto do aluno. Creio que isso ocorre devido à forma como se pensa os sentidos. O funcionamento da SD 7 abre para a possibilidade interpretativa de que o “dar sentido” é uma faculdade cognitiva que ainda não foi alcançada pela criança pequena. Ou

seja, o sentido não é visto como algo que circula e que pode derivar de um trabalho conjunto, de uma conversa, de uma leitura, etc. Deste modo, o discurso pedagógico funciona de modo a instaurar um limite para a circulação de sentidos a partir da escrita do aluno.

Seja a partir de uma suposta transparência da escrita, da ênfase na interdição do erro ou do não reconhecimento da escrita enquanto algo que faz texto e que, portanto, proporciona a circulação dos sentidos, o DP atualiza os sentidos presentes em uma prática disciplinante. Silva (2015) explica que a linguagem escrita pode ser tomada como evidência e que, a partir disso, realiza-se, contraditoriamente, uma divisão no interior de uma mesma língua.

Para fugir do mecânico e do repetitivo, da alienação e do fracasso escolar, a alfabetização, em teorias, em práticas e em políticas, começa, quase sempre, a desdobrar-se em categorizações e divisões, no sentido de delimitar e determinar a natureza da escrita e da leitura, da escolarização, enfim, seus alcances e limites, bem como suas finalidades sociais e políticas. Com isso, o objeto vai-se fragmentando e dispersando em busca de uma completude, imaginária, por meio de oposições, de forma que se possa formar o cidadão: ler/escrever, cópia/escrita, ler/compreender, saber ler/saber escrever, ler letra de forma/ler letra cursiva, ler placas/ler textos, ler/decodificar, escrever/codificar, leitura mecânica/leitura compreensiva, leitura intensiva/leitura extensiva, alfabetização natural/alfabetização funcional, analfabeto primário/analfabeto secundário, alfabetização/letramento, alfabetizado/letrado... (SILVA, 2015, p. 264).

Os sentidos sobre a atividade de escrever textos parecem levar à construção de um imaginário em que a escrita é representação e que o objetivo em torno de sua (re)produção é o de apresentar um produto que seja a expressão de um ideal de língua. Assim, o que vemos circular no DP é o sentido de uma língua disciplinada e à serviço da disciplinarização.

Por fim, ressalto que o DP coloca em circulação os sentidos de uma escrita que se disciplina a partir de uma prática normatizadora do

ponto de vista da interpretação que o aluno realiza, da ortografia que apresenta e do atendimento de certas expectativas em relação ao conteúdo de seu texto. Neste sentido, vale a pena pensar, a partir da FD do DP, sobre a qualidade da relação sujeito-aluno/linguagem escrita que a escola possibilita. Podemos pensar que a prática discursiva com leitura e escrita na escola deveria proporcionar a inscrição do sujeito-aluno em um determinado lugar discursivo. Este lugar discursivo é o da autoria. Ocorre que o gesto interpretativo, lançado sobre a materialidade discursiva aqui mobilizada, colocou em evidência um DP que não considera a escrita do aluno como interpretável e, como consequência, o sujeito-aluno não se faz autor. Estou considerando a proposição de Orlandi (1996) de que a autoria se constitui quando o que o sujeito produz é interpretável. Mais do que isso, como vimos, a prática de leitura e escrita na escola não toma a escrita do aluno enquanto discurso e não coloca os sentidos em circulação. Por consequência, o sujeito-professor não inscreve o discurso do aluno no interdiscurso. Uma escrita voltada para o treino de uma ortografia perfeita, uma escrita que serve para colocar os sujeitos-alunos uns em desvantagem aos outros, uma leitura guiada para a retirada de informações ilusoriamente explícitas, não permite que o sujeito-aluno historicize seu dizer. Isso também ocorre pelo fato de que, no DP, o efeito de sentido que emerge é o de que o sujeito aluno ocupa um lugar social (empírico) que não possibilita a autoria (*“A criança pequena não sei se consegue pensar em colocar um sentido “praquilo” – SD 7*), que é o lugar da criança, ainda imatura a partir de um certo ponto de vista.

Efeito de fechamento

Esta discussão que venho promovendo até aqui, a partir de um gesto de análise próprio do pesquisador em AD, se liga a tantas outras

pesquisas que tiveram como objeto o discurso pedagógico. Isso só corrobora com a ideia de que a FD do DP é repleta de discursos cristalizados. Gallo (2012), discute que promover deslocamentos em uma fronteira simbólica é muito difícil porque implica deslocamento em uma fronteira social, que já se apresenta materializada na linguagem de forma naturalizada. A escola, enquanto Aparelho Ideológico de Estado, reproduz muito bem esta naturalização, trabalhando para que não haja deslocamentos na fronteira simbólica. É por isso que a escrita do aluno, com seus “*problemas de segmentação, de troca de letras, de hipersegmentação, hiposegmentação*” (SD 5), nunca será identificada à uma escrita legitimada e, por consequência, ela mesma não será legitimada. O efeito de autoria nunca se instaura, já que a escrita do aluno não é tomada enquanto discurso, não é discursivizada. Pelo contrário, só tem serventia dentro dos muros da escola, onde as práticas discursivas levam para uma única possibilidade de sentido, onde só há um certo e muitos “errados”. Nas palavras da autora, “nada da Escola é publicado, nada da Escola circula, porque pretensamente esses textos produzidos na Escola não atingem o nível formal necessário para uma legitimação” (GALLO, 2012, p. 57).

Os sentidos em relação ao sujeito-aluno e sua produção escrita passam, no discurso pedagógico, por uma desqualificação e por uma restrição na circulação dos sentidos quando se determina o que e como o aluno pode escrever. O aluno precisa ser capaz de ler e interpretar em conformidade com o que o professor demanda, além de estar em conformidade com aspectos ortográficos e ser submetido ao julgamento do professor para critérios mais subjetivos como “ser interessante”.

Na escola, através do trabalho do professor, os alunos deveriam ser alçados à posição de autor, porém o que se cria é um simulacro em que o aluno é “autorizado” a produzir certos discursos, certos sentidos e, assim, ocupar o lugar de quem apenas

reproduz e este não é, verdadeiramente, o lugar da autoria. Segundo Souza (2012, p. 77), “escrever pressupõe o registro de si mesmo, da incompletude do ser, do dizer”. De acordo com Orlandi (2006) este jogo, em que se autorizam determinados dizeres, é uma das características do discurso autoritário. Os vários sentidos possíveis para os mais diferentes dizeres não circulam livremente, ou, nas palavras da autora, a polissemia é contida. Isso é possível porque há apenas um sujeito que controla a circulação dos sentidos. O sujeito, no caso o professor, através das atividades que se propõem na sala de aula, favorece a circulação de sentidos únicos, sentidos pré-determinados pelo discurso do professor, pelo discurso do livro didático, pelos enunciados das atividades propostas. E assim se configura uma forma de autoritarismo.

Referências

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

BRITO, P. L. Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In: GERALDI, João Wanderley (Org). *O texto na sala de aula*. 2 ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

CORACINI, M. J. F. Apresentação. In: ECKERT-HOFF, B. *Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

GALLO, S. M. L. *O ensino da língua escrita X O ensino do discurso escrito*. Dissertação de mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

_____. Novas fronteiras para a autoria. *Revista Organon*, v. 28, n. 53, p. 53-64, 2012.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula* (org). 2ª ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni. P. Orlandi *et al.* 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. (org) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: MARIANI, B. S. et al. 4ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SILVA, M. V. Da. *História da alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

SOUZA, J. C. R. De. *Escrita e autoria: vozes que constituem e atravessam o discurso do sujeito-professor*. São Paulo: SESI-SP editora, 2012.

Submissão: 30 de setembro de 2019.

Aceite: 06 de novembro de 2019.

DISCURSO E MEMÓRIA NO ESPAÇO INSTITUCIONAL DO ASILO PARA IDOSOS

Hoster Older Sanches
Pedro Navarro

Resumo: Buscou-se saber como, em uma instituição asilar, a memória social desse espaço se manifesta, convocando relações de saber-poder que instituem subjetivações. Analisaram-se aspectos de uma memória social discursivizada no asilo “São Vicente de Paulo”, em Jacarezinho, Paraná. O *corpus* compreende um recorte de documentos e de entrevistas coletadas no asilo. Trata-se de uma investigação discursiva, balizada por pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos a partir dos estudos de Michel Foucault (1988; 2012) e Courtine (2014), sobre a memória discursiva como ferramenta analítica. O discurso da instituição opera um deslocamento da memória do asilo, o qual se movimenta entre relações de poder-saber que configuram a instituição disciplinar para os efeitos de outro tipo de saber-poder que configura o espaço familiar. Esse deslocamento (res)significa o espaço asilar para os idosos internados.

Palavras-chave: Análise do discurso. Memória discursiva. Asilo para idosos.

SPEECH AND MEMORY IN THE INSTITUTIONAL AREA OF ASYLUM FOR ELDERLY

Abstract: We sought to know how, in an asylum institution, the social memory of this space manifests itself, calling for knowledge-power relations that institute subjectivations. Aspects of a discursivized social memory were analyzed at the “São Vicente de Paulo” asylum in Jacarezinho, Paraná. The corpus comprises a clipping of documents and interviews collected at the asylum. It is a discursive investigation, based on theoretical and methodological assumptions developed from the studies of Michel Foucault (1988; 2012) and Courtine (2014), about discursive memory as an analytical tool. The institution’s discourse operates a displacement of the asylum’s memory, which moves between power-knowledge relations that configure the disciplinary institution for the effects of another kind of power-knowledge that configures the family space. This displacement (res) means the asylum space for the hospitalized elderly.

Keywords: Speech analysis. Discursive memory. Asylum for the elderly.

1 Introdução

As discussões realizadas neste artigo são feitas a partir de uma investigação discursiva realizada com base em fatos de discursos que emergem na instituição asilar “São Vicente de Paulo”, em Jacarezinho, Paraná. Balizado em pressupostos teórico-metodológicos da análise de discursos de orientação foucaultiana, buscou-se conhecer como os discursos, inscritos em enunciados advindos da própria instituição, constroem uma memória discursiva sobre ela mesma. Outras questões também mobilizaram as reflexões aqui empreendidas, como, por exemplo, saber se o discurso da governamentalidade produz a memória discursiva de um lar para os idosos, conforme enuncia a própria instituição asilar; e o que significaria chamar de “lar” um espaço como um asilo para idosos.

O trabalho se justifica face ao crescimento do número de homens e de mulheres idosos, no Brasil e, por efeito, à demanda por instituições especializadas no cuidado para com esses indivíduos. Com isso, verificou-se a necessidade de se elaborar um diagnóstico, embora pontual, que fosse atual acerca dessa população específica. Dois exemplos dessa realidade podem ser encontrados no discurso da economia brasileira: a necessidade da reforma previdenciária e o crescimento da população idosa. Para Moulin (*in* CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2011, p. 62), “o envelhecimento, consequência da inflação da esperança de vida, tornou-se uma preocupação dominante dos países industrializados.”

A memória discursiva se constitui como uma ferramenta importante de entrada no *corpus*, pois, na emergência do objeto empírico asilo, notam-se as relações de saber-poder postas em jogo, a partir de possíveis deslocamentos que a emergência de um enunciado pode promover quanto à significação desse objeto no discurso da instituição.

O *corpus* analisado foi composto em meio à dispersão discursiva e abarca um conjunto de sete sequências enunciativas, doravante SEs, sendo três delas de natureza imagéticas. Tais sequências enunciativas se amparam na noção de enunciado elaborada por Foucault (2012), segundo o qual o enunciado se assemelha a um átomo do discurso, por ser a unidade menor de uma formação discursiva. É um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar por completo.

2 A memória discursiva como ferramenta de análise do discurso institucional

A noção de memória discursiva desenvolvida por Courtine (2014) apresenta-se em uma relação teórica possível que esse autor faz com o conceito de “domínio associado” (FOUCAULT, 2012). Entre as conceituações desse domínio, destaca-se uma que se refere aos enunciados que

não são mais admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica. (FOUCAULT, 2012, p. 69)

Os enunciados, pois, mobilizam os domínios associativos em uma rede enunciativa, visto que todo “enunciado tem um domínio de memória”; “domínio de memória” ou “domínio associado” (CARVALHO; SARGENTINI *in* FERNANDES JUNIOR; SOUSA, 2017, p. 28).

O referencial se apresenta como elemento fundamental na relação da memória inscrita no discurso. Essas relações postas pelo enunciado é que irão permitir a realização da investigação de discursos. Com esse horizonte, Foucault especifica o modo como o domínio associado das séries enunciativas se formula, indicando que isso ocorre

pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (...) pelo conjunto das formulações a

que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (...) É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou réplica (...) É constituído, finalmente, pelo conjunto de formulações cujo status é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível a um discurso futuro (...) (FOUCAULT, 2012, pp. 119-120)

Assim, a memória discursiva se apresenta como uma série de elementos constitutivos sócio-historicamente à margem de outros enunciados já formulados, no caso específico aqui estudado, pelo discurso heterogêneo da instituição asilar. No interior do enunciado e em suas margens, a memória discursiva é acionada de acordo com as condições de possibilidade do momento histórico, isto é, conforme as positivities dos enunciados e as verdades produzidas pelas práticas sociais de cada contexto histórico em que ocorrem as relações entre saber e poder. Tais condições de possibilidade enunciativas possibilitam a autorização da existência de certos enunciados, podendo atestar sua positividade e, assim, determinar aquilo que se pode dizer e ser aceito, dado seu efeito de verdade.

Os enunciados, esses objetos, apresentam domínios quanto à formulação de uma memória discursiva, os quais, no entendimento de Courtine, correspondem aos domínios de memória, de atualidade e de antecipação, que, por sua vez, se inscrevem numa temporalidade em que o objeto de memória se materializa e que não pode ser determinado por meio de um recorte histórico preciso; está mais próximo de corresponder a uma temporalidade variável, sem datação precisa da extensão que a memória do objeto discursivo abrange, ou seja,

sobre essa memória, pode-se afirmar que sua sucessão cronológica é atravessada pela dimensão temporal específica a um processo cujo desenvolvimento contraditório não conhece sujeito, nem origem, nem fim. Não se trata, pois, de ir procurar na sequencialidade de um domínio de memória, de um domínio de atualidade e de um domínio de antecipação a sequência “natural” do antes, do agora, e do depois, mas sim, de nele caracterizar as repetições, as rupturas, os limites e as transformações de um tempo processual. (COURTINE, 2014, p. 111)

Logo, a ordem cronológica não sobrepuja as regularidades e as descontinuidades que um enunciado pode apresentar no decorrer de um longo período de tempo. Muito pelo contrário, como postula Foucault (2012) as continuidades e as descontinuidades prevalecem sobre a ideia de uma linearidade histórica. Nesse viés, cabe investigar que memória discursiva está sendo mobilizada acerca do asilo e/ou ressignificada, a partir das inscrições do objeto discursivo no discurso institucional.

O domínio de memória é compreendido neste trabalho como um

interdiscurso como instância de constituição de um discurso transversal que regula para um sujeito enunciativo, produzindo uma sdr [sequência discursiva de referência] em cp [condições de produção] determinadas, o modo de doação dos objetos de que fala o discurso, assim como o modo de articulação desses objetos: é a partir do domínio de memória que se poderá aproximar os processos que garantem a referência dos nomes por um sujeito enunciativo e autorizam, assim, a predicação e a correferencialidade. (COURTINE, 2014, p. 112)

A interdiscursividade da memória discursiva reforça a ideia de que os enunciados mantêm entre si relações de proximidade e de diferenciações; existindo, assim, margens fronteiriças que os singularizam, as quais constituem uma linha tênue que demarca diferentes campos associados e constituem a associação necessária para seus possíveis efeitos (de sentido, para Courtine, ou de saber-poder, para Foucault) de um enunciado na atualidade. A memória é, então, problematizada

nas relações interdiscursivas, a partir da dispersão de enunciados possíveis acerca do objeto de discurso, neste caso o asilo, em um dado momento histórico; considerando que “os objetos não têm a tendência de tomar sempre o mesmo rosto. É nesse movimento entre o discurso e a história que a descontinuidade manifesta-se com todo o seu vigor”, (NAVARRO, 2004, p. 40).

3 A memória discursiva do Asilo “São Vicente de Paulo”

No conjunto dos enunciados sob análise, diversas materialidades enunciativas foram investigadas, buscando, na dispersão do arquivo, a ocorrência de regularidade nos efeitos da memória discursiva sobre o espaço institucional asilar e os que lá vivem e/ou trabalham. Assim, são analisadas cinco sequências enunciativas (SEs) que correspondem ao quadro enunciativo no qual se pode identificar a inscrição dessas memórias no referido espaço institucional.

De início, deve-se considerar a existência de diversas instituições públicas que se configuram de diferentes formas: disciplinar, escolar, hospitalar etc. Entre elas, pode-se conhecer a categoria de uma instituição produtiva de sujeitos, de subjetividades, atentando para a finalidade social a que se destina, como é o caso da instituição asilar. Dessa forma, a constituição da memória discursiva do asilo “São Vicente de Paulo” partiu da investigação do disposto como finalidade da instituição. Essa característica institucional encontra-se materializada da seguinte forma:

(SE01): “O Asilo tem por *finalidade abrigar* pessoas idosas de ambos os sexos, sem família, carente, proporcionando-lhes cuidados básicos de saúde, alimentação, vestuário, assistência médica, odontológica, moral e religiosa”, (REGIMENTO INTERNO, 2008, grifos nossos).

A memória discursiva acionada na SE01 aponta para a existência de um indivíduo objetivado pelo poder jurídico como sendo um indivíduo desamparado. O fato de ser um indivíduo desprovido de condições para se manter independente na sociedade faz com que os cuidados para com a vida dos idosos sejam tomados como objeto de domínio pelo asilo, o qual assume a função de responsável por tais sujeitos. Nessa direção, o regimento interno da casa institui seu sujeito enunciativo, que é a própria instituição asilar. A posição-sujeito institucional é, assim, ocupada pelos técnicos colaboradores e por outros profissionais da casa.

Nessa SE, o efeito da memória discursiva do asilo circula em torno de um item lexical que se destaca: “abrigar”. Vale destacar que o enunciado está inscrito em uma superfície documental particular, pois rege as normas da instituição. O termo “abrigar” apresenta seis acepções diferentes, dentre elas destacam-se três: “1 dar ou receber abrigo; acolher(se), encerrar(se)em algum lugar (...) 2 proteger(se) [de intempérie ou agente agressivo] (...) 2.1 *p. ext.* proteger(se), resguardar(se) de perigo, problema ou adversidade (...)” (HOUAISS, 2009, p. 16).

Considere-se, pois, que a finalidade da instituição asilar é abrigar. De acordo com levantamento das acepções desse item lexical, “abrigar” pode produzir diferentes relações de poder-saber e seus efeitos, que podem ir além daquele de receber os idosos abandonados ou desamparados, por exemplo. Dentre os possíveis efeitos, o uso desse léxico produz uma significação que dialoga com determinadas ameaças externas à instituição asilar: ameaças de ordem natural, como uma tempestade que se aproxima, e/ou ameaças sociais, como um iminente dano à integridade física do indivíduo idoso. Assim, o exterior emerge como

superfície de inscrição dos perigos ao indivíduo idoso que, já fragilizado biologicamente, é entregue aos cuidados do asilo.

O ato de abrigar associa-se ao enunciado “família”, produzindo o efeito de que essa ação está contida nos elementos discursivos pertencentes à formação discursiva familiar. A seleção desse item lexical dá visibilidade ao modo como o sujeito instituição vincula sua prática social de cuidado com idosos ao efeito de um suposto discurso de aliança familiar, que, em tese, deveria convocar uma ação de proteção mútua entre seus integrantes, além de relações afetivas que nessas condições se manifestariam.

O asilo assume, nas práticas diárias, a função da família na relação desses indivíduos fragilizados social e biologicamente, com as outras populações que compõem a sociedade jacarezinhense. Essas duas características que subjetivam o sujeito-idoso (ser carente e sem família) parecem mobilizar uma rede discursiva de cuidados aos idosos que transcende os limites do convívio familiar, considerando a condição de existirem pessoas idosas que não possuem vivência familiar, mas que dispõem de condições econômicas favoráveis, encontrando amparo no saber de especialistas em cuidados com tais indivíduos. Então, o asilo engloba, em seu discurso, o efeito de saber-poder que a palavra família evoca nas condições de existência em um campo de possibilidades mais vasto, no qual o idoso é objetivado como aquele sujeito que vive em condição de vulnerabilidade. Considere-se a próxima sequência enunciativa:

(SE02): “Foi fundada em 20 de agosto de 1948, abriga não só os idosos de Jacarezinho, mas de toda região, tendo um total de 68 idosos. Entidade que visa o bem-estar dos seus internos, procurando atender suas necessidades prioritárias em suas ótimas instalações.” (REGIMENTO INTERNO, 2008)

Nessas condições, a memória discursiva inscrita nas duas primeiras sequências enunciativas encontra-se ancorada na contradição dos efeitos produzidos pelos diferentes discursos que constituem o asilo “São Vicente de Paulo”: o disciplinar e o familiar, pois, o asilo enuncia que procura “atender suas necessidades prioritárias”, limitando as condições de possibilidade que um espaço familiar pode apresentar.

Têm-se o asilo como instituição que analisa os corpos idosos, separa-os e os ampara de acordo com as condições de existência de cada um deles. Isso é possível porque existe, de um lado, a família ausente e, de outro, a instituição disciplinar. A família e o asilo, duas instituições que coexistem pela contradição da prática social institucional, segregam os idosos ao espaço do limitado da instituição. Embora esses sujeitos encontrem-se segregados nesse espaço, seus corpos são tomados como objetos abertos à investigação por diferentes campos do saber, como também não escapam à vigília dos cuidados institucionais, como está enunciado nas sequências seguintes:

(SE03): “Aqui eles têm a *regra deles*. Então, por exemplo, sentar na cama um do outro, eles não gostam. Então, se um sentar na cama do outro, não pode. Eu não falei isso pra eles, nem os cuidadores falaram isso.” (COORDENADORA, grifos nossos)

(SE04): “Não, aqui a gente não tem assim, essa...esses vô que são safado, essas vô que são safada, né? Não tem. A gente brinca, né? A gente brinca bastante. Tem um aí que chama nós e a gente brinca pra caramba, mas não assim de...Não, não aparenta ser interesse nas vós. *Eles são aqui mesmo como uma família mesmo, né?* A gente cuida, né?” (CUIDADORA, grifos nossos)

(SE05): “Os internos que tiverem boas condições de saúde poderão ausentar-se temporariamente da Entidade, com autorização da Administração, que expedirá documento a ser apresentado na portaria.” (REGIMENTO INTERNO, 2008)

A terceira sequência enunciativa corrobora o argumento de que há um deslocamento, no discurso, em relação ao saber que ancora os sentidos do item lexical “lar”. Nessa sequência, a contradição constitutiva do asilo é notada a partir da presença da relação de poder entre aquele que enuncia e os idosos. Em “Eu não falei isso para eles (...)” reafirma-se a relação de poder posta em jogo na formulação e na aplicação das regras internas ao asilo. Tal característica não impede a relação memorial entre o asilo e o lar, posto que, na família e no asilo, as relações de poder investidas pelos sujeitos envolvidos, socialmente, determinam e fiscalizam as regras, ao mesmo tempo, impetrando, assim, uma incessante vigilância sobre os componentes, seja no asilo, seja na família: “Eles são aqui mesmo como uma família mesmo, né?”. A SE05 enuncia o caráter disciplinar do asilo, ao materializar o poder a ela designada sobre os corpos dos idosos e os espaços por que podem transitar, o que pode também está enunciado na próxima SE.

(SE06): “*A separação homens e mulheres, é uma regra do asilo...fica mais prático na hora do banho, na disposição dos quartos, enfim para toda essa mudança precisaríamos de muita conversa. Mas entre eles na hora do banho de sol, eles se falam, brigam, etc.*” (MÉDICA, grifos nossos)

A “separação homens e mulheres” dá visibilidade ao funcionamento de um poder-saber que poderia estar ancorado, exclusivamente, no dispositivo de sexualidade, como a separação dos corpos na geografia familiar; porém, outras relações de poder emergem na condição de prática asilar para bem atender à própria instituição, quando é enunciado que a separação dos sexos se dá porque “fica mais prático na hora do banho, na disposição dos quartos”; o que acaba condicionando as relações sociais a espaços restritos do asilo.

Por outro lado, a título de exemplo das relações entre as práticas da instituição asilar

e familiar, a manifestação da sexualidade está presente no asilo, como também se faz presente nas relações no interior da família. Assim, ambas instituições apresentam práticas que mostram os efeitos do dispositivo de sexualidade, o qual regula o uso e distribui os corpos no espaço. A qualidade atribuída aos sujeitos idosos pelo enunciador, ser “safado” ou “safada”, conforme enuncia o sujeito do asilo (a cuidadora), é constitutiva de um outro tipo de sujeito, aquele que é externo ao lar, à família, pressupondo, pelo discurso do enunciador institucional, que tal adjetivação não se insira nestas instituições. Portanto, como na família, o sujeito “safado (a)” é qualidade de um sujeito externo ao asilo de Jacarezinho. A SE06 materializa o deslocamento em ação da memória discursiva de um espaço disciplinar que atende diferentes indivíduos, de diferentes localidades, para o discurso receptivo que integra o indivíduo idoso não em uma instituição meramente hospitalar e disciplinar, mas, primeiramente, em um espaço familiar que acolhe, por exemplo, de maneira lúdica, a manifestação da sexualidade dos sujeitos idosos.

(SE07): “Podem. Podem sim. A gente libera para irem até o quarto dos idosos, obviamente, que a gente tem um cuidado de observar o visitante quando entra. Quem é? E a gente costuma observar até estabelecer um certo vínculo também com o visitante. Porque a gente não pode confiar em qualquer um que entrar já ir para o quarto do idoso. Então, a gente tem que tomar muito cuidado com isso, mas a gente não tem nenhuma regra. Os cuidadores sempre ficam de olho, mas tentam não... Então a gente só fica de olho a distância pra observar como vai se dar esse relacionamento do visitante do idoso.” (COORDENADORA, grifos nossos)

O fio discursivo que norteia a investigação sobre a memória discursiva que se inscreve e emerge no e do asilo é o olhar dispensado pelos sujeitos da própria instituição asilar, pois a economia desse olhar pode esclarecer a produção da memória discursiva dessa entidade. A prática de “sempre estar de olho” e “a gente só fica de

olho” exemplifica o funcionamento desse olhar institucional sobre a população idosa e sobre aqueles que ingressam em seus domínios espaciais. É por meio da economia desse olhar vigilante que é possível o estabelecimento de um “vínculo” entre os sujeitos da instituição e os visitantes. Afere-se, pela economia do olhar, a possibilidade de alguma ameaça ao corpo da população asilada, seja essa ameaça vinda de fora ou de dentro da instituição.

(SE08): “Os internos poderão circular livremente por todas as dependências, respeitando a disposição dos pavilhões para homens e mulheres e áreas reservadas (gabinete odontológico, médico, sala de fisioterapia, farmácia, cozinha, etc) competindo à direção coibir os excessos.” (REGIMENTO INTERNO, 2008)

A ação de “coibir os excessos” é uma modulação da economia do olhar no asilo, enunciada pelo regimento da casa, conforme a sequência anterior, a qual apresenta a condição de possibilidade de os “excessos” virem de dentro da casa. A SE08 é elaborada na contradição sobre a liberdade que enuncia: “circular livremente (...) respeitando a disposição para homens e mulheres”; tal contradição é estabelecida pelo item lexical “livremente”, o qual está sob as relações de poder institucional postas em práticas pela economia do olhar, ou seja, pela ininterrupta vigilância sobre a deficiente liberdade dos idosos. A liberdade até o limite do olhar.

A análise das sequências enunciativas elencadas busca descrever a existência de um movimento memorial associado ao conceito de família e a toda relação de poder que, por efeito, essa instituição implica. Há traços discursivos que anunciam uma relação de tipo hierárquica

dentro do asilo, dado que a memória de família em que se apoia o discurso asilar remete à estrutura familiar de caráter conservador, com suas relações hierárquicas em jogo: os filhos estão submetidos aos pais, sendo que, na atualidade, não só o patriarca é o responsável pelos subsídios que mantêm a casa; mas seja qual for o indivíduo, há alguém com maiores possibilidades de exercício do poder no espaço familiar. Outro aspecto que contribui para a caracterização da família do asilo é a própria instituição ser fundada de acordo com os preceitos da igreja católica apostólica romana.

Nesse sentido, a instituição asilar apresenta uma característica hierárquica no exercício de poder: há um sujeito responsável pelo governo geral da casa, a quem todos os outros devem se reportar, quando assim é necessário, considerando as relações de poder e de resistência presentes. Quanto à família, a memória discursiva desse (a) governante é a que circunscreve a figura do pai ou da mãe. Já no asilo em questão, existe uma estrutura hierárquica clara, tendo em vista a instituição apresentar uma diretoria composta por diferentes sujeitos da sociedade local, com presidência e uma coordenadoria. Ademais, outras sequências enunciativas mais adiante corroboram o argumento de que o asilo busca se apropriar da memória discursiva da família, apagando a memória austera de uma instituição que, além dos cuidados para com a conservação da vida dos idosos, não se desvincula de seu caráter disciplinar. Pode-se verificar que o espaço ali pretende se configurar como amistoso, seguro, o que se pressupõe ser o da instituição familiar, cujas práticas são atualizadas dado o funcionamento da memória discursiva.

Assim, a próxima sequência enunciativa emerge como inscrição do enunciado institucional na relação dialética família/asilo, inscrição presente na imagem da entrada principal do asilo:



FIGURA 1: (SE09): Entrada principal do asilo “São Vicente de Paulo”, em Jacarezinho, Paraná, de abril de 2018.

Fonte: Registro fotográfico realizado pelo pesquisador

Nessa SE, a materialidade em que o enunciado se inscreve é outra: a enunciação no texto imagético. Nela se encontra a fachada da instituição, em que se verifica a inscrição identitária do asilo. A SE09 é peculiar, também, pela materialidade inscrita numa superfície outra, voltada ao olhar externo. O aspecto material do enunciado articula determinadas significações que os indivíduos externos ao asilo podem produzir a partir de suas leituras e, por efeito, corroborando condições de possibilidade ao enunciado.

Outro aspecto do efeito da enunciação da SE09 é a continuidade de uma determinada memória discursiva sobre o asilo: um lar. O que sustenta essa asserção é a materialidade lexical do item “lar”, inscrito no enunciado logo acima à porta da entrada principal do asilo, como pode ser observado no enunciado imagético da SE09: “Lar São Vicente de Paulo”. Pode-se notar a característica de um estatuto familiar específico, o da família católica apostólica romana, ou seja, verificam-se relações de poder da igreja dentro do ambiente asilar.

Dentre as possíveis acepções para o item lexical “lar” na contemporaneidade, duas delas correspondem à “casa de habitação; domicílio familiar”; ou a “grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto; família” (HOUAISS, 2009);. Nessa linha de raciocínio, o efeito de saber-poder do item lar, inscrito na instituição, está associado às acepções denotativas do termo. Verificam-se dois possíveis empregos do item lar que aludem explicitamente ao espaço ocupado por uma família. Esse item lexical encontra-se presente na memória discursiva do campo familiar, considerando o espaço em que os integrantes da família, seja ela a qual configuração pertencer, dadas as atuais condições de existência, realizam práticas domésticas, como banhar-se, descansar, dormir, fazer as refeições, manter relações sociais próximas etc. As primeiras análises discursivas atestam uma descontinuidade no discurso institucional em relação à memória discursiva como a de uma memória da família, pois se nota o apagamento do item lexical “asilo” da fachada da instituição, onde somente permanece a inscrição de “lar”. Logo, a estratégia da instituição é apagar a memória de asilo para a construção de uma memória atrelada à familiar.

A sequência a seguir exemplifica o processo discursivo adotado como estratégia do asilo para a construção de um efeito de memória específico.



FIGURA 2: (SE10): Fachada do asilo “São Vicente de Paulo”, em Jacarezinho, em 2010.

Fonte: Registro fotográfico disponível em <http://mapio.net/pic/p-37300815/>. Acesso em 19/06/2018.

Esta SE mostra outro enunciado materializado na superfície predial do asilo, localizado na lateral do prédio, desempenhando a função denominadora daquele espaço institucional. No entanto, atualmente não mais se encontra a inscrição desse enunciado (“Asilo São Vicente de Paulo”).

Em outro registro enunciativo, verifica-se o registro do item lexical “Lar” em substituição ao item “asilo” que, aos poucos, é apagado do discurso da instituição, como se pode averiguar em seguida:



FIGURA 3: (SE11): Fachada da entrada do asilo “São Vicente de Paulo”, em Jacarezinho, de junho de 2013

Fonte: Registro fotográfico disponível em <<http://www.jacarezinho.pr.gov.br/noticia/mostrar/22046.Alunos+da+rede+municipal+visitam+Asilo+S%C3%A3o+Vicente+de+Paula.html>>. Acesso em 19/06/2018.

O registro imagético contido na SE11 e a materialidade de seu conteúdo antecedem o início das investigações documentais e das observações realizadas até o momento. No entanto, a memória discursiva da instituição, vinculada às características familiares, já circulava na sociedade jacarezinhense. O asilo, por vezes, é referenciado como espaço institucional, entendendo-o como uma delimitação geográfica real ou virtual em que trocas e relações são estabelecidas entre indivíduos e objetos, “em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”, (CERTEAU, 1998, p. 202). É no espaço asilar que se presencia a descontinuidade do conceito de “asilo” a partir do registro do seu discurso presente nas materialidades identificadas pelas análises. Esse

deslocamento de saber, que faz o asilo se configurar como lar, alude à condição de possibilidade da elaboração de uma nova família para aqueles indivíduos idosos que lá ingressam. Sendo assim, surgem questões como a de compreender em quais condições de possibilidade se realiza a memória discursiva dessa possível família asilar, ou seja, quais práticas sociais permitem construir o asilo para idosos como uma lar.

A partir da investigação discursiva do *corpus*, pôde-se formular algumas respostas a tal questionamento, já expresso na Introdução destas reflexões. Esse trabalho de ressignificação da instituição pelo discurso parte do funcionamento de um movimento centrífugo exercido pelo sujeito institucional asilo “São Vicente de Paulo”. A elaboração da figura seguinte representa a força do poder institucional materializada no discurso.

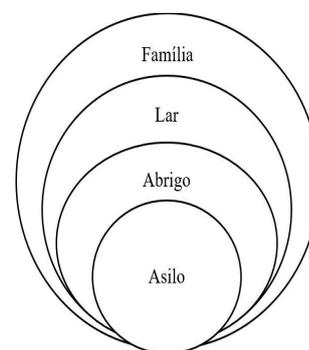


FIGURA 4: A relação de força identificada no discurso da instituição asilar. Representação da força centrífuga do discurso no deslocamento de sentido de “asilo”.

Fonte: elaborada pelo pesquisador.

A ilustração sintetiza o movimento realizado pelo discurso do asilo na busca pela ressignificação de sua própria identidade na condição de instituição. Em uma primeira perspectiva, a instituição acessa a memória concernente a uma instituição asilar: espaço institucional de longa permanência, o que não garante a constante presença de pessoas familiares de internos ou até mesmo alguma presença, tampouco garante a qualidade das

relações sociais que, a partir da internação dos idosos, possam acontecer. Assim, a memória discursiva do asilo reclama seu significado diante de novas condições de existência da memória acionada na contemporaneidade.

A estratégia discursiva adotada, na elaboração memorial, parte de sua estrutura burocrática na condição de instituição, por meio da enunciação do regimento interno, de onde se recortou a SE01, por exemplo. Compreender essa estratégia é um caminho para identificar os traços dessa resignificação da memória do asilo. O verbo “abrigar”, inscrito na SE01, possibilita a expansão dos horizontes concernentes às relações sociais que o asilo é capaz de oferecer, posto que o ato de abrigar sugere uma relação de afeto entre indivíduos que compartilham o mesmo espaço, possibilitando a condição de realização de diversas práticas discursivas entre eles. Assim, a proteção de cada indivíduo idoso está condicionada a esse acolhimento que a noção de abrigo apresenta, pois a ação de abrigar, como se fosse uma família, não corresponde a uma característica das instituições públicas, quando se comparado, por exemplo, ao sistema prisional ou a qualquer outra instituição de ordem estatal. Por isso, o asilo abriga uma população específica e exclusiva, constituindo-se em um espaço de relações particulares para o Estado, visto que faz parte de uma organização entre instituições e passa a desempenhar as práticas de cuidados que se pressupõe ter os indivíduos de uma família para com seus entes idosos. No entanto, o idoso pode possuir familiares e, ainda assim, ser carente de cuidados que seu estado físico/mental demanda.

Ao estreitar as condições de produção discursiva entre homens e mulheres idosos, restringindo sua livre circulação dentro do asilo, são postas, em jogo, possíveis relações disciplinares que podem escapar à disciplina inerente à instituição asilar. Assim, como a família possui seu estatuto, seja ele qual for, o asilo compartilha a característica

de estratificação das relações de poder em seu funcionamento, como deixa entrever a próxima sequência enunciativa.

(SE12) “Os internos poderão circular livremente por todas as dependências, respeitando a disposição dos pavilhões para homens e mulheres e áreas reservadas (gabinete odontológico, médico, sala de fisioterapia, farmácia, cozinha etc) competindo a direção coibir os excessos. (REGIMENTO INTERNO, 2008)

A SE12 exemplifica o funcionamento de um jogo de poder tal qual ocorre nas relações familiares. Assim, há no asilo relações de poder distribuídas de forma hierárquica, como as funções-sujeito desempenhadas pelos diferentes indivíduos que integram uma família. As regulamentações de práticas presentes no asilo se aproximam das regras existentes no interior da família, por exemplo, cabe aos adultos – aos pais ou aos responsáveis legais - cuidarem de seus dependentes, zelando pela sua saúde, conforto etc; no asilo, tais regras constituem o núcleo de um dispositivo governamental, o qual assume a função de aplicar as regras e tomar medidas quando necessário.

(SE13): “O *silêncio noturno* começa às 20:00 horas e deve ser respeitado para o bem comum.” (REGIMENTO INTERNO, 2008, grifos nossos)

Ademais, o estatuto das relações de poder no asilo funciona a partir de determinados discursos, sendo o Regimento Interno (2008) seu exemplo mais significativo. Essa materialidade se particulariza, principalmente, pela formalidade documental, incontestável a princípio, dadas as condições de elaboração textual que dão ancoragem a posicionamentos advindos dos discursos administrativo, prescritivo e normativo que regem as condutas da população idosa sobre a qual a governamentalidade se exerce.

Nesses termos, o espaço institucional comporta-se, em suas enunciações, de modo a

construir uma memória específica: a de um espaço íntimo, familiar, ou seja, a memória de um lar. De acordo com o funcionamento hierárquico das relações de poder, a direção do asilo, formada por uma presidência, coordenação e seus respectivos cargos, retoma a função daquela pessoa que seria a líder do espaço familiar. Esse fato é permitido devido à articulação do poder institucional em que o asilo ocupa a função vaga do líder da família do indivíduo idoso, cabendo a esse sujeito governante tomar as decisões concernentes ao bom governo da casa e, por efeito, ao governo de cada idoso e idosa.

Com esse cenário, à direção do asilo cabe desempenhar diversas funções, dentre as quais a de reguladora dos usos dos espaços, tal como os adultos orientam as crianças quanto à circulação dentro de determinados espaços da casa, a fim de diminuir os riscos de acidentes domésticos, por exemplo. Assim o é no asilo. Deve-se deixar claro que não é o objetivo destas reflexões debruçar-se sobre o conceito de família, de sua determinação a partir de seus integrantes, mas importa neste momento fazer com que se compreenda a relação que os signos “família” e “lar” mantêm entre si, pois são elementos linguísticos que compartilham o mesmo campo discursivo, mantendo estreitas relações de saber-poder entre si. A esse respeito, Foucault assevera que, certamente, os discursos são feitos de signos, contudo o que fazem é mais que utilizar signos para designar coisas, e é “esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao discurso (*parole*). É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2012, p. 60).

O movimento de deslocamento da memória discursiva de uma instituição asilar para uma familiar é notado no funcionamento do discurso, em que a SE11 mostra-se como exemplar: “[...] respeitando a disposição dos pavilhões para homens e mulheres e áreas reservadas [...]”. No

trecho anterior, recortado da SE11, verifica-se o funcionamento peculiar à instituição, mas também à distribuição dos corpos da família dentro do lar. Em condições de possibilidade favoráveis, uma família de ordem tradicional comumente dispõe, em quartos separados, o filho homem e a filha mulher, quando os tem. A separação dos sexos das crianças é efeito do dispositivo de sexualidade, tal como analisado por Foucault (1988); dessa forma, também ocorre no interior do asilo, em relação à distribuição dos corpos de diferentes sexos, em alas próprias a cada um, como mostrado pela quinta sequência enunciativa.

Ao discorrer sobre o processo histórico das modulações da sexualidade humana no Ocidente, Foucault também trata da disposição dos corpos no espaço familiar, no contexto do séc. XIX, considerando a sexualidade dos componentes da família e o esquadramento espacial da casa, já que

a família conjugal a [sexualidade] confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. (FOUCAULT, 1988, pp. 9-10)

Se a família conjugal confiscou a sexualidade dos indivíduos a partir do séc. XIX, o asilo promove essa fiscalização em relação aos indivíduos idosos vulneráveis, operando, analogamente quanto à sexualidade, como o casal legítimo de que fala Foucault. No entanto, não se nega o emprego do item lexical “lar” em uma condição de produção discursiva cujos efeitos podem não se associar, necessariamente, à memória do que possa ser uma

família tradicional: um espaço compartilhado pelo pai, mãe, irmãos etc. A “disposição dos pavilhões” (SE11) atesta uma prática que escapa à família, dado que tal “esquadrinhamento” (FOUCAULT, 1987) espacial não ocorre na instituição familiar.

Nota-se a regularidade dos efeitos da formação discursiva religiosa ao buscar a constituição de uma instituição familiar em um espaço outro, que é o asilo. O discurso religioso é materializado na superfície asilar de diferentes formas, conforme demonstram as sequências enunciativas a seguir:

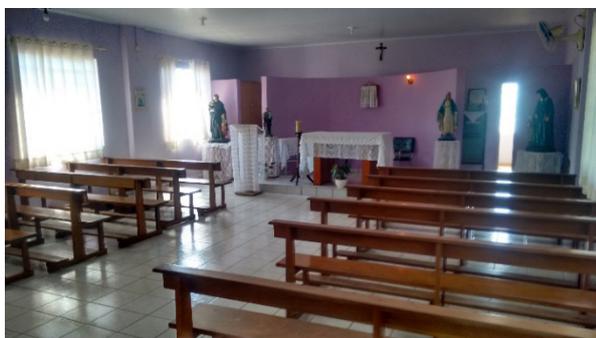


FIGURA 5: (SE14): Capela localizada no interior do asilo, em um dos espaços do primeiro andar.

Fonte: Registro fotográfico realizado pelo pesquisador.

(SE15): “A Entidade é católica e seus assistidos receberão assistência religiosa de um sacerdote, desde que queiram, respeitando a liberdade do culto.” (REGIMENTO INTERNO, 2008)



FIGURA 6: (SE16): Corredor da ala feminina do asilo.

Fonte: Registro fotográfico realizado pelo pesquisador.

As três últimas SEs (14, 15 e 16) correspondem a materialidades do dispositivo religioso presentes no asilo “São Vicente de Paulo”. A SE14 dá visibilidade a um tipo de esquadrinhamento espacial pautado no discurso religioso, em especial, o discurso do catolicismo romano, o qual tem esse espaço reservado no asilo. Na SE14, o espaço enuncia a materialidade da crença de ordem cristã-católica, reproduzindo a regularidade dos espaços sagrados a essa religião, embora a SE01 enuncie, como uma das finalidades da instituição asilar, prestar amparo religioso aos idosos; todavia, tal prática de fé não se encontra especificada quanto a que religião o asilo pratica em seus domínios geográficos.

CONCLUSÃO

Com as análises discursivas realizadas, permitiu-se compreender o asilo “São Vicente de Paulo” como uma instância produtora de discursos que ressignificam a memória discursiva desse espaço institucional, portanto, regrado diante da sociedade jacarezinhense. E isso se torna mais visível nos processos discursivos que se movimentam no sentido de produzir certo deslocamento da memória discursiva que se têm da instituição asilar para o de uma grande família, de tal sorte que os sujeitos que ali se encontram possam interagir uns com os outros como se estivessem sob o comando de uma instituição assim imaginada. Promove-se um deslocamento de significados operado pelo discurso institucional em relação à memória social que se construiu sobre o que é um asilo para idosos, de tal modo que a memória discursiva de um grupo familiar vigiado parece ganhar força nas séries enunciativas analisadas.

É notória a contradição em que a memória do respectivo asilo é construída. Ao se enunciar como um “lar”, a memória mobilizada não condiz com as práticas discursivas correntes na

instituição. Pôde-se chegar a essa conclusão, devido à normatização das práticas da instituição asilar, as quais ultrapassam às da instituição familiar, como, por exemplo, a regularidade do item lexical “regra(s)”, que aparece em 18,75% das sequências enunciativas aqui analisadas; o que demonstra as relações de poder que se materializaram no discurso asilar, conforme pode ser verificado na SE06 e/ou em outros exemplos.

A partir de sua própria produção discursiva, o asilo emerge, então, na memória discursiva como um espaço de controle dos indivíduos idosos, por meio da normalização das práticas institucionais. No entanto, a análise discursiva do quadro enunciativo que se elaborou para este artigo, na dispersão dos enunciados, permitiu verificar que, apesar da instituição asilar apresentar uma série de regras e de normas pré-estabelecidas, o sujeito institucional e os sujeitos da instituição se enunciam de forma diversa por meio de suas práticas discursivas. Logo, apesar de se enunciar como um lar e, por vezes, apresentar emergências de enunciados de caráter afetivo entre os sujeitos da instituição e os indivíduos idosos, as práticas discursivas demonstraram, em seu exaustivo funcionamento, uma prática alheia à liberdade que um lar sugere/oferece a seus moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo: as mutações do olhar: o século XX*. 4ª edição. Volume 3. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.
- COURTINE, Jean-Jacque. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos. Editora EduFSCar. 2014.
- FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de (Orgs.). *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. 2ª edição. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8ª edição. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2012.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 21ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do poder*. 25ª edição. São Paulo: Editora Graal, 2012.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora Objetiva, 2009.
- NAVARRO, Pedro Luis Barbosa. *Navegar foi preciso? O discurso do jornalismo impresso sobre os 500 anos do Brasil*, 2004, 347 p., tese em Linguística e Língua Portuguesa, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara, 2004.

Submissão: 30 de outubro de 2019.

Aceite: 19 de novembro de 2019.

#EUEMPREGADADOMÉSTICA: MULHERES, LUTA DE CLASSES E RESISTÊNCIA

Ana Paula Picagevicz¹

Andriele de Chaves Bortolin²

Dantielli Assumpção Garcia³

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender, por meio da análise de uma fotografia e de uma charge, recortadas da comunidade virtual do *Facebook* intitulada #EuEmpregadaDoméstica, a relação existente entre imagem e memória. Pensamos em uma memória que é discursiva e também digital, conceito postulado por Dias (2018), já que vivemos na era cibernética e os discursos que irrompem no/do ciberespaço circulam veloz e efemeramente por ele, produzindo um embate entre classes pelos movimentos sociais que dele irrompem. O trabalho está ancorado nos pressupostos teóricos-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente, no que tange às noções de memória discursiva, tomando como base Courtine (2009) e Pêcheux (2014; 2015) e memória metálica/digital, conforme Dias (2018). Também, abordamos o imbricamento de diferentes materialidades significantes, assim como postula Lagazzi (2009; 2013). Como resultado, buscamos mostrar como os movimentos de mulheres legitimam luta e resistência frente à dominância social imposta pelo capitalismo.

Palavras-chave: Discurso. Memória digital. #EuEmpregadaDoméstica.

#IHOUSEKEEPER: WOMEN, CLASS STRUGGLE AND RESISTANCE

Abstract: The purpose of this paper is to understand, through the analysis of a photo and a cartoon, withdrawn from Facebook virtual community entitled #IHousekeeper, the relation between image and memory, and more, a memory that is both discursive and digital, concept postulated by Dias (2018), since we live in the cyber age and the discourses that erupt in / from cyberspace circulate in a fast and ephemeral way through it, producing a clash between classes by the social movements that erupt from it. Therefore, it was based on the theoretical-methodological assumptions of French Discourse Analysis, especially in reference of the notions of discursive memory, based on Courtine (2009) and Pêcheux (2014, 2015), and metal /digital memory, with Dias (2018). Besides, we worked with the imbrication between different signifying materialities, as postulated by Lagazzi (2009, 2013). As a result, we sought to show how women's movements legitimize struggle and resistance against the social dominance forced by capitalism.

Keywords: Discourse. Digital memory. #Ihousekeeper

1 Doutoranda em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e-mail: andrieledechaves@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9658890895067738>.

2 Doutoranda em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e-mail: ana.paula17021986@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9529086504540320>.

3 Docente no curso de Graduação e de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, pós doutora e bolsista produtividade Fundação Araucária, e-mail: dantielligarcia@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4595437339696603>.

Poeta!
Não queixas suas aflições
Aos que vivem em ricas vivendas
Não lhe darão atenções
Sofrimentos, para eles, são lendas.

(Carolina Maria de Jesus)

Palavras iniciais

Os movimentos de mulheres, no Brasil, além de abarcarem discussões sobre a equidade entre gêneros, ganharam força e tornaram-se também uma grande luta pelos movimentos sociais. Como exemplo, citamos a maior manifestação de rua liderada por elas no ano de 2018, intitulada #EleNão, bem como o movimento #EuEmpregadaDoméstica⁴, iniciado em 2016, observatório de análise deste artigo.

Tais movimentos têm ganhado visibilidade a partir das mídias sociais disponíveis no ciberespaço, facilitando o processo de produção de sentidos por meio de discursos que nelas circulam e que põem em funcionamento o ideológico e o político, bem como as relações de forças mostradas pelas lutas de classes em um movimento de resistir no/pelo discurso.

Quando Pêcheux pensa em resistência no discurso, ele postula, já no final do Anexo III, *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, um de seus primados: “Não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 2014, p. 281).

Nessa perspectiva, o *corpus* deste trabalho constitui-se de materialidades que circularam/

4 Comunidade virtual criada no *Facebook*, em julho de 2016, pela professora, ativista, *rapper*, poetisa e ex-empregada doméstica Preta Rara (Joyce Fernandes). Tem como objetivo, conforme consta em sua descrição, compartilhar experiências de humilhação e exploração social, sexual ou emocional sofridas por empregadas domésticas e “incentivar as pessoas contarem os seus relatos ou relatos das mulheres de suas famílias que já foram ou são empregada doméstica [sic]”. A comunidade conta com mais de 160 mil seguidores e discute, também, outros assuntos da esfera social.

circulam em uma comunidade/movimento do *Facebook* intitulada #EuEmpregadaDoméstica e que renderam muitos *likes* e comentários para os *posts*. Visamos analisar, especificamente, o corpo negro como sendo “pertencente” historicamente à classe de empregadas domésticas do Brasil, isto é, às mulheres que ainda fazem parte da “senzala”, já que, conforme escreve Preta Rara, moderadora da página: “a senzala moderna tornou-se o quartinho da empregada”.

Para isso, nos pautamos nos pressupostos teórico-metodológicos da teoria materialista do Discurso, doravante AD, iniciada por Pêcheux na França e desenvolvida por Eni Orlandi, no Brasil, caracterizada como uma disciplina de entremeio, pois é composta pela tríplice aliança teórica constituída pela Linguística, pelo Materialismo Histórico e pela Psicanálise.

Imbricaremos, em um movimento teórico e analítico, as noções de memória no ciberespaço, quais sejam a de memória discursiva, tomando como base Courtine (2009), Pêcheux (2014, 2015) e Indursky (2011), bem como de memória metálica/digital, com as postulações de Dias (2018). O entrecruzamento dessas memórias no espaço digital produz o efeito de sentido de resistência e significam os sujeitos e os sentidos, e, portanto, não há como deixar de lado o político, uma vez que as relações sociais são pautadas em relações de força e em ideologias que perpassam as dominantes e aquelas que são dominadas. No movimento analítico, tomamos a imagem como produtora de memória e como uma materialidade significativa que produz efeitos de sentido no ciberespaço.

Memórias no/do ciberespaço

A *internet* é a forma de tecnologia que surgiu para revolucionar o mundo nos últimos tempos, pois, por meio dela, muitos discursos circulam com uma nova configuração de produção

e se materializam por meio de textos. Neste trabalho, tomamos a charge e a fotografia como textos compostos por diferentes materialidades significantes, conforme Lagazzi (2009), e que não podem ser compreendidos como unidades fechadas, mas como “peças” de linguagem dotadas de significação (ORLANDI, 2001, p. 65), que circulam nas telas dos *smartphones*, *tablets* ou computadores e que se replicam abundantemente nesse espaço de produção de sentidos.

Esse espaço de produção de sentidos é regido por uma memória metálica, a memória da máquina, conceito inicialmente postulado por Orlandi (1996) em *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho no simbólico*, para compreender as novas formas de linguagem e por Dias (2015, 2018) que vem desenvolvendo uma série de trabalhos nos quais propõem avanços neste importante conceito àqueles que se debruçam sobre os discursos que circulam na/em rede.

Orlandi (2012), ao tratar da memória metálica, nas suas primeiras discussões, referiu-se às telenovelas, que, segundo ela, não abriam espaço para a produção do novo e da interpretação, pois os enredos eram sempre os mesmos, ou seja, as mesmas histórias se repetiam, alterando somente as personagens. Sendo assim, o que funciona(va) era uma memória horizontal, achatada e, especialmente saturada, na qual o eixo da constituição não era afetado.

Uma formulação se transforma em várias outras sem que se toque no domínio da constituição, onde um sentido poderia vir a ser outro, na sua historicidade. Produz-se assim uma memória achatada, horizontal. [...] Não há espaço para interpretação, há uma trama enredada que impede o acesso à profundidade da rede de filiações (historicidade) justamente porque a simula, porém na horizontalidade. [...] por um efeito paradoxal, enquanto acontecimento, ela própria, a *Tevê* metaforiza a relação do homem com a linguagem. Ou melhor, ela se faz metáfora. Aí está o fato na história: o do homem se significar por essa linguagem que apaga a memória histórica e a substitui por uma memória metálica. Nesse lugar o homem põe uma combinatória infundável de sinais à qual se liga. E é isto afinal o que se historiciza (ORLANDI, 2012, p. 182).

Tratava-se, portanto, de uma memória que repete e não constrói redes de significação, nas palavras da autora. Dias (2015) argumenta que a memória metálica, por possuir essa característica de repetibilidade, faz com que os dizeres retornem no intradiscorso e não produzam profundidade, porque a linguagem artificial é produzida com um fim específico, podendo, desse modo, a identificação se dar de muitas formas, pois a máquina pode prever ou saber o próximo passo a ser dado pelo sujeito e o que ele sente. Isso se dá, conforme Dias (2018), pelo fato de esse tipo de memória viabilizar uma infinidade de dados e de combinações. Contudo, isso não implica dizer que também, no ciberespaço, a memória discursiva não funciona imbricando-se à memória da máquina. Para a autora, a memória metálica é a base do discurso digital e “se constitui pelo excesso, acúmulo, quantidade e não historicidade, acumula e não esquece” (DIAS, informação verbal (vídeo) 1’12”). Em poucas palavras, trata-se de uma memória que acumula e armazena uma grande quantidade de dados.

Já a memória discursiva diz respeito “[...] à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p. 106). Nessa perspectiva, ela não pode ser entendida como uma memória que é individual, psicologizante, mas como constitutiva do processo discursivo.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2015, p. 46).

O sujeito produz o discurso a partir de já-ditos, repetidos, retomados e relançados à circulação na forma do discurso “novo”: “[...] a memória discursiva é regionalizada, circunscrita ao

que pode ser dito em uma FD e por essa razão é esburacada e lacunar” (INDURSKY, 2011, p. 86). Trata-se de uma memória que está sujeita às falhas, ao equívoco, a furos, já que o sujeito é interpelado pela ideologia e se inscreve numa dada formação discursiva a depender da sua posição-sujeito.

Importante ressaltar que o interdiscurso e a memória discursiva não têm o mesmo funcionamento, pois enquanto o primeiro reúne todos os discursos já produzidos “[...] antes, em outro lugar e independentemente, sob o complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 149), a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos (COURTINE, 2009, p. 106). É ela que permite ao sujeito fazer “escolhas” (inconscientes), dentro do arcabouço de discursos “esquecidos” existentes no interdiscurso e inscritos em uma ou mais formações discursivas, aquele com o qual se identifica, colocando-o novamente em circulação.

Dessa maneira, memória metálica e memória discursiva imbricam-se no momento de produção de sentidos no espaço digital, uma vez que, por mais que esse espaço seja regido pela memória artificial, ele é atravessado pela memória discursiva, pois algo só pode ser formulado e posto em circulação, porque já foi dito antes.

Dias (2018) pensando no funcionamento das redes sociais e dessas memórias que nela se imbricam, ao tratar dos movimentos sociais que circulam constantemente nesse espaço de produção e circulação de discursos, e que para nós é o que interessa especialmente neste texto, toma a memória como *digital*. Para a autora, “a memória digital seria, pois, o lugar da contradição, no qual a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)” (DIAS, 2018, p. 105). Trata-se de uma memória que

funciona no espaço digital e cujo funcionamento pode ser observado, por exemplo, no interior dos movimentos sociais que se organizam na rede e buscam urgência, nesse espaço de produção/circulação de sentidos pautado na velocidade e no imediatismo.

Por meio dessa memória, concorrem aquilo que é horizontal, achatado e saturado (memória metálica) e aquilo que falha, é lacunar, passível de equívocos (memória discursiva), justamente porque a configuração de movimentos sociais, conforme mostraremos nas análises, sofreu alterações com o surgimento das novas tecnologias digitais, uma vez que as demandas mudaram e esse espaço permite reivindicações, luta por meio da unidade de sujeitos que representam classes sociais. Há, então, a relação de urgência e velocidade das redes sociais, da máquina, daquilo que cabe ao tecnológico, mas também a produção de discursos que se voltam para a luta, àquilo que compete ao social, aos movimentos, aos coletivos.

O (dis) curso da imagem

A imagem é discurso, não há dúvidas, mas refletir sobre isso nos leva a compreender as noções de forma material proposta por Orlandi (1995) e de materialidade significativa trabalhada por Lagazzi (2009; 2011).

A AD, ressalta Orlandi (1995), além de aceitar a existência de diferentes linguagens, e entendemos a imagem como uma delas, preocupa-se em investigar o seu funcionamento, o que há de característico nelas. De acordo com Davallon (2015), a imagem é capaz de se inscrever em uma memória, pois funciona como um operador de memória social. Quando o autor discorre sobre ela, pensando nas questões voltadas à publicidade, argumenta que a imagem trabalha junto do enunciado linguístico de determinado produto, porque é capaz de fazer seu leitor memorizar aquilo que vê e posicionar-se

enquanto consumidor. Todavia, mais do que isso, a imagem não serve somente para representar algo, porque:

[...] aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue toda pronta. Esse estado de coisas abre, como aliás insistem em nos fazer observar, a uma liberdade de interpretação (o que quer dizer que o conteúdo 'legível', ou antes 'dizível', pode variar conforme leituras). [...] ela assinala um certo lugar ao espectador (DAVALLON, 2015, p. 26-27).

O sujeito interpelado ideologicamente interpreta uma imagem de acordo com sua posição, uma vez que, “diante de qualquer objeto simbólico, o homem, enquanto ser histórico, é impelido a interpretar, ou em outras palavras, a produzir sentidos” (ORLANDI, 1995, p. 44). Na fotografia e na charge analisadas, o não verbal não funciona à parte, mas em conjunto com a linguagem escrita, produzindo interpretações variadas a depender da posição ocupada pelo sujeito que produz o discurso ou o interpreta.

Dessa forma, de acordo com Lagazzi, “[...] não se trata de analisarmos uma imagem e a fala e a musicalidade, por exemplo, como acréscimos uma das outras, mas sim de analisarmos diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra”. (LAGAZZI, 2011, p. 402, grifos da autora). Trata-se, portanto de trabalhar o imbricamento dessas diferentes formas materiais, sem pensá-las como sobrepostas umas às outras, mas na sua relação com a história para o processo de produção e significação dos sentidos na/pela teoria da interpretação.

Para Cavalcanti e Azevedo (2018, p. 242), o discurso imagético é dotado de historicidade:

[...] com seu caráter de incompletude e atravessado por discursos outros que constituem sua discursividade. [...] no funcionamento das materialidades imagéticas, existem possibilidades diversas de leituras, gestos de interpretação distintos, um olhar multidirecional, uma desestabilização do

trabalho de interpretação, possibilitando o múltiplo. Por causa dessa pluralidade, a imagem é um discurso de caráter heterogêneo.

Como postulam as autoras, a imagem é heterogênea, pois é passível de múltiplas interpretações e sua discursividade se dá pelo atravessamento de outros discursos que trabalham sobre a cadeia significativa de sentidos, ou seja, há um trabalho do simbólico na história que formula sentido.

Ela é atravessada por discursos, uma vez que permite retornos a dizeres presentes no interdiscurso para que sejam colocados em funcionamento e circulação. Por isso, a ligação com a história, pois a produção de efeitos de sentidos depende de algo que lhe é exterior, o que implica dizer que a imagem é uma manifestação de uma forma-sujeito do discurso, um sujeito clivado que pertence a uma dada formação discursiva, logo, ela não é neutra e nem pode sê-lo.

Nessa perspectiva, no nosso gesto analítico, pensamos que a charge e a fotografia são atravessadas por discursos que vêm de fora e que ao serem atualizados, no fio do discurso, pela memória discursiva, produzem efeitos de sentido de luta e de resistência em defesa de uma classe.

Quando o político e o ideológico “gritam”

Pêcheux, nos seus textos fundadores, ainda escritos sob o pseudônimo de Thomas Herbert⁵, publicados em 1966 e 1968, levantou algumas discussões sobre a maneira de fazer ciência no campo

5 Michel Pêcheux publicou dois textos sobre o pseudônimo de Thomas Herbert, para tratar sobre questões que estavam diretamente ligadas às Ciências Sociais e ao modo de se fazer ciência à época em que ele iniciava o processo de criação da teoria do Discurso. Os textos são *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da Psicologia Social*, publicado em 1966, e *Observações para uma teoria geral das ideologias*, datado de 1968. Trouxemos esses textos para fundamentar o nosso movimento analítico, uma vez que o autor explicita sobre o que compreende por ideologia(s) e seu funcionamento nos modos de produção das relações sociais.

das Ciências Sociais à época, explicitando sobre o que são as práticas técnica, política, ideológica, teórica e social. Neste momento, abordaremos as práticas política e ideológica, tomando a AD como uma ciência que tem o discurso como cerne e a partir do qual é possível compreendê-las.

O autor argumenta que o papel das práticas políticas é organizar as práticas técnicas (produto, instrumentos, resposta às demandas das práticas sociais bem específicas), por meio de seu objeto, que é a relação existente entre os homens, pensando na demanda social que sempre existiu. Essa prática tem por função transformar as relações sociais por meio do discurso, e não simplesmente de um discurso político, mas sim de decisões, todas elas, adquirindo um lugar na prática política.

De acordo com Henry (1993, p. 24), “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. Isso significa que o autor compreende o discurso e a AD, propriamente dita, como uma “aventura teórica”, já que há uma necessidade de a ciência partir do objeto científico, o discurso (falho, lacunar) para que, em seguida, ela se desenvolva em torno dele.

Sendo assim, pensar em discurso como instrumento, sobretudo como um instrumento que diz respeito às relações sociais e à prática política, é pensar nas relações de forças historicamente existentes nas relações sociais e que, cada vez mais, caminham juntos à era da cibernética e da velocidade, produzindo sentidos e rompendo com ideologias dadas.

O primeiro recorte é um *print* da página inicial da comunidade virtual já mencionada. Nele, a formulação verbal: “EuEmpregadaDoméstica: Nossa voz ecoa” vem acompanhada pela formulação visual (foto de perfil da página) de Laudelina de Campos Melo, fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil,

em 1936. Laudelina, mulher negra, lutou não apenas pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, mas também pelos direitos humanos, pois muitas delas, à época e ainda hoje, passavam/passam por diferentes tipos de assédios verbais ou até mesmo físicos.

A página do *Facebook* traz à baila todas essas questões por meio de depoimentos de mulheres que sofreram ou sofrem caladas por terem sido vítimas de humilhação por parte de suas patroas e patrões. A escolha da foto de perfil, representada por Laudelina, também conhecida como o “terror das patroas”, ressoa, por meio da memória discursiva, aquilo que se diz sobre ela, já que ela questionava e lutava por sua classe e, de certo de modo, “incomodava”. Sendo assim, a página vem para desestabilizar sentidos, na medida em que denuncia os maus tratos de diferentes ordens sofridas pela classe de trabalhadoras.



Recorte 1 – *Print* da página inicial da comunidade virtual

Fonte: Perfil do *Facebook*⁶

As fotos de capa e de perfil são a “porta de entrada” de qualquer perfil do *Facebook*. É por meio dos discursos que circulam nelas/por elas que os visitantes são interpelados a tomar uma posição diante daquilo que leem/veem, ou seja, elas “dão o tom” dos discursos que ali irrompem. Ao se deparar com eles, os sujeitos se identificam, contraidentificam ou ainda, podem se desidentificar (PÊCHEUX, 2014), com aquilo que é posto em circulação nesse espaço de produção de sentidos.

6 Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

A *hashtag* #EuEmpregadaDoméstica convoca, chama, “grita” para que essa classe de sujeitos se inscreva nessa luta e, mais que isso, para que o movimento ganhe visibilidade. Esse discurso é dirigido especialmente aos sujeitos que não (re)conhecem a realidade sobre a qual se fala. Ao se replicar no espaço digital, em qualquer ponto da rede, seja ele no *Facebook*, no *Instagram* ou no *Twitter*, por meio memória da máquina, os sentidos se deslocam, colaborando para romper com um conjunto de sistemas e representações já sedimentados na nossa formação social, sobre o que é ser empregada doméstica.

Para Dias e Coelho (2014), as *hashtags* funcionam como “indexadores”, que permitem aos usuários das redes sociais se reunirem de acordo com interesses comuns, ou seja, os sujeitos são convocados a assumir uma posição e ao compartilhar ou curtir um comentário, inscrevem seu dizer na mesma formação discursiva que já circula na/em rede.

O complemento “nossa voz ecoa” sinaliza para as vozes de todas as empregadas domésticas que sofrem humilhações de diferentes naturezas e que produzem “ecos” (a repetição da voz que luta) por meio das redes sociais. Trata-se de um “grito” que talvez não fosse permitido em outros lugares e que é potencializado pelo funcionamento da memória digital, pois a repetição do enunciado estabilizado, reproduzido e compartilhado, imbrica-se com os discursos que ressoam pela memória discursiva sobre Laudelina e sua representatividade na luta pelas empregadas domésticas brasileiras. O discurso de Laudelina convoca para a luta e para a resistência. A formulação visual de Laudelina, a nosso ver, não foi escolhida por acaso, mas propositalmente, na medida em que os sentidos sobre essa mulher sindicalista, negra, pobre produzem seus efeitos no eixo da formulação, pois aponta para a luta de classes, de proletárias, de mulheres

negras que ainda ocupam, apesar das conquistas, o lugar de escravas na nossa formação social:

A população negra foi confinada, entre outras práticas, à desumanização de escravizados de ontem e de hoje – ainda que a escravidão de hoje seja oculta e consequente de séculos de escravização de fato, já que a abolição completa da escravização de pessoas negras nem foi processada de maneira correta pela sociedade e avançou pouco mais do que algumas mudanças de legislação, muito devido à negação de saberes, produção e potencial intelectual negra que foi, é e tem sido mais um caminho eficiente para mantê-la no lugar de subalternidade (BERTH, 2019, p. 60).

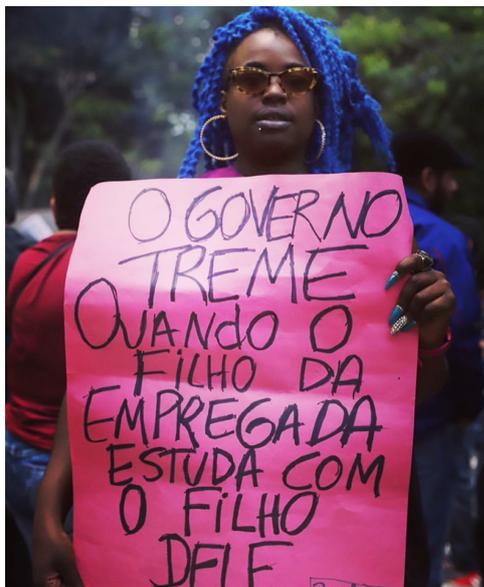
Essa maior invisibilidade em nossa sociedade, dos negros, conforme salienta Berth (2019), é consequência da articulação dos grupos subalternizados dentro do modelo social e por mais que discursos sobre a necessidade de extermínio do racismo circulem em nossa sociedade, ainda há muito preconceito, velado ou não, exteriorizado ou não, mas que atingem de maneira direta a parcela da população negra, especificamente a mulher, nas suas relações sociais.

A relação de força significada pelas empregadas domésticas: uma análise discursiva

Os movimentos de mulheres, no Brasil, têm ido além dos interesses voltados à igualdade de gêneros, pois junto deles caminha uma luta que vem sendo travada há muitos anos: a luta das classes sociais. Ou seja, a resistência se faz presente de diferentes formas em diferentes discursos, especialmente, no discurso de mulheres que têm ganhado maior visibilidade desde a eleição do atual presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro.

A fotografia recortada da comunidade virtual #EuEmpregadaDoméstica, do *Facebook*, faz parte de um *post* recente, que circulou em 15 de maio de 2019. Nela, pode ser observada a formulação visual da moderadora da página, Preta Rara, segurando um cartaz no qual está escrito: “O governo treme

quando o filho da empregada estuda com o filho dele”. Esse *post* teve mais de novecentas “reações” e trinta comentários.



Recorte 2 – Foto de Preta Rara em manifestação de rua

Fonte: Perfil do Facebook #Euempregadadoméstica⁷

Essas possibilidades de “reações” diante de uma determinada postagem sinalizam para a possibilidade de o sujeito corporizar seu discurso no ciberespaço, uma vez que, conforme Dias (2004, p. 140), “há uma inscrição do corpo na língua, o corpo acontecendo na significação [...] o ‘corpo sem órgãos’: a ‘corpografia’”.

Essa corpografia ocorre por meio das letras na tela ou, no caso do *Facebook*, por meio dos *emoticons*, *emojis* e *smileys*, que inscrevem o corpo do sujeito no discurso urbano digital, atestando o seu gesto de interpretação. Para Dias (2008), a corpografia é a inscrição do corpo na língua, pensando a escrita na *internet* como uma forma de simulacro que propõe, em seus traços, uma forma do pensamento. Como já afirmamos, o discurso imagético tem caráter de multiplicidade, pois é atravessado pela memória discursiva e, ao se tratar de uma fotografia, por exemplo, as escolhas não são neutras. Sendo assim, a formulação visual de uma mulher negra, ex-
7 Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

empregada doméstica e também professora não foi aleatória, mas determinada pelas condições de produção do discurso fotográfico.

Essa fotografia foi “tirada” durante uma manifestação de rua, em que uma parcela da população de várias cidades do Brasil se posicionava contra o bloqueio de recursos para a educação anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) nesse ano. Na época, os manifestantes, muitos professores e alunos, questionavam, também, o fato do atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, ter dito que as universidades são locais de “balbúrdia” e, de certo modo, ter usado esse argumento para sugerir o corte de bolsas nas universidades brasileiras.

A formulação visual da mulher negra “grita”, pois “representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador)” (DAVALLON, 2015, p. 25). O efeito de sentido produzido pela fotografia é a de uma mulher negra lutando não somente pela classe das empregadas domésticas, mas também pela educação, pela sua profissão enquanto historiadora, pelo direito das pessoas, por meio dos estudos, atingirem seus objetivos sociais, patamares que antes não lhes eram permitidos.

Há um jogo de sentidos que se estabelece nessa materialidade discursiva e que decorre do entrelaçamento da formulação visual e a formulação verbal, pois no cartaz que Preta Rara empunha, está escrito: “O governo *treme* quando o filho da *empregada* estuda com o filho dele”. Essa formulação verbal ressoa sentidos de que à classe trabalhadora e, em especial, aos negros, não era dado o direito de ascender socialmente. Assim, ser negra e ex-empregada que frequentou uma universidade pública, tornando-se professora, sinaliza para a resistência desse grupo social. Além disso, produz o efeito de sentido de que o governo tem medo que o pobre estude, trabalhe

e realize sonhos. Esse discurso coloca em xeque muitas questões capitalistas e o próprio controle por parte dos Aparelhos Ideológicos de Estado, como postulou Althusser (1970). O “O governo treme” funciona como um gesto metafórico, já que ele fica abalado, tem medo, desestabilizado com a possibilidade de o proletariado ter acesso à formação e ao conhecimento.

A última materialidade recortada é uma charge que circulou na mesma página, em que ocorre um deslizamento do sentido da palavra “comunidade”, dita pela empregada doméstica em substituição à “favela”, habitualmente utilizada pela maioria da população brasileira e compreendida, mais recentemente, como tendo um sentido estigmatizado. Na charge, o ideológico e o político funcionam juntos, uma vez que o efeito de sentido do discurso produzido pela classe rica, por meio da formulação verbal, “Eu **nunca** ouvi falar nesse mapa, **mas** o Lula preso é um avanço **extraordinário**”, aponta para o desconhecimento dos mais abastados financeiramente, sobre os problemas políticos que afetam o Brasil, sobre a necessidade de políticas públicas para que o país não esteja no mapa da fome, por exemplo.



Recorte 3 - Charge recortada da página #EuEmpregadaDoméstica

Fonte: perfil do Facebook⁸

8 Disponível em: <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

A adversativa “mas” encaminha o discurso para a introdução de um contra argumento, pois, apesar de a patroa não saber o que significa “mapa da fome”, considera a prisão do ex presidente Lula um feito “extraordinário”. Essa formulação verbal sinaliza para os embates dos discursos produzidos por aqueles que se inscrevem em formações discursivas contrárias, ou seja, aqueles que se alinham aos discursos de direita e aqueles que ancoram o dizer na FD oposta.

Imbricada à formulação verbal, as formulações visuais da patroa e da empregada encaminham para sentidos relacionados às relações de classes e ressoam, pelo funcionamento da memória discursiva, o “lugar” da patroa e da empregada doméstica no Brasil, ratificando o imaginário acerca de cada uma delas. A patroa é significada pela mulher rica, alta, de cabelos loiros e usando um casaco de pele e bolsa da *Louis Vuitton*, que apontam para o capitalismo e para o consumismo, em que demanda transforma-se em comanda.

O uniforme da mulher negra, em contraste com o luxo das roupas e acessórios usados pela mulher loira, sinaliza para as relações sociais, que se dão, inclusive, no/pelo trabalho e que são, antes de tudo, relações de exploração. O fato de a mulher da charge ser uma mulher negra e de mais idade produz o efeito de sentido de que o trabalho como empregada doméstica talvez seja o que lhe restou para além da juventude até a velhice. Desse modo, a empregada é a mulher negra, moradora da periferia, que vive numa espécie de “escavidão remunerada”, para citar Djamila Ribeiro.

Portanto, atravessada pela historicidade que é constitutiva do discurso, a charge significa porque aponta para outros dizeres que são atualizados no fio do discurso e que irromperam em outros momentos, como na época da escravidão, por exemplo, mas que ainda produzem seus efeitos na nossa formação social.

Efeito de fechamento

Tendo em vista que para a teoria materialista do discurso o sentido não se fecha e pode sempre ser outro, nos propusemos, neste trabalho, investigar por meio da análise de uma fotografia e de uma charge, recortadas da comunidade virtual do *Facebook* intitulada #EuEmpregadaDoméstica, a relação que se estabelece entre as diferentes materialidades significantes no processo de produção de sentidos. Por esse viés, compreendemos o ciberespaço como o lugar em que esses discursos irromperam e se replicaram pelo funcionamento da memória digital, na qual concorrem memória metálica e memória discursiva.

No nosso movimento analítico, consideramos que, tanto a fotografia como a charge são textos que entrecruzam diferentes materialidades significantes e que convocam os sujeitos a se identificarem (ou não) com a formação discursiva de uma das minorias que luta por igualdade. Nas materialidades discursivas analisadas, trava-se um embate entre duas classes sociais: a patroa e a empregada, assim como entre os discursos da professora negra (ex-empregada doméstica) que luta pela garantia dos direitos do proletariado e os dizeres da patroa, que inscreve o discurso na formação discursiva que sustenta o governo de direita.

Esse embate se dá pelo retorno de discursos que estão “esquecidos” no interdiscurso e que ao serem atualizados, no eixo da formulação, pelo funcionamento da memória discursiva, acabam produzindo o efeito do nunca dito antes, produzindo a (des-)estabilização de sentidos. Essa (des-)estabilização se dá pela repetição no espaço digital, pois, nele, os discursos são replicados e se reproduzem muito velozmente, abrindo espaço para pensar como memória discursiva e memória metálica funcionam.

Após o nosso movimento de análise, podemos (re-)afirmar a importância da AD para compreender os textos que circulam no espaço digital, pois essa teoria permite não apenas ler aquilo que está na superfície, mas também aquilo que está além daquilo que foi dito/visto e que significa pela história e pela memória. Nas materialidades discursivas recortadas, as relações sociais estão bem marcadas, assim como os lugares ocupados pelos sujeitos: a patroa é a loira e rica e a empregada é negra e pobre, perpetuando um discurso que possivelmente remonta à colonização, mas que ainda produz seus efeitos nos dias de hoje.

Por fim, podemos dizer que os discursos que se materializam no recorte que fizemos, funcionam, sobretudo, como um discurso de resistência, pois, neles, ganham visibilidade as relações sociais, que são, antes de tudo, relações de exploração, uma vez que colocam a mulher negra no lugar de empregada doméstica, privando-a de direitos há muito tempo conquistados.

REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CAVALVANTI, Cristiane Renata da Silva; AZEVEDO, Nadia Pereira Golçalves. O triplex: a imagem como operadora de memória discursiva em charges. In: *RUA* [online]. n.º. 24. v. 1, p. 237-253. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652441>. Acesso em: 1 de jul. de 2019.

COELHO, André Luis Portes Ferreira. “*Brace yourselves, memes are coming*”: formação e divulgação de uma cultura de resistência através de imagens da internet. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 2014. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, 2014.

- COURTINE, Jean Jacques. *Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: Edufscar, 2009.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean, DURAND, Jean-Louis; et al. *Papel da Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- DIAS, Cristiane. *Análise do Discurso Digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Editora Pontes, 2018.
- _____. A tecnologia como condição de produção do conhecimento na sociedade contemporânea: redes, memória e circulação. In FLORES, G.G.B. et al (orgs). *Análise de Discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Editora Pontes, 2015. p. 279-291.
- _____. Memória metálica. *Enciclopédia virtual da Análise do Discurso e áreas afins*. Brasil:2016. Campinas: UffTUBE. 2016. [vídeo]. (312 minutos). Disponível em: <<http://ufftube.uff.br/video/ADGOD4HW8KHO/Memória-Metálica--Cristiane-Dias>> Acesso em: 20/08/2017.
- _____. *E-Urbano: a forma material no eletrônico no urbano*. In DIAS, Cristiane. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital [online]*. LABEURB/NUDECRI, UNICAMP: Campinas, 2011.p.12-24.
- _____. *A discursividade na rede (de sentidos): a sala de bate papo hiv*. Tese de doutorado. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. 4. ed. In: *Análise do Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2014. p. 21-54.
- _____. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Revista Rua*. Campinas, v. 1, n. 1. p. 63-89, 1995.
- HENRY, Paul. Os funcionamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). 5. ed. In: *Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). *Memória e História na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.
- LAGAZZI, Suzy. O Recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In RODRIGUES, Eduardo Alves. et al (orgs). *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 401-410.
- _____. O recorte significativo da memória. In: INDURSKY, Freda. et al (orgs). *O Discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Editora Claraluz, 2009. p. 67-78.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2012.
- _____. *Cidade atravessada: Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *Efeitos do verbal sobre o não verbal*. In: Revista Rua. Campinas: Editora Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. *Papel da memória*. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2015. p. 43-51.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Submissão: 31 de outubro de 2019.

Aceite: 19 de novembro de 2019.

INTERPRETAÇÃO É INTERVENÇÃO? A ANÁLISE DO DISCURSO E O COMPROMISSO SOCIAL EM MICHEL PÊCHEUX A PARTIR DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Katia Alessandra dos Santos¹

Resumo: A Análise do Discurso de Michel Pêcheux nasce com duas características: o caráter político e a não delimitação como campo disciplinar, tensionando os saberes e produzindo um mal-estar nas ciências humanas e sociais. Tendo em vista esse caráter fundador, este trabalho pretende colocar em pauta o compromisso social e político da AD, partindo da proposta do grupo de pesquisa “Laboratório discursividades, mulheres e resistência”. O grupo surge com o objetivo de analisar fenômenos sociais e propor intervenções que se voltem ao combate da violência contra a mulher que ainda reverbera no cenário contemporâneo. Nesse sentido, provocamos a AD Pêcheuxtiana naquilo que a constituiu, a relação com temas/pautas emergentes e com populações vulneráveis, a fim de produzir práticas que se voltem à intervenção e transformação social.

Palavras-chave: interpretação; intervenção; análise do discurso; violência contra a mulher.

IS INTERPRETATION AN INTERVENTION? DISCOURSE ANALYSIS AND SOCIAL COMMITMENT IN MICHEL PÊCHEUX THROUGH STUDIES ON VIOLENCE AGAINST WOMEN

Abstract: The Discourse Analysis theorized by Michel Pêcheux is born based on two characteristics: the political feature and the non-delimitation as a disciplinary field, tensioning knowledge and rising a discomfort in Human and Social Sciences. Considering this founder feature, this paper aims at bringing to discussion the social and political commitment of the Discourse Analysis, starting from the proposal of the research group “Laboratory discursivities, women and resistance”. This group emerges with the goal of analyzing social phenomena and proposing interventions that focus on fighting violence against women that still reverberates in the contemporary scenario. In this sense, we intend to provoke the Pêcheuxtian Discourse Analysis in its bases, the relation with emerging themes/agendas and with vulnerable populations, in order to produce praxis which focus on intervention and social transformation.

Keywords: interpretation; intervention; Discourse Analysis; violence against women.

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo-USP/ Ribeirão Preto (2012), estágio de pós-doutorado em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, sob supervisão da professora Dra Leda Verdiani Tfouni, com estágio na Université de Paris 13, sob supervisão de Marie-Anne Paveau. Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Irati. . E-mail: kalassandra@unicentro.br

Primeiras palavras: Michel Pêcheux e o caráter político-ideológico da AD

Michel Pêcheux inicia seus escritos ainda como Thomas Herbert, dando lugar a um outro em relação ao pesquisador que atuava no Laboratório de psicologia social (MALDIDIER, 2003). Constrói uma teoria aliando achados da linguística, do materialismo histórico e das teorias do discurso (PÊCHEUX, 2009). Por fim, deixou sua teoria em aberto, voltando a um diálogo, sempre presente, mas também em suspenso, com a Psicanálise (PÊCHEUX, 2008, 2009). Tendo em vista esse caráter fundador da AD, este trabalho tem como objetivo discutir os encaminhamentos da Análise do Discurso na contemporaneidade, a partir de algumas tentativas de trabalho pelo viés da AD, visando intervenção sócio-política.

A Análise do Discurso surge na França, na década de 60, em meio à generalização nas ditas Ciências Humanas, do Estruturalismo, o que colocou a linguística como ciência-piloto (GADET; HAK, 2014, p. 8). Contudo, um diferencial que a AD apresenta, em relação a outras perspectivas de estudos da língua, é o caráter eminentemente político. “Ela nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (GADET, HAK, 2014, p. 9). Os autores mesmos mencionam a “ilusão” de uma leitura verdadeira, a partir de uma máquina de ler, crítica que o próprio Pêcheux fará posteriormente, já em *Semântica e Discurso - Les Vérités de La Palice*, texto de 1975 (PÊCHEUX, 2009).

De todo modo, como enunciamos anteriormente, Pêcheux constrói uma teoria com base em três regiões do conhecimento:

1. materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (PÊCHEUX, FUCHS In: GADET, HAK, 2014, p. 160).

Essas três regiões perpassadas, ainda, por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Assim, o autor constrói uma perspectiva discursiva ancorada em uma teoria do sujeito e da ideologia, perspectiva que foi se modificando, como disseram Gadet e Hak (2014), mas que preserva elementos fundamentais: “há questões que concernem à produção do sentido que permanecem sempre muito vivas para quem pensa que o sentido deve ser apreendido, ao mesmo tempo, na língua e na sociedade” (GADET, HAK, 2014, p. 10).

Ainda na proposta da *Análise Automática do Discurso* (1969/2014, doravante AAD-69), Pêcheux apresenta uma ferramenta bastante ousada: um dispositivo de leitura que permitiria analisar os discursos políticos. É preciso destacar que o autor recusa já nessa proposição a noção de linguagem como instrumento de comunicação, denunciando a não neutralidade da língua, marcando a ligação do discurso à política. Desta perspectiva, apresenta-se uma alternativa teórica e metodológica à Análise de Conteúdo, tão disseminada como técnica, por excelência, para o trabalho científico com dados verbais.

O conceito de discurso apresentado por Pêcheux já desde a AAD-69 opõe-se à noção de língua como instrumento de comunicação ou fonte de transmissão de mensagens, como se postulava pela Teoria da Informação. O autor afirma preferir o termo discurso, uma vez que “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão

de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 81). Entram em cena, nessa definição, o que ele chama nesta obra de *formações imaginárias*, espécie de jogo de imagens entre locutor, interlocutor e objeto do discurso, que faz com que seja possível o mecanismo da antecipação, entendendo que essa “antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso” (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 76, grifo do autor). Essas imagens, somadas ao contexto/situação (referindo-se apenas ao contexto imediato na obra AAD-69) resultam naquilo que o autor chamou de condições de produção do discurso. No texto de 1975, (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 170), Pêcheux afirma a necessidade de se organizar uma teoria não subjetiva da subjetividade, ou seja, uma teoria que possibilite olhar para a produção discursiva de um sujeito empírico e vislumbra-lo enquanto um representante de uma instituição, de um tempo histórico e ideológico. Dessa perspectiva, todo discurso só pode ser considerado na relação com a exterioridade que lhe é constitutiva, permeado pelos “já-ditos”, os dizeres anteriores que atravessam e embasam a organização dos discursos.

No texto de 1983, *A análise de discurso: três épocas*, Pêcheux (In: GADET, HAK, 2014) avalia o percurso empreendido, mencionando a passagem de uma concepção de discurso e de sujeito como estrutura fechada (AAD-69), dominados por condições de produção estáveis e homogêneas, para um segundo momento que passa a olhar para “as relações entre as ‘máquinas’ discursivas” (PÊCHEUX, in: GADET, HAK, 2014, p. 309). Surgem, nesse segundo momento, conceitos como o de formações discursivas (que faz explodir a noção de máquina estrutural), tomado de empréstimo de Michel Foucault, e o de interdiscurso, que surge para “designar ‘o exterior

específico’ de uma FD” (PÊCHEUX, in: GADET, HAK, 2014, p. 310). Mesmo com as mudanças dessa segunda fase, o autor nos diz que a noção de sujeito continua vinculada a uma ideia de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual se identifica.

No que se refere à chamada terceira fase, modificam-se noções essenciais como as mencionadas acima: de discurso como constituído por FD fechadas, de sujeito como mero porta-voz de ideologias dominantes e também em relação aos procedimentos de análises, que, antes fixos pela AAD-69, agora não mais se sustentam. O conceito de heterogeneidade enunciativa passa a desorientar noções que separavam processos linguísticos/materiais de discursivos. Em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983/2008), Pêcheux coloca em oposição os discursos logicamente estabilizados e as formulações equívocas, afirmando, como bem resumiu Eni Orlandi, em nota à edição brasileira da obra, que, na reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história, há uma “região de equívoco e em que se ligam materialmente o inconsciente e a ideologia” (In: PECHÊUX, 2008, p. 9).

A noção de discurso como estrutura ou acontecimento é discutida a partir da demonstração da opacidade da linguagem, por meio da análise do enunciado *On a gagné*, o qual congrega em si “uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2008, p. 23). Essa noção de heterogeneidade dos discursos traz um efeito importante na consideração do sujeito também como heterogêneo. “Esta ‘cobertura’ lógica de regiões heterogêneas do real é um fenômeno bem mais maciço e sistemático (..) tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente” (2008, p. 32). Com isso, não haveria espaço para o sujeito se deslocar. A partir da

noção de acontecimento, entretanto, é possível considerar, nas análises discursivas a divisão entre dois espaços: o das significações estabilizadas e das transformações/deslocamentos dos sentidos.

Por fim, no famoso texto de revisão, de 1983, *Análise do discurso: três épocas*, Pêcheux apresenta o questionamento que se coloca no cerne da nossa discussão: “Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção?” (In: GADET, HAK, 2014, p. 314). É a partir dele que pretendemos pensar as implicações práticas das análises que fazemos com base no escopo teórico-metodológico da AD, sobretudo quando pensamos no malfadado “compromisso social”, tão cobrado, inclusive, por órgãos de fomento à pesquisa.

Partimos do pressuposto de que analisar discursos, por si só, ainda que nem mesmo entremos em contato com os sujeitos empíricos que os produzem (análises de textos escritos coletados diretamente, por exemplo), faz com que seja possível destacar, ou colocar na ordem do dizer assuntos de importância não só para o progresso da ciência, mas com efeitos de ordem prática por meio de políticas públicas, legislações etc. Com efeito, como já destacou Pêcheux em AAD-69, “todo processo de produção, em composição com um estado determinado das condições de produção de um discurso, induz uma transformação desse estado” (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 89). Por esta premissa podemos entender que não somente produzimos efeitos ao falarmos ou darmos espaço de fala em nossas pesquisas para determinadas pessoas e/ou temas/tópicos, mas, com isso, há deslizamentos, mudanças no estado das coisas. Assim, entendemos que esse tipo de pesquisa implicaria, portanto, em mudanças sociais. Entretanto, estamos buscando com essa reflexão pensar os efeitos mais imediatos de intervenções, sobretudo para os sujeitos participantes de pesquisas, a partir do viés da AD.

“Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção?”

Partindo do questionamento mencionado neste subtítulo, apresentaremos um exemplo no Brasil, empreendido pelo Grupo de Pesquisa AD-Interfaces, fundado e coordenado pela professora Leda Verdiani Tfouni (USP-Ribeirão Preto-São Paulo- Brasil) para depois falar das pesquisas desenvolvidas e coordenadas pela autora deste texto. Há diversos outros exemplos, é claro, entretanto, para não incorreremos no erro de apresentar um levantamento parcial, querendo-se total, assumiremos a parcialidade, mencionando apenas aqueles grupos e/ou produções que nos são próximos.

Tfouni (1995/2010) é reconhecida por ser uma das primeiras a discutir o conceito de letramento no Brasil, e o faz a partir de um viés discursivo, tomando como objeto de investigação as práticas letradas a partir de adultos não alfabetizados. O grupo inicia seus trabalhos nas fronteiras da AD, sobretudo a partir da articulação com a psicanálise, mas também com a psicologia, pedagogia, história, artes, direito, entre outras áreas. As articulações encontram um ponto comum e, ao mesmo tempo, de deslocamento e crítica em relação ao paradigma dominante de ciência, o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989). Segundo esse paradigma, o investigador trabalha com sinais, indícios que conduzem ao processo de produção de sentidos. O compromisso social aparece desde as primeiras publicações do grupo em torno da alfabetização e do letramento, que se voltam a sujeitos não letrados de diversos grupos sociais (TFOUNI, 2006; TFOUNI; PEREIRA; ASSOLINI; SARTI; ADORNI, 2008). Assim, o grupo AD-Interfaces interroga a AD justamente ao se voltar para o que a constituiu: a relação entre diversos campos do saber e o compromisso social. Desse modo, localizado dentro de um departamento de psicologia, produz

sintoma ao questionar saberes e práticas. Por fim, as pesquisas voltam-se ao contemporâneo: grupos sociais vulneráveis, questões de gênero, cultura digital, estruturas e práticas clínicas, dentre outras temáticas que tocam o elemento fundador da AD: o retorno às demandas sociais e o questionamento da própria produção científica.

O trabalho que desenvolvi junto ao grupo AD-Interfaces voltou-se à análise dos discursos em torno do feminino, entretanto, após a finalização do doutorado, ao organizar minhas ações na universidade em que leciono, em um curso de psicologia, deparei-me com alguns questionamentos acerca da efetividade e da transformação social que as pesquisas que desenvolvemos podem produzir. Assim, passei a coordenar um projeto de extensão que se propõe a prestar atendimento jurídico e psicológico a mulheres em situação de violência, o Núcleo Maria da Penha-NUMAPE² e também a organizar outras pesquisas a partir da criação do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq “Laboratório discursividades, mulheres e resistência”. Desse modo, o tema da violência contra a mulher passou a fazer parte das minhas investigações e intervenções, de forma que se colocou como questão para mim saber se a AD seria um dispositivo teórico possível para articular pesquisas e atividades intervencionistas.

O contato com produções nos domínios da psicologia e letras acerca do tema da violência contra a mulher me fez perceber que as pesquisas que tinham como escopo teórico a Análise do Discurso (em qualquer vertente) não apresentavam caráter interventivo. A maioria analisava discursos relacionados ao tema coletados por meio de materialidades diversas: publicações de domínio público, legislação, material jornalístico ou

2 O nome do projeto baseia-se na Lei Maria da Penha, dispositivo legal de 2006 que criminaliza, no Brasil, casos de violência doméstica contra a mulher. Trata-se de projeto vinculado ao Programa Universidade Sem fronteiras, financiado pela Superintendência da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI.

publicitário, ou até entrevistas com mulheres que passaram por situações de violência, mas não mencionavam nenhum tipo de devolutiva ou ação realizada com essas mulheres após a coleta de dados. Um exemplo desse último tipo de pesquisa é o trabalho de Peron (2016) que analisou relatos orais de mulheres que passaram (ou estavam passando) por situações de violência acerca dos sentimentos no discurso sobre a violência conjugal. Em que pese as transformações para a pesquisadora, descritas largamente por ela em sua tese, ao destacar a riqueza dos dados que coletou, não se demonstra em nenhum momento os efeitos para as participantes.

Nessa esteira, a fim de exemplificar um pouco a produção relacionada ao tema da violência contra a mulher, a partir de uma perspectiva discursiva, fizemos uma busca de publicações disponibilizadas no portal Scielo, com os descritores “violência”, “mulher”, “análise” e “discurso”, a qual resultou em 18 artigos. Dessas 18 produções, várias pesquisas não atenderam aos critérios que buscávamos, que diziam respeito a tratar especificamente do tema violência contra a mulher a partir de uma perspectiva discursiva. Muitas delas, apesar de mencionar a palavra “discurso” no texto utilizaram a técnica da Análise de Conteúdo, apesar de terem como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas ou outros dados verbais. Também foram descartadas pesquisas de revisão da literatura. Com esses critérios, ficaram apenas 8 estudos nesta revisão.

Grande parte dos estudos selecionados analisava discursos relacionados à violência obstétrica: um, a partir da análise de documentos divulgados por associações médicas e outras instituições, por meio de vertente foucaultiana (PALHARINI, 2017); outro analisava discursos militantes relacionados à violência no parto (BOCCHI, 2016), outros ainda tematizavam a questão da violência obstétrica ou na gravidez,

por meio do relato de profissionais da saúde (OLIVEIRA, PENNA, 2017; SALCEDO-BARRIENTOS; MACEDO; EGRY, 2014) ou ainda por meio do relato das próprias mulheres puérparas (PEDROSO, LOPES, 2017); e outros discutiam também a violência contra a mulher, de um modo geral, por meio do relato de profissionais da área da saúde (RODRIGUES, 2014). Passando para outra temática, um dos trabalhos (FLACH; DESLANDES, 2019) analisou produções discursivas sobre controle e monitoramento do parceiro veiculadas nas ferramentas digitais ofertadas pelos sistemas Android e iOS, por meio da vertente da Análise do Discurso Crítica. Também partindo dessa mesma vertente teórica, o último artigo analisado (MENEGUEL; MARGUERITES, 2017) discutiu sobre o feminicídio, a partir da análise de inquéritos policiais.

As pesquisas das áreas da saúde (5) caracterizam-se como pesquisas qualitativas, de caráter exploratório, uma vez que pretenderam levantar dados acerca da percepção das mulheres ou profissionais a respeito da questão da violência. As outras, das áreas de letras (1) ou de gênero (2) (caracterização com base na área do veículo em que foram divulgados) apresentam uma tendência de coletar dados a partir de materialidades já disponíveis (fontes secundárias), como jornais, inquéritos, documentos, etc.

Não queremos afirmar que pesquisas são mais ou menos importantes, a revisão que ora apresentamos serve apenas para (re) afirmar que grande parte das pesquisas acerca do tema da violência contra a mulher, de perspectivas discursivas, a despeito de seu caráter crítico, não trazem em seus aspectos metodológicos nenhum tipo de intervenção. Com isso, passamos à discussão de algumas possibilidades de pesquisa com esse recorte interventivo voltado às participantes.

AD e compromisso com agenda política: o trabalho com mulheres em situação de violência

Guilhamou (2007, p. 199) afirma que “os valores éticos iniciais da análise de discurso, em particular, seu interesse emancipatório, conservam-se, se podemos dizê-lo, até uma construção discursiva com as próprias fontes dos atores”, e justifica sua afirmação através do exemplo de estudos que se voltam “às ‘histórias de vida’ dos ditos ‘excluídos’”. O trabalho de Guilhamou (2007, p.199) aponta para os efeitos “no interior da troca discursiva entre o pesquisador e o membro da sociedade”, o que chama de uma “perspectiva emancipatória”. Assim, argumenta o autor:

Do material sociológico da enquete, emergem, com efeito, configurações de sentido inéditas que contribuem a valorizar os sujeitos emergentes, portanto, a designar novas formas de subjetivação e objetos nocionais inéditos, no mesmo momento em que o pesquisador toma consciência de suas próprias responsabilidades (GUILHAUMOU, 2007, p. 200)

Como professora de pesquisa no curso de psicologia, não posso deixar de concordar com o autor, afinal, é lugar comum afirmar os efeitos e transformações que ocorrem tanto no pesquisador quanto nos participantes de pesquisa, ainda que esse não seja o propósito inicial do estudo. Contudo, quando nos referimos a pesquisas que tematizam a violência contra a mulher, possibilitar um espaço de fala apenas para coletar dados pode significar o que chamamos no atendimento de mulheres em situação de violência de “revitimação”. Esse processo, que geralmente ocorre por meio das próprias instituições que acolhem as mulheres, refere-se ao fato de a mulher precisar repetir inúmeras vezes e, com isso, reviver a história de violência. Assim, entendemos que é importante refletir acerca das potencialidades dos trabalhos com viés discursivo, procurando articular de algum modo efeitos positivos reais e mais imediatos na

vida das pessoas, contudo é preciso ser cuidadoso quando se produz dados para serem analisados a partir da fala das chamadas populações vulneráveis, sob pena de ser a ciência e a academia mais um agente de violência.

A fim de discutirmos algumas possibilidades de trabalho pelo referencial teórico da Análise do Discurso, apresentaremos algumas ações vinculadas ao grupo de pesquisa, cadastrado no CNPq “Laboratório discursividades, mulheres e resistência” e ao Projeto de Extensão Núcleo Maria da Penha-NUAPE, ambos coordenados pela docente autora deste trabalho.

Em nosso trabalho com a questão da violência contra a mulher, produzimos, de início, um deslocamento, ao compreendermos as mulheres como “em situação de violência” e não “vítimas” de violência. A nomeação, por si só, pode parecer inócua, entretanto, discutiremos os efeitos desse deslocamento na prática das pesquisas e intervenções desenvolvidas. Lembramos a afirmação já trazida neste texto de Michel Pêcheux: “(..) tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente” (2008, p. 32). Se pensamos que as alterações na língua não produzem nenhuma mudança, então estamos condenados à repetição e à reprodução.

Na direção contrária da repetição, uma pesquisa orientada pela autora deste trabalho nos fez repensar a função da pesquisa e da universidade. O trabalho, intitulado *Feminismo, pra quê(m)?* (BOZZI; SANTOS, 2018) tinha por objetivo compreender o discurso de mulheres que frequentavam um equipamento de assistência social, acerca do feminismo. Assim, a pesquisa, buscando sentidos inequívocos, queria confirmar o que as mulheres “sabiam” acerca do feminismo, partindo de uma evidência, de um sentido estabilizado. Ao coletar

os dados, entretanto, descobrimos que essas mulheres não tinham uma visão equivocada acerca do feminismo, conforme prevíamos na hipótese da pesquisa, mas, sim, nunca tinham ouvido esse termo. Além disso, as participantes nos interrogaram acerca do propósito do estudo, dizendo que, uma vez que estávamos na universidade, era nossa obrigação ensiná-las e não demandar delas respostas. Foi necessário, portanto, se haver com o equívoco, entendendo-o, a partir daí, como “fato estrutural implicado pelo simbólico” (PÊCHEUX, 2008, p. 51) para podermos sair da ilusão de transparência da linguagem e da própria ciência. Aprendemos com essas mulheres um sentido de militância que até então não conhecíamos e só assim foi possível intervir, a partir do que nos foi demandado logo no início do contato com as participantes.

Uma outra pesquisa, que foi publicada como capítulo de livro, (*D*) *Enunciar a Violência contra a mulher na universidade: uma análise discursiva* (SANTOS; ZARPELLON, 2019), foi escrita com base nas ações de um projeto de extensão e de repercussões nas redes sociais dentro da universidade. Foram analisadas publicações de denúncias de assédio sexual numa rede social, protagonizados por atores da comunidade universitária. A discussão passou pelos deslizamentos de sentido em torno de crime, acusador e acusado, considerando a máxima de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2008, p. 53). A reflexão teórica foi necessária para compreendermos (e poder auxiliar as mulheres envolvidas nas denúncias) as diferentes repercussões da denúncia de casos de assédio, sendo que uma delas passava justamente pela transformação das acusadoras em infratoras, por força do discurso jurídico-legal.

Outro exemplo de intervenção desenvolvida a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso foi o Projeto de Extensão,

desenvolvido no ano de 2018, *Combate à violência e Redução de Danos: autonomia e dimensão pública-política do corpo da mulher no cenário acadêmico*. Tratou-se de um projeto que teve por objetivo prevenir a violência contra a mulher nas festas universitárias, desenvolvendo estratégias de cuidado. Para isso, foi produzido um material didático intitulado *Cartilha Redução de Danos no Rolê*. Análises discursivas serviram de instrumental para pensar um material que produzisse efeitos nos/nas interlocutores/as, com linguagem apropriada e informações necessárias, porém não excessivas. O projeto também contou com intervenções em festas universitárias e organização de grupos de discussão com acadêmicas do *campus*. Para os grupos, foram selecionados temas para grupos com estudantes, com objetivo de desenvolver estratégias de autocuidado e cuidado coletivo.

A perspectiva discursiva que deu substrato ao projeto permitiu juntar elementos da área da saúde-mais propriamente da Redução de Danos-a partir de um recorte de gênero. Pensar o corpo da mulher no cenário festa de um viés discursivo possibilitou vislumbrar o corpo-discurso da mulher como pertencente a uma rede discursiva, um conjunto de saberes e dizeres que o determinam e produzem sentido. Permitiu, por outro lado, conceber esse corpo-discurso como heterogêneo, o que abriu margem para deslizamentos de sentido que colocam em cena um corpo-sujeito-mulher capaz de produzir estratégias de autocuidado e cuidado coletivo.

Por fim, refletiremos um pouco acerca da prática de atendimento a mulheres em situação de violência a partir da experiência no projeto de extensão: Núcleo Maria da Penha-NUMAPE. O projeto realiza atendimentos psicológicos e jurídicos a mulheres em situação de violência, assim, acaba se colocando entre diferentes campos discursivos: o jurídico, o da psicologia, do machismo, feminismo, religioso, institucional, dentre outros. Sustentar

ações por meio de um viés discursivo faz com que olhemos para todas essas fontes discursivas e, a partir de análise detalhada, organizemos nossos fazeres. As análises não ocorrem necessariamente no espaço formal da realização de uma pesquisa, com vistas à escrita de um artigo ou outra forma de produção acadêmica, mas no espaço de supervisões e reuniões de equipe mesmo, a fim de resolver problemas de ordem prática. De todo modo, essas análises colocam em questão, por exemplo, os limites do discurso jurídico, em oposição ao “desejo” de tomar providências, responsabilizar agressores, enfim, fazer algo, quando olhamos a partir de um viés feminista ou mesmo da psicologia. Por outro lado, um viés discursivo nos permitiu visualizar os furos do discurso feminista que, por vezes, nos colocava no lugar daquelas que defendem em todo e qualquer caso a desvinculação do agressor, para passarmos a considerar as singularidades de cada situação, a partir da análise atenta de fala de cada mulher atendida, para além do lugar de vítima de um sistema patriarcal e opressor.

Ainda há um elemento vinculado à língua em seu aspecto material, que percebemos logo no início dos atendimentos ao público: não falamos a língua dessas mulheres! Não compreendemos o que elas nos dizem e elas não compreendem os encaminhamos que fazemos. Aqui comparece Pêcheux (2009) para dizer o óbvio: a língua não é neutra, mas efeito de sentido entre interlocutores. E ainda nos remete ao conceito de discurso já descrito em AAD-69, quando o autor menciona que “o processo de produção de um discurso (...) resulta da composição das condições de produção (...) com um sistema linguístico dado (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 87), o que depois complementarmente por meio da noção de que um discurso é sempre suscetível de se tornar outro (PÊCHEUX, 2008). Essa constatação empírica óbvia colocou em discussão o quanto é necessário olharmos para nossa própria fala, de mulheres

universitárias e, por outro lado, olharmos para nosso público neste projeto e questionarmos: quem são as mulheres que nos procuram, que demandas endereçam ao núcleo e se devemos ou não responder a essas demandas. Enfim, as velhas e boas formações imaginárias, que Pêcheux já trazia na fase da AAD-69 (In: GADET, HAK, 2014). O cuidado com os elementos de língua, com base no que Pêcheux já nos coloca de que “a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido” (PÊCHEUX, 1975, in: GADET; HAK, 2014, p. 171) permitiu-nos uma escuta mais apurada, atenta aos detalhes e capaz de produzir efeitos na relação com as mulheres atendidas.

À guisa de conclusão, mais uma pergunta: “é possível, então, fazer pesquisa com intervenção a partir da AD?”

Meu percurso das Letras (e da AD) para a psicologia me trouxe uma cobrança de intervenção, devolutiva social em todas as pesquisas. Acho interessante quando observo o percurso de Pêcheux, como Thomas Herbert (1966), tendo que utilizar um pseudônimo para publicar textos pelo fato de estar atuando no laboratório de psicologia social e escrever uma crítica, justamente sobre esta área.

Espantei-me também quando estive na França pela primeira vez e percebi que ninguém (ou pouquíssimas pessoas) conheciam Michel Pêcheux. Acho que essa informação é bastante curiosa pra ser levada em conta quando nos colocamos a pensar nos rumos da AD em um mundo policêntrico: Pêcheux (sobre)vive na América Latina.

Como tivemos por objetivo neste trabalho discutir bases fundadoras e possibilidades da Análise do Discurso enquanto campo teórico que sustenta intervenções, cito as palavras de Pêcheux, em AAD-69: “se o homem entende seu semelhante é por que eles são um e outro, em algum grau, ‘gramáticos’, enquanto o especialista da linguagem

só pode fazer ciência porque, já de início, ele é, como qualquer homem, apto a se exprimir”(In: GADET; HAK, 2014, p. 60). Assim, a pergunta que nos fazemos desde o início deste percurso, entre a AD e a Psicologia é: o que produzimos como efeito ao analisar efeitos de sentido na utilização da linguagem?

Algumas respostas possíveis a essa questão situam-se em um posicionamento de não saber/prever de início os sentidos como dados: e essa posição coloca o “especialista”, interventor, em outra relação com as pessoas no campo da intervenção. Outros efeitos estão relacionados, conforme descrevemos na síntese das pesquisas e intervenções desenvolvidas pelo grupo vinculado ao “Laboratório discursividades, mulheres e resistência”, ao potencial que imprimimos às ações, ao colocar os sujeitos como autores de suas vidas, discursos e, portanto, agentes de mudança. Podemos destacar, ainda, um contínuo movimento de ir e vir entre intervenção e produção teórica, mas não aos moldes da pesquisa-ação, que coloca o pesquisador em um lugar privilegiado de saber.

Para finalizar, podemos dizer que a Análise do Discurso é uma área que, desde sua fundação, promoveu diferentes deslocamentos. Face a um mundo policêntrico que vem buscando resposta a questões que vão e voltam, em meio a ondas de revolução e retrocessos, podemos nos valer das palavras de Paul Henry a propósito da ADD-69:

Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões. É pelo menos isso que Pêcheux esperava de seu dispositivo: que ele fosse verdadeiramente o meio de uma experimentação efetiva. Além do mais, creio que sua reflexão geral sobre aquilo que é verdadeiramente um instrumento científico merece ainda nossa reflexão. Esse deveria ser o caso, se temos em mente aquilo que se coloca atualmente como fornecendo as bases de uma “nova ciência do espírito”, fazendo referência às máquinas de Turing, aos computadores e às redes neoconexionistas ou neuronais. Infelizmente, Pêcheux não está mais conosco para nos ajudar a fazer frente a este retorno do “velho monstro” (GADET; HAK, 2014, p. 38)

Portanto, sigamos experimentando!

Referências:

- BOCCHI, A. F. A. A Militância Feminista Na Web: O Funcionamento Da Argumentação Em Discursos Sobre A Violência No Parto. *Ling. (dis)curso* [online]. 2016, vol.16, n.2, pp.309-328. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-160207-4515>. Acesso em 30.jul.2019.
- BOZZI, B. D; SANTOS; K.A.S. *Feminismo pra quê(m)?* Trabalho de conclusão de curso. Curso de Psicologia, Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, 2018.
- FLASH, R.M. D; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2019, vol.35, n.1, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00060118>. Acesso em 30.jul.2019.
- GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUILHAMOU, J. Efeito de sentido e visibilidade social: Co-construção discursiva e o espaço de co-produção no trabalho do pesquisador. In INDURSKY, F. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil: Mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007, p. 199- 206.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 11-38.
- HERBERT, T. *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale. Cahiers pour l'Analyse*. V. 2. mar-abr, 1966, p. 141-167.
- MALDIDIER, D.. *A inquietação do Discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MENEGHEL, S. N; MARGARITES, A. F. Femicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol.33, n.12, e00168516. Epub 18-Dez-2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00168516>. Acesso em 30.jul.2019.
- PALHARINI, L. A. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. *Cad. Pagu*[online]. 2017, n.49. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490007>. Acesso em 30.jul.2019.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso-AAD-69 [1969]. In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 59-158.
- PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 159-249.
- PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas [1983]. In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 307-315.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas SP: Pontes Editores, 2008.
- PÊCHEUX, M [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEDROSO, C. N. L. S; LOPEZ, L. C. À margem da humanização? Experiências de parto de usuárias de uma maternidade pública de Porto Alegre-RS. *Physis* [online]. 2017, vol.27, n.4, pp.1163-1184. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000400016>. Acesso em 30.jul.2019.

PERON, A. P. *Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos* : um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2016.

RODRIGUES, V. P. et al. Prática de trabalhadora(es) de saúde na atenção às mulheres em situação de violência de gênero. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2014, vol.23, n.3, pp.735-743. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014001650013>. Acesso em 30.jul.2019.

SALCEDO-BARRIENTOS, D.M; MIURA, P. O; MACEDO, V. D; EGRY, E. Y. Como os profissionais da Atenção Básica enfrentam a violência na gravidez?. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [online]. 2014, vol.22, n.3, pp.448-453. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.3108.2436>. Acesso em 30.jul.2019.

SANTOS, K.A; ZARPELLON, B.C.O. (D) Enunciar a Violência contra a mulher na universidade: uma análise discursiva. In: LAU, H. D; SILVEIRA, E. L. (Orgs). *Raça, Gênero e Sexualidade em Perspectivas Discursivas: teorias e análises*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p.74-92.

TFOUNI, L. V. [1995] *Letramento e Alfabetização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TFOUNI, L. V. *Adultos não alfabetizados em uma sociedade letrada*. São Paulo: Cortez, 2006.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A. C; ASSOLINI, F. E. P.; SARTI, M; ADORNI, A. O caráter terapêutico da escrita: práticas de letramento em um hospital psiquiátrico. *Paidéia*, 18(39), 2008, p. 101-110.

OLIVEIRA, V.J; PENNA, C.M.M. O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde. *Texto, Contexto, Enferm.*, 26(02), 2017, p. 01-10. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e06500015.pdf>. Acesso em 05.set.2019.

Submissão: 08 de outubro de 2019.

Aceite: 06 de novembro de 2019.

DEMOCRACIA VERSUS DITADURA: NA RELAÇÃO DE PODER, A(S) RESISTÊNCIA(S)

Verônica Braga Birello¹
Roselene de Fátima Coito²

Resumo: Nesse trabalho, buscamos observar as relações de poder. Mais especificamente, objetivamos observar e analisar como os micropoderes são exercidos e como podem ou não funcionar como uma resistência à vontade de verdade de uma época. Nosso material constitui-se de uma declaração do tenente do Exército José Conegundes do Nascimento proferida de setembro de 2014, e da capa de um número do jornal O Pasquim. Propomos um movimento teórico-analítico tendo como base os estudos do filósofo Michel Foucault sobre poder e vontade de verdade e o poder e a verdade. Para tanto, procuramos traçar a constituição da relação de força que se instaura no dizer entre discursos proferidos em lugares sociais diferenciados, quais sejam, a declaração do tenente e a capa de O Pasquim. Neste jogo que se institui na relação de poder, problematizamos o que se pode entender como resistência.

Palavras-chave: Ditadura, democracia, relações de poder, resistência(s), verdade.

DEMOCRACY VERSUS DICTATORSHIP: IN THE RELATIONSHIP OF POWER, THE RESISTANCE(IES)

Abstract: In this paper we aim to observe analyze how micropowers are exercised and how they may or may not work as resistance to the will to truth of an era. Our material consists of a statement by Army lieutenant José Conegundes do Nascimento issued in September 2014, and the cover of an issue of O Pasquim magazine. We propose a theoretical-analytical movement based on the studies of philosopher Michel Foucault on power and the will to truth and power and truth. Therefore, we seek to trace the constitution of the relationship of force that is established in saying between speeches made in different social places, namely, the declaration of the lieutenant and the cover of O Pasquim. In this game that is established in the relationship of power, we problematize what can be understood as resistance.

Keywords: Dictatorship, democracy, power relations, resistance(ies), truth.

¹ Doutora em Letras/ Linguística - Linha de pesquisa Texto e Discurso da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: vbbirello2@uem.br.

² Doutorado em Estudos Literários (UNESP), pós-doutorado na École de Hautes Études en Sciences Sociales, sob a supervisão do Prof. Dr. Rogeer Chartier. Professora associada (UEM). E-mail: roselnfc@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história no Brasil se alternou entre regimes autoritaristas e republicanos. Desde a ocupação do território em 1500, o Brasil já foi colônia, império, república, ditadura e novamente república. A república foi proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889, feriado comemorado até os dias atuais. Esse primeiro período foi chamado República Velha, ou República do Café-com-leite, por ser controlada por acordos entre os agricultores de São Paulo (grandes produtores de café) e Minas Gerais (grandes produtores de gado leiteiro e empresários de laticínios). Este sistema vigorou até a década de 30, quando teve início a Era Vargas, um período no qual Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos consecutivos. Em 1930, Julio Prestes fora eleito presidente da república, contudo foi deposto e Vargas assume o poder até 1945, num regime considerado autoritário por determinados vieses da história. Esse último período do governo Vargas é conhecido como Estado Novo. Em 1945, Getúlio sai da presidência, retornando apenas em 1951, eleito pelo voto popular. Seu governo tem fim em 1954 com seu suicídio, deixando a presidência para Café Filho, então vice-presidente. Em 1955, Juscelino Kubitschek ganha as eleições com seu vice João Goulart. Juscelino foi o presidente que implantou um plano de metas, o famoso 50 anos em 5 e que instalou no país as grandes montadoras de carros, indústrias de base, e mudou a capital do Brasil para Brasília. Em 1960, Jânio Quadros assumiu a presidência e renunciou após sete meses. João Goulart, seu vice assumiu o cargo e, posteriormente, foi deposto pelo golpe militar em 1964, golpe este que nos antigos livros de História era chamado de Revolução de 31 de março.

A ditadura militar começou em 31 de março de 1964 e foi até 1988 passando por períodos de repressão extrema até chegar à redemocratização

do país. A ditadura militar foi marcada pela censura, pelo controle, pela repressão, pelo patriotismo extremado, pela alienação de parte da população e pela prisão e desaparecimento de muitos militantes considerados comunistas pelo regime ditatorial, inclusive muitos que militavam por meio da mídia.

Diante do posto, neste trabalho, interessamos principalmente a censura e a opressão da mídia na época da ditadura, situação que se agravou com a instauração do Ato Institucional nº 5 – AI-5. Das diversas medidas que previa o AI-5 chamamos atenção para a liberdade vigiada, a proibição de frequentar alguns lugares, a obrigação de informar o endereço para o governo e ainda por restrições e proibições para o exercício de direitos públicos e privados de acordo com o que o Executivo decidisse, uma vez que este Ato Institucional estava acima da Constituição de 1967.

Sendo assim, temos por objetivo observar e analisar como os micropoderes são exercidos e como podem ou não funcionar como uma resistência à vontade de verdade de uma época em que o autoritarismo regia, controlava, selecionava e sancionava o dizer, por meio de imposições que suplantavam o poder da Constituição vigente no dado momento histórico da sociedade brasileira. Então, propomos um exercício em que teoria e análise vão se dando ao mesmo tempo no funcionamento discursivo do nosso *corpus*. Para tanto, embasamo-nos teoricamente na análise do discurso francesa, mais especificamente, na vertente representada por Michel Foucault.

No seu vasto estudo, entre outras coisas, Michel Foucault discute o poder. Para o autor o poder não é apenas o controle pelos olhos, ouvidos, mas faz agir e falar. O poder espreita, vigia, interdita, pune, mas também incita, suscita, produz. São essas relações de poder que estão dissipadas em todos os âmbitos da sociedade que veremos em funcionamento nos discursos analisados neste

trabalho: a declaração do tenente da reserva José Conegundes do Nascimento em 2014 ao negar seu testemunho para a Comissão da Verdade e a capa do jornal O Pasquim de 1973 ao revelar a censura que sofria por parte da ditadura militar no país.

As relações de poder e as formas de resistência: ditadura x democracia

No começo da trajetória acadêmica de Foucault ele pesquisa, estuda e escreve sobre inúmeros assuntos como literatura, cinema, artes, filosofia, história, o corpo etc. Contudo, com o passar do tempo, em inúmeros de seus escritos, Michel Foucault demonstra sua preocupação em estudar a sociedade e o que somos. Ao voltar seu olhar para sua obra descobre em certo ponto que bem mais que estudar o saber, o conhecimento, ele estuda e discorre sobre o poder e suas relações e como esta é a chave para a organização da sociedade atual. Sendo assim, em meados dos anos 70, com alguns dos textos da coletânea *Ditos e Escritos IV*, ele empreende uma retomada de toda a sua obra apontando as formas como o poder fora abordado e discutido mesmo antes de ser o foco de suas atenções.

Assim, para entender como Foucault trata a questão sobre o poder é preciso entender que para ele o poder é algo que opera por meio do discurso. Para o filósofo francês as relações de poder desestabilizam as verdades. “Por isso, esta vontade de verdade apoiada num suporte institucional exerce sobre os outros discursos um poder de coerção.” (FOUCAULT, 1995, p. 2) Dessa forma, não existe um único discurso verdadeiro, pois é na vontade da verdade que se busca o discurso verdadeiro que impõe poder perante outros. Para Foucault, o discurso é, ao mesmo tempo, o porquê e pelo que lutamos; o poder que desejamos. Diz ele

em *A ordem do Discurso*³ que mais do que o discurso do desejo temos o desejo do discurso.

Outro aspecto focalizado por Foucault é a ligação do poder com a história. Para ele, diferentemente do materialismo histórico, a história não é formada por uma luta de classes e sim por enfrentamentos, confrontos e não necessariamente contradições, já que ele não pensa numa linearidade da história em seus fatos sucessivos e sim numa história seriada em que na dispersão tem sua unidade e esta se dá na regularidade dos enunciados. Dessa forma, as relações de poder não se configuram como os poderes dos Aparelhos Ideológicos de Estado em que há uma luta de poderes que se alternam. Para Foucault o poder não se concentra nos Aparelhos de Estado, mas opera por meio de feixes de relações que são operadas nas relações cotidianas – os micropoderes.

Esses aspectos que dizem respeito ao discurso, a verdade e a história foram considerados por Foucault para pensar o poder, pois que ele entende como verdade aquilo que não existe fora do poder, como algo que é deste mundo, que se produz nele graças às múltiplas coerções e efeitos de poder regulamentados produzidos neste mundo, já que cada sociedade tem o seu regime de verdade, tem os tipos de discurso acolhidos e que faz funcionar como verdadeiros. Outrossim, há momentos históricos que os discursos considerados verdadeiros vêm à tona como discursos que serviram a um propósito político e/ou econômico, sem se importar se os direitos humanos fossem respeitados, portanto, como uma vontade de verdade de uma dada época em uma dada sociedade.

Pensando neste regime de verdade e na história brasileira nos tempos da ditadura, no Brasil foi instituída a Comissão Nacional da Verdade

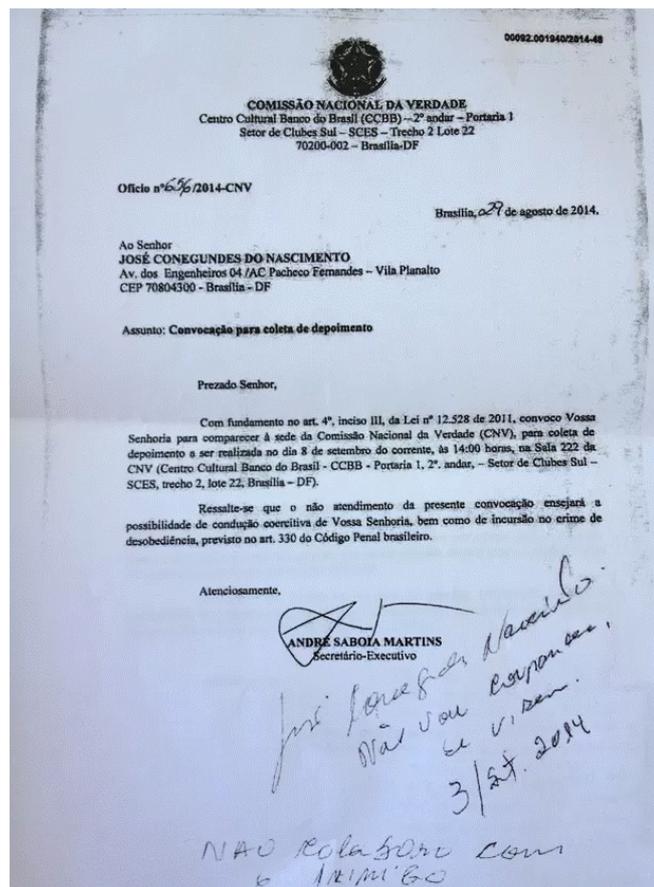
³ Livro que resultou de sua aula inaugural em 1970, no Collège de France.

(CNV) para investigar as violações dos direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Estas violações que aconteceram no Brasil e no exterior foram praticadas por agentes públicos, pessoas a seu serviço com apoio do Estado brasileiro. A comissão em questão foi composta por membros nomeados – consultores, assessores e pesquisadores - pela presidente do Brasil Dilma Rousseff, sob a Lei 12.528/2011, sancionada em 18 de novembro de 2011 e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. A comissão ouviu vítimas e testemunhas e convocou agentes da repressão para prestar depoimentos, como do caso que trazemos aqui, apoiados pela repercussão midiática, do ex-tenente do Exército José Conegundes do Nascimento.

É com base nesses e em outros aspectos que analisaremos, primeiramente, a declaração do tenente do Exército José Conegundes do Nascimento proferida em oito de setembro de 2014, ao ser convocado pela Comissão Nacional da Verdade para prestar depoimento, como podemos ver no relato abaixo, conforme Pricilla Mendes (2014), jornalista do site de notícias G1:

O tenente da reserva do Exército José Conegundes do Nascimento, que atuou na repressão à Guerrilha do Araguaia, foi convocado no último dia 29 a prestar depoimento na sede da Comissão da Verdade, em Brasília. Ele, porém, devolveu o ofício em 3 de setembro com um recado escrito de próprio punho: “não vou comparecer. Se virem. Não colabore com o inimigo”.

Vejamos a convocação com a declaração mencionada e divulgada pela página do G1:



(Figura 1 – Convocação Comissão da Verdade. Fonte G1.)

Além desse portal de notícias, vários outros veículos de comunicação relataram este caso e casos de outros militares que também se recusaram a prestar depoimento, tendo em vista que no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre em 10 de dezembro de 2014 à presidente Dilma Rousseff, foram enumerados 377 agentes públicos envolvidos em distintos planos de participação.

Nosso ponto de partida para analisar a declaração do tenente do Exército é a resistência ao poder instituído em época posterior à ditadura de 1964, quando da abertura do país à democracia. Isso se dá, porque a partir do momento em que o tenente Nascimento se nega a cumprir o que estava no ofício que recebeu, ele torna possível evidenciar as relações de poder envolvidas. Poderíamos nomear de resistência ao poder da verdade sobre a ditadura, ou resistência ao poder da democracia sobre a ditadura, ou ainda resistência ao poder jurídico sobre o militar. Independente de como nomearmos, vemos que essa relação do poder só se tornou visível a partir do momento em que houve a resistência, e essa resistência pode existir porque o poder não é algo que vêm de cima para baixo; ele está disperso em todos os níveis da sociedade. Os micropoderes potencializam as resistências e também produzem uma economia política da verdade, no sentido de esta estar também submetida a uma constante incitação econômica e política, além de a verdade ser controlada por estes mesmos “aparelhos”, quer sejam, o econômico e ou o político, já que a verdade para Foucault é um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder, tramando e tecendo uma rede de relações.

Segundo Foucault, a verdade é condicionada, portanto, a verdade se dá em um determinado lugar e em determinada época. Essa verdade faz com que o sujeito pense no que ele pode dizer e o

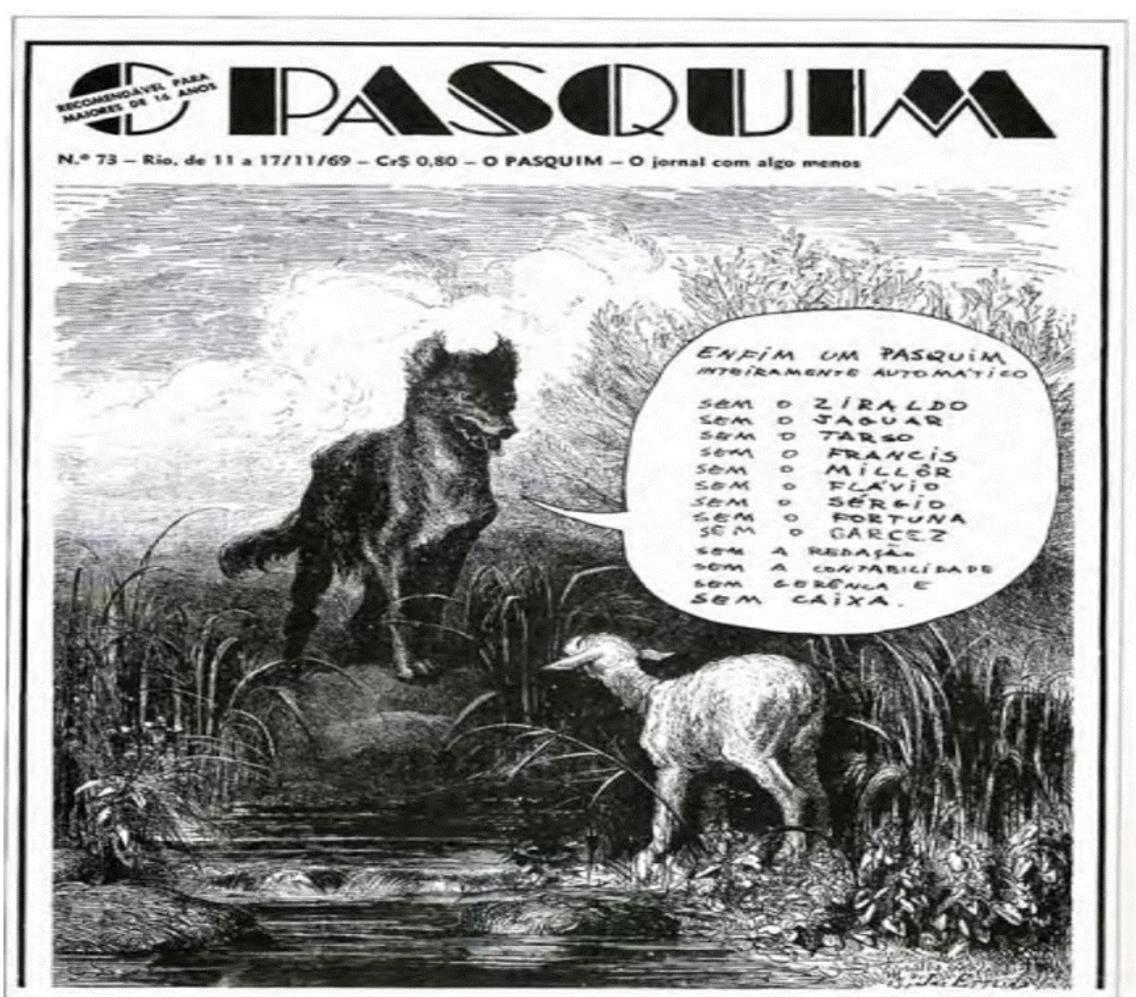
que podem dizer a ele, individualizando o sujeito, categorizando-o e ligando-o a uma identidade (FOUCAULT, 1995). Tendo isso em mente, podemos dizer que tudo isso está funcionando no e pelo discurso do tenente do Exército José Conegundes do Nascimento. O tenente, como um dos militares que atuou na ditadura militar, luta ao lado do governo ditador da época e, por isso, está ligado a esta identidade e reconhece suas obrigações, motivações enquanto tal, e se nega a acatar uma ordem que não tenha vindo, ou ainda, que não venha, do Exército e que não tenha cunho do governo da época, o qual ele fazia parte como cumpridor das ações propostas aos militares naquele e daquele momento histórico do país.

Como podemos ver na convocação da comissão ao ex-tenente, o fato de o mesmo se recusar a prestar depoimento, incorre no crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal brasileiro. Neste sentido, podemos dizer que a lei está funcionando como um instrumento de relação de poder neste momento histórico, já que na época da ditadura passaram por cima da Constituição em nome da força bruta e de interesses escusos, estabelecendo na relação com o poder uma luta com a verdade ou ainda o verdadeiro de uma época.

Foucault pergunta: “Afim, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a forma da relação com o poder, da luta com ou contra ele?” (FOUCAULT, 2006, p. 208). Dessa forma, ainda que estejamos em condições de produção diferentes, ou seja, quem comanda o Estado brasileiro são representantes eleitos pelo povo, mesmo que nos dias de hoje, o governo que aí está instalado tenha vindo de o resultado de um golpe anterior com a deflagração de um impeachment promovido pelo Partido Político de centro-esquerda PSDB, por algumas mídias brasileiras e pela figura do juiz Sérgio Moro com a prisão do então ex-presidente Lula da Silva

e não como os militares de 1964 que chegaram ao poder por meio de um golpe. Mesmo que o poder jurídico seja o que tem legitimidade para julgar, intimidar, convocar, este poder continua não sendo reconhecido pelo tenente reformado que lhe oferece resistência. Mais que isso, o Estado brasileiro é identificado como um inimigo contra o qual deve-se resistir. A evidência dessas relações de poder acontece por meio do discurso, por meio da produção e troca de signos, uma vez que uma força encara a outra e são representadas pelo ofício e pela declaração escrita pelo próprio militar. O poder é exercido por meio da palavra e de seus efeitos – o não comparecimento, o não depoimento à Comissão da Verdade.

Foucault explica que os dispositivos são máquinas de fazer ver e de fazer falar (FOUCAULT, 2006). Nesse caso, faz falar. Percebemos que temos um dispositivo agindo por meio do ofício, isso porque o dispositivo, além de fazer falar, é sempre constituído de dois lugares, a atualidade e a história. O que marca a atualidade é o direito de saber a verdade sobre a ditadura militar, seus regimes, seus crimes, e o que marca a história é a mudança da governabilidade que passa a estar acima dos militares; as ordens se originam em outro lugar, não neles. Pensando nesse dispositivo de dois lugares – atualidade e história – incluímos em nossa discussão uma capa de O Pasquim que materializa os mesmos poderes. Vejamos:



(Figura 2. Capa da edição nº 73 de O Pasquim de 1969. Fonte: Portal do Professor)

A capa da jornal O Pasquim, em sua 73ª edição de novembro de 1969 apresenta os seguintes dizeres: “*Enfim um Pasquim inteiramente automático, sem o Ziraldo, sem o Jaguar, sem o Tarso, sem o Millôr, sem o Flávio, sem o Sérgio, sem o Fortuna, sem o Garcez, sem a redação, sem a contabilidade, sem a gerência e sem caixa.*”. O balão de diálogo indica que quem diz esse enunciado é o lobo que, ao dizer isso, se aproxima e olha o cordeiro de cima para baixo, como se fosse atacá-lo. Um dos efeitos possíveis nesse caso é o de que o lobo, quem está no poder, teve sua vontade prevalecida e que ainda há mais cordeiros a serem pegos. A produção desse sentido pode causar um efeito de ironia, de denúncia, dependendo do ponto de vista do leitor. Já que, nesta fábula, há uma recorrência do poder do mais fraco sobre o mais forte. No entanto, nesta recorrência há um deslocamento se pensarmos na fábula produzida por Millôr Fernandes. Dito de outro modo, na fábula de Millôr Fernandes, o cordeiro não é passivo. Ele propõe ao lobo que argumentem sobre vários fatos e, em determinados momentos, o lobo até se diverte com a astúcia do cordeiro, porém no golpe final, o cordeiro vence o argumento do lobo, mesmo assim, o lobo tenta devorá-lo e neste momento, o caçador mata o lobo. A moral da história é bastante interessante, pois o texto termina assim: “Quando o lobo tem fome não deve se meter em filosofia” (FERNANDES, 2004).

O fato de Millôr ter produzido uma fábula em que o poder do lobo é posto à prova e que o mesmo não consegue atingir o seu intento, já é uma forma de resistir ao poder imposto pelos ditadores e o tom brincalhão da fábula é uma crítica à incapacidade de reflexão e de pensamento dos ditadores. Então esta capa diz muito mais ainda do que a ausência dos idealizadores e colaboradores da revista. Diz também sobre este poder do ditador querer sujeitos automatizados que cumpram ordens, como fora e ainda parece ser o ex-tenente

mencionando na reportagem em sua recusa a depor sobre os crimes da ditadura. Portanto, o passado vindo à tona na história do presente e, ao mesmo tempo, as relações de forças que se estabelecem desde o passado até o presente e se dá como micropoderes do passado e do presente na presentificação da história, tendo em vista que a democracia ensaia o seu acontecimento no país desde o ano de 1988.

Sobre o jornal carioca O Pasquim, Buzalaf (2009, p. 14) explica:

O Pasquim conviveu com três governos militares no período de censura, que alteraram as formas de produção no campo cultural e demonstraram as formas de criação e sobrevivência de uma identidade construída em torno e em nome do semanário carioca. Lançado em 26 de junho de 1969, apenas seis meses após a publicação do Ato Institucional número 5 (AI-5), que acaba de limitar os direitos e liberdades do cidadão brasileiro, o Pasquim nasceu e se fortaleceu durante o endurecimento das formas ditatoriais: na mudança de poder entre a saída do marechal Arthur da Costa e Silva (1967-agosto 1969) e o início da linha dura do general Emílio Garrastazu Medici (outubro 1969-1974).

Dessa forma, além do que foi trazido pela estudiosa Buzalaf (2009) sobre o jornal O Pasquim, é necessário lembrar sobre o AI-5. Este Ato Institucional foi baixado em dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva. O AI-5 é famoso por ser o Ato Institucional mais rígido e o mais duradouro da ditadura militar. A partir de 1968 a imprensa foi censurada de forma drástica, cada vez mais pessoas passaram a ser presas, torturadas e desaparecidas. É também nessa época que surge O Pasquim, jornal que reunia grandes nomes dos principais intelectuais, autores, críticos brasileiros, alguns famosos até hoje como Ziraldo e Millôr Fernandes. Em 1973, quando o nº 73 do jornal foi lançado, a maioria de seu corpo editorial tinha sido ou presa ou impedida de exercer suas funções.

Na capa da Figura 2 podemos observar uma relação de poder estabelecida por meio das imagens: o lobo e o cordeiro, como já destacamos

anteriormente. Essa imagem funciona como um dispositivo de fazer ver. O lobo representa a ditadura enquanto o cordeiro representa *O Pasquim* na figura de seus muitos escritores, os quais eram perseguidos pela ditadura militar.

Nesta capa de jornal de 1973 podemos observar, assim como na declaração do tenente de 2014 os mesmos feixes de relação de poder, a ditadura e a liberdade, o povo que luta pela volta da democracia. O *Pasquim* foi reconhecidamente um canal de resistência ao poder ditatorial. Assim como fizemos anteriormente ao nomear a resistência oferecida pelo tenente José Nascimento, agora podemos pensar em relação à capa trazida pelo jornal. Poderíamos chamar resistência ao poder da verdade sobre a ditadura, ou resistência ao poder da democracia sobre a ditadura, ou ainda resistência ao poder militar por parte da imprensa. Então, pode-se dizer que por mais que os veículos sejam diferentes os micropoderes atuam em ambos os casos, isso porque embora censurado, com membros presos, obrigados a se esconder, sem condições, *O Pasquim* oferece resistência.

Tanto na declaração “*Não colaboro com o inimigo.*” do tenente José Nascimento, quando na capa que traz a imagem do Lobo e do Cordeiro, temos a imagem do “inimigo” e a vontade de não colaborar com ele, não ceder, resistir. Vemos que, mesmo que os discursos sejam produzidos em condições e épocas diferentes, a tentativa de dominação e de resistência se materializa de maneira semelhante, tendo em vista que tanto o saber erudito, no qual se encaixam a fábula e o jornal, quanto o saber mais técnico da convocação e recusa escrita no documento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), mostram que a realidade do saber histórico, é a realidade da luta, que, genealogicamente, marcam o tempo desta mesma luta e dos combates, pois que em seus movimentos

de conceituação genealógica, Foucault traz que a genealogia é “o acoplamento de memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico de lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT,1979, p. 171).

Ainda segundo o filósofo, quando discute a questão dos saberes, “...a genealogia é a tática que a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade...” (FOUCAULT,1979, p.172), pois que os saberes instituídos instauram, nos discursos, a verdade como uma vontade contra os efeitos de poder e do próprio saber, quando o mesmo se dá no discurso científico. Outrossim, o filósofo afirma que “o poder político teria encontrado na economia sua razão de ser histórica” (FOUCAULT, 1979, p. 175), tendo em vista que o mesmo se questiona se a análise do poder ou dos poderes pode ser deduzida da economia e assevera que “a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria de ordem contratual” (FOUCAULT,1979, p. 174).

Como vimos na convocação ao ex-tenente do exército José Conegundes do Nascimento, ao se recusar a reconhecer este poder contratual da lei, quando do artigo 330 se diz que a recusa seria passível de desobediência ao Código Penal brasileiro, o ex-tenente trava uma luta contra este poder instituído. Neste movimento do ex-tenente reinscreve-se uma relação de força permanente, uma guerra silenciosa, pois Foucault nos alerta “Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições” (FOUCAULT ,1979, p.176).

Também podemos dizer que, por meio das condições de produção da capa do jornal carioca percebemos tanto o poder da ditadura quanto o poder dos que lutam contra a ditadura, contra a censura, evidenciados no texto e na capa do jornal,

de acordo com as condições de possibilidade para aquela publicação, com a verdade para aquela e daquela época.

Outro elemento que chama a atenção é a palavra “inimigo”. Perguntamos: por que não “opositores” ou “adversários”? A palavra “inimigo” constrói uma cenografia semelhante a de uma guerra, onde não se tem adversários nem opositores, mas inimigos que devem ser destruídos e que querem destruir. Portanto, “inimigo” produz um efeito de sentido mais forte do que adversário etc., pois não se trata apenas de vencer o outro, mas de eliminação mútua. Na capa de *O Pasquim* não há a palavra inimigo, nem a declaração “não colaboramos com o inimigo”, vinda por parte dos que eram contra o regime, mas o inimigo continua materializado por meio das imagens, por meio, principalmente, da presença do lobo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos discutir como e onde atuam e atuaram os micropoderes nos dias de hoje e no tempo da ditadura. Recuperamos documentos históricos, quer sejam, a capa do jornal *O Pasquim*, produzido na época da ditadura, e a convocação do ex-tenente José Conegumes do Nascimento.

Em outros termos, refletimos sobre o que significa discutir a ditadura hoje, com as condições de produção, de possibilidade e de constituição de emergência nos dias de hoje, pois mesmo a capa de *O Pasquim*, se discutida no tempo da ditadura teria uma análise diferente, pois significaria diferente falar de/contra ditadura em uma época de ditadura.

Pudemos observar que a vontade de verdade de hoje é a de que a democracia prevaleça e discursos que vão na contramão a essa visão representam um movimento de resistência. Assim como a vontade de verdade do tempo da ditadura era que não se criticasse o governo e discursos de

contrários a isso representavam um movimento de resistência. Também vimos que jurídico representa e institui-se como um poder nesta trama de táticas de resistência, pois que, a partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), tem-se o artigo da lei como um “dispositivo” de punição, caso haja um desacordo em cumprir a Lei. Esta aparece como um contrato com a verdade, verdade esta de um momento histórico onde os direitos humanos foram violados. Neste sentido, o saber atua como um lugar que faz de uma vontade de verdade, a verdade histórica.

Não se trata de um discurso secreto a ser revelado por meio de interpretações, mas sim da análise de seu funcionamento, dos micropoderes que atuam nos discursos e que só são evidenciados por meio das análises. Assim, percebemos que as condições de produção, a memória social e a historicidade estão presentes tanto no discurso do jornal *O Pasquim* em 1973, como na declaração do militar em 2014. Vemos que este discurso teve condição de emergir em meio à ditadura e em meio à democracia, porque os dois poderes estão e sempre estiveram nos diversos âmbitos sociais, em toda e qualquer sociedade e em qualquer época. Por isso, tratar de uma história seriada que tem sua unidade na dispersão, permite entender que a história do presente se faz na emergência do dizer como uma condição de possibilidade de perceber os mecanismos e funcionamentos do poder que se dá em rede e trava lutas de resistências em um conjunto que institui a verdade como um efeito.

Diante do posto, a relação ditadura *versus* democracia se constitui de fatos históricos que se dão num arquivo do passado e do presente, fazendo com que este passado ressoe no presente presentificando a própria história num feixe de relações, entendendo, assim, que a genealogia enquanto tática nos permite ver, na história serial proposta por Foucault, como se dão questões de cunho local e, ao mesmo tempo, mundial, tendo em

vista que a violação aos direitos humanos, mesmo na paz, trava uma guerra silenciosa e se dá como uma resistência a uma vontade de verdade de uma época de uma dada sociedade.

portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=57151&secao=espaco&request_locale=es>. Acesso em: 10 out. 2019.

REFERÊNCIAS

Submissão: 23 de outubro de 2019.

Aceite: 14 de novembro de 2019.

BUZALAF, M. N., **A censura no pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 220 p. 2009.

CNV (Comissão Nacional da Verdade). Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

FERNANDES, M. **O lobo e o Cordeiro.** Disponível em: <https://lainsignia.org/2004/mayo/cul_066.htm>. Acesso em: 07 nov. 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso de Michel Foucault.** Tradução Adalberto de Oliveira Souza. Apontamentos nº 29. Universidade Estadual de Maringá, 1995.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber.** Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 18. ed. Organização, Introdução e Revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda. 1979. p. 1-14, p. 69 -78 e p. 167-179.

MENDES, P. **'Se virem. Não colaboro com inimigo', diz militar à Comissão da Verdade.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/09/se-virem-nao-colaboro-com-inimigo-diz-militar-comissao-da-verdade.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015 (2014).

O Pasquim. Nº 73 – Rio de Janeiro, de 11 a 17 de novembro de 1969. Disponível em: <<http://>

O BASTEAMENTO IDEOLÓGICO E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO-ASSUJEITAMENTO¹

Fabio Tfouni²

Resumo: Este trabalho realiza uma aproximação entre a análise do discurso e a psicanálise, cotejando o assujeitamento aos mecanismos de identificação, aqui denominados processos de identificação-assujeitamento. Relacionamos os conceitos de formação discursiva e significante-mestre (psicanálise), e também os conceitos de traço unário e ideal do eu à identificação. A entrada do sujeito na linguagem ocorre a partir de sua identificação a um ideal do eu que servirá de significante mestre, e inscreverá o sujeito numa formação discursiva determinada, ao mesmo tempo o significante confere ao sujeito sua singularidade. Obtivemos uma nova compreensão da identificação na AD, bem como do “bom sujeito” e do “mau sujeito”.

Palavras-chave: Basteamento ideológico. Identificação. Assujeitamento. Significante mestre.

IDEOLOGICAL QUITTING AND THE PROCESS OF IDENTIFICATION-SUBJECTION

Abstract: This work carries out an approach between discourse analysis and psychoanalysis, comparing the subjection to the mechanisms of identification, here called processes of subjection-identification. We relate the concepts of discursive and signifier-master formation (psychoanalysis), as well as the concepts of the unary and ideal trait of self to identification. The entry of the subject into language occurs from his identification with an ideal of the self that will serve as a signifier master, and will inscribe the subject in a given discursive formation, at the same time the signifier gives the subject its singularity. We have gained a new understanding of identification in AD as well as of the “good subject” and the “bad subject.”

Key-words: Ideological quilting. Identification. Subjection. Master signifier.

¹ Este trabalho é resultado de projeto de Pós-doutorado (TFOUNI, F. E. V, 2018) desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sob supervisão da Profa. Dra. Evandra Grigoletto.

² Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL □ UNICAMP) e pós-doutorado no PPGL da UFPE. Professor associado da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: fabiotfouni@hotmail.com

O campo da análise do discurso (doravante AD) é constituído pela aproximação de diferentes áreas do conhecimento, como a linguística, o marxismo e a psicanálise. Pêcheux e Fuchs (1993) afirmam isso ao comentarem o quadro epistemológico da AD:

(ele) reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

(PECHEUX e FUCHS, 1993, p. 164).

Na história da AD, diversos trabalhos têm trabalhado essa aproximação entre a AD e a psicanálise, entre eles os de Mariani (2006), Magalhães e Mariani (2010), Leite (1994), e Tfouni e Laureano (2005),

Neste trabalho, pretendemos estabelecer uma aproximação entre a análise do discurso (AD) e a psicanálise de Freud e Lacan explorando os conceitos de formação discursiva (FD) e significante-mestre, tendo em vista a questão da identificação.

A relevância desta discussão deve-se ao fato de que se pode dizer que a entrada do sujeito no aparelho da linguagem se dá a partir de sua identificação a um ideal que servirá de significante mestre para o sujeito, inscrevendo-o numa formação discursiva determinada. Por isso, a relação entre significante mestre e ideal do eu é importante. Acreditamos que isso pode contribuir para um aprofundamento da compreensão teórica bem como do dispositivo analítico da Análise do discurso.

Colocamos acima os pontos que nortearão o desenvolvimento deste artigo. São eles: o significante

mestre, o ideal do eu e a identificação. Vale dizer que abordaremos também, resumidamente, os conceitos de traço unário e ideal do eu. A seguir, examinaremos em maior detalhe cada um deles.

Iniciamos pelo conceito de identificação em Pêcheux:

Pêcheux formulou três modalidades de identificação: a) identificação, relativa ao assim chamado por Pêcheux de bom sujeito, b) contraidentificação, correlacionada ao “mau sujeito” e c) desidentificação. Vejamos como o autor aborda essas modalidades:

A primeira modalidade (Identificação) consiste numa superposição (um recobrimento) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “*livre consentimento*”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito”, que reflete espontaneamente o Sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 215).

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, o discurso no qual o *sujeito da enunciação* “se volta” contra o *sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação revolta...) pela negação, revertida a seu próprio terreno. (PÊCHEUX, 1995, p. 215)

Pêcheux define a desidentificação:

O funcionamento dessa “terceira modalidade” constitui um *trabalho* (transformação deslocamento) da *forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*. Em outros termos esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas de “tipo novo*”. A ideologia [...] não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse processo). (PÊCHEUX, 1995, p. 217-218)

Em resumo, na primeira modalidade o sujeito identifica-se plenamente com a forma sujeito, e o assujeitamento é completo. Por outro lado, na segunda modalidade (contra-identificação), o

sujeito questiona alguns pontos da ideologia, mas não rompe com ela - continua inscrito na mesma FD.

De acordo com Grigoletto (2005), há um processo na desidentificação que dá ao sujeito a possibilidade de romper com a FD à qual estava filiado para inscrever-se em outra formação discursiva. Portanto, há uma mudança forte de posição que vai além de questionamentos pontuais, o que diferencia substancialmente a segunda e a terceira modalidades. Segundo afirmação da autora:

... nessa terceira modalidade, diferente da primeira e da segunda, o sujeito, ao se relacionar com a forma-sujeito que o domina, produz um movimento de desidentificação, o que significa que ele pode romper com a Formação Discursiva em que se inscreveu e, conseqüentemente, se identificar com outra FD e sua respectiva forma-sujeito (GRIGOLETTO, 2005, p. 3-4).

Para tratar da relação entre os conceitos de identificação e de significante mestre, iniciamos retomando parte da discussão feita anteriormente segundo a qual o sujeito não nasce pronto, mas sim passa por um processo de estruturação no qual o mecanismo da identificação tem papel fundamental. Ocorre que a identificação é também o processo de assujeitamento ideológico de uma entidade pré-subjetiva que funciona através da captura dessa entidade pela linguagem produzindo o sujeito. O processo acima pode ser chamado de processo de identificação-assujeitamento. Com relação a isso, em trabalho anterior afirmamos:

Podemos tomar como ponto de partida a afirmação de Pêcheux segundo a qual a interpelação do sujeito se dá através da identificação do sujeito com a formação discursiva: "... a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina." (PÊCHEUX, 1995, p. 214). (TFOUNI, F. E. V, no prelo sem data)

Embora comumente trabalhemos a identificação como uma relação ao outro, também

podemos afirmar que a identificação é um processo que se dá na linguagem: a identificação é uma identificação significante.

No trecho a seguir, Pêcheux aponta como o sujeito é capturado pelo significante e, por isso, é efeito de linguagem: "O significante, isto é, aquilo que representa o sujeito para outro significante [...] trata do sujeito como processo (de representação) dentro do não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido de Lacan: o sujeito é captado nessa rede". (PÊCHEUX 1999, p. 151)

No ensino inicial de Lacan, o papel do significante mestre nesse processo de identificação-assujeitamento é primordial, uma vez que o sujeito se identifica com um significante mestre ao qual se aliena e é introduzido na linguagem e na ideologia. O significante mestre é aquele que começa a cadeia de significantes da qual o sujeito é efeito, e funciona também como gerador e organizador de sentidos. Afirma Dias (2009, p. 1): "Até este ponto, no ensino lacaniano, o significante mestre é o ordenador e gera sentido e significação. Na operação de alienação o sentido é atribuído a partir da identificação com o significante mestre".

Nesse processo de identificação existe uma relação entre a captura do sujeito pelo significante e o ideal do eu, instância psíquica que surge juntamente com o superego ao final do complexo de Édipo (ao final deste texto retomaremos a questão do ideal do eu). Sobre essa instância Freud afirma: "Nós a chamamos de 'ideal do Eu' e lhe atribuímos funções como auto-observação, consciência moral, censura do sonho e principal influência na repressão". (FREUD, 2011, p. 67-68). Essa noção moral do que é certo e do que errado vem de fora, e é introjetada juntamente com a lei e com a interdição. Nesse ponto o sujeito passa a aspirar ser como outro, mas também aspira a ideais, como os de "paz", "justiça" e etc. Miller fala sobre o ideal do eu:

Lacan soube extrair do texto de Freud a diferença entre o eu ideal, que grafou como *i*, e o ideal do eu *I*. No nível desse *I*, vocês não têm nenhuma dificuldade de introduzir o social. Podem, perfeita e legitimamente, interpretar o ideal do eu como uma função social e ideológica (MILLER, apud ZIZEK, 1992, p. 109).

Aqui temos uma ligação do significante com a identificação e, portanto, com a ideologia. A ideologia não se instala no sujeito sem a identificação, por isso temos chamado esse processo de identificação-assujeitamento. Em função dessa observação retornamos à proposta de interface entre os conceitos de formação discursiva e significante mestre. A aproximação entre esses conceitos é operada por nós a partir de uma leitura do trabalho de Zizek (1992), no qual este autor realiza uma “leitura política” do gráfico do desejo (conferir abaixo) lacaniano, trabalhando também as noções de bastreamento ideológico e de significante mestre. Sendo aquele que inicia uma cadeia, o significante mestre é escrito como *S*1. De modo que uma cadeia é geralmente representada do seguinte modo:

*S*1 *S*2 *S*3 *S**n*

Como representada acima, a cadeia possui a linearidade e a unidimensionalidade propostas por Saussure, na medida em que ela se desenrola sempre para frente. O gráfico do desejo lacaniano (Fig. 1), em sua célula elementar representa esse fluxo, mas inclui um segundo eixo, que funciona por retroação e, em dado momento, surge no fluxo um significante que ordena os outros, agindo como ponto de basta (ponto de estofa). Esse ponto amarra os significantes, dando-lhes sentido. Essa amarração também consiste no ponto de captura do sujeito. É a isso que Pêcheux (1999, p. 151) se

refere na citação acima, afirmando que “o sujeito é captado nessa rede”.

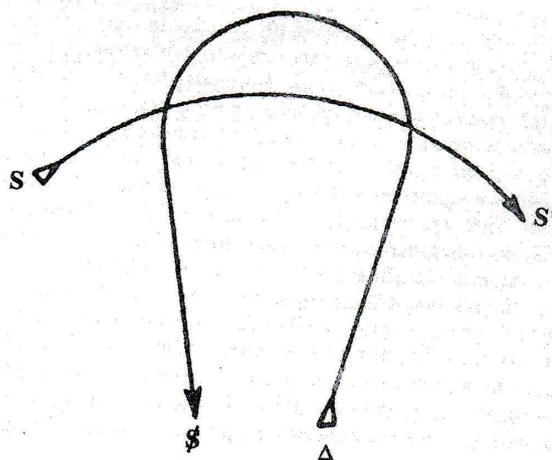


Figura 1: célula elementar do grafo do desejo.

(Fonte: Zizek, 1992, p. 99)

Nessa amarração reside a importância do significante mestre aqui, de modo que os outros significantes da cadeia terão seu sentido delimitado a partir do significante mestre. Para esclarecer melhor, apresentamos um trecho de Zizek:

Para apreender isso claramente, basta simplesmente nos lembrarmos do funcionamento do bastreamento ideológico: num espaço ideológico flutuam significantes como “liberdade”, “Estado”, “justiça” “paz” etc., e depois sua cadeia é suplantada por um significante-mestre (“comunismo”, por exemplo) que lhes determina retroativamente a significação [...] (o bastreamento democrático e liberal produziria, evidentemente, uma articulação de significantes totalmente diferente, e o bastreamento conservador, uma significação oposta aos dois campos precedentes). (ZIZEK, 1992, pp. 100-101)

Na representação anterior (*S*1 *S*2 *S*3 *S**n*), o *S*1 é apresentado como primeiro da cadeia; no grafo do desejo, na medida em que retroage, ele não é o primeiro. Essa aparente contradição funciona assim: Antes da entrada do significante mestre já existe linguagem, mas os significantes estão dispersos, não estão amarrados ou ordenados. A entrada do significante mestre ordena todos os

outros. Sua retroação organiza significantes que estavam soltos anteriormente.

Tomando como referência a discussão de Žižek (1992), propusemos (TFOUNI, F. E. V, No prelo, sem data), então, que o conceito de significante mestre se aproxima do conceito de formação discursiva: “Em termos discursivos, o que Žižek está afirmando é que uma palavra só ganha sentido dentro de uma determinada formação discursiva, como afirmam Pêcheux e Fuchs (1993). Nenhuma palavra tem sentido prévio, essencial ou pré-estabelecido”³.

A formação discursiva consiste naquilo que pode ou não ser dito dentro de uma posição ideológica dada. Conforme os autores: “formações discursivas [...] determinam o que pode de deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (Pêcheux e Fuchs, 1993, p. 166).

Uma vez que o significante mestre funciona como gerador de sentido e interpretante, podemos dizer também que o modo com o qual um significante será interpretado dependerá da formação discursiva na qual o sujeito lê (interpreta) esse significante. O exemplo de Žižek (acima) sobre o termo “liberdade” esclarece isso.

O termo bastamento ideológico se refere ao ponto de basta (ponto de estofo) na teoria lacaniana. Um significante intervém na cadeia metonímica realizando uma metáfora, detendo a cadeia e gerando sentido. Na versão em Inglês da obra de Žižek (ver Žižek, 2008), o termo bastamento não existe. Lá o termo usado é “quilting” que significa amarração. Esse é mais um motivo para trabalharmos em português com os termos amarração e ponto de estofo, e deixar o bastamento de lado.

Na teoria lacaniana, assim como em Saussure, a cadeia da fala vai “sempre em frente” e nunca

3 Pêcheux e Fuchs também afirmam: “na realidade afirmamos que o sentido de sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169).

retroage; é uma cadeia metonímica. Lacan indica que no deslizamento metonímico existe sempre uma perda de sentido. Na discussão aqui empreendida, podemos pensar essa perda de sentido a partir da impossibilidade de interpretarmos um significante sem outro que detenha a cadeia e realize a amarração ou ponto de estofo, que é realizada pelo segundo eixo, o eixo metafórico. Com a metáfora, temos um ganho de sentido e podemos interpretar o sentido de um significante. Por isso, a metáfora na teoria lacaniana requer sempre dois significantes no mínimo. Novamente, lembramos que é entre esses dois significantes que captamos o sujeito. No enunciado abaixo (SD1), não entenderíamos, o sentido de “sexo” sem o significante liberal. Passemos, então, à nossa análise.

O enunciado analisado ocorre no interior de uma matéria de capa da revista *Veja*, edição 2308, ano 46, Nº 07 de 13 de fevereiro de 2013. O objeto da matéria é o aplicativo “Bang with Friends” cujo objetivo é aproximar amigos dispostos a fazer sexo uns com os outros. O aplicativo é tratado como uma “revolução sexual e comportamental” na capa da revista. Ao longo da matéria, são questionadas as práticas sexuais tradicionais, que poderiam, inclusive, estar em extinção.

SD1 “Somos uma geração que pensa no sexo de forma liberal”

(Fonte: revista *Veja*, edição 2308, ano 46, Nº 07, de 13 de fevereiro de 2013, p. 68)

No enunciado, o sujeito se coloca como filiado a uma ideologia liberal, e é a partir dessa formação ideológica que ela dá sentido ao significante “sexo”. Então podemos dizer que significante “liberal” funciona como significante mestre ou ponto de basta, amarrando o significante “sexo” e funcionando como gerador de sentido.

Quando discutem a relação entre formações ideológicas e formações discursivas, Pêcheux e Fuchs afirmam: “[...] cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e

representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166)

Anteriormente, nos limitamos à célula elementar do grafo do desejo em nossa análise, porém, Žizek (1992) vai além dela no tratamento que dá à ideologia a partir do gráfico do desejo, a saber: no nível elementar, ele trabalha com os conceitos de identificação imaginária e identificação simbólica, porém, no nível superior do gráfico entra em cena um resto (o real que esburaca o simbólico) que as identificações simbólica e imaginária não conseguem trabalhar. Vejamos:

O problema reside apenas no fato de que essa “quadratura do círculo” da interpelação, esse movimento circular entre a identificação simbólica e a identificação imaginária, nunca se dá sem um certo resto. Depois de cada bastamento da cadeia significante, que fixa retroativamente seu sentido, resta sempre um certo hiato, uma abertura que se expressa, na terceira forma do gráfico pela famosa pergunta “Che vuoi?” – “você está me dizendo isso, mas que quer fazer, aonde quer chegar?” (ŽIZEK, 1992, p. 109).

A pergunta “Che vuoi?”, (Fig. 2) presente na terceira forma do grafo do desejo (segundo Žizek, 1992), indica uma falha do simbólico e das identificações de darem conta do real do desejo, ao perguntar ao sujeito se é isso que ele realmente quer. Isso pode significar no nível político que nenhum discurso ou ideologia pode canalizar, obturar ou domesticar completamente o desejo, e que o desejo é uma abertura para o movimento dos sujeitos. Os sujeitos podem se contra identificar ou se desidentificar, podem mudar de posição. No entanto, sempre haverá uma insatisfação subjetiva que nenhum discurso consegue tamponar para sempre.

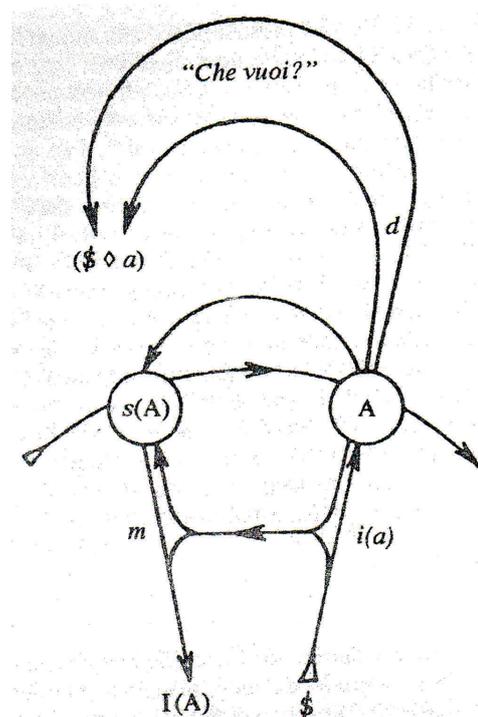


Figura 2: Grafo do desejo: (terceira forma)

(Fonte: Žizek, 1992, p. 110)

No momento da entrada da linguagem no sujeito, o significante assujeita a entidade pré-subjetiva, porém, nesse mesmo movimento, deixa no sujeito uma marca, que é única, estruturando o paradoxo de o S1, ser ao mesmo tempo o significante mestre e o traço unário. O processo de identificação-assujeitamento deixa espaço ao sujeito para que ele seja “ele mesmo”, que não dependa do Outro, por isso é paradoxal. O trecho abaixo permite compreender como o traço unário (S1) é o suporte da identidade, na medida em que ele é um traço que distingue o sujeito dos demais.

Ao retomar a questão das identificações depois de Freud, Lacan propõe o conceito de traço unário derivado do que Freud propõe em Psicologia das massas e análise do eu como Einziger Zug. Ao propor essa noção Lacan pretende sinalizar para o que há de radicalmente único no sujeito, o traço unário é pura diferença (Taillandier, 1994, p.20) marca o lugar singular do sujeito no campo da linguagem, é aquilo pelo qual cada um pode ser “um”, suporte da marca da singularidade, a um só tempo é sinal de identidade e da própria diferença (Lacan, 2003, p.69) (SOUZA; DANZIATO, 2014. p. 55).

Apontamos acima que, na teoria lacaniana, o S1 também representa o traço unário, e não apenas o significante mestre. Enquanto o significante mestre representa uma alienação do sujeito à linguagem e ao discurso do Outro, o traço unário é aquilo que faz do sujeito “ele mesmo”. Assim, o conceito de S1 seria aparentemente paradoxal⁴, por ser aquilo que laça os sujeitos a outros sujeitos e, ao mesmo tempo, aquilo que os faz únicos.

Fingerman (2018), comentando sobre a questão da identificação no trabalho de Nominé afirma: “Bernard Nominé aborda aqui o problema da identidade em sua articulação fundamental e paradoxal com a identificação” (p. 13). Este último comentário indica que, juntamente com os processos de identificação, podemos trabalhar a questão da identidade. O paradoxo apontado se refere ao fato de que a identificação é um processo no qual a estruturação do sujeito se realiza a partir a incorporação ou introjeção de traços do outro. Se o eu se estrutura a partir do outro, então como é possível a singularidade do sujeito? A resposta é a que indicamos acima: a entrada da linguagem no sujeito, ao mesmo tempo em que o assujeita, deixa nele uma marca única.

É preciso abordar uma questão acerca do conceito de identidade, tanto em AD como na psicanálise: Soler (2018) comenta que na psicanálise lacaniana se trabalha muito o conceito de identificação, mas não o de identidade. A autora afirma haver uma “reserva” (SOLER, 2018, p. 14) em relação ao termo, bem como uma falta de simpatia: “E é bem sensível que muitas vezes os analistas não lhe tenham simpatia...” (SOLER, 2018, p. 14).

O problema é que conceitos como indivíduo e pessoa seriam por demais sociológicos ou psicológicos, tanto para a AD como para a Psicanálise, de modo que ambas as teorias

se refinaram para evitar o sociologismo e o psicologismo. Existe também o risco de cairmos em teorias psicológicas contrárias à AD e à psicanálise. Na psicologia temos conceitos como o de pessoa, personalidade e outros; bem como, visões essencialistas sobre o sujeito e até teorias que expulsam o sujeito da teorização (behaviorismo). Porém, o trabalho de Soler indica que é possível tratar da identidade sem cair no sociologismo nem no psicologismo.

Soler afirma que o conceito de inconsciente da teoria freudiana realiza uma “subversão da noção clássica de sujeito” (SOLER, 2018, p. 24), e também que a noção lacaniana de sujeito dividido se opõe “ao sujeito da consciência psicológica e ao sujeito da filosofia, que não é pensado como um sujeito dividido” (SOLER, 2018, p. 24). A AD, por sua vez, vê no conceito de sujeito uma evidência ideológica, a qual seria necessário questionar, a partir dos trabalhos de Althusser retomados por Pêcheux.

Posteriormente, a autora pondera que o tratamento da identificação em psicanálise trabalha justamente a questão da identidade: “Certamente a palavra em voga na psicanálise é identificação, mas qual é a função ou visada de uma identificação, seja ela qual for, se não para assegurar a identidade?” (SOLER, 2018, p. 15). Ou seja: abordar o conceito de identificação é o caminho que se pode trilhar a fim de se compreender a questão da identidade e da singularidade do sujeito.

Para trabalhar essa questão do sujeito de da identificação, pensamos, por exemplo, no enunciado: “Somos uma geração que pensa no sexo de forma liberal” (SD1). Se *liberal* é o significante que basteia o significante *sexo*, o sujeito está filiado ao discurso liberal, porém, o sujeito pode, posteriormente, questionar: “Isso é realmente liberdade?”. Então, para além da identificação coletiva que aglutina os sujeitos em torno de liberal, existe um resto “Che vuoi” que pode ter relação com o traço

⁴ Na psicanálise, o inconsciente não obedece ao contraditório da lógica formal.

unário, que distingue os sujeitos dos demais, e permite a movimentação desse sujeito para outro discurso, em busca de um sentido mais apropriado para liberdade, que o basteia ideologicamente. Reiteramos, com base nessa argumentação, que o significativo é pura diferença, vai sempre existir um resto não simbolizado. Ao se movimentar, o sujeito pode mudar de discurso, mas não abandonar o campo da ideologia. Pode trocar uma formação ideológica por outra, sem sair do campo ideológico. Diríamos que é nessa linha que trabalha Pêcheux, ao falar da questão da reprodução/transformação. Sempre existe espaço para o sujeito se movimentar, mas nunca para cair fora da ideologia.

No enunciado “Somos uma geração que pensa no sexo de forma liberal” (SD1), existem outros significantes que poderiam funcionar como significantes mestres, além de “liberal”, portanto, o significante “sexo” pode ocorrer em outras formações discursivas. O sujeito que se questiona em relação à sua identificação a esse enunciado pode se mover, experimentando um momento de liberdade, para logo em seguida, se filiar a outra posição/formação discursiva, caindo em um novo assujeitamento. Podemos ter como paráfrases desse enunciado: “Sexo só dentro do casamento” ou “Sexo apenas para procriação” então, a amarração da cadeia, o ponto de estofo (ou basteamento ideológico), seria realizado por outros significantes.

Em “Semântica e discurso” (PÊCHEUX, 1995) e também em “O mecanismo do desconhecimento ideológico” (PÊCHEUX, 1999), Pêcheux trabalha a questão da ideologia e do assujeitamento a partir do par reprodução/transformação. Além disso, no trabalho “Só há causa daquilo que falha”, Pêcheux (1995) comenta que o assujeitamento não é total nem sem falhas; que existem “brechas” que podem levar o discurso para outro lugar, como os lapsos, atos falhos, chistes e etc. Consideramos a possibilidade de se incluir a deriva dos sentidos nessa lista, visto que

ela consiste em uma interpretação que foge do *script*, na medida em que a dispersão supostamente controlada pelo enunciador não é suficiente para impedir que a enunciação caminhe para outros sentidos ou discursos, e, mesmo que se considere isso um “erro”, justamente esse erro é que dá a possibilidade de levar o dito para um lugar não esperado pelo discurso e pela interpelação. Pêcheux afirma que:

... apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estiliza no lapso (PÊCHEUX, 1995, p. 300-301, grifo do autor).

Para trabalhar um pouco mais a questão da amarração e da formação discursiva, relacionado à possibilidade de movimento do sujeito, talvez seja interessante observarmos a diferença entre identificação imaginária e identificação simbólica:

É imaginária a identificação que faz sentido para o sujeito, é simbólica a identificação que opera no sujeito. Ambas provêm do exterior, por isso dizemos que são oferecidas. Mas, se a primeira é aparentemente total como a imagem devolvida pelo espelho, a segunda será sempre falta, hiância, abertura para significância, no sentido de que um traço é repetidamente substituído, mas o que causa essa substitutibilidade é a vacância, a falta. (D’AGORD, 2006, apud SOUZA E DANZIATO, 2014. p. 57)

Estendendo a citação acima para nossa discussão, vemos que, no deslizar dos sentidos e dos significantes, tanto em Pêcheux como na psicanálise, o significante permite ao sujeito espaço de movimentação. Não existe resposta ao “Che vuoi?”, mas é justamente devido a essa opacidade que o sujeito pode se mover, deslizar nos sentidos.

A pergunta que o desejo do Outro coloca e que chega para o sujeito neste formato do ‘Que queres?’, ou ainda ‘Que queres de mim?’, não encontra resposta, por isso Lacan afirma que não existe significante que dê conta de responder a essa questão. (ALMEIDA, 2010, p. 100)

A discussão empreendida sobre o S1 simultaneamente como significante mestre e traço unário, indica que, ao mesmo tempo em que a entrada de S1 produz o assujeitamento, produz também algo que é próprio do sujeito e que, por isso, pode permitir a ele algum escape em relação ao assujeitamento ou, ao menos, um movimento de busca, uma errância do sujeito e dos sentidos em torno da questão “Che Vuoi?”.

É a partir do assujeitamento que o sujeito vai encontrar um lugar próprio. Deste ponto de vista, o assujeitamento possui um aspecto positivo; não é totalmente negativo. A entrada no aparelho da linguagem pelo sujeito e a interdição (TFOUNI, F. E. V, 2008), que lhe é correlata, não remetem a apenas uma proibição, mas têm caráter positivo e fundador abrindo todo o campo do possível (TFOUNI, F. E. V, 2006, 2008). Finalizando, é importante assinalar uma aproximação entre as modalidades de identificação em Pêcheux, o ideal do eu e a questão do olhar em psicanálise. Para isso, trazemos um trecho de Nominé:

Esse significante ideal é o que indica ao sujeito, muito cedo na sua vida, o que ele deve ser para responder aos critérios do amor do Outro. [...] aquilo que o sujeito tem de interiorizar é, em primeiro lugar, o olhar do Outro. Esse olhar do Outro é, depois, algo que faz signo ao sujeito sobre o modo em que o outro lhe olha: Com bons olhos ou maus olhos (NOMINÉ, 2018, p. 27).

Comentando a observação de Nominé, entendemos que a questão olhar pode contribuir para compreendermos as formas de identificação na AD. Como vimos anteriormente, ao descrever as três modalidades de identificação, Pêcheux denomina o sujeito da primeira modalidade (identificação) de “bom sujeito”, pois seria aquele que estaria plenamente assujeitado ao Sujeito Universal; já o sujeito da segunda modalidade, a contra-identificação, é denominado “mau sujeito”.

As noções de “bom” e “mau” sujeito indicam que ele estaria submetido a um olhar julgador (do Outro) que categorizaria esse sujeito como bom ou mau. Lembramos que uma das atribuições do ideal de eu, segundo Freud, é a da auto-observação (ver citação de Freud no início deste trabalho). Se ele está plenamente submetido à formação discursiva, então ele é um bom sujeito, se não, ele é um mau sujeito. A questão aqui é que o sujeito precisa ser visto pelo Outro como merecedor de amor, depois esse olhar se apaga (se recalca, se interioriza), ao final que o próprio sujeito pode sustentar para si mesmo esse olhar de amor.

É um momento estrutural que descreve a relação entre o olhar como objeto real e a significação de amor que toma seu lugar e que guia o sujeito no que deve ser para ser amado. O olhar como objeto real desaparece atrás do signo e o signo se interioriza. Quer dizer que o sujeito já não tem necessidade de ser olhado pelo Outro porque interiorizou esse olhar pela forma desse signo que participa da construção de seu ideal de eu (NOMINÉ, 2018, p. 28).

A interiorização do olhar pelo sujeito e o seu recalçamento, portanto, é que permitem ao sujeito realizar sozinho a sua sujeição, como afirma Althusser (1999). É na medida em que o olhar do outro é interiorizado e assimilado que eu “controlo a mim mesmo” sem necessidade de intermediários. Por isso, o ideal do Eu é muito próximo ao superego. Ao mesmo, tempo pode permitir uma inflexão do sujeito, já que o olhar virou signo e é signo enquanto interiorizado (singularizado).

Dando sequência à discussão sobre o olhar e relacionando-a com a questão da identificação e da formação discursiva na teoria pecheutiana, podemos afirmar que: Na modalidade 1 de Pêcheux - a identificação - o sujeito é olhado pelo Outro e reconhecido como merecedor de amor. Na modalidade 2 - a contraidentificação - o sujeito também é olhado pelo outro, porém, como o sujeito rejeita aspectos pontuais desse Outro,

podemos dizer que existe um olhar do sujeito em direção ao Outro também. Em outras palavras, o sujeito busca ser visto como merecedor de amor, mas, ao mesmo tempo lança um olhar crítico ao Outro que ele ama. Na terceira modalidade de Pêcheux, - a desidentificação - o sujeito realiza uma crítica radical do Outro (da formação discursiva que ocupa, para mudar de posição), então ele não ama mais aquele Outro, nem deseja mais ser amado por ele, por isso, o sujeito busca um Outro para amá-lo e ao qual irá se filiar, ou seja: ocupará uma nova formação discursiva e ideológica.

Podemos pensar em uma situação hipotética, na qual em uma reunião de adeptos da sexualidade liberal, um sujeito profere o enunciado: “Sexo apenas dentro do casamento”. Os colegas provavelmente o olharão com maus olhos e, por isso, ele poderá ser categorizado como um “mau sujeito”, pois o olhar crítico do sujeito desperta também um olhar de censura do Outro que é sustentado pelo grupo.

De um ponto de vista Foucaultiano (FOUCAULT, 2003), diríamos que o sujeito não respeitou a ordem do discurso, que não atentou para as regras de formação dos enunciados, para aquilo que se pode ou não dizer em um determinado contexto. Ou seja, não respeitou a formação discursiva à qual o grupo se filia.

Considerações Finais

Afirmamos abaixo, algumas conclusões a partir da discussão teórica e da análise realizada. Vejamos:

a) É possível uma articulação entre os conceitos de formação discursiva (AD) e significante mestre (Psicanálise).

b) O conceito de significante mestre é operacional no bojo da AD, permitindo que se realizem análises a partir deste conceito dentro da AD.

c) Em contrapartida, o conceito de formação discursiva também pode ser operante no campo da psicanálise.

d) É possível tratar o conceito de identidade, sem cair em psicologismos ou sociologismo, e não apenas o conceito de identificação nos campos da AD e da psicanálise.

e) O S1, que além de significante mestre é traço unário, pode ser um caminho para tratar a questão da identidade numa interface entre a AD e a psicanálise.

f) O traço unário, enquanto aquilo que o sujeito tem de próprio, pode ser um caminho para se abordar a questão da identidade.

g) O conceito de traço unário pode ser operante na psicanálise.

h) Foi possível rever as três formas de identificação propostas Pêcheux a partir dos conceitos abordados.

i) Pudemos também afirmar que o assujeitamento possui um papel positivo - e não apenas negativo - na estruturação do sujeito.

Concluimos afirmando que abordar o conceito de identificação juntamente com o de traço unário é importante por permitir que se compreenda que o sujeito possui uma singularidade, algo que lhe é próprio. Consideramos essa questão da singularidade como uma porta de entrada na teoria psicanalítica para abordar a questão da identidade do sujeito, o que permite compreender melhor o conceito de sujeito e as implicações disso para a AD.

Referências

- ALMEIDA, F. G. M. de. *Falo, objeto a e fantasia: contribuições de Jacques Lacan na clínica com crianças*. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. 117 f. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16154@1>>. Acesso em 01. out. 2019.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, S. (Org.): *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1a reimpressão, 1999.
- DIAS, S. O significante é uma palavra mestra? In: IV Congresso Internacional de Convergência, movimento lacaniano para a psicanálise freudiana, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://www.espacopsicanalise.com.br/significante.html>>. Acesso em 25 abr. 2019.
- FINGERMANN, D. T. Prefácio. In: NOMINÉ, B. *Sobre identidade e identificações: conferências (2014-2015)*. São Paulo: Blucher, 2018.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In: *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos [1920-1923]* (Obras completas volume 15). São Paulo: Companhia das Letras. 2011.
- GRIGOLETTO, E. A noção de sujeito em Pêcheux: Uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. *Estudos da Linguagem*. No 1, Vitória da conquista, Jun. 2005, p. 61-67. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/978>>. Acesso em 10. out./2019.
- LEITE, N. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- MAGALHÃES, B; MARIANI, B. Processos de subjetivação e Identificação: ideologia e Inconsciente. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S15186322010000200008&lng=en&nr=iso&tlng=pt> Acesso em 09.out.2019.
- MARIANI, B. (org.) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Clara Luz. 2006.
- NOMINÉ, B. *Sobre identidade e identificações: conferências (2014-2015)*. São Paulo: Blucher, 2018.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993, p.163-252.
- PÊCHEUX, M. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed., Tradução: Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. O mecanismo do desconhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. . 1. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- SOLER, C. *Rumo à identidade*. São Paulo: Aller. 2018.
- SOUZA, L. B. de; DANZIATO, L. J. B. Das relações entre identificação e nomeação: o sujeito e o significante. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 14(1): 53-61, abril. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/3304>>. Acesso em 02. out. 2019.
- TFOUNI, F. E. V. (2006). O interdito como fundador do discurso. *Letras & Letras*, 22 (1), 127-137.
- _____. (2008). O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. *Linguagem em (Dis)curso*, 8 (2), 353-371.
- _____. Ideologia, identidade e identificação na mídia: Uma abordagem discursiva. Projeto de Pós-doutorado. 2018.

_____. Identificação e assujeitamento no discurso midiático. Sem data, no prelo.

TFOUNI, L. V.; LAUREANO, M. M. Entre a Análise do Discurso e a Psicanálise, a Verdade do Sujeito — Análise de Narrativas Orais. *Revista investigações*. UFPE, Vol 18. No 2. 2005.

ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem*: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ZIZEK, S. *The sublime object of ideology*. Londres: Verso, 2008.

Submissão: 24 de outubro de 2019.

Aceite: 12 de novembro de 2019.

SEXUALIDADE INFANTIL NA REVISTA NOVA ESCOLA: O “FURO” NO DISPOSITIVO

Regina Baracuhy¹

Louise Medeiros²

RESUMO: Este artigo objetiva discutir sobre o funcionamento do dispositivo da Educação Sexual, a partir da pedagogização da sexualidade infantil na Revista *Nova Escola*. Como recorte analítico, nosso *corpus* se constitui de duas capas da citada revista. Para atingir o nosso propósito, nos ancoramos teórica e metodologicamente na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que se pauta pelo método arqueogenealógico. Constatamos que ao abordar a questão de gênero, a Revista *Nova Escola* instaura um “furo” no dispositivo da Educação Sexual, produzindo variações de direção, isto é, faz configurar as linhas de atualização, por meio das quais se operam as transformações de um dispositivo.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos. Dispositivo. Sexualidade infantil. Gênero. Revista *Nova Escola*.

INFANTILE SEXUALITY IN THE NEW SCHOOL MAGAZINE: THE “HOLE” ON THE DEVICE

ABSTRACT: This article aims to discuss the functioning of the Sexual Education dispositif, based on the pedagogization of the infantile sexuality in the magazine *Nova Escola*. As an analytical cut, our *corpus* consists of two covers of the mentioned magazine. To attend our purpose, we use the theoretical-methodological presupposition of Foucaultian Theoretical framework, centralized on the archaeogenealogical method. We verify that when we approach the gender question, the *Nova Escola* magazine restores a “hole” in the dispositif, producing variations of direction, this is, it makes to configure the updating lines, with this, they operate conversions of a dispositif.

KEY-WORDS: Foucaultian Theoretical framework. Dispositif. Infantile sexuality. Gender. *Nova Escola* Magazine.

1 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Professora Associado Nível IV, da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mrbaracuhy@hotmail.com

2 Doutoranda em Estudos Linguísticos, na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ouise_mp@hotmail.com

1.INTRODUÇÃO

Este artigo ancora-se teórica e metodologicamente na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Embora o pensamento de Michel Foucault seja estudado em vários campos das Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia, o Direito, a Psicologia, a Educação, dentre outros, uma vez que suas ideias são vastas e complexas, quero registrar aqui nosso lugar de fala como linguistas. Isso significa que nos situamos no campo do discurso e nos interessa estudar os enunciados com valor de “acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2014, p. 31)

Olhar o discurso com uma visada foucaultiana nos permite compreender, analisar, interrogar as relações entre práticas discursivas e não-discursivas, sobretudo as práticas de resistência na sua dimensão histórico-social para pensar a sua produção, circulação e transformação. Importa considerar que, sob tal perspectiva, os discursos são práticas que obedecem a regras históricas, atreladas ao tempo e ao espaço. Tais práticas são de natureza semiológica, por isso nossa unidade básica de análise é o enunciado, por ele nos permitir uma análise de materialidades verbal, não verbal, digital, fílmica, etc., porque o enunciado para Foucault é histórico, está para além da estrutura textual, embora esta seja uma de suas dimensões, vez que os enunciados se materializam em textos.

De acordo com Gregolin (2015, 2016), Foucault não pretendeu produzir uma teoria discursiva ou criar um campo do saber para objetos discursivos, no entanto, ela esclarece que em toda a obra do supracitado autor, a linguagem e o discurso são categorias fundantes. O que significa dizer que, para esse pensador, as coisas não preexistem às palavras, sendo assim, as verdades de um certo momento histórico são produzidas por discursos,

logo, são resultado de uma construção sócio histórica.

Pensar uma teoria do discurso com Foucault requer que atentemos para o objetivo fundamental das suas propostas, que é compreender como se articulam os modos de objetivação/subjetivação no âmbito da produção discursiva. Isto implica considerar a constituição dos sujeitos perpassada por saberes e poderes. Em seu artigo *O Sujeito e o Poder*, Foucault (1995, p. 248) discorre sobre o encadeamento indefinido e a atração recíproca que existe entre as relações de poder e as estratégias de luta, afirmando que não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual. Toda relação de poder implica, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta. Desta maneira, a resistência aparece como condição permanente da existência das relações de poder.

Na perspectiva foucaultiana, o sujeito está totalmente inserido em uma complexa rede de poderes, que o atravessa e o constitui enquanto tal, ora submisso, ora resistente, mas sempre sob a égide das relações de força dentro de uma dada sociedade. Tais relações são estratégicas, multipontuais, microfísicas, difusas. Para descrevê-las e articulá-las em rede, Foucault propõe o conceito de dispositivo.

Propomo-nos a pensar a educação sexual enquanto um dispositivo (nos termos em que Foucault o designa) complexo, que possui elementos do dispositivo da sexualidade e do dispositivo escolar.

O dispositivo da sexualidade atua na disciplinarização dos corpos, na regulação e normalização da população; regulamenta o prazer e os saberes sobre o sexo; além disso, ocupa-se, por meio desse regime sobre sexo, da preservação da espécie humana. Ele privilegia, “não a reprodução, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira mais detalhada e controlar

as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2015, p.116). A sexualidade, enquanto dispositivo (e não enquanto pulsão e nem sob a forma de uma lei, como pensaram Freud e Lacan, respectivamente), arma estratégias de relações de força localizáveis nos saberes médicos, psicológicos, pedagógicos, produzindo efeitos de poder, no sentido de disciplinar o indivíduo, corrigi-lo, normalizá-lo, encaixá-lo em uma instituição (ARAÚJO, 2008, p.88).

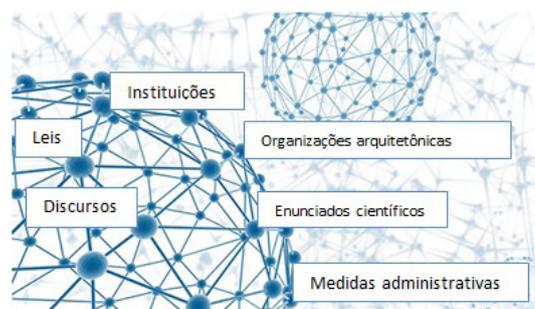
Consideramos que a Revista Nova Escola faz parte do dispositivo da educação sexual. Desse modo, este artigo objetiva discutir sobre o funcionamento do dispositivo da Educação Sexual, a partir da pedagogização da sexualidade infantil na Revista Nova Escola. Como recorte analítico, nosso *corpus* se constitui da capa da Revista *Nova Escola* edição 279, publicada em fevereiro de 2015 e a capa da edição 321, publicada em abril de 2019.

2. DISPOSITIVOS EM DIÁLOGO: FOUCAULT E DELEUZE

Em uma entrevista intitulada “Sobre a história da sexualidade” concedida no ano de 1977, Foucault assim define o dispositivo (2013, p.364):

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

A partir desta definição, imaginamos o dispositivo como uma rede que estabelece ligação entre o dito e o não dito, ligando elementos de diferentes naturezas, como demonstrado na figura a seguir:



Além do caráter heterogêneo do dispositivo, Foucault discorre sobre a natureza da relação que pode existir entre os seus elementos e explica que entre eles há um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, etc. Nesse sentido, o dispositivo, que agencia e articula diferentes instâncias de saber, não é uma estrutura fechada com um fim em si mesmo.

As linhas que o compõem não são estanques e imóveis. Ao contrário, pressupõem movimento. São linhas que se cruzam, se bifurcam e se afastam sem compor sistemas fechados. Cada uma delas é submetida a fraturas e são propensas a variações de direção e de intensidade, sendo assim, são transitórias e efêmeras, podendo pertencer a mais de um dispositivo ao mesmo tempo, o que os tornam cambiantes entre si. Isso porque um dispositivo engendra discursos, enunciados, práticas, instituições, leis que, por sua vez, também o colocam em movimento e o fazem funcionar.

De acordo com Carvalho e Sargentini (2014, p. 27), as linhas possibilitam a organização dos arquivos, ligando um enunciado a outro, uma formação discursiva a outra. Os dispositivos são criados pelas práticas discursivas e não discursivas que vão constituindo uma espécie de base de sustentação para que a rede imaginária teça suas linhas de um dispositivo a outro, um movimento que se dá, sobretudo, na relação dos sujeitos com as práticas discursivas, entre o passado recente e o futuro próximo.

Por fim, Foucault (2013, p. 366) aponta a função estratégica do dispositivo, pois ele decorre de uma urgência histórica e está inscrito em um jogo de poder, ligado a saberes que nascem dele, mas também o condicionam. Ele supõe uma manipulação de forças, feita por meio de uma intervenção racional e organizada, seja para desenvolver estas relações de força em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, etc.

Ainda sobre o dispositivo enquanto tática, a “sexualidade” é um exemplo citado por Foucault (2015), que não a considera um dado da natureza, nem uma questão biológica. Ele a enfoca como uma fabricação datada da metade do século XVIII, uma espécie de novelo; um conjunto multilinear, que se relacionam a regimes de saberes móveis ligados a configurações de poder e que produzem modos de subjetivação específicos, mas também, formas singulares de resistência e de fuga (DELEUZE, 1990). Para este autor, o dispositivo é uma máquina de fazer ver e de fazer falar, por isso é composto por linhas do saber que se movimentam e que comportam curvas de visibilidade e de enunciação.

O quadro abaixo auxilia-nos a mostrar as características principais de cada linha que compõe o dispositivo:

	CARACTERÍSTICAS
Linhas de visibilidade	Cada dispositivo tem seus regimes de luz. A maneira como se estabelecem os jogos entre o visível e o invisível.
Linhas de enunciação	A maneira como se estabelecem os jogos entre a eloquência e o silêncio, o dito e o interdito.
Linhas de forças / Linhas de objetivação	Trata-se da dimensão do poder. Penetram as coisas e as palavras passando por todos os lugares do dispositivo, atingindo todos os espaços.
Linhas de subjetivação / Linhas de fratura	É uma linha de fuga. Consiste na produção de subjetividade em um dispositivo. Não é certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante. ³

Esse conjunto de linhas se entrecruza e se mistura. Uma suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição. Além disso, “por todos os lados, há emaranhados que é preciso desmesclar: produções de subjetividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro, em outras formas ainda por nascer”. (DELEUZE, 1990, p. 157).

³ Conforme Deleuze, G. O que é um dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990.

De um ponto a outro, podemos nos deparar com elementos da ordem do imprevisível, da criação, do novo, do atual, uma vez que os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, funcionam como vetores ou tensores. Assim, os três grandes eixos que Foucault distingue sucessivamente ao longo de sua obra: saber, poder e subjetividade não possuem contornos definitivos, já que são dispostos como cadeias de variáveis que se relacionam entre si. (DELEUZE, 1990)

Para Deleuze, é importante ressaltar as potencialidades inventivas dos dispositivos, que surgem de suas fraturas, das rupturas que se tornam possíveis em momentos históricos decisivos de transformação. Nesse sentido, atingimos as duas consequências importantes de uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio à categoria de universal: de reflexão, de comunicação, de consenso. Isso não quer dizer que todos os dispositivos se equivalem, mas cada um tem seus próprios processos imanentes distintos dos que operam em outro dispositivo, cada um tem suas regras de funcionamento.

A segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos é que ela não se interessa pelo eterno, pelo contrário, o que se busca é a apreensão do *novo*. “Todo o dispositivo se define, pois, pelo que detém em novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo futuro” (DELEUZE, 1990). Segundo o autor, o “atual” não é o que somos, visto que a subjetividade é processo em curso, mas aquilo em que vamos nos tornando. Sendo assim, em todo dispositivo, é necessário distinguir o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir.

2.1. SOBRE O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

No livro *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber*, de Michel Foucault, o autor afirma que o sexo é algo que está em constante processo de interpretação, todavia, o sexo e seus efeitos não são fáceis de decifrar. O autor inicia o texto discorrendo sobre o regime de repressão ao sexo que se coloca no século XVII, coincidindo com o início do Capitalismo, e fazendo parte, dessa forma, das sociedades chamadas burguesas. É próprio da repressão, por exemplo, interditar as crianças, proibi-las de falarem sobre sexo, fechar seus olhos e tapar seus ouvidos impondo um silêncio geral e aplicado.

Embora Foucault admita que as proibições existam e em grande número, sendo o discurso da repressão sexual profundamente firmado e historicamente evidente, ele acredita que muito mais que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, “trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes”. (FOUCAULT, 2015, p. 81). Portanto, essa repressão, geralmente aceita como verdade, é abarcada também por mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder.

A questão da sexualidade é discutida enquanto dispositivo. O que Foucault pretende é problematizar essa sociedade que fala prolixamente de seu próprio silêncio e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar, buscando analisar o funcionamento do regime de saber-poder-prazer que sustenta o discurso da sexualidade. Trata-se, segundo o autor, de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber. Para ele, as

práticas de negação, rechaço, interdição e censuras são apenas algumas peças dentre outras que têm uma função local e tática em uma colocação discursiva, em uma técnica de poder. Nesse âmbito, a concepção de um poder essencialmente repressivo, que possui uma relação negativa com o sexo, é condenada pelo autor.

Foucault (2015) irá, ao longo da obra *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*, questionar a hipótese repressiva e propor uma análise positiva das formas de produção da sexualidade na história da sociedade ocidental nos últimos séculos. Desta forma, afirmará que a sexualidade aparece como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nestas relações de poder, não se deve descrever a sexualidade como o elemento mais rígido nem o poder como elemento que tenta sujeitá-la e muitas vezes fracassa. Ela é dotada de instrumentalidade, utilizável no maior número de manobras e pode servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

Na análise feita pelo autor em pauta, a partir do século XVIII, é possível distinguir quatro grandes conjuntos estratégicos que mostram a formação de um dispositivo voltado, não para a interdição, mas para a produção do discurso a respeito do sexo. São eles: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Nessas estratégias, o sexo das crianças, das mulheres e dos homens, é alvo privilegiado de saber, portanto, indutor de poder.

Em se tratando da pedagogização do sexo da criança, Foucault (2015) afirma que esse processo se manifestou, sobretudo, na guerra contra o onanismo, atividade sexual tida como indevida, arriscada, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, que é imbuída de perigos

físicos e morais, coletivos e individuais. Conforme esclarecido pelo autor, a partir dessas sexualidades periféricas, as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, penetrando nas condutas e possibilitando a majoração desse poder. Ele afirma que a vigilância familiar, o relatório pedagógico, a investigação psiquiátrica, o exame médico, aparentam dizer “não” a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder.

Por parte de quem fiscaliza, há um prazer em exercer um poder que espia, que questiona, que revela; por parte de quem é alvo da espreita, há um prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Utilizando de suas palavras: “Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir”. (FOUCAULT, 2015, P. 50) Em torno do sexo e dos corpos, portanto, as incitações não organizaram fronteiras impossíveis de serem ultrapassadas e sim “perpétuas espirais de poder e prazer”, cujo efeito era produzir a verdade do sexo mesmo que esta fosse perigosa, preciosa ou temida.

É preciso, pois, ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita e historicamente tida como verdade, considerar os mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, que geram prazer e poder.

De acordo com Foucault (2015, p. 64), há, historicamente, dois procedimentos de produção da verdade do sexo. A *arte erótica*, na qual a verdade é extraída, não do discurso, mas da própria prática sexual, que visa fundamentalmente ao prazer e a *ciência sexual*, cuja matriz é dada pela “confissão”. Na esfera mais cotidiana, a sociedade é instada a confessar, espontaneamente ou não, seus crimes, seus pecados, seus pensamentos, seus desejos, suas misérias.

Tornamo-nos uma sociedade “singularmente confessa”, afirmava M. Foucault (2015, p. 66), notadamente em termos da sexualidade. E ele completa: “quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo”. Nessa direção, a técnica da confissão, enquanto matriz que rege a produção da verdade sobre o sexo, permaneceu durante muito tempo relacionada à prática de penitência, interligada às práticas religiosas focadas no exame de consciência interior.

Todavia, aos poucos, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da Pedagogia do século XVIII e da Medicina do século XIX, as motivações e os efeitos desse ritual vem se difundindo. Confessa-se, não apenas em igrejas, mas em casa, na escola, aos pais, aos educadores, ao médico; no prazer e na dor. Além do interesse religioso, o sexo passa a ter um interesse público, sendo necessário analisa-lo; mais do que um discurso moral, será produzido um discurso racional sobre o sexo e, com a sua racionalização, é possível regulá-lo, controlá-lo.

Nos dias de hoje, onde as redes sociais são lugares de confissão por excelência, confessa-se em público; não mais por obrigação, mas por livre iniciativa de querer posicionar-se, de mostrar uma verdade, de libertar-se, de transformar-se.

O procedimento da confissão, portanto, foi inscrito num campo de observações cientificamente aceitáveis; o sexo foi dotado de um poder causal fecundo e polimorfo e foi responsabilizado por perigos ilimitados que justificam a inquisição exaustiva a que é submetido.

Nesse âmbito, o discurso sobre o sexo articula poder e saber, sendo necessário, para analisar o que se diz sobre o sexo, atentar para os diferentes efeitos produzidos segundo quem fala, a posição de poder que ocupa, o contexto institucional em que se encontra; uma vez que há

uma multiplicidade de elementos discursivos num jogo complexo e instável em que esse discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, como também ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta.

Analisar o dispositivo da sexualidade, portanto, envolve questões essenciais: economia, “interesses” discursivos, disputa pública, estratégia política. Está ligado à administração dos corpos e a gestão calculista da vida. Ao penetrar nos corpos, o poder controla as populações de modo cada vez mais global. A sexualidade torna-se então “um dispositivo de sujeição milenar” e o sexo, um assunto administrativo, gerido por políticas populacionais. Porém, é importante destacar que, antes da instalação do dispositivo de sexualidade no século XVIII, o que dominava era o *dispositivo de aliança*, que tem vínculo privilegiado com o Direito, valoriza o sistema de matrimônio, as relações familiares e a transmissão de nomes e bens, estruturando-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito, tendo como momento decisivo, a “reprodução”.

O sexo entrou num regime ordenado de saber por meio de relações de poder, visando à normalização através de técnicas de saber médico-científicas, uma vez que a masturbação infantil, a sexualidade feminina, os cuidados com a procriação, o homossexualismo, surgem como preocupações para médicos, intelectuais, entrando na esfera da Psiquiatria, produzindo um saber que examina o sexo.

O dispositivo da sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo, o principal investimento — corpo que produz e consome. O Estado, por sua vez, cria políticas para gerir a reprodução e a saúde pública, bem como administra o sexo, através de *biopoderes*, do investimento sobre o corpo vivo. Instala-se o poder sobre a vida das populações. O corpo, a

saúde, a alimentação e a habitação são investidos por novas técnicas de controle em que a norma é tão ou mais útil que a lei. O mecanismo mais eficaz para controlar o direito à vida é controlar o dispositivo da sexualidade. A tecnologia do sexo conduz ao corpo disciplinado e à população regulada e administrada. Daí porque a sexualidade é tão requisitada. (ARAÚJO, 2008, p. 89)

A sexualidade não é considerada por Foucault como algo natural, uma essência vivenciada por todos de maneira universal, mas sim como algo produzido com base em todos esses saberes produzidos pela *scientia sexualis*, que controla e que pode ser controlada. Dessa forma, entendemos a sexualidade como uma construção sociocultural e histórica, que articula poderes e saberes ao mesmo tempo que objetiva controlar e normalizar os sujeitos.

3. A REVISTA NOVA ESCOLA ENQUANTO ELEMENTO DO DISPOSITIVO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

As revistas, de um modo geral, apresentam uma rede de imagens e de textos como objetos visíveis que abrigam enunciados formuláveis, expressando forças em disputa para a produção de práticas discursivas, de subjetividades. A maneira como se estabelecem a disposição das manchetes das capas, as imagens selecionadas, os temas escolhidos, os jogos entre a eloquência e o silêncio, o dito e o interdito, vão direcionando o leitor, neste caso o professor, a formas de fazer tais leituras condicionando seu olhar para ver o que “deve ser visto” e fazer o que “deve ser feito”.

A Revista *Nova Escola*, em edições impressas e digitais, funciona como fonte de pesquisa, manual de conduta pedagógica, bem como ferramenta de disciplina. Enquanto instrumento midiático, a revista

Nova Escola oferece o tema da sexualidade infantil na condição de fato de discurso. E os enunciados que serão analisados são considerados como tal, uma vez que podem ser descritos a partir de quatro condições fundamentais, o que caracteriza uma função enunciativa, conforme explicita Foucault (2015): a) trata-se de uma formulação singular, única; b) possui um sujeito enunciativo, que não pode confundir-se com o autor da formulação; c) pertence a um domínio associado, fazendo parte de uma série, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo; d) possui existência material que permite sua repetibilidade, sua circulação, sua entrada em redes. Vejamos a capa abaixo:



Figura 1: Capa Revista *Nova Escola*, Fevereiro, 2015, edição 279.

Fonte: <https://novaescola.org.br>

Compreendendo o corpo enquanto “prática discursiva”, segundo Milanez (2009, p. 215), é preciso olhá-lo de perto, identificar o lugar no qual esse corpo se insere, a data que ele marca, enfim, estabelecer os limites que fazem com que ele apareça ali naquele momento, naquele lugar e não em outro. Afinal, cada época e cada sociedade

estabelecem um conjunto de normas, de regras, de valores que formatam e ordenam o que pode ser dito, o que pode e deve ser publicado.

No discurso da revista de anos anteriores a esta capa, foi-se produzindo e reproduzindo um saber, uma concepção de educação sexual que enfocava aspectos anatômicos e fisiológicos do corpo humano e sua preservação, enfatizando questões relacionadas à prevenção de DSTs, à prevenção de uma gravidez na adolescência, etc. Ganhavam relevo os tradicionais discursos sexistas estabelecidos em sintonia com as vontades de verdade sobre a biologização da diferença entre os sexos, dentre outros.

Essa capa da Revista *Nova Escola*, porém, aponta para a recente visibilidade das relações de gênero no discurso midiático. É somente na edição de 2015 que vemos aparecer inicialmente a temática da sexualidade problematizada pelo viés da transexualidade infantil no gênero discursivo capa de revista.

A dimensão da singularidade que se põe nesta capa-acontecimento é mostrada pela subversão do corpo escolar infantil, que mexe com o *discurso verdadeiro* ao estampar um menino usando coroa e vestido de princesa, o que provoca cisão, mudança.

Nesta edição, o conceito de gênero ganha destaque preenchendo as curvas visibilidade e de enunciabilidade do dispositivo da sexualidade. Trata-se de um corpo proibido, interdito por jogos de verdade construídos por uma sociedade heterossexual e conservadora. Um corpo onde há marcas identitárias que foram negadas durante muitos anos na mídia. Fere, assim, a ordem social, desestabiliza algumas verdades, por outro lado, abre caminhos para sua transformação, estimulando a concepção de uma insólita realidade, provocando grandes polêmicas discursivas. A revista, portanto, eleva este corpo a níveis de visibilidade, singularizando-o no tempo e no espaço.

Vale observar que ainda na capa, há uma nota mencionando que se trata de um garoto britânico. Romeo Clarke não é uma criança brasileira, mas natural do Reino Unido. Entendemos que esta escolha já mostra o quanto este tema é interdito no Brasil, um país cuja diversidade cultural, étnica, racial é discursivamente assumida e cuja cordialidade em relação a esta mesma diversidade é maquiada. Todavia, ao trazer essa reportagem como matéria de capa, essa questão passa a fazer parte do universo discursivo no dispositivo da educação sexual de nossa época, de modo que a concepção binária presente no conceito de gênero, durante muito tempo enraizada, vai sendo atingida por dizeres de outra ordem.

Segundo Louro (2008, p. 19):

Transformações são inerentes à história e à cultura, mas, nos últimos tempos, elas parecem ter se tornado mais visíveis ou ter se acelerado. Proliferaram vozes e verdades. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir. Cada vez mais perturbadoras, essas transformações passaram a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais.

Em poucos anos, segundo a pesquisadora, desestabilizaram-se antigas e sólidas certezas, subverteram-se as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Sendo assim, diante de uma urgência histórica, social, cultural, o discurso da revista *Nova Escola* faz o objeto “transexualidade infantil” ganhar existência, isto é, faz desse objeto uma realidade. Nessa perspectiva, Veyne (2011, p. 32) afirma que não se pode pensar qualquer coisa em qualquer momento, uma vez que só pensamos dentro das fronteiras do discurso do momento. Tudo o que julgamos saber está limitado sem que o saibamos, não lhe vemos os limites e ignoramos até que existam.

O convite feito pela *Nova Escola* “**Vamos falar sobre ele?**”, aliado à imagem de uma criança do sexo masculino vestido de princesa, que interage com o leitor-espectador, encarando-o através de um olhar provocativo, rompe com o discurso já estabelecido, fragilizando uma ordem do discurso, abrindo todo um domínio de questões possíveis, fazendo emergir outras discursividades, incitando sobremaneira a produção, aparição e circulação de discursos na mídia que falem sobre gênero.

A manchete inicia com o verbo na primeira pessoa do plural, em tom atrativo, com um enunciado que nos convida a participar desta rede discursiva, instigando-nos a ver e a falar sobre “Romeo”, sobre sexo, sexualidade, e, sobretudo, sobre gênero, na mídia, em ambiente escolar, etc. Nesse âmbito, o nível enunciativo da revista aponta para o que Courtine (2008) chama de *domínio de atualidade* (COURTINE, 2008), para o “novo”, ou ainda, o acontecimento que irrompe para os sujeitos escolares nas linhas móveis do dispositivo da educação sexual. Isso conflui na emergência de outras subjetividades. Por exemplo, na publicação da Revista *Veja* de dezoito de outubro de 2017, cuja frase de capa destaca o seguinte enunciado “Meu filho é trans”. A matéria referente à capa narrou a saga dos pais de crianças que não se identificam com seu sexo biológico. Também a série *Quem Sou Eu?*, exibida pelo *Fantástico* em 2017⁴, contou histórias de transgêneros em diferentes fases da vida, ressaltando a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Outro exemplo ainda de discursivização do tema é a capa da Revista *Textual*, de maio de 2017, que destacou a urgência de falar sobre sexo na escola, sobretudo a necessidade de debater gênero e heteronormatividade.

4 Série especial “Quem Sou Eu?”, comandada por Renata Ceribelli no *Fantástico* (2017), conta as histórias de transgêneros em fases distintas, ressaltando a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Conferir em <http://especiais.gl.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu/>

O enunciado “*Precisamos falar sobre Romeo...*” materializado no título da reportagem, no interior da *Nova Escola* é um chamado para os leitores, professores, pais, saírem da “redoma provisória” (VEYNE, 2011, p. 32) em que estão situados, ou seja, distanciar-se das suas “pequenas verdades” para se situarem numa nova redoma. A identificação de uma criança com o sexo oposto e o eventual desejo em assumir uma nova identidade de gênero é uma realidade, ou seja, a transsexualidade infantil existe e a revista dá visibilidade a este fato, fazendo desestabilizar algumas verdades produzidas por campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como o da religião, da família, do direito, da medicina.

O dispositivo da educação sexual, portanto, que antes agenciava saberes tradicionais para debater gênero, vai se valendo de outras estratégias discursivas e de outros saberes, de modo que inclui a abordagem do gênero em uma perspectiva construcionista, no sentido de que são regras construídas/atribuídas socialmente a cada sexo, e que, sendo assim, há muito jeitos de ser homem e mulher.

Atualmente, correntes contestatórias ampliam as possibilidades identitárias, defendendo que há muito jeitos de ser homem e mulher. (Revista Nova Escola, nº 279, 2015)

Você deve estar se perguntando onde a escola entra nessa discussão. Para que ela respeite a diversidade, as formações de professores precisam abordar o assunto. É o melhor caminho para disseminar o que as pesquisas já descobriram sobre a construção dos gêneros e sua relação com o sexo e a sexualidade. O caso mais notório aconteceu em 2011. Como parte do programa Brasil sem Homofobia, especialistas produziram para o governo federal cadernos com conteúdo pedagógico que colocavam o tema em discussão. (Revista Nova Escola, nº 279, 2015)

Os ditos também tocam na questão da historicidade das identidades e vão nos mostrando outras formas de ver essa questão, que é tão silenciada. Sendo assim, o discurso da revista vai

desconstruindo algumas “normas” que estão enraizadas como características típicas dos sexos masculino e feminino e que são transmitidas pelas instituições, pelos costumes familiares, pelos preceitos religiosos, etc. Ao afirmar que o dualismo heterossexual/homossexual não é capaz de abarcar as formas de desejo humanas, abre para outras possibilidades enunciativas.

A revista intenta mostrar que a ordem do discurso é assumir que as maneiras de se identificar com os gêneros e de viver a sexualidade multiplicaram-se. Essas linhas de força, segundo Deleuze (1990), vão cruzando as curvas de visibilidade e de enunciação, indo de um ponto a outro, tecendo a urdidura do saber. Sendo assim, o sujeito é levado a admitir que, da mesma forma que existem heterossexuais, existem também gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, transexuais, agêneros e todo esse *continuum* de modos entre os polos binários tradicionalmente imaginados.

Todas essas ideias, materializadas na ordem do enunciável, são combinadas com imagens. A capa tem como destaque um corpo real. Diferentemente das placas ilustrativas presentes em outras edições ao lado dos temas selecionados, ao longo desta reportagem, os regimes de luz incidem sobre fotografias de sujeitos reais, inclusive mostrando-os em fotografias, recurso textual que marca o nosso contexto de superdiversidade e que enfatiza, portanto, a existência de identidades reais, heterogêneas, que podem e devem ser acolhidas, sobretudo pela instituição escolar.

Os regimes de luz incidem também sobre uma menina lésbica que se veste de camiseta preta folgada, tem cabelo curto e que não senta de pernas cruzadas; enfoca também um grupo de jovens, vestidos de saia, que protestou pelo direito de o colega, que se considera agênero, usar qualquer vestimenta. Estes aparecem representando os alunos que promoveram um “saíato” para levantar questões de gênero e sexualidade na escola, visto

que esta não acolheu a decisão do garoto. Ainda no campo das (in)visibilidades, atentamos para o fato de que, em edições anteriores, há um ofuscamento de imagens que remetam à questão sociológica, construcionista do gênero.

Segundo Deleuze (1990), as diferentes linhas de um dispositivo repartem-se em dois grupos: as linhas de estratificação/ sedimentação, que são constituídas dos processos mediante os quais se define o que somos em um certo momento, ou as linhas de atualização ou de criatividade, que representa aquilo que estamos deixando de ser e o que somos em devir, isto é, aquilo que estamos nos tornando. “Todo o dispositivo se define, pois, pelo que detém em novidade e criatividade, o qual marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar ou se fissurar em proveito de um dispositivo futuro.” (DELEUZE, 1990, p. 159).

Em relação às primeiras, constatamos que o dispositivo da educação sexual, por muito tempo, fazia movimentar as linhas, fazendo-as seguirem na direção de responder o “como fazer” uma educação sexual, pautada em dicas e sugestões; o “como planejar” uma vida sexual saudável; o “como agir” em relação a temas como homossexualidade, masturbação, gravidez na adolescência; o “como prevenir” doenças sexualmente transmissíveis. São práticas que se desenvolveram a partir da fabricação da sexualidade infantil e que atravessam a história da Educação Sexual até nossos dias. A preocupação era com situações eróticas no espaço escolar, mesmo que tenha mencionado vez ou outra a flexibilização dos costumes que colocou em xeque o papel do homem e da mulher, novas configurações de família, as diferenças entre meninos e meninas, por exemplo.

Todavia, ao trazer para debate a questão de gênero, considerada tabu em nossa sociedade, dá visibilidade àquilo que escapa e resiste ao dispositivo. Alcança um outro saber sobre os diversos sujeitos que lutam por voz e vez em nossa

sociedade, sujeitos esses que estão diariamente em nosso convívio e que ainda são vítimas das mais diversas brutalidades pelo fato de experienciarem outros jeitos de ser homem ou mulher. Desse modo, as linhas de força articulam dizeres que enunciam que não há uma única maneira possível de explorar a sexualidade, que não se devem usar critérios diferentes para o comportamento de meninos e meninas, que o machismo deve ser combatido, que as normas e os padrões associados a cada um dos gêneros devem ser questionados.

Levando em conta a característica de atualização constante de um dispositivo, é válido evidenciar que faz parte de sua função, determinar, moldar e direcionar nossas formas de pensar, de agir, de viver, acompanhando o momento histórico, político, social, econômico, em que vivemos.

Portanto, o dispositivo da educação sexual, ao agenciar diferentes saberes, até muito tempo silenciados, relações de força são colocadas em funcionamento e um novo sujeito passa a ser produzido a partir desses ditos e jogos de força operacionalizados, impelindo os sujeitos a outras maneiras de agir, a outras possibilidades de ver e viver em sociedade. Por ser proveniente do campo científico, esse saber ganha estatuto de verdade, passando a assumir um lugar autorizado de enunciação e de discursivização (materializado na mídia em forma de reportagem) e conduz, com isso, o sujeito a uma posição para que esse corpo seja exposto, conhecido e aceito.

No entanto, sabemos que o fluxo da história perpassa, de forma descontínua, o arquivo e o devir, além disso, conforme esclarece Gregolin (2015, p. 23), “a subjetividade é processo em curso, por isso, a atualidade é sempre contraditória, tem sempre uma incompletude constituinte que nos impede de enxergá-la com inteireza”, o que nos leva a considerar que, embora exista um movimento que enseja o surgimento de outras visibilidades/enunciações para a concepção de gênero e de

sexualidade, há um constante retorno de discursos tradicionais, conservadores, que apoiam-se numa lógica dicotômica e limitante dos sujeitos sociais.

Para exemplificar essas afirmações, retomemos o enunciado-acontecimento proferido por Damares Alves, no início do ano de 2019, quando ela assumiu o cargo de Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (pasta criada pelo atual presidente Jair Bolsonaro): “**Nova era começou: meninos vestem azul e meninas vestem rosa**” (conferir em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>)

Sob uma perspectiva foucaultiana, levantamos o seguinte questionamento: Que singular existência é essa que possibilita esse enunciado vir à tona neste momento e não em outro? Ou em outras palavras: o que faz esse enunciado proferido pela pastora/ministra/deputada irromper historicamente? Com que outros enunciados ele pode se relacionar discursivamente como um nó em uma rede? Como se sabe, existe uma voz que permite e o autoriza neste determinado momento político, marcado por um governo de Direita que assumiu a Presidência da República. Segundo Foucault (2014, p.35):

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro.

Assim como todo acontecimento, o enunciado formulado pela ministra evangélica, sendo histórico, aberto à repetição, à transformação, à reativação, teve suas margens povoadas por outros enunciados, uma vez que “está ligado não apenas a

situações que o provoca, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 2014, p. 35) e uma vez que os enunciados situam-se em um *campo associado*. Diante disto, vejamos a figura a seguir:



Figura 2: Capa Revista *Nova Escola*, Abril 2019, edição 321

Fonte: <https://novaescola.org.br>

A revista *Nova Escola*, publicada em abril de 2019, traz como matéria de capa dois jovens usando camisetas onde as cores rosa e azul se misturam e essa imagem é acompanhada do seguinte enunciado: “ELES USAM A COR QUE QUISEREM. Como romper estereótipos em sala de aula e promover igualdade de gênero, garantindo os mesmos direitos para meninas e meninos”.

O enunciado da manchete está atrelado a um domínio de memória do presente⁵. De acordo com Foucault:

⁵ Segundo Pierre Nora (1993, p. 9), memória e história se distinguem, portanto, não podem ser tratadas como sinônimo. A “memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.”

Não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2014, p. 120)

Considerando, assim, que a análise dos enunciados se efetua no “conjunto das coisas ditas” (FOUCAULT, p. 150), faz-se necessário situar as relações estabelecidas, as regularidades e as possíveis transformações a que os enunciados estão suscetíveis. Dessa maneira, através do enunciado “*eles usam a cor que quiserem*”, em série com o enunciado “*meninos vestem azul e meninas vestem rosa*”, remetemos ao pensamento do filósofo para o qual os discursos se transformam, não apenas a partir das relações de poder, mas em e através delas. (FOUCAULT, 2013)

Nesse caso, produzida em circunstâncias particulares, dados os saberes já em jogo na cena política brasileira contemporânea, esta capa se integra a um conjunto de enunciados, sob a forma de um *acúmulo*. Enquanto o enunciado proferido pela ministra entrevistada sentidos de uma polarização de gênero a partir de cores de roupa adequadas para meninos ou meninas, na tentativa de objetivar o sujeito homem e o sujeito mulher; a capa da Revista *Nova Escola* os reativa, porém, resignificando-os, tanto do ponto de vista imagético (através das cores que, na capa, apresentam-se misturadas, isto é, sem demarcações estanques, sem contornos dicotômicos) quanto do ponto de vista linguístico. O pronome pessoal “eles”, que inicia o enunciado da capa, também vai muito além da polarização entre o masculino ou feminino.

Ainda no nível enunciativo, as expressões “romper estereótipos”, “garantindo os mesmos direitos”, “promover igualdade de gênero” nos encaminha à ideia de luta por direitos iguais, tão intrinsecamente ligadas à existência histórica de

grupos e organizações sociais, como o Movimento Feminista e o Movimento LGBT. Além disso, “eles usam a cor que quiserem” faz evocar o discurso feminista pelo enunciado “meu corpo, minhas regras”, tornando presente, pelo exercício da memória, o empoderamento feminino e a luta diária das mulheres pelo direito sobre seus corpos, seu modo de vestir e de se comportar.

Com esse enunciado-réplica e seus elementos linguístico-visuais, a revista reivindica objetivamente sua posição discursiva em relação ao tema em discussão. Para imprimir-lhe um efeito de verdade, o sujeito que enuncia cita outras vozes sociais autorizadas a falar a partir de determinado lugar discursivo acerca da questão em pauta (pesquisadores, psicólogos, coordenadores de ONGs, doutora em saúde coletiva), além de explicar as consequências práticas para a sociedade no tocante à diferença de tratamento entre homens e mulheres, que vão desde uma mulher receber menos do que um homem pela mesma função, passando pelas expectativas de aprendizagem diferentes para meninos e meninas na escola até a violência doméstica e o feminicídio.

Nessa dinâmica, as capas de revista são consideradas “lugares de memória”, conceito do qual falava Pierre Nora (1993, p. 12-13), visto que é de sua natureza valorizar “mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado”. Segundo o historiador, para se inscrever nessa categoria é necessário que exista uma *vontade de memória*, isto é, um deve existir uma finalidade memorialista. Ora, as capas de revista são lugares de memória visto que “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...] porque essas operações não são naturais”. (NORA, 1993, p. 13) A memória “se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no

vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem”. (*idem*, p. 14)

Nesse sentido, o embate discursivo sobre a pedagogização da sexualidade e das relações de gênero sai do espaço relacional do cotidiano, dos debates políticos, dos confrontos discursivos nas redes sociais, nos grupos de *whatsapp* e ganha a esfera midiática impressa, onde passa a se estabelecer relações de poder fundamentadas na produção e na circulação de um discurso que põe em funcionamento outros jogos de verdade em torno da sexualidade. Desse modo, dada a incerteza do futuro e a preocupação com a representação do presente, a capa de revista materializa um discurso de tolerância, de diversidade, de representatividade, garantindo sua integração a um arquivo, tornando-se um lugar de memória.

Por fim, antes de passarmos para as considerações finais, relembremos a afirmação de Deleuze (1990, p. 160): “Devemos separar em todo dispositivo as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; a parte do arquivo e a do atual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico”. O atual, segundo o autor, é esse devir que bifurca a história. Compreendemos, assim, que as linhas do passado recente e do futuro próximo desse dispositivo que denominamos “Dispositivo da Educação Sexual” encontram-se emaranhadas. Esse devir que bifurca a história da Educação Sexual aponta para caminhos sombrios, incertos e ainda desconhecidos, uma vez que:

Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balizado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da ideia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história (NORA, 1993, p. 19).

A dualidade de posicionamentos em relação à educação sexual infantil, o embate discursivo que evidencia sujeitos favoráveis ou contra a inserção de sexualidade e gênero no currículo escolar, nos permite observar os constantes (re)arranjos por que passa o dispositivo da educação sexual. Afinal, seus elementos não estão dados de antemão, mas têm a possibilidade de irromper e se modificar nos movimentos de criação das linhas por onde ele se molda. Por serem transitórias, essas linhas e regimes que compõem o dispositivo só funcionam integradas a configurações de poder a partir do qual saberes e condicionamentos sociais são “distribuídos” aos sujeitos.

Desta maneira, a sexualidade é investida de poder tendo em vista que, no cerne da sociedade, ela é responsável por estabelecer uma espécie de controle da subjetividade, inserindo os sujeitos dentro de um “regulamento” cuja natureza é de ditar as normas pelas quais os corpos necessitem se submeter para serem aceitos, para alcançarem a visibilidade ideal, para entrarem na *ordem do discurso*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Foucault (2013, p. 367), no artigo intitulado *Sobre a história da sexualidade*, movido por movimentos estratégicos, um dispositivo intervém sobre o campo de forças em que se insere, com o intuito de desenvolvê-las em determinada direção, de impedir certos caminhos, de utilizá-las em proveito de seus objetivos. Todavia, sendo essas forças móveis, instáveis, heterogêneas e da sua confrontação ser inevitavelmente tensa – pelos efeitos de resistência que suscitam - torna incerta a estabilidade de um dispositivo, produzindo, assim, a necessidade de rearranjos e de rearticulações constantes em sua configuração, o que gera fissuras nos estados de dominação que tal dispositivo engendra.

Como resultados de nossas análises, verificamos que as linhas de força, que articulam o ver e o dizer na Revista *Nova Escola*, agiram, nas edições anteriores a 2015, definindo a sexualidade em sua dimensão biológica, voltada para questões preventivas de saúde. No entanto, constatamos que nas duas últimas edições da Revista *Nova Escola*, publicadas em 2015 e em 2019, o conceito de gênero, até então silenciado, ofuscado, vem à tona, sendo o tema principal da reportagem, compondo tanto as curvas de visibilidade quanto as de enunciabilidade. Segundo Deleuze (1990, p. 159), “nós pertencemos a dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo em relação aos precedentes pode ser chamada de sua atualidade, nossa atualidade”.

O “atual” no dispositivo da Educação Sexual, “a parte do devir”, o esboço “daquilo em que vamos nos tornando”, o “desconhecido que bate à nossa porta”, o “diagnóstico que faz prosseguir a análise por outros caminhos”, utilizando expressões de Deleuze (1990), é instaurado quando a revista afirma a necessidade e a urgência de desfazer a confusão entre sexo, sexualidade e gênero.

Ao afirmar convictamente que “Precisamos falar sobre Romeo...”, a revista, voltada para o ensino de crianças e adolescentes, quebra uma regularidade discursiva e dá visibilidade a um garoto de cinco anos, transgênero, estampado na capa. A linha de fuga do dispositivo também se evidencia quando a revista rebate um discurso que o atual governo tenta legitimar ao enunciar que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” com um enunciado-resposta “Eles usam a cor que quiserem”.

Enquanto o cenário político atual tenta preencher as linhas do dispositivo da educação sexual através de discursos sexistas, racistas, discriminatórios, bem como através de leis e regulamentações políticas baseadas no silenciamento da sexualidade infantil em ambiente

escolar, observamos que a mídia, nos últimos anos, vem tentando remanejar e rearticular dizeres da ordem da diversidade, da tolerância e de afirmação da sexualidade e das relações de gênero, o que atesta o movimento constante desse dispositivo e suas consequentes modificações. Dessa forma, instaura-se um “furo” no dispositivo, produzindo variações de direção, engendrando derivações, isto é, fazendo configurar as linhas de atualização, por meio das quais se operam as transformações de um dispositivo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.
- CARVALHO, P. H. V; SARGENTINI, V. M. O. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: JUNIOR FERNANDES, A.; SOUSA, Kátia Menezes. (orgs.) *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: EdUFG, 2014, p. 23-34.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- COURTINE, J-J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (org.). *Análise do Discurso; heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008, p.21-35.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249
- _____. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.
- _____. *A Arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2015.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: uma análise de discursos que remonta à história para retoricar a filosofia. In: *Anais do III Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação*. Ilheus: Editus – Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2016, p. 3213-3223.
- _____. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. In: *Moara: Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Letras da UFPA*. Edição 43, Estudos Linguísticos, Belém-PA, jan /junho 2015. p. 6-25
- _____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: *Pro -Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/agosto. 2008, p. 17-23.
- MILANEZ, Nilton. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. In: *Acta Scientiarum. Language and Culture*. v. 31, n. 2, . Maringá-PR, 2009. p. 215-222
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: 1993, v. 10, p.7-28
- Revista Nova Escola. Ano 30. n.279. São Paulo: Fundação Lemann fevereiro 2015
- Revista Nova Escola. Ano 34. n.321. São Paulo: Fundação Lemann abril 2019
- Revista Textual. v.1. n.25. (maio de 2017). Porto Alegre: SINPRO / RS. 2017.

Revista Veja. Edição 2552. Ano 50. n.42.
18/10/2017. São Paulo: Editora Abril. 2017

SARGENTINI, V. M. O. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In K. M. Souza & H. P. Paixão. (Orgs.) *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Ed. Intermeios, 2015

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

Submissão: 06 de novembro de 2019.

Aceite: 15 de novembro de 2019.

SENTIDOS DE/SOBRE TECNOLOGIA EM SALA DE AULA: SUJEITO(S), CONHECIMENTO E SOCIEDADE

Débora Massmann¹

Atilio C. Salles²

Os raios caem sobre os montes mais elevados,
e onde encontram mais resistência é onde provocam o maior dano.

Miguel de Cervantes

Resumo: Neste artigo, considerando as condições de produção que atravessam e constituem o processo de produção e circulação do conhecimento, dos sentidos e dos sujeitos na escola, buscamos compreender a relação que se estabelece entre sujeito(s), conhecimento, sociedade e tecnologia. A análise empreendida se inscreve no domínio da análise de discurso e nos leva a compreender que o uso de artefatos tecnológicos contribui para re-significar a relação do sujeito com o conhecimento institucionalizado pela escola re-significando, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem. Nossas análises apontam para o fato de que a emergência de novas plataformas de produção e circulação do saber produz seus efeitos e deslocamentos importantes na função de ensinar.

Palavras-chave: ensino; discurso; tecnologia; professor

SENSES OF / ABOUT CLASSROOM TECHNOLOGY: SUBJECT(S), KNOWLEDGE AND SOCIETY

Abstract: In this paper, considering the conditions of production that go through and constitute the process of production and circulation of knowledge, senses and subjects in school, we seek to understand the relationship that is established between subject (s), knowledge, society and technology. The analysis made lies in domain of discourse analysis and leads us to understand that the use of technological artifacts contributes to re-signifying the relationship of the subject with the knowledge institutionalized by the school, re-signifying, therefore, the teaching-learning process. Our analyzes point to the fact that the emergence of new platforms of production and circulation of knowledge produces their important effects and displacements on the teaching function.

Keywords: teaching; speech; technology; teacher

¹ Professora Adjunta, n Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail:

² Professor Adjunto do PPGLC, da Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS. E-mail: atiliocs@gmail.com .

Considerações iniciais

A relação que se estabelece com o conhecimento é ponto crucial para o processo de constituição do sujeito, sobretudo, no que se refere ao modo como ele, a partir dessa relação, se significa e é significado na e pela sociedade. Em uma sociedade de conhecimento e de informação, como a nossa, a escola é a instituição que homologa e sanciona a (re)produção, circulação e compreensão de saberes. Em uma sociedade de letras, de escrita e de leitura, a escola é símbolo de erudição, crescimento e também de divisão, pois ela significa não só quem está/esteve dentro dela, mas também “a formação social em sua natureza e estrutura, ou seja, afeta também quem está fora dela, da Escola: (...) você é escolarizado ou não escolarizado e isso define as relações sociais em que você se enreda” (Orlandi, 2014, p. 245).

Nessa perspectiva, a escola tem participação decisiva nesse processo já que promove a articulação e a triangulação entre sujeito(s), conhecimento e sociedade. Nesse paradigma escolar, professor e aluno são peças constitutivas deste funcionamento que movimenta produção, circulação e institucionalização de saberes. Como destaca Orlandi, na escola, a relação professor e aluno é afetada absolutamente pela presença do Estado e da ideologia sendo aquele, “o articulador do simbólico com o político” (Orlandi, 2015, p. 188) e esta parte importante “do processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos” (Orlandi, 2015, p. 188).

Para essa reflexão, tomaremos a escola em uma perspectiva discursiva, a saber, espaço simbólico de institucionalização do conhecimento (e da língua)³. Isso significa considerar a escola como prática de significação e, conseqüentemente, como espaço de individuação dos sujeitos.

Compreender a escola como prática de significação implica observar o processo de produção de sentidos que historicamente se manifesta neste espaço político de constituição do sujeito e de institucionalização do conhecimento. Interessam-nos especialmente os gestos de interpretação que ali se produzem colocando em funcionamento uma memória discursiva sobre o conhecimento, a escola e a sociedade.

A proposição de que escola é prática de significação conduz necessariamente a analisá-la como espaço de individuação dos sujeitos que são afetados aí pelas condições de produção, sobretudo, pelo modo como o Estado coloca em relação sujeitos e sentidos como parte do processo de produção da memória do indivíduo, do Estado, do conhecimento e da sociedade. Em outras palavras, trata-se, pois, de pensarmos a escola em sua historicidade como espaço político-simbólico institucional sustentado e afetado pelas relações de poder e pela conjuntura histórico-ideológica.

Considerando a escola como a primeira articuladora “oficial” da institucionalização da relação do aluno com conhecimento, a participação do professor nesse processo de construção do saber é inquestionável. Cabe a ele orientar, estimular, fomentar a criatividade e a curiosidade dos alunos. Pode-se dizer, inclusive, que ele é um partícipe neste processo de inscrição e de identificação do aluno com o conhecimento institucionalizado. Sobre essa questão, é importante lembrar, como assegura Orlandi (2015, p. 188), que “para compreender este processo de significação que articula ensino, conhecimento e sociedade, através da relação professor e aluno, temos que observar que, nesta relação, está presente o Estado”.

De fato, a presença do Estado é fator determinante no processo de significação e de individu(aliz)ação do sujeito. Ao teorizar sobre o percurso da constituição do sujeito, Orlandi esclarece que ele se dá em duas etapas: aquela da

3 Confira Orlandi (2012).

interpelação do indivíduo pela ideologia e aquela da individu(aliz)ação da forma sujeito pelo Estado (Orlandi, 2012). Ou seja, o indivíduo é interpelado pela ideologia e constitui a forma-sujeito-histórica: o sujeito do capitalismo. Compreende-se assim que esse processo de constituição do sujeito é fundamental na compreensão da relação sujeito(s), conhecimento e sociedade: é através de instituições (como a escola, por exemplo) e de discursos que o Estado produz diferentes modos de individu(aliz)ação do sujeito. De nossa parte, a fase da individu(aliz)ação é decisiva uma vez que é neste momento do processo que o sujeito é, diretamente, afetado pela instituição escola e seus discursos produzindo assim sentidos para a sua formação, para sua relação com o conhecimento e produzindo, sobretudo, processos de identificação com diferentes formações discursivas e ideológicas.

Considerando essas condições de produção que atravessam e constituem a formação, circulação e produção do conhecimento, dos sentidos e dos sujeitos na escola, nesse estudo, inserimos mais um elemento ao conjunto sujeito(s)/conhecimento/sociedade: trata-se da questão da tecnologia. A presença de diferentes tecnologias no espaço da escola é inquestionável. Só a título de exemplo, podemos citar aqui algumas que, historicamente, produzem seus efeitos na relação do sujeito com o conhecimento na prática escolar: o livro didático, a gramática, os dicionários, o lápis, a borracha, o caderno, o quadro (negro ou branco), o giz, a caneta, o mapa, entre outros. A matéria em pauta aqui é especificamente relativa ao uso de artefatos tecnológicos, como, por exemplo, computadores, *smartfones*, *softwares*, *games* e aplicativos que podem contribuir para re-significar a relação do sujeito com o conhecimento institucionalizado pela escola re-significando, conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Massmann (2013, p. 165), a escola, o professor e suas práticas pedagógicas não estão imunes ao advento de

artefatos tecnológicos que afetam diretamente o modo como o sujeito se relaciona com o conhecimento. A emergência de novas plataformas de produção e circulação do saber produz seus efeitos na função de ensinar:

O desenvolvimento das (novas) tecnologias trouxe novas formas de significar as relações do sujeito consigo mesmo, com a sociedade e com o saber. A sociedade mudou assim como mudaram também os modos de acesso à informação e o modo como o sujeito se relaciona com ela. Em tempos de Twitter, Google, Facebook, Wikipédia e tantas outras ferramentas tecno-digitais, conhecimento e informação ganham novas configurações e isso produz deslocamentos nas relações dos sujeitos com a linguagem (E. Orlandi, 2009). Emergem daí novas formas de textualidade, de escrita e de autoria. Novas modalidades de produção e de circulação do conhecimento e novos modos de se ensinar e de se aprender. Ou seja, conhecimento e informação tornam-se dinâmicos e não estão mais centralizados na figura do professor, nem mesmo no espaço da escola (Massmann, 2013, p. 165).

Pelas palavras da autora, observamos que não há como escapar dos efeitos da tecnologia na sociedade: todos são pegos e, necessariamente, inscrevem-se e se significam na relação com a tecnologia. Filiados a mesma posição defendida por Massmann (2013), elegemos algumas questões que, doravante, orientam nosso percurso teórico-analítico:

- como a tecnologia se inscreve e é inscrita, significa e é significada em/por a escola?
- Tomando o professor como elemento nucleador da triangulação sujeito-aluno/conhecimento/sociedade, que sentidos são produzidos para a tecnologia por este professor, individuado pela instituição escola e pelos discursos do ensino que nela circulam?
- Ao ser interpelado pelo uso da tecnologia na sala aula, a que formações discursivas este sujeito-professor vai se filiar?
- Ele adere ao imaginário social sobre uso de artefatos tecnológicos como um apoio inovador à circulação e compreensão do conhecimento institucionalizado pela escola ou ele resiste a isso filiando-se a uma formação discursiva que segrega

os artefatos tecnológicos de sua prática docente?

Tomaremos nossa participação no Projeto *A Linguagem vai à Escola* (ALinE), apresentando aqui abaixo, como ponto de partida para responder a esses questionamentos. É a prática dos projetos de extensão universitária fomentando às pesquisas científicas e fazendo avançar nossa compreensão sobre os fenômenos que permeiam a relação linguagem e sociedade.

***A Linguagem vai à Escola* (ALinE): ensino, pesquisa e extensão**

Fomentando e fortalecendo o elo que sustenta o tripé ensino, pesquisa e extensão, o projeto *A Linguagem vai à Escola* (ALinE), desde sua gênese, inscreveu-se como uma proposta extensionista voltada para a Educação Básica. Idealizado com o propósito de refletir sobre a relação que se estabelece entre linguagem, história e sociedade, o Projeto ALinE tem contribuído fortemente para a formação e qualificação de professores que atuam na Educação Básica da rede pública de Pouso Alegre, em Minas Gerais.

A versão inicial desse projeto foi colocada em prática no ano de 2015. O projeto piloto proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí contou com o apoio e colaboração da direção e do corpo docente da Escola Municipal Professora Isabel Coutinho Galvão que prontamente aderiu à proposta de oferecer um conjunto de oficinas que tinham como tema “Mídia e(m) sala de aula”. O público-alvo eram os professores que ali atuavam. Essa experiência trouxe resultados muito significativos para todos os envolvidos, a saber, tanto para os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem que idealizaram os encontros temáticos, quanto para os

professores da educação básica que participaram das atividades.

Tomando como ponto de partida os efeitos desse projeto piloto na formação de docentes e no aprimoramento de suas práticas pedagógicas, o projeto ALinE ganhou força. Tornou-se mais robusto e se expandiu para outras instituições da cidade de Pouso Alegre. Iniciava-se assim, em 2017, uma parceria muito frutífera com a Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Pouso Alegre. Nessa nova fase, as atividades do projeto alcançaram também professores da rede pública estadual de ensino que foram convidados a se inserir no espaço acadêmico (espaço físico da Universidade) para participar de um conjunto de oficinas cujos assuntos, bem diversificados, se articulavam às temáticas e às linhas de pesquisa⁴ que compõem o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. No total, trinta e um (31) professores, que atuam nas séries iniciais da rede estadual de ensino, se inscreveram para participar do ALinE.

É no âmbito dessa segunda etapa do projeto que desenvolvemos a oficina intitulada “(N)a rede de ensino: a questão das (novas) tecnologias” que constituiu o quarto encontro dos participantes. A proposta que orientou a organização das atividades levou em consideração o fato de que o desenvolvimento das (novas) tecnologias trouxe implicações para o sujeito e para a sociedade. E isso, necessariamente, trouxe efeitos importantes no funcionamento escolar produzindo deslocamentos e transformando a relação que o sujeito (aluno e professor) estabelece com o conhecimento institucionalizado na e pela escola. Escola esta que ainda hoje, apesar da presença maciça de diferentes

⁴ Inserido na área de concentração Linguagem e Sociedade, o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNIVAS, atualmente, organiza-se em torno de três linhas de pesquisa, a saber, Análise de Discurso, Língua e Ensino e Linguagem, Conhecimento e suas Tecnologias.

artefatos tecnológicos no nosso cotidiano, promove “um ensino tradicional e autoritário que tem a figura do professor como centro de saber” (Massmann, 2013, p.160). Na sociedade de informação e conhecimento em que vivemos, a relação que os sujeitos estabelecem com os saberes é absolutamente dinâmica. Ou seja, não há mais espaço para a re-produção intensiva de conteúdos e fórmulas na sala de aula. O professor não é mais a fonte da erudição. Foi, justamente, no intuito de problematizar essas questões que propomos a referida oficina.

As práticas desenvolvidas, nessa perspectiva, pretendiam des-construir sentidos estabilizados em torno do conhecimento e da “função ensinar” no século XXI. Nesse processo de desconstrução que se pretendeu colocar em prática nas atividades propostas, trabalhou-se buscando compreender que a função de ensinar constitui um processo contínuo e multilateral de produção e circulação de conhecimento em que se propõe dar acesso às diferentes discursividades que circulam na sociedade. Desse modo, consideramos que, ao explorarmos os recursos que as (novas) tecnologias oferecem a professores e alunos, compreenderíamos que a função de ensinar do século XXI traz consequências não só para o sistema de ensino, mas também para os sujeitos (professores, alunos, etc.), para a ciência e para a sociedade. Alguns questionamentos inspiraram a elaboração das atividades, como, por exemplo: 1) Afinal, como é a escola de hoje? 2) Que sujeitos a escola está constituindo/formando?

Esperávamos assim provocar o grupo de professores, fomentar o debate e, sobretudo, incentivar relatos de experiência para, a partir daí, produzir deslocamento em relação as suas práticas e re-singificar o uso da tecnologia na sala de aula explorando diferentes ferramentas de divulgação e circulação do conhecimento tais como sites, redes

sociais, *youtube*, aplicativos, *games*, *softwares*, entre outros.

E, no meio do caminho, tinha a tecnologia...

As atividades promovidas no âmbito do projeto ALinE aconteciam sob a forma de encontros mensais. Com certa antecedência, os participantes recebiam informações gerais sobre o próximo encontro, tais como, local, horário, tema, nome dos professores responsáveis, título da oficina, objetivos, etc. A presença dos participantes apontava para o comprometimento de todos com o projeto. De um modo geral, a média de participação estava em torno de 25 professores por encontro.

Entretanto, no quarto encontro, intitulado “(N)a rede de ensino: a questão das (novas) tecnologias”, cujo tema central foi o uso da tecnologia na sala de aula, observou-se um forte movimento de rejeição à proposta: neste encontro, dos 31 inscritos no projeto, apenas 8 professores compareceram. Para nós, a ausência ao encontro foi um gesto significativo que nos permitiu pensar a questão da resistência ao emprego da tecnologia na sala de aula. Essa observação se inscreve na mesma direção dos apontamentos de uma pesquisa realizada em 2011 pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com docentes que atuavam na educação básica em escolas estaduais de São Paulo.

De acordo com a pesquisadora responsável pelo estudo, Cacilda Encarnação Augusto Alvarenga, do Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia Cognitiva e Comportamental (Neapsi) da Unicamp, naquela época (2011), os professores entrevistados se mostravam temerosos e inseguros para usar qualquer ferramenta tecnológica na sala de aula. De fato, dos 253 professores que participaram deste estudo, 85% deles afirmaram que não sabiam usar o computador e seus recursos na prática docente.

À época, o não uso de ferramentas tecnológicas na sala de aula foi justificado pelos professores devido à deficiência na formação profissional, à falta de tempo, ao pouco incentivo para aprimoramento e aperfeiçoamento profissional e à precária infraestrutura das instituições escolares⁵. Em resposta a essas queixas, o representante Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, João Cardoso Palma Filho, destacou que a situação observada pelo estudo era resultado de uma postura de resistência dos docentes ao uso da tecnologia: “Também há muita resistência dos docentes com a tecnologia” (Palma, 2011)⁶.

Passados mais de cinco anos da realização da pesquisa da UNICAMP, nossa experiência, com os oito (8) professores do sul de Minas Gerais na oficina “(N)a rede de ensino: a questão das (novas) tecnologias”, mostrou que elementos do cenário, observado em 2011, ainda se mantêm. No decorrer da oficina, as discussões, os desabaços e as atividades práticas permitiram observar que a justificativa para a ausência do uso tecnologia na sala de aula se sustenta ainda em argumentos muito semelhantes àqueles identificados pela pesquisa da UNICAMP. Observa-se assim, a partir dessa reflexão, que os dizeres que têm se produzido em torno da relação sujeito(s), conhecimento e tecnologia estão impregnados de uma memória discursiva cujos sentidos funcionam argumentativamente na direção das dificuldades, da falta (de infraestrutura, de conhecimento, de preparação), das limitações e, conseqüentemente, da resistência.

Da circulação à formulação: “dizeres sobre a tecnologia”

5 In <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,professores-sao-inseguros-para-usar-tecnologia,704780>. Acesso em 15 mar. 2018.

6 In <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,professores-sao-inseguros-para-usar-tecnologia,704780>. Acesso em 15 mar. 2018.

Os sons, as palavras, as imagens, [...] que nos cerceiam encenam uma impressão de transparência, literalidade, em seus sentidos, como dados *a priori*, porém “nenhuma memória, pode ser um frasco sem exterior” (PÊCHEUX, 1999, p. 56), visto que supomos discursivamente o descentramento do sujeito, o equívoco da história e a repetição/diferença em relação à memória. E, é nesse espaço produtivo que pensamos os dizeres sobre a tecnologia em sala de aula

A partir das políticas de ensino que se definem em relação as políticas de Estado no Brasil, vale perguntar pelo modo como a questão da tecnologia é posta em discussão no espaço escolar e investir na compreensão de como os sentidos de/sobre tecnologia circulam no espaço escolar.

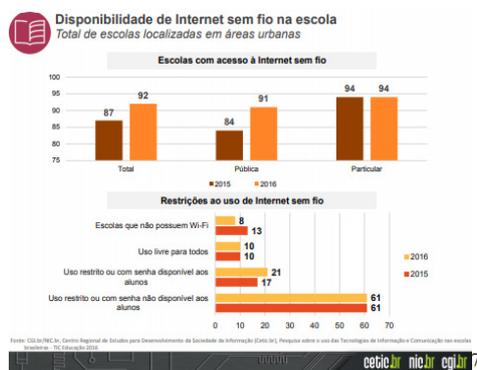
Nesse trajeto de pesquisa, torna-se fundamental considerar as formulações, os dizeres sobre o trabalho com a tecnologia em sala de aula, dos oito (8) professores que participaram da oficina “(N)a rede de ensino: a questão das (novas) tecnologias”. Nesse sentido, percebemos uma regularidade discursiva nos comentários produzidos pelos professores durante a oficina, diríamos, inclusive, o tom de cada fala foi de desabaço, talvez, queixa. Foi possível escutar: a) “nós não fomos, não estamos preparados para trabalhar com a tecnologia em sala de aula”; b) “tentamos trabalhar com a tecnologia em sala de aula, mas às vezes não dá certo”; c) “não temos uma infraestrutura de qualidade, não temos acesso à internet, não temos computador para todos”.

Há dizeres em circulação, em nossa sociedade, sobre o uso da tecnologia em sala de aula. Dizeres, enquanto hipótese nossa, pelo modo como circulam fazem significar a própria prática de trabalho com a tecnologia em sala de aula.

Para dar a ver alguns sentidos possíveis que circulam em nossa sociedade sobre o trabalho com a tecnologia em sala de aula, trazemos uma composição de flagrantes, recortes de materiais, a

saber: relatórios de pesquisa, notícias publicadas na web, propagandas, postagens em diferentes redes sociais, etc.

Composição: Sentidos de/para a tecnologia em sala de aula



Por que professores resistem à tecnologia

Do Observatório EAD © 13 de Junho de 2016. 46 00
Pesquisa com 700 docentes presenciais nos EUA mostra seus motivos para evitar novos métodos de ensino. Há grande desconfiança das empresas de tecnologia educacional!



Elas se adaptam facilmente.

A tecnologia está em constante mudança, e a sala de aula estará completamente diferente em 2 anos. Compreender este cenário é a chave. powercubus.com.br/#TecnologiaNaEducação



03.06 - 20 de dez de 2017

7 http://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2016_coletiva_de_imprensa_2.pdf. Acesso em 18 mar.2018.

8 <http://acheseucurso.com.br/noticia.asp?tit=porque-professores-resistem-atecnologia&id=1874>

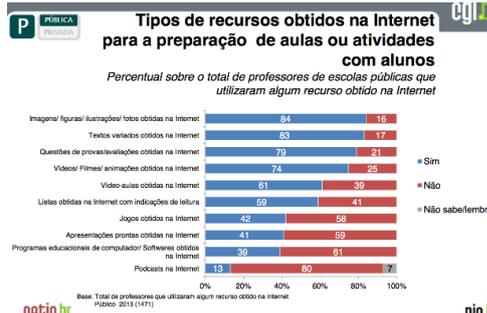
9 <https://twitter.com/powercubus/status/943450075283513345>



10



11



cetic.br

nie.br 12

Num primeiro movimento de leitura, destacamos que as imagens acima textualizam diferentes sentidos de/para tecnologia. Apontam, ao nosso ver, para a contradição cerrada em sentidos que dão visibilidade a um equívoco social sobre o trabalho com a tecnologia em sala de aula, diríamos. Em jogo, nas formulações que transcrevemos abaixo, os sentidos de/sobre tecnologia em/na sala de aula vão sendo historicizados.

10 https://www.google.com.br/search?q=uso+da+tecnologia+em+sala+de+aula+twitter&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwigyvbMn4aAhWGDpAKHYmpDHAQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=662#imgrc=6Uppyv2AKKB7S4M

11 <https://mundonativodigital.com/2016/03/21/10-man-eiras-de-usar-o-instagram-na-sala-de-aula/>

12 https://www.google.com.br/search?q=uso+da+tecnologia+em+sala+de+aula+twitter&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwigyvbMn4aAhWGDpAKHYmpDHAQ_AUIDCgD&biw=1366&bih=662#imgrc=2BzGChDIM1g8hM

Disponibilidade de internet **sem fio** na escola
Por que professores **resistem** à tecnologia?
Eles se **adaptam facilmente**.
Twitter na sala de aula.
10 maneiras de **usar o Instagram** na sala de aula.
Tipos de **recursos obtidos na internet** para preparação de aulas ou atividades com alunos.

De saída, diríamos, as formulações ouvidas¹³ durante a oficina “(N)a rede de ensino: a questão das (novas) tecnologias” são uma resposta às condições materiais com as quais os professores se deparam. Condições essas que não são às mesmas que estão textualizadas nas imagens acima. Em sala de aula, na maioria das vezes, não há a disponibilidade de internet sem fio para todos; não há “formação” que possibilite o trabalho com a tecnologia. O que há é uma “adaptação” precária e insuficiente de “recursos” (*Datashow*, lousa digital, *tablets*), significados como “novos”, para a re-produção de práticas de ensino já em funcionamento no espaço escolar. Ao se falar do uso da tecnologia na sala de aula ou da tecnologia a serviço do ensino, observa-se, na maioria das vezes, mera transposição de modelos falhos e pouco eficientes do ensino tradicional para novas formas de ensino que têm na tecnologia seu ponto fulcral.

Quando pensamos os sentidos que circulam sobre o trabalho da/com a tecnologia em sala de aula, observamos que “o espaço em que se espraiam os sentidos é o da multiplicidade, da largueza, mas também da truncação” (ORLANDI, 1990, p 43), ou seja, é onde os sentidos de tecnologia se multiplicam em outros, e em determinado momento acabam

13 Dentre algumas dessas formulações: a) “nós não fomos, não estamos preparados para trabalhar com a tecnologia em sala de aula”; b) “tentamos trabalhar com a tecnologia em sala de aula, mas às vezes não dá certo”; c) “não temos uma infraestrutura de qualidade, não temos acesso à internet, não temos computador para todos”.

por emaranhar-se, perdendo/ganhando assim seu próprio sentido no mesmo espaço. Pela história, o sentido não se deixa pegar. Instável. Errático. O sentido não dura. O que dura é “[...] a instituição que o fixa e o eterniza” (ORLANDI, 1990, p.43), sendo este o único lugar de regularidade. Nesta reflexão, esse lugar institucional é ocupado pela escola e pelos discursos que ali circulam 1) colocando em funcionamento memória de e sobre ensino, conhecimento e tecnologia; 2) atuando no processo de individu(aliz)ação dos sujeitos.

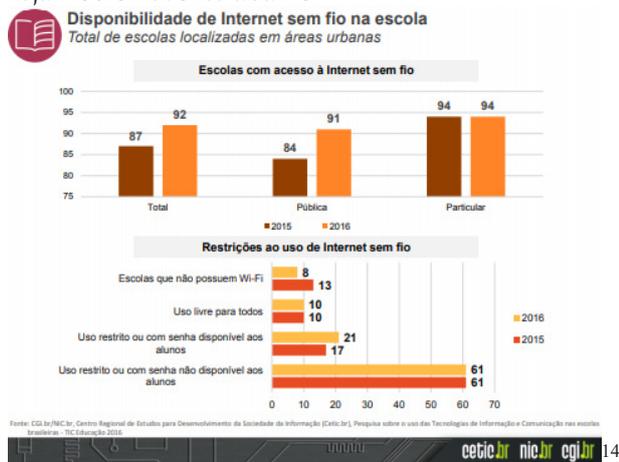
Em relação à memória, Vogt (2004) discute a partir de Platão e Aristóteles alguns traços fundamentais da memória tomada aqui numa acepção geral: o primeiro, a que Platão nomeou de “conservação de sensações” ou conservação de conhecimentos passados, e o segundo, proposto por Aristóteles como “reminiscência, caracterizam-se pela possibilidade de buscar um conhecimento passado e reatualizá-lo. Trata-se, portanto, de uma memória retentiva e uma memória recordativa.

Já para Orlandi, o movimento da memória, considerada aqui em uma perspectiva discursiva, enquanto um “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2007, p.31), circunscreve sentidos no modo mesmo como esses sentidos estão já constituídos na língua. Eis o desafio de tomar como objeto de interesse o modo como os diferentes sentidos de tecnologia em sala de aula circulam em nossa sociedade.

Do nosso ponto de vista, outro ponto pertinente a esta discussão diz respeito ao modo como os sentidos de “trabalho com a tecnologia em sala de aula” ganham um efeito de divulgação

científica e isso se dá pela maneira como estão formulados e circulam em diferentes dizeres.

Vejamos o recorte abaixo:



A imagem acima é um gráfico que mostra a disponibilidade de internet sem fio na escola. Trata-se de uma pesquisa elaborada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação que, pelo modo como está textualizada (gráfico estatístico), funciona e produz efeito de sentido de divulgação da ciência. Considerando o fato de que o gráfico circula, cabe considerar, no modo como circula, a produção de efeitos de sentido sobre ciência, pois funciona, também, como uma *versão* desta. Há uma passagem de uma discursividade [ciência] para outra [divulgação científica] que possibilita criar outra forma de discurso. Orlandi (2014), a partir de uma leitura de Roqueplo, formula que a divulgação científica é uma forma de tornar o discurso científico mais acessível ao público. Para ela, é neste mover-se de um discurso para outro que há a historicização, a transferência de sentidos que se constituem por dada determinação sócio-histórica. Há ainda, neste procedimento de divulgação científica, uma espécie de didatização do discurso dito científico, quer dizer, ele, o científico, se transforma em um discurso relatado na divulgação científica. Assim, a escola, de acordo com Orlandi, está condicionada por esse funcionamento através de redes midiáticas,

14 http://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2016_coletiva_de_imprensa_2.pdf. Acesso em 18 mar.2018.

produzindo o efeito de que a escola não seria um lugar do processo de formulação do conhecimento, porque a escola, segundo a autora, transformou-se em um lugar de midiática do *conhecimento* e não de formulação de conhecimento.

Entre conhecimento e tecnologia: professor

Nesses diferentes dizeres que foram trazidos para a reflexão em torno da tecnologia na sala de aula foi possível observar o funcionamento político da linguagem no que concerne ao modo como a tecnologia está/é e não está/é inscrita e significada no espaço escolar: de um lado, com a palavra, os professores, aqueles que vivenciam na prática, no cotidiano, as delícias e as dores do uso da tecnologia na sala de aula; de outro lado, um conjunto de dizeres de quem está fora dessa realidade, de quem só observa, critica, aponta as falhas e mostra que com a tecnologia tudo seria mais “fácil”. Esquecem que para existência desse “com a tecnologia”, é preciso haver preparo, organização, infraestrutura. Professor, sala de aula e escola demandam assim, em termos tecnológicos, investimentos a longo prazo.

Levando em consideração o funcionamento político da linguagem, compreendemos que é nesse entre-dois, nessa e por essa divisão de sentidos (que se materializa em uma direção) que o professor é interpelado em sujeito, afetado, como dissemos anteriormente, pela instituição escola/Estado e pelos discursos que circulam em nossa sociedade de e sobre ensino, conhecimento e tecnologia. Nesse processo de constituição do sujeito-professor, a memória discursiva comparece fortemente e põe em funcionamento um jogo imaginário que produz sentidos em torno do “ser professor”. Nesse jogo, o professor, historicamente, tem sido significado como a fonte do saber.

De nossa parte, acreditamos que a (aparente) resistência do professor ao uso da tecnologia

na sala de aula se deve ao fato de que ele não se sente apto a utilizá-la com a qualidade e eficiência necessárias. Mesmo se significando como um *homo connectus*¹⁵, um usuário da tecnologia no seu cotidiano, esse professor parece não se sentir familiarizado com as possibilidades didáticas desses artefatos tecnológicos. Talvez, tenha medo de errar, como destacou uma das professoras que participou da oficina “(N)a rede de ensino: a questão das (novas) tecnologias”. Afinal, seus alunos são, na maioria das vezes, muito mais hábeis que ele diante de qualquer ferramenta digital/tecnológica.

Nesse sentido, o jogo imaginário em torno do “ser professor” - cuja imagem remete a um sujeito que é o centro do conhecimento e, conseqüentemente, uma autoridade que exerce a “função de ensinar” - entraria em colapso e isso afetaria, necessariamente, a prática docente produzindo um deslocamento. Trata-se, de nosso ponto de vista, de um processo de mudança fundamental e necessário (mas, obviamente, temido por muitos professores): o discurso autoritário da sala de aula, estudando por Orlandi desde a década de 80, daria espaço ao discurso polêmico. Este, como destaca Massmann (2013), por ser mais flexível, põe em funcionamento a reversibilidade: o aluno passa a ter voz, a questionar, a problematizar. Outros sentidos, outras respostas, outras questões, outros artefatos tecnológicos entram para a sala de aula abrindo espaço para a polissemia.

Sem dúvida, o professor é o elo que conecta sujeito-aluno e conhecimento e, ao aderir ao uso da tecnologia, ele pode otimizar o processo de ensino-aprendizagem, consolidar e cancelar esse elo inscrevendo-se e filiando-se a formações discursivas que tem na inovação

15 Massmann e Barros (2013, p. 92), descrevem o *homo connectus* como um “sujeito que vive em função do poder magnético dos *Smartphones* (*Androids*, *iPhones*, *BlackBerries*, etc.) e similares. De fato, estamos cada vez mais conectados às ferramentas digitais que se fazem presentes em nosso cotidiano. Em muitos casos, o sujeito simplesmente não tem escolha haja vista, por exemplo, os inúmeros serviços de primeira necessidade, tais como, serviços bancários, e-gov, entre outros, que se utilizam das ferramentas digitais para “facilitar” a vida do cidadão”.

seu esteio; entretanto, ao resistir à entrada da tecnologia na sua prática docente, ele segrega, afasta e se alinha às formações discursivas que têm no discurso pedagógico do tipo autoritário seu alicerce. A questão que fica (e que ficou para nós) é a seguinte: o uso da tecnologia na sala de aula é uma forma de (re)existir e (re)significar a emancipação intelectual na sala de aula? Emancipação intelectual de quem: de professores ou de alunos?

Referências

MASSMANN, D. Ontem, hoje e amanhã: ainda a questão do ensino. In PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). *Análise de discurso em perspectiva. Teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

MASSMANN, D.; BARROS, R. C. B. de. Mobilidade e acessibilidade no espaço e-urbano. In. DIAS, C. *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital* [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Disponível em Portal Labeurb < <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>>. Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Acesso em 30 mar. 2018.

ORLANDI, E. P. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. In: *RUA* [online]. n. 21. v. 2, Nov., 2015. p. 187 – 206. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642454/9967>>. Acesso em 08 mar. 2018.

_____. Discursos e museus: da memória e do esquecimento. In *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v. 9, jul/2014. Disponível em < <http://www.entremeios.inf.br> >. Acesso em 08 mai. 2017.

_____. *Discurso em Análise. Sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. *Discurso e leitura*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *As Formas do Silêncio: No Movimento dos*

Sentidos. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001 .

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura. Da história no discurso*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. (1969). “Análise Automática do Discurso (AAD-69)”. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. 3.ed. Trad. Coletiva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-16.

Submissão: 02 de agosto de 2019.

Aceite: 19 de setembro de 2019.

O ENSINO DE/EM PORTUGUÊS NOS INSTITUTOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MOÇAMBIQUE: A IDENTIFICAÇÃO DA LEI DE COERÊNCIA ENUNCIATIVA E O CAMPO DA NÃO CONTRADIÇÃO¹

David António²

Resumo: Com este artigo pretendemos identificar a lei da coerência enunciativa, bem como definir o campo da não contradição em torno dos enunciados sobre o ensino de/em Português, dos formandos e formadores dos Institutos de Formação de Professores (IFPs) da província da Zambézia - Moçambique. Nesse campo, ao nível da formação das estratégias, Foucault (2008) destaca haver, na contradição, *pontos de incompatibilidade, de equivalência e de ligação de uma sistematização* (lei da coerência enunciativa e campo da não contradição de tais enunciados). Para concluir, assumimos que os modelos postos em referência sobre o ensino de/em Português (manifestação da lei da coerência enunciativa e do campo da não contradição) advém do uso na prática da e na diversidade das teorias, em função da heterogeneidade linguística dos inquiridos (contradição enunciativa), no âmbito da tal *ligação da sistematização*.

Palavras-chave: Ensino de/em Português. Lei de coerência enunciativa. Contradição discursiva. Campo da não contradição.

TEACHING IN PORTUGUESE IN TEACHER TRAINING INSTITUTIONS IN MOZAMBIQUE: THE IDENTIFICATION OF THE ENUNCIATIVE COHERENCE LAW AND THE FIELD OF NON-CONTRADICTION

Abstract: With this article we intend to identify the law of enunciative coherence, as well as to define the field of non-contradiction around the statements about the teaching of / in Portuguese, by the trainees of the Teacher Training Institutes (IFPs) of Zambézia Province - Mozambique. In this field, at the level of strategy formation, Foucault (2008) points out that there are, in contradiction, *points of incompatibility, equivalence and connection of a systematization* (law of enunciative coherence and field of non-contradiction of such statements). To conclude, we assume that the models mentioned in the teaching of / in Portuguese (manifestation of the law of enunciative coherence and the field of non-contradiction) come from the use in practice of and the diversity of theories, due to the linguistic heterogeneity of the respondents (enunciative contradiction), in the context of such a systematization link.

Keywords: Teaching / in Portuguese. Law of enunciative coherence. Discursive contradiction. Field of non-contradiction.

¹ Este capítulo é parte da tese de Doutorado do autor desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá (UEM)/ CAPES – intercâmbio Brasil/Moçambique.

² Doutor em Letras pela UEM - Brasil; Docente da Universidade Licungo (UniLicungo) – Moçambique; davidantoniosixpene@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/2966744779379837>.

Considerações iniciais e âmbito de estudo

Nos, ao nível do *campo de utilização*, apresentamos um sistema de dispersão de elementos ligados ao ensino de/em português nos Institutos de Formação de Professores (IFPs) em Moçambique, como forma de encontrarmos a regularidade entre os seus objetos, sistema de enunciação, conceitos e temas, citando Foucault, em torno da tese sobre a falta de uma política linguística-educacional responsiva, dentre diversos modelos linguístico-metodológicos concebidos por cada formador na condução do ensino de/em português nos IFPs, o que dificulta a instituição de prática (s) pedagógica (s) “uniformizadora (s)” que atente (m) minimamente ao respeito às diversidades linguística e étnica-cultural no ensino e na formação de professores de/em português.

Com este artigo pretendemos (a) identificar a lei da coerência enunciativa, bem como (b) definir o campo da não contradição em torno dos enunciados sobre o ensino de/em Português, dos formandos e formadores dos Institutos de Formação de Professores (IFPs) de Moçambique. Em volta da constância dos enunciados e de sua identidade (FOUCAULT, 2008a), recordamos que convencionalmente consideramos para o trabalho os grupos/áreas científicas dos (i) formandos (100), dos (ii) formadores de Língua Portuguesa, dos (iii) formadores de Línguas Bantu/Metodologia de Ensino Bilíngue e dos (iv) formadores de Metodologias de Ciências Sociais, de Ciências Naturais, de Educação Física, de Tecnologia de Informação e Comunicação e Organização e Gestão Escolar, num total de 14 - que discursivamente formam posições dos sujeitos. Foram inquiridos sujeitos dos IFPs de Quelimane, Nicoadala, Morrumbala e Alto Molócue, localizados na província da Zambézia. Designaremos em algumas passagens do texto, **Fndo Xn** ao formando, onde o

X é o IFP respectivo e **n** o número que o identifica, bem como a **SEn** a sequência enunciativa, **n** o número que o identifica.

Dessa forma, tomaremos em conta, dentro dos grupos/áreas científicas, *o perfil sociolinguístico* como série A, *o português na sala de aula* como série B e *as estratégias teórico metodológicas* como série C. Nesse sentido, questionamos como é identificada a lei da coerência enunciativa e como é definido o campo da não contradição dos enunciados dos nossos inquiridos, na província da Zambézia.

Procedimentos teórico-metodológicos

Com base na colocação acima, servimo-nos do que Foucault (2008, p. 71-72) definiu como formação das estratégias: “discursos como [...] a gramática, a ciência dos seres vivos, dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas e teorias” para sustentar a nossa análise em volta do ensino e formação do/em português e/ou de práticas metodológicas levadas a cabo pelos formadores dos IFPs e determinarmos “a medida e a forma de sua variação” (FOUCAULT, 2008, p. 172). Para isso, enquadraremos os grupos/áreas científicas **i, ii, iii e iv** que instituímos naquilo que Foucault (2008) havia destacado antes, na contradição, haver pontos de difração no discurso, como é o caso dos *pontos de incompatibilidade, de equivalência e de ligação de uma sistematização*. Estes três pontos, na sua ótica, são esclarecidas pelas “dispersões estudadas nos níveis precedentes [que] não constituem simplesmente desvios, não-identidades, séries descontínuas, lacunas; [podendo] chegar a formar subconjuntos discursivos [...]” (p. 73 grifos nossos). Nesse sentido, podemos “identificar a lei da coerência enunciativa, e, de outro, definir o campo da não contradição” (TASSO; CAMPOS,

2011, p. 84), aspecto que pretendemos observar ao longo da análise. Destarte, a mesma se circunscreve ao que Foucault (2008) esboçou sobre os fatos comparativos entre as formações discursivas, na análise arqueológica.

Práticas discursivas que configuram pontos de incompatibilidade

Nas séries enunciativas A, B e C dos grupos/áreas científicas ii, iii e iv³ apresentadas encontramos elementos em aparente contradição, espelhando, respectivamente o **estatuto do português** pelos sujeitos inquiridos, o **contexto de uso** do português na sala de aulas e **as práticas metodológicas** em sala de aula, ou seja, esses elementos estão, de acordo com Foucault (2008), *em pontos de incompatibilidade*, pois “[aparecem] na mesma formação discursiva, sem poderem entrar – sob pena de contradição manifesta ou inconseqüência – em uma única e mesma série de enunciados” (p. 73 grifo nosso). Apesar de pertencerem aos mesmos grupos/áreas científicas ii, iii e iv, as enunciações que apresentam não são as mesmas, por terem sujeitos diferentes, tempo, contexto e referencial de enunciação também diferentes, como se pode observar nos quadros em anexo, bem como nos enunciados respectivos. Enquanto ocupantes de uma posição vazia, os sujeitos variam entre os falantes nativos, não nativos e neutros; sujeitos linguisticamente heterogêneo coexistindo na mesma sala de aula, bem como sujeitos com diversidade de modelos linguístico-metodológicos, em um contexto de ensino e aprendizagem. O referencial, se liga às regras de existência para os elementos que aí nomeados e designados inerentes ao ensino do português enquanto primeira língua (L1) e segunda língua (L2) e as práticas didáticas em contexto escolar adstritas.

³ Apenas analisaremos as séries A e B do grupo/área científica IV, ou seja, o perfil sociolinguístico e o português na sala de aula.

Práticas discursivas que configuram pontos de equivalência

No entanto, num outro viés, tais elementos incompatíveis se apresentam como alternativa uma da outra, com procedimentos iguais de aparecimento, constituindo àquilo que Foucault (2008, p. 58-59) caracterizou de *pontos de equivalência*, pois,

[...] elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem uma simples e pura falta de coerência, formam uma alternativa: mesmo que segundo a cronologia não apareçam ao mesmo tempo, que não tenham tido a mesma importância, e que não tenham sido representados, de modo igual, na população dos enunciados efetivos, apresentam-se sob a forma de “ou bem isso... ou bem aquilo.

Interpretando Foucault, tanto os elementos em A e B como em C, seus discursos emanam das mesmas **regras**, que são as vozes da prática: pontos de vista, percepções, sentimentos, compreensão da língua portuguesa e de seus valores, com as mesmas **condições de aparecimento**, cuja superfície de inscrição é a sala de aula, enquanto parte da sociedade multilíngue, onde a coexistência de sujeitos heterogêneos tem lugar na busca de conhecimento através de metodologias responsivas ao contexto. Igualmente, as realidades em A, B e C encontram-se no mesmo **nível** pela horizontalidade nos planos que apresentam e pelo mesmo eixo de significação e de análise. Em contrapartida, os elementos referidos apresentam uma **falta de coerência** entre eles advinda da sua materialidade e sentido, mas constituindo uma **alternativa** na procura de uma “uniformização” na diversidade de práticas teórico-metodológicas dos formadores – também tomando em conta as falas e o posicionamento dos formandos.

Nesse aspecto, o construto da noção de línguas assume-se cronologicamente como estágio

inicial e primordial para a etapa de busca de tais teorias metodológicas para o ensino e formação de e em português nos IFPs, pois, a existência de sujeitos se assumindo como falantes nativos, outros de não nativos e o terceiro grupo se colocando na neutralidade, espelha o seu posicionamento na terceira etapa, quiçá a última e não terminada.

A percepção e a compreensão da situação linguística do português em sala de aula afiguram-se como um estágio intermediário para a abordagem de questões teórico-metodológicas para esse meio por servir de “barômetro” para a tal etapa final e não acabada, conforme temos vindo a referir.

As estratégias teórico-metodológicas propostas pelos sujeitos apontam suas práticas no contexto de diversidade linguístico-cultural, necessárias para estabelecer uma coerência com os elementos das séries A e B.

Numa outra vertente de análise, as alternativas a que Foucault alude “[...] apresentam-se sob a forma de “ou bem isso... ou bem aquilo””, nos faz compreender a pertinência de cada elemento dentro de cada série (A, B e C) para a constituição de uma teoria que seja “uniforme” no ensino para os grupos linguísticos constituintes. Senão vejamos: o ser nativo, não nativo e neutro (séries A) poderá definir o grau e o papel de envolvimento do falante na concepção de um modelo teórico-metodológico, de uma forma alternada e linguístico-culturalmente valorizado; nas séries B: **para os formandos** a situação linguística é condicionada pelo multilinguismo que influencia a aprendizagem da língua portuguesa, propiciando a emergência da variedade do PM (Português de Moçambique) a par da variedade do PE (Português Europeu) e **para os formadores** a percepção da situação linguística incide na alusão da coexistência da LP (PE e PM) e das LBs (Línguas Bantu), criando outro espaço para a LP (Língua Portuguesa), vai-se permitir, igualmente, uma alternância entre eles e a valorização dos pontos de vista dos sujeitos para a

concepção de uma teoria linguístico-metodológica em meio a essa diversidade. Por último, as séries C, fornecendo a eficácia, não eficácia e a neutralidade quanto às metodologias que se usam, bem como a satisfação, não satisfação e a neutralidade atinente às mesmas para a formação do professor, aludida pelos sujeitos da prática linguístico-pedagógica, propiciará a busca de uma regularidade discursiva no meio a essa diversidade de práticas, através da formação uma alternativa entre eles.

Práticas discursivas que configuram pontos de ligação de uma sistematização

É nesse sentido que olhando para a nossa materialidade, observamos uma realidade linguístico-pedagógica que nos leva estabelecer *pontos de ligação de uma sistematização* (FOUCAULT, 2008), isto é, “a partir de cada um desses elementos, ao mesmo tempo equivalentes e incompatíveis, uma série coerente de objetos, formas enunciativas, conceitos, foram derivados [...]” (p. 73 grifo nosso).

A formação das estratégias a partir dos elementos das séries A, B e C subsidiam a concepção de “novas” teorias ligadas às metodologias de ensino ante à diversidade linguístico-cultural e metodológica em sala de aula praticada pelos sujeitos da pesquisa. Assim, tomando em conta que os elementos dessas séries denotam incompatibilidade e equivalência, a questão que se coloca é quais elementos coerentes, formas enunciativas e conceitos podem ser derivados por conta a se obter uma alternativa de novas teorias?

Nas séries A dos grupos/áreas científicas em análise subjaz a questão do falante-nativo, não-nativo e o neutro na referência ao nível do português. Vamos considerar o falante-nativo como o que Davies (1991, p. 17) indica ser aquele que fala uma certa língua “como língua-materna, como língua primeira, como língua dominante, como

língua de casa” - apesar de Lopes (2004) considerar esse conceito como um mito, de que ele “é o ponto de referência e o centro de tomada de decisão em questões de linguagem” (p. 81) - ficando na condição de falante não-nativo o “falante do Português como L2” (LOPES, 2004, p. 80) ou das variedades não nativas (VNN). A neutralidade vai ser vista enquanto posição subjetiva de um conhecimento sobre o estatuto do português em oposição a uma posição objetiva e de consenso práxis da ciência. Na ótica de Lopes (2004), atinente ao ensino da língua em contextos não-nativos, “qualquer [...] professor falante da língua portuguesa como L1 [nativo], se encontra em princípio em melhor posição para saber o que é apropriado em termos de utilização da língua e, desta forma, definir que objetivos podem ser atingidos” (p. 79). Do mesmo modo, ele considera, em contrapartida, que “em muitos casos é o professor falante não-nativo, isto é, o professor falante de português como L2, que sabe o que é mais apropriado em contextos de aprendizagem de língua e que precisa de intervir para se alcançar estes objetivos” (p. 80).

Partindo do princípio de que a sociedade moçambicana é coabitada por esses dois grupos de falantes e pelos neutros, bem como que nessa mesma sociedade a prática linguística tende para o uso do PM, portanto o português falado como L2, configura um cenário em que o papel linguístico-cultural de todos, quer como utilizadores da língua, quer como provedores de contextos de aprendizagem, é indispensável na teorização de metodologias para o ensino, estabelecendo uma coerência entre os elementos constituintes e respondendo à heterogeneidade linguística manifestada pelos sujeitos da nossa pesquisa e garantindo a inclusão de todos no processo de

ensino e aprendizagem, como se esquematiza na figura abaixo:

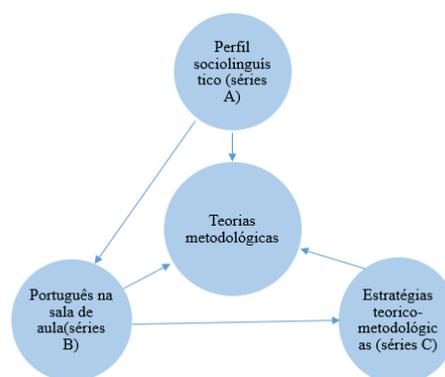


Figura 1: Processo de coerência e pontos de ligação de uma sistematização dos elementos de uma teorização

Fonte: António (2018)

Os formadores que se assumem como falantes-nativos têm o português como língua materna/L1, em função disso considerá-lo na sua variedade do PE, com a sua componente cultural e normativa, buscando estratégias de sua utilização, de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar com a formação. Deve-se ter em conta que, em razão de o PE ser a norma-padrão no país e, muitas vezes, qualquer padrão se cingir ao rigor da escrita e tal como tende a demonstrar a prática de interação social do português no país, é importante que esse grupo de professores tomem em conta as questões gramaticais e seus desvios por conta da heterogeneidade linguística dos formandos. Tal escrita, de acordo com Marcuschi (1997), “seria, para além de uma tecnologia de representação abstrata da própria fala, um modo de produção textual-discursiva com suas próprias especificidades” (p. 126), ou seja, tomando em conta o universo multilíngue em que tal produção se observa por um falante com competência de uma L1, nessas duas modalidades distintas

de uso da língua (fala e escrita), mas que se complementam. A nossa análise se cinge para o fato de que o PE padrão no país se constitui como uma “variedade escrita” (LOPES, 2004, p. 78), em meios institucionais, mas tendencialmente, o que se observa na prática é que a variedade falada se caracteriza como uma L2. Talvez essa falta de polarização – mas sim contradição – entre a fala e a escrita se explique pela desconstrução a que é sujeita no projeto derrideano, tal como Uyeno (2003, p. 298) que considera a escrita, tal como a fala, passível da *différance*, tomando-a não como uma simples função de representação da fala. Esta, nesse caso, possui, na sua ótica, “um significado fônico e um significado mental” (p. 298). Entendemos que nessas duas modalidades há possibilidades de exercício da escrita e da fala do português nos mecanismos que está ocorrendo.

Por outro lado, aos formadores falantes não-nativos do português lhes caberá a tarefa de interação em situações da prática por meio dessa língua no processo de ensino e aprendizagem, usando materiais autênticos, de sua prática do dia-a-dia, com a incidência para a oralidade - e sua dimensão do letramento. Deve-se supor que tais estratégias teriam formandos - também vistos como falantes - e a sala de aula como o ponto comum de sua aplicação pelos formadores, neste caso também como falantes e, quer encarando o Português como disciplina, para formadores da área de língua portuguesa e do ensino bilíngue, quer como meio de ensino, para formadores que não são da área de língua. Dessa forma, se sairá do “modelo do biopoder” presente nas práticas de exercício do poder que se valem do Plano Curricular de Formação de Professores Primários (PCFPP) por nele se exercem, concebido nesse dispositivo como algo pronto e não flexível. Parte-se de princípio que a heterogeneidade linguístico-cultural dos formandos será acomodada pelo fato

de os mesmos serem igualmente falantes-nativos, não-nativos e mesmo neutros do português.

Nesse sentido, as estratégias que seriam montadas pelos formadores falantes-nativos poderiam ser assimiladas tanto pelos formandos falantes-nativos – com maior familiaridade – como pelos formandos falantes não-nativos – podendo ser com um grau de dificuldade. O mesmo, as estratégias avançadas pelos formadores falantes não-nativos poderiam ser assimiladas pelos formandos falantes-nativos – com um grau de dificuldade – como pelos formandos falantes não-nativos – igualmente com um grau de familiaridade. No entanto, atendendo o neutro dos sujeitos formadores e dos sujeitos formandos como parte da heterogeneidade, assumimos que o seu papel se daria no funcionamento dos dois grupos, seja com olhar paralelo, seja com outro olhar de conhecimentos, pondo em atenção que a língua e seu funcionamento são dinâmicos e flexíveis.

A busca de uma lei da coerência enunciativa e definição da não contradição dos enunciados do ensino do/em Português

A derivação da coerência dos elementos, as formas enunciativas e os conceitos pode ocorrer em torno da procura de uma teoria metodológica para o ensino nos IFPs também pode ser concebido tomando como foco os elementos das séries B, em uma ligação sistemática com os das séries A. Em razão disso, o estatuto de falante-nativo, falante não-nativo e falante-neutro vai ter sua influência na repetição dos enunciados, embora com uma posição sujeito diferente e em um outro momento. Nos elementos das séries B extrai-se percepções como valorização e ensino da norma padrão, valorização do PM, valorização do PE e do PM, utilizar a LP de forma homogênea, utilização da LP

e das Línguas Bantu (LBs) do dia-a-dia, incluindo no ensino. Estas percepções são de sujeitos que convivem num ambiente multilíngue em sala de aula com o ensino de/em português como seu referencial. Esses sujeitos perfazem o falante-nativo, o falante não-nativo e o falante-neutro.

Com o primeiro elemento (falante-nativo) cobre-se a necessidade de presença do PE, enquanto variedade tomada como padrão e com falantes-nativos no país, bem como a imprescindibilidade do ensino da norma-padrão. Ao mesmo tempo, com o segundo elemento (falante não-nativo), ressalta-se o desejo da presença do PM em ambientes oficiais e de ensino, já que na prática do cotidiano ele já circula como uma “norma descritiva”.

Um elemento que nos parece novo nesta instância das séries B e que tem sua gênese nas séries A é a vontade expressa de coexistência na mesma sala de aula do PE e do PM, mercê da convivência de falantes-nativos e não-nativos na mesma, mas com um respeito à diversidade linguístico-cultural do intervenientes. No entanto, essa vontade é contrariada pelos sujeitos que tomam a LP como um construto homogêneo, ignorando a existência das variedades dessa língua (PE e PM) e conseqüentemente da existência de falantes-nativos e não-nativos da mesma língua. Por um lado, esse posicionamento pode ser compreendido de uma forma áspera, já que expressa uma visão em que o português deva ser olhado como um símbolo ilusionista e fracassado de unidade nacional, eixo modernista que vigorou durante anos nas nossas sociedades para sufocar as diferenças e que, aliás, foi o argumento usado para a adoção do português como oficial no país, agenciado pelo dispositivo do pacto de segurança, por um lado, por mostrar uma característica de um poder pautado em vontade de verdade e, por outro pelo dispositivo da exclusão pela língua, visibilizando a existência

de um princípio segregacionista de escolha e de controlo da língua.

Observa-se, por esse meio, que o posicionamento manifestado acima tem sua expressão numa sociedade incisivamente heterogênea e marcada por enorme diversidade, no caso do nosso estudo, linguístico-cultural e étnica. Por outro lado, o mesmo posicionamento pode ser esquematizado na sua forma de docilidade por fazer parte intrínseca dessa heterogeneidade e propiciar a busca de um critério uniforme de ensino no meio dessa diversidade em referência.

Em decorrência da ligação da sistematização dos elementos em estudo, percebemos claramente que há uma derivação dos elementos nas séries B inerente à utilização da LP e das LBs do dia-a-dia, incluindo no ensino, visto que o elemento que se apresentou como homogêneo no parágrafo anterior (utilização da LP) é visto com expectativa enquanto agregado às LBs na materialização do processo de ensino e aprendizagem, de maneira que as LBs são na sua maioria consideradas nas séries A como L1 por aqueles indivíduos que têm o português como L2, ressaltando também a vontade de expressão cultural. Assim, introduz-se mais um elemento ligado ao falante-nativo (o das LBs), a par do nativo (do português) e não-nativo (do português), tal como se deu referência nas séries A. Começa-se, dessa maneira, a se desenhar um clima de resistência - contra o segundo grupo - na acepção de Foucault, buscando visibilidade, pela ampla participação do primeiro e do terceiro grupos de sujeitos na concepção de uma teoria metodológica.

Destarte, na ligação da sistematização na busca de uma regularidade que propicie uma teoria metodológica (coerência dos objetos, formas enunciativas e novos conceitos) entre os elementos das séries A e B com as séries C, sobre as estratégias teórico-metodológicas (ETMs),

encontramos os elementos falante-nativo (PE), falante não-nativo (PM), um terceiro elemento associado à estes dois, o falante-nativo e não-nativo (PE e PM) e um quarto que se associa ao falante-nativo e LBs (Ensino Bilíngue (EB)), que povoam o universo do português na sala de aula, atrás mencionado (relação falante/língua). Nessas séries importa perceber como tais elementos influenciam as ETMs. Nesse sentido, buscamos os princípios que aludimos nas séries A, sobre a tendência de a escrita ser o realce da língua padrão, no caso o PE, e uma tendência de a oralidade ser mais realçada pela variedade do PM, com base em memória histórica da prática da linguagem. Com efeito, percorrendo as habilidades da Língua Portuguesa que concebemos para a análise nas ETMs, o caso da oralidade, da leitura, da escrita e da análise linguística, observamos que a primeira habilidade é preenchida pelos elementos das ETMs virados para a variedade do PM, do PE, o PE/PM, a LP e a LP/LBs, bem como de um Ensino Bilíngue, pressupondo o envolvimento de falantes nativos e não-nativos do português e nativos das LBs e também de uma forma bilíngue (PE/PM; LP/LBs), tal como mostra a percepção dos nossos inquiridos (formandos): estudo dos sons da fala, técnicas de comunicação oral em língua corrente, Ensino Bilíngue ou de duas variedades, elaboração conjunta e o erro. Este cenário iria ao encontro da nossa proposta apresentada para as séries A de ser o falante não-nativo apropriado para estar no centro do processo de ensino e aprendizagem.

A segunda habilidade, a da leitura, mostrou enunciados nas ETMs usadas pelos formadores que apontam para a satisfação dos mesmos falantes apontados na habilidade da oralidade (nativos e não-nativos do português e nativos das LBs e também de uma forma bilíngue), de acordo com as percepções seguintes dos formandos: leitura e interpretação de textos verbais e não verbais; leitura silenciosa, oral coral, individual, em grupo;

ensino de línguas ao nível fonético, morfológico, sintático e semântico. Compreendemos que essas estratégias enquanto regularidade manifestada pelos enunciados marcam o ensino da leitura em língua portuguesa, quer pela estratégia de correção (norma-padrão e português língua-nativo) como em “quanto a leitura os formadores usam estratégias teórico-metodológicas **corrigir** minuciosamente as pausas, os pontos, as durações, vocábulos ou acentuações de um jeito específico (FndoN16 grifos nossos)”, quer pelo foco ao objetivo como em “quanto a leitura é de ensinar a crianças a saber ler **sem dificuldades** (FndoN3 grifos nossos)”, pressupondo o uso de meios linguísticos variados e disponíveis na prática linguístico-social.

As habilidades da escrita e da análise linguística fazem-nos perceber tendências de utilização da língua com um cariz padronizado e normatizado, considerando o envolvimento do padrão, para a primeira habilidade, da norma para a segunda habilidade, bem como do cruzamento dos dois focos (padrão e norma) para ambas habilidades, uma vez funcionarem imbricados. Para isso, compreendemos que o foco do PE e, por conseguinte, assimilado pelo falante-nativo, poderia se direcionar para questões de definição dos objetivos ligados a utilização e ao ensino da língua, uma vez constituir a norma e o padrão legalmente instituído no país. Porém, os enunciados dos sujeitos participantes da pesquisa mostram marcas dos falantes-nativos e não-nativos do português e também de uma forma bilíngue (PE/PM) no ensino e na aprendizagem das ETMs. Observemos as sequências enunciativas (SE) abaixo que referenciam a escrita:

SE 1: Quanto a escrita os formadores de um jeito específico ensinam e **corrigem** a ortografia, caligrafia **sem a intervenção das línguas moçambicanas** (FndoN16 grifos nossos).

Percebemos nesta SE que o FndoN16 se fixa no ensino da escrita com o uso de uma

variedade do português que não tenha influência das LBs, ou seja o PE, assegurando sua identidade no respeito ao padrão da língua instituído, como mostra a oração “[...] **sem** a intervenção das línguas moçambicanas”, realçada pela preposição “sem” que a relaciona com a anterior por subordinação para marcar o sentido de ausência.

Portanto, situação idêntica podemos perceber na prática de utilização da habilidade ligada a análise linguística em que as respostas dos nossos informantes fazem-nos perceber que a norma pode ser concebida tanto nas variedades do PE e do PM, como no PE/PM juntas, de acordo com a SE que se segue:

SE 2: Os mecanismos para amenizar o Português como L1 e como L2 é de corrigir o Português da Leitura de L2 (FndoMol3 grifos nossos).

Na SE 2 entendemos que o FndoMol3 faz referência ao uso das regras do PE nessa habilidade, corrigindo qualquer forma normativa fora dos padrões do PE como apresenta o nome predicativo do sujeito “[...] é de corrigir o português da Leitura de L2”. Tal como na escrita, nessa habilidade as marcas do PM também são visíveis. Em “[...] os formadores não diferenciam por não se notar que pouco o português como L1 e com L2”, o FndoQ9 faz-nos compreender a paridade que estabelece às variedades do PE e do PM na utilização em questões normativas da língua, criando, a nosso ver, um reducionismo à prescrição legalmente instituída.

Depreendemos por essa reflexão que a prática dos formandos e dos formadores revelam que as questões da escrita e da análise linguística que caracterizam o padrão e a norma do português em sala de aula podem ser penetrados pela oralidade que caracteriza a emergência da variedade do PM presente nessas esferas, dando corpo ao

caráter linguisticamente heterogêneo, diferenciado, contraditório e conflituoso próprio da sociedade em estudo.

Considerações finais

A partir da nossa reflexão em torno do tema proposto, entendemos que se abre uma possibilidade de ocorrência de dois cenários que mostram, em primeiro lugar, a falta de visibilidade das ETMs aplicadas pelos formadores, uma vez serem apresentadas como estando na invisibilidade para os formandos, pois, estes não as assimilam e, em segundo lugar, a falta de “uniformização” linguística devido à diversidade das ETMs usadas de maneira “não uniformizada” pelos formadores, em função, tal como depreendemos, dos seus estatutos linguísticos.

Nesse caso, assumimos que os modelos metodológicos postos em referência no trabalho advêm do uso na prática da e na diversidade de ETMs para as habilidades do português requeridas, em função da heterogeneidade linguística dos sujeitos do ensino (formadores) e de aprendizagem (formandos).

Em função de tal fato, entendemos que teoria (s) metodológica (s) para o ensino e formação do/ em português nos IFPs valoriza (m) os sujeitos envolvidos – na heterogeneidade - de acordo com a sua condição estatutária do português (falante-nativo e não-nativo do português, nativo e não-nativo das LBs, o falante da norma, o falante que se caracteriza pela neutralidade e o falante da invisibilidade – que não percebe a existência das ETMs), suas posições, suas convicções, seus sentimentos, seus pensamentos, seus desejos, seus papéis no construto dessa língua e do seu ensino e sem apetência a uma ideia de completude. Esses pressupostos consubstanciam a derivação de uma lei de coerência enunciativa e ao mesmo tempo define o campo da não contradição em torno

dos enunciados sobre o ensino de/em Português nos IFPs na Zambézia, a partir da equivalência e incompatibilidade dos elementos das séries A, B e C referenciadas no trabalho.

e língua estrangeira). Campinas, SP: Mercado de Letras. 2003. p. 291-304.

Submissão: 09 de novembro de 2019.

Aceite: 17 de novembro de 2019.

Referências bibliográficas

ANTÓNIO, D. *Regimes do olhar e do dizer o português como língua de ensino e a formação de professores nos Institutos de Formação de Professores em Moçambique*. 2018. 315 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2018.

PATEL, S. *Um olhar para a formação de professores de educação bilíngue em Moçambique: Foco na construção de posicionamentos a partir do lócus de enunciação e actuação*. 2012. 262 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, São Paulo, 2012.

DAVIES, A. *The native speaker in applied linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press. 1991.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2008.

LOPES, A. J. *A Batalha das Línguas: perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, UEM. 2004. p. 75-76.

MARCUSCHI, A. L. Oralidade e a escrita. *Signótica*. nr 9. P. 119-145. Jan/Dez, 1997.

TASSO, I. E CAMPOS, J. G. S. Fronteiras do social na iconografia portinariana: Identidade e Representação do Corpo Negro Feminino em (Con)tradições. In: POSSENTI, S.; BENITES, S. A. L. *Estudo do Texto e do Discurso: Materialidades Diversas*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011. p. 83-104.

UYENO, E. Y. A relação eficiência-Eficácia no ensino de línguas (materna e estrangeira). In: CORACINI, M. J. R. F. E BERTOLDO, E. S. (orgs.) *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula: (língua materna*

A LÍNGUA: PONTO DE RELAÇÃO ENTRE A LINGUÍSTICA-AD E A LITERATURA

Maria Cláudia Teixeira¹

Resumo: Neste artigo, discutimos acerca da Análise de Discurso e da Literatura, duas áreas distintas de conhecimento e os modos como, ao concebê-las as aproximamos. Ao apresentar os pressupostos teóricos e assumir nosso posicionamento, buscamos estabelecer um diálogo entre a literatura e a Análise de Discurso. Discutimos acerca de texto e autoria e, apresentamos como o sujeito-autor constrói, pela linguagem, o jogo de quem tem a palavra na materialidade textual-literária analisada, *Lucíola* (1862), jogo pelo qual se tem o efeito de diluição do autor e o não comprometimento social com a história narrada.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Literatura; Sujeito-autor

LANGUAGE: POINT OF RELATIONSHIP BETWEEN AD-LANGUAGE AND LITERATURE

Abstract: In this article, we discuss Discourse Analysis and Literature, two distinct areas of knowledge and the ways in which we approach them. By presenting the theoretical assumptions and assuming our position, we seek to establish a dialogue between literature and Discourse Analysis. We discuss about text and authorship and present how the subject-author constructs, by language, the game of who has the word in the analyzed textual-literary materiality, *Lucíola* (1862), a game by which the author has the dilution effect and non-social commitment to the narrated story.

Keywords: Discourse Analysis; Literature; Subject-Author

¹ Doutoranda em estudos Linguísticos (UNICAMP). E-mail m_teixeira5@yahoo.com.br

A interface entre Língua (AD) e Literatura

Da posição em que nos colocamos, neste estudo, buscamos analisar uma materialidade textual-literária, mostrando que é possível uma interface entre língua e literatura, à medida que é pela língua que ela se constrói e pela linguagem que significa. Assim, é possível conciliar análises discursivas com o literário, estabelecendo relações entre essas disciplinas, não apenas tomando o texto literário como *corpus* para análise a partir de uma teoria discursiva, mas mostrando as relações necessárias e constitutivas entre a língua como jogo e a literatura, cujo funcionamento depende desse jogo.

Na Análise de Discurso, a língua, ao contrário do que preconizou Saussure, funciona em relação à linguagem, ao que lhe é exterior e nem sempre estruturado pelo verbal. Assim, é preciso que se leve em consideração a relação entre sujeito, língua e história na tomada do discurso. Ao considerar a entrada do sujeito na linguagem, a AD permite a análise de textos, os quais são interpretados em relação a discursos. Tendo em vista que o texto literário é uma materialidade significativa, ele pode ser objeto de análise. A pertinência dessa consideração está no fato de que a teoria contemplará o texto literário e não apenas sua estrutura formal, pelo contrário, buscamos a de-superficialização do texto, a sua inscrição em discursos, buscando os efeitos de sentido.

Ao abordar um texto literário a partir da Análise de Discurso, faz-se necessário a consideração de algumas questões que norteiam o estudo para melhor reflexão sobre a relação entre língua e literatura e seus objetos de estudo. Não é nossa pretensão fazer um estudo detalhado da história ou crítica literária, mas algumas reflexões se fazem necessárias para focalizar o ponto de

encontro entre essas duas áreas que, aparentemente, são inconciliáveis.

Pode-se dizer que a literatura “é um produto cultural que surge com a própria civilização ocidental, pelo fato de que textos literários figuram entre indícios mais remotos da existência histórica da civilização” (SOUZA, 2007, p. 10). O homem, por meio da literatura conta, narra fatos, cria ou recria histórias sobre o mundo, sobre si mesmo e sobre o outro, pode legitimar uma língua, engrandecer um povo, lutar causas sociais a partir da ficcionalização, da invenção. Diferentes tipos, estilos, gêneros, que repetem ou atualizam o fazer literário, com suas próprias “regras” de produção e análise.

O texto literário, nesse caso, remetemo-nos ao gênero narrativo, é responsável pelo ‘contar’ histórias do sujeito, do mundo, da sociedade, enquanto constitutivo de um imaginário da sociedade, por meio da ficção. Dessa forma, a literatura representa o social e o histórico na medida em que reproduz elementos do real e o ficcionaliza, recontando os fatos sem um comprometimento com a realidade, pois neste espaço (re)cria-se o mundo e instauram-se diferentes efeitos de sentido. Assim, pode-se dizer que a ficcionalização é uma tentativa de registrar ou apreender o real, por meio da (re)criação como um modo, também, de significar o mundo.

Pela literatura, é possível tecer reflexões acerca do mundo, da sociedade, da cultura e da própria identidade, além de mostrar as permanências e as mudanças ocorridas na história, como os costumes, a política, a cultura, pensamentos e até o modo de expressão. Nesse sentido, entendemos a literatura, tal qual Peixoto (2011, p. 27), “não como espelho da realidade, e sim como espaço que também expressa possibilidades de devir elaboradas pelos grupos sociais em luta”, ou seja, embora não tenha compromisso com a realidade, enquanto verdade,

a literatura toca o real, já que versará sobre fatos a partir de determinadas condições de produção relacionadas ao tempo histórico e social.

A literatura, posta dessa forma, tem autonomia em relação à realidade, ao mundo. Em *Demônio da teoria*, Antoine Compagnon (2006) dedica um capítulo sobre a relação entre a literatura e o mundo. O autor parte do questionamento da *mimêsis* (conceito aristotélico das relações entre a literatura e a realidade), afirmando que o fazer literário não é uma cópia da realidade, mas também não se desliga totalmente dela, pois há pontos de contato entre a ficção e o real, decorrentes da verossimilhança, conceito que aproxima ficção da realidade. Ou seja, para Compagnon (2006), a literatura não representa uma cópia do real, mas tem o real como pano de fundo.

A literatura explora as propriedades referenciais da linguagem; seus atos de linguagem são fictícios, mas uma vez que entramos na literatura, que nos instalamos nela, os funcionamentos dos atos de linguagem fictícios é exatamente o mesmo o dos atos de linguagem reais, fora da literatura (COMPAGNON, 2006, p. 135).

Segundo Petri (2004, p. 21), “o analista de discurso deve estar atento aos ecos das vozes que se produzem no social e podem ser apreendidas no literário, porque elas produzem o ‘efeito do real’”. Esse efeito do real, para a autora, não corresponde à realidade social, pois a correspondência entre a ficção e a realidade é da ordem da representação e não da imitação.

Esse efeito do real, na literatura, é designado verossimilhança. Nos textos ficcionais o autor imagina um mundo e o converte para a forma escrita, porém nem sempre o que é narrado nas ficções representa o mundo real, como uma imitação. Muitas vezes, em muitos textos ficcionais, nos deparamos com tramas absurdas, mas que são tão bem amarradas, que enredam o leitor fazendo com que ele acredite que tudo aquilo existe

verdadeiramente, produzindo, assim, um efeito do real e do verdadeiro.

A verossimilhança não deve ser confundida com a representação da verdade real, mas sim a criação de uma verdade ficcional, dando ao leitor a impressão de que aquilo que está sendo narrado é perfeitamente possível. Segundo Candido (1992), a verossimilhança é um sentimento de verdade. Ou seja, não precisa existir no mundo real, mas deve parecer verdadeiro. Verossimilhança e verdade histórica são coisas distintas, pois a primeira apresenta a possibilidade, dá condições suficientes que justificam a crença do leitor na trama construída ficcionalmente, ou seja, o enredo e as ações conduzem à verossimilhança, ao mundo como deve ser, e constrói a sua própria verdade. Enquanto que a verdade histórica, supostamente, transcreverá o real, como imitação.

Na posição em que nos colocamos entendemos que o autor literário não está, ele mesmo, fora da história, e embora possa recriar a sociedade de diferentes modos, ele se inscreve em funcionamentos ideológicos da sociedade em que vive. De acordo com Lajolo (1994, p. 16), “a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que o outro a leia. Ela só existe enquanto obra neste intercâmbio cultural”. Neste sentido, podemos dizer que há um sujeito-autor, investido da função-autor escrevendo para um sujeito-leitor, que produz sentidos para o texto literário através de gestos de interpretação.

Conforme Orlandi (2012), o gesto de interpretação é uma prática simbólico-discursiva, que intervém no real do sentido. Os gestos de interpretação do sujeito são determinados por um dispositivo ideológico, dessa forma, produz-se a ilusão de transparência, a ilusão da relação direta das palavras com as coisas. Vale salientar, que o trabalho do analista de discurso é compreender “o gesto de interpretação do sujeito e expor seus

efeitos de sentido” (ORLANDI, 2012, p. 25- 26). Além disso, dos sujeitos envolvidos no processo (autor e leitor), é preciso considerar também as condições de produção, pois “as obras se articulam no tempo, de modo a se poder discernir uma certa determinação na maneira por que são produzidas e incorporadas ao patrimônio de uma civilização” (CANDIDO, 2000, p. 29).

É a língua e a linguagem que possibilitam tornar material a história ‘inventada’ pelo texto – que se materializa o discurso e, por extensão desse, a ideologia. O que para nós interessa, é que não se deve ignorar o papel da linguagem na literatura. Afinal, seu objeto de estudo é, antes de qualquer coisa, a língua em sua materialidade. Considerando a materialidade da língua podemos pensar no discurso e na forma como ele ganha materialidade pelo texto (verbal ou não-verbal). O texto, assim, representa, pela língua, a materialidade do discurso. Ou seja, as duas áreas distintas de estudos estão imbricadas.

Nossa análise constitui-se por gestos de leitura que podem interessar aos estudos literários e à análise de linguagem de modo geral, pois nos permite compreender o texto como possibilidade de leituras heterogêneas, abarcando a textualização e sua relação com a exterioridade, a ideologia, a paráfrase e a polissemia, que podem passar despercebidos em um outro tipo de análise.

Pela língua, na Linguística e na Literatura, destacamos as diferenças entre áreas do conhecimento, mostrando que cada uma delas é estudada, segundo seus próprios pressupostos teóricos, com certas resistências aos “atravessamentos”. No entanto, as aproximações são possíveis sem que se reduza a importância do objeto de cada uma delas. Ao aproximar as duas áreas e vendo nesta aproximação o lugar da tensão entre diferentes redes de significação, a AD procede a de-superficialização dos sentidos, ‘desfaz’ os efeitos da ideologia e analisa os

deslizamentos e os diferentes efeitos de sentido. O texto literário representa a língua em movimento, em funcionamento, produzindo sentidos, discursivizando, representando e simbolizando. Com isto, uma série de fatos do funcionamento da língua são colocados em cena, o que merece uma análise com o dispositivo que permita tal visualização, não só do que está na superfície, mas também, e principalmente, daquilo que se enrosca nos furos, que não está dito, mas significa.

A AD constitui-se por dois dispositivos: o teórico e o analítico que possibilita a análise do texto literário, sem reduzi-lo, meramente, a uma estrutura formal. Objetiva-se “romper efeitos de evidência” (ORLANDI, 2001, p. 62), problematizando os modos de leitura da materialidade textual-literária. Trata-se, portanto de uma teoria para leitura, sobretudo, uma teoria da interpretação, cujos dispositivos permitem que se observe como o texto significa, como produz sentidos ou como os sentidos se constituem nele, afinal trata-se de um objeto simbólico que se abre para múltiplas leituras, não é fechado e transparente, mas caracteriza-se pela incompletude.

Segundo Orlandi (2005), as condições de produção funcionam de acordo com três fatores: a relação de sentidos, o mecanismo de antecipação e a relação de forças. Pela relação de sentido estabelecida pelas redes parafrásticas, todo dizer aponta para outros dizeres que o sustentam, não havendo, desse modo, nem começo absoluto nem ponto final para o discurso. Pelo mecanismo de antecipação fundam-se estratégias para o discurso, visando efeitos sobre o

interlocutor, antecipando suas respostas, é desse modo que o locutor dirige o processo de argumentação. O terceiro fator caracteriza-se pelas relações de hierarquia, sendo que, de acordo com a autora, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2005, p. 39). Assim, a fala do presidente significa mais

do que a do ministro. Ou, pensando-se numa sociedade patriarcalista, a fala do homem significa mais do que a da mulher.

Esses mecanismos, segundo Orlandi (2005), fazem parte das formações imaginárias. O que leva a considerar que não são os sujeitos físicos, nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas as imagens que resultam de projeções. Essas projeções é que permitem passar do lugar para a posição sujeito, do lugar de presidente para a posição-sujeito presidente. O que significa no discurso são essas posições, em relação ao contexto sócio-histórico e à memória.

Dessa forma, as condições de produção implicam o que é material, o que é institucional e o mecanismo imaginário. Ou seja, a língua sujeita a equívoco e a historicidade, a formação social e as imagens do sujeito, pela posição que ocupa.

Na análise da materialidade textual-discursiva, importa a posição sujeito-autor, inscrita no discurso e os modos como projeta os personagens, inscrevendo-os numa posição moralista e conservadora, significando o seu dizer de um modo determinado.

A Ideologia e as Formações Discursivas

A noção de ideologia é uma das questões mais caras à AD, cujo ponto forte é a resignificação por meio da linguagem. A AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia e, segundo Orlandi (2005, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Assim posto, a língua materializa-se no discurso, que materializa a ideologia pela interpelação do indivíduo em sujeito, fazendo funcionar a relação língua-discurso-ideologia.

Pêcheux (1997 [1975], p. 144) aborda a questão da ideologia tomando emprestado de Althusser o termo “aparelho ideológico de

Estado” (AIE), buscando destacar que a ideologia não se reproduz, nem se impõe de maneira igual e homogênea à sociedade, como se fosse repetida por todos, tampouco resume a ideologia como “luta de classes” e, ainda, que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...”, mas que esta resiste pela instalação dos AIE, que funcionam como lugar não só da reprodução, mas também da

transformação das relações de produção de uma classe.

Em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985 [1970]), Althusser estabelece o conceito de ideologia e discute a organização social. Para o autor, toda organização social é rigidamente imposta ou definida pelas forças do Estado, o que ele designa como aparelhos repressores de Estado (ARE). É por meio dessa “força-repressão” do Estado, representado pelo governo, pela polícia, pelo administrativo, entre outros, que há o controle, que o ARE atua primeiramente pela violência, já que reprime, controla, limita e depois pela ideologia. Nesta conjuntura, o ARE é representado por uma força una: o Estado, instituição hegemônica e acima da sociedade. Em contraposição, mas funcionando juntos instalam-se os aparelhos ideológicos de Estado (AIE), representados pelas instituições (religião, família, escola, mídia, político etc.), reproduzindo e rompendo com os discursos dos aparelhos repressores do Estado pela ideologia. Configurando-se, portanto, como espaço de repetição e ao mesmo tempo de resistência, de confronto.

Nos estudos althusserianos sobre a ideologia distingue-se “ideologia particular” de “ideologia em geral”. A primeira “exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 12), na qual cada uma toma posições diferentes na região do discurso. *Lucíola*, a obra, representa essas tomadas de posição. A ideologia em geral, por sua

vez, caracteriza-se pela “abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 12). A partir da ideologia em geral, o autor se opõe

à noção de ideologia como representação da realidade, afirmando que “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 80), desse modo a ideologia se dá pelo imaginário, pelas formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade.

De acordo com Althusser, a ideologia se materializa na prática, em atos concretos a partir de aparelhos ideológicos. Não há prática sem ideologia e a inserção do indivíduo nas práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos o constitui como sujeito: “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito” (ALTHUSSER, 1985 [1970], p. 93).

Michel Pêcheux (1997 [1975]), ao discutir as questões ideológicas, concorda com Althusser sobre a interpelação dos indivíduos em sujeitos por meio da ideologia, problematizando as relações de produção numa sociedade. Na fundação da teoria discursiva, Pêcheux articula o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendendo-se nesse campo, a teoria das ideologias. A ideologia, segundo Pêcheux (1997 [1975]), domina pela instrumentalização nos/dos aparelhos ideológicos de Estado, numa espécie de lugar onde agem forças ideológicas contraditórias para mover as relações de produção. Porém, essa força não é simétrica, como realização em proveito próprio, tendo como referência a existência de uma sociedade, mas uma dissimulação das engrenagens que fazem funcionar os aparelhos, pois assim como as outras instâncias, o sujeito é livre e igual em direito, para livremente “assujeitar-se”. Dessa forma, o sujeito nunca é neutro nem livre da ideologia, “mas sempre-

já-sujeito” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 155), assujeitado.

É a ideologia que fornece a evidência do sujeito como origem, único e insubstituível e mascara “sob o caráter da ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 160). Pela ideologia o sujeito tem a ilusão de ser fonte e origem do seu dizer e que o sentido existe em si mesmo, porém o sentido é determinado pelas posições ideológicas dos sujeitos.

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas/reproduzidas (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 160).

Os sentidos só são relativamente estáveis, pois mudam conforme as posições ideológicas assumidas pelo sujeito. Dessa forma não existe sentido em si, mas sentidos possíveis, diferentes efeitos de sentido.

As posições ideológicas se inscrevem em formações ideológicas (FI), que se constituem “como conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

A FI tem como seu componente uma ou várias formações discursivas (FD), que determinam o que pode/deve ser dito. Do que se pode afirmar que a FD “é o lugar da constituição dos sentidos” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 162), e esses podem mudar/retornar pelo mesmo ou pelo diferente, deslizar, conforme a FD dada. FI e FD são componentes interligados, a primeira refere-se à ideologia e a segunda, às determinações do dizer

a partir do ideológico, nesse funcionamento, a FD materializa a FI no discurso.

Ainda de acordo com os pressupostos pecheutianos, toda FD dissimula, pela transparência de sentido, o fato de que “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 162). Tem-se, portanto, a ilusão de que aquilo que se diz é sempre novo e original, esquecendo-se que já foi dito antes sob a dependência do interdiscurso.

Funcionamentos da memória

O funcionamento do discurso se dá na relação entre a atualidade e a constituição do dizer num movimento em que aquilo que está sendo dito no fio do discurso significa pelo atravessamento do já-dito. O discurso linearizado (intradiscurso) é atravessado por outros discursos, oriundos de diferentes momentos e de diferentes lugares sociais, já-ditos (interdiscurso).

Conforme Orlandi (2010, p. 18), “o interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já dito. Ele é o saber, a memória discursiva”. Entendemos o interdiscurso como o domínio da memória, ou seja, é o já-dito que está relacionado com outros dizeres, que foram ditos em outros lugares, em determinadas condições, (re) significados nas formas como um dizer é redito, reformulado, produzindo deslizes, transferências de sentido em meio à língua e à história. De acordo com Courtine (2009, p. 74),

[...] o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso. É um lugar porque todos os sentidos estão lá, no domínio da memória, mas só vão fazer sentido no discurso quando convocados por uma FD determinada, funcionando por meio do trabalho realizado na relação entre memória e formulação.

A memória em AD não se refere às lembranças vividas, mas sim como um lugar no qual ficam estabilizados os discursos e que são acionados o tempo todo, reconstruídos, (re)-significados. Segundo Orlandi (2005, p. 31), a memória discursiva refere-se ao “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Dessa forma, a memória discursiva é a base de todo dizer, pois é o já-dito que possibilita novas e diferentes (re)formulações.

No discurso, os efeitos de sentidos se constituem pelos embates ideológicos e significam por meio da relação entre o interdiscurso (constituição dos sentidos, memória discursiva) e o intradiscurso (formulação). A formulação diz respeito ao eixo linear, à produção do discurso, sua atualidade, sua configuração em texto, a partir da produção de um efeito (imaginário) de unidade. Em AD, esse funcionamento se dá em dois eixos, conforme Courtine (2009), o eixo da constituição – interdiscurso – representada pelo eixo vertical e o eixo da formulação – intradiscurso – representada pelo eixo horizontal. A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na base do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seu sentido (ORLANDI, 2005, p. 33).

A partir do funcionamento dos conceitos mobilizados até aqui (FI, FD, interdiscurso, intradiscurso), podemos compreender o funcionamento da ideologia no funcionamento do sujeito e do sentido e os efeitos de evidência produzidos pela interpelação do indivíduo em sujeito discursivo.

A constituição do sujeito

A noção de sujeito nos estudos linguísticos foi tratada de diferentes formas, conforme a abordagem teórica. No Curso de Linguística Geral (1916), obra que dá à Linguística o estatuto de Ciência, o genebrino Saussure, divide a linguagem em língua e fala e, ao eleger a língua como objeto de estudo autônomo da Linguística, deixa fora de suas análises a fala, o sujeito e a história. Com esse corte, o mestre desconsidera a língua em sua subjetividade, aquele que fala e o contexto, focalizando seus estudos no objeto, tomado como sistemático e independente de

qualquer exterior. Com isso, Saussure deixa de fora “partes” fundamentais para os estudos linguísticos, pois desconsiderar a fala, aquele que produz a fala, que coloca a língua em atividade é deixar de lado o sentido, o significado. Há dessa forma, um apagamento do sujeito.

Os estudos saussurianos constituem-se como base para outras correntes linguísticas que surgem para dar conta daquilo que Saussure deixa de fora de suas análises. Inserem-se, neste contexto, as linguísticas enunciativas/textuais e as discursivas. É a partir desses estudos que o sujeito é reinserido nos estudos da linguagem.

O sujeito em AD é chamado à existência pela ideologia, que “interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2002, p. 66). Ao submeter-se à língua e à história, o sujeito se “assujeita” de forma “não quantificável”, já que, conforme a autora, não se mede o assujeitamento, pois, na perspectiva da AD, só se pode ser sujeito assujeitando-se, sem isto, “não tem como subjetivar-se”, ante o simbólico. A subjetividade, vale ressaltar, refere-se ao modo de constituição do sujeito no discurso, o tornar-se sujeito do discurso.

Da interpelação do indivíduo em sujeito do discurso resulta uma forma sujeito, viés pelo qual o sujeito do discurso se identifica com a FD que o constitui e que é, igualmente, responsável pela ilusão de unidade do sujeito. Neste processo de interpelação, “o assujeitamento é a própria possibilidade de ser sujeito. [...] Ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz)” (ORLANDI, 2010, p. 19). O sujeito esquece que não é origem do dizer, assim como esquece que há diferentes formas para dizer, que há outros sentidos possíveis.

Pêcheux (1997 [1975]) distingue duas formas de esquecimento no discurso. No esquecimento número 2, o sujeito acredita que aquilo que diz só pode ser dito daquela maneira e não outra e produz-se a ilusão que há uma “relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2005, p. 35). Dessa forma, acredita que tudo o que diz é porque foi imediatamente organizado pelo pensamento, esquecendo-se que é interpelado pela ideologia. O esquecimento número 1, se refere à ilusão do sujeito em controlar os seus dizeres, acreditando

ser fonte e origem do dizer; quando, na realidade, sempre são retomados sentidos já existentes.

Discursivamente, o sujeito é pensado como uma posição, um lugar e o modo como ocupa esse lugar, não lhe é acessível, pois “ele não tem acesso direto a exterioridade (interdiscurso) que o constitui” (ORLANDI, 2005, p. 49). Da mesma maneira, a língua não é transparente e o mundo apreensível. Não há forma de estar no discursivo sem constituir-se em uma posição-sujeito, sem inscrever-se em uma FD. O sujeito pode ocupar diferentes posições no discurso. Em se tratando de uma materialidade textual-literária, a posição de sujeito-autor é uma posição de um sujeito histórico, assujeitado ideologicamente, por ocupar uma

posição-sujeito na formação social que o constitui. Assumindo essa posição sujeito o autor projeta outros e diferentes sujeitos, que ocupam diferentes posições no discurso literário.

Pêcheux (1997 [1975]) aponta para os desdobramentos da forma-sujeito no interior da FD na qual se inscreve apresentando três modalidades de subjetivação do sujeito. Na primeira modalidade, o sujeito do discurso se identifica com a FD na qual se inscreve, aceitando, incorporando e reproduzindo os saberes dessa formação, o que caracteriza o discurso do bom sujeito. A segunda modalidade abre-se para a oposição, para a contradição, espaço da diferença que aponta para diferentes posições sujeito no interior da mesma FD, o que caracteriza a contra-identificação com o que rege a FD, designada como mau sujeito, aquele que questiona, que tem uma tomada de posição, no entanto não rompe com a FD, mesmo incomodado. Na terceira modalidade, ocorre o processo da desidentificação e o sujeito toma uma posição e rompe com os saberes da FD na qual, até então estava identificado, devido à contradição que se instaura. Segundo Pêcheux (1997 [1975], p. 270), a ideologia continua a funcionar, mas às avessas: “através do desenvolvimento de ideologias novas da interpelação ideológica”. Processo que

será observado na análise do corpus, no qual o sujeito-feminino desidentifica-se da FD na qual estava, mas automaticamente assujeita-se a outra FD.

No texto literário, tomado como *corpus* nesse estudo, o sujeito-feminino destacado como protagonista passa de uma FD a outra pela modalidade da desidentificação, quando rompe com a posição até então ocupada. Feitas as considerações teóricas, passamos aos modos como, nos gestos de leitura, podemos conceber a materialidade textual-literária, tomada como *corpus*, apontando a partir da teoria, outras possibilidades de leitura dessa materialidade.

Sobre a noção de texto na perspectiva discursiva

Ao se falar em texto atravessa-se a memória e discursos aprendidos nos bancos escolares, como a de que o texto é uma unidade de sentido, coesa e coerente, com começo, meio e fim. Assim, a forma como se organizam as palavras no texto é que vão lhe conferir sentido. Entretanto, para nós, conforme postula Orlandi (2001, p. 110), “o texto é um objeto histórico”, histórico enquanto discurso. O texto não é definido pela extensão, mas pelo fato de, ao ser referido à discursividade, constituir uma unidade de sentido em relação à situação.

Para a AD, que tem no texto seu ponto de partida de análise, a noção de unidade fechada em si mesma é uma ilusão, um efeito imaginário, pois o texto se abre, enquanto objeto simbólico, para diferentes possibilidades de leitura. Além disso, todo texto tem relação com outros textos, com suas condições de produção e com o interdiscurso. Assim, o texto não é visto apenas como um todo organizado, mas como unidade que encaminha para diferentes discursos, pois ele é a materialização/textualização/linearização do discurso.

Orlandi (2012, p. 65) concebe o texto como uma “peça no sentido de engrenagem. É uma peça que tem um jogo, jogo que permite o trabalho da interpretação, do equívoco”. Nesse sentido, o texto ‘representa’ uma unidade significativa, que funciona pela incompletude, pois na textualização do discurso, textualizam-se as falhas e os sentidos, ilusoriamente unos, deslizam para outros sentidos.

O texto caracteriza-se como espaço material concreto que organiza a significação e essa organização “é reflexo da ordem do discurso, não sendo possível se passar diretamente de um para outro” (ORLANDI, 2012c, p. 66). Dessa forma, o texto sinaliza, a partir dos conceitos teóricos mobilizados, como se organiza a discursividade, ou seja, como o sujeito é posto – neste caso nos

referimos ao sujeito autor, e ao sujeito-leitor como sua contraparte, e também aos personagens que representam sujeitos socialmente situados – e significado e o modo como, pelas condições de produção, materializam-se efeitos de sentidos.

Na perspectiva do discurso, o texto é um objeto linguístico-histórico, dotado de historicidade. Vale destacar que história e historicidade não se confundem, a primeira refere-se aos conteúdos, fatos históricos, a evidência, o lá fora refletido, o dado, enquanto a historicidade, que é constitutiva do texto, refere-se às tramas de sentidos no texto, o modo como significa, como funciona. Isto, em relação à história pensada fora da AD. Dessa forma, ao tomarmos o texto literário como unidade de análise não ignoramos os “dados históricos”, mas eles não são o centro da análise e não são tomados em si mesmos, mas no modo como significam na materialidade do texto. Faremos isso sim, uma análise que nos permita compreender os efeitos de sentidos que ressoam pelo texto literário, e o que o texto organiza em sua discursividade, já que para a AD o que interessa é compreender no texto o funcionamento do discurso e o modo como ele produz sentidos.

O texto é para o analista de discurso, o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. É o material bruto. Mas é também espaço significante. E não é das questões menos interessantes a de procurar saber como se põe um discurso no texto (ORLANDI, 2001, p. 115).

O texto é uma peça significativa que ganha efeito de unidade pelo gesto de autoria. O autor “é a representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (ORLANDI, 2005, p. 73). O efeito de unidade do texto é dado pelo autor que, no mesmo movimento constrói a unidade do sujeito.

O autor se insere num espaço de interpretação que deriva da sua relação com o interdiscurso e da sua inscrição em FDs específicas, assim no texto, pelo gesto autoral, ressoam efeitos de sentidos, resultantes da relação com aquilo que o autor diz/escreve com a exterioridade. Segundo Orlandi (2012b, p.15),

[...] o autor é carregado pela força da materialidade do texto, materialidade essa que é função do gesto de interpretação (do trabalho de autoria) na sua relação determinada (historicamente) com a exterioridade pelo interdiscurso.

A autoria é uma função discursiva do sujeito, não basta falar para constituir-se em autor, é preciso assumir esse papel social e, nessa medida, responsabilizar-se pelos efeitos de sentido ressoantes de seus dizeres, pois é do autor que se exige clareza, coerência, originalidade, criatividade, respeito às normas, unidade. Tais exigências, conforme Orlandi (2005), evidenciam o sujeito com suas intenções, tornando-o identificável e controlável, assujeitando-o. O autor tem um polo correspondente que é o leitor que, do mesmo modo que ele é afetado pelo sócio-histórico-ideológico. Dessa forma, seus gestos de leitura, definem-se, conforme a FD na qual se insere e as condições de produção. O autor produz gestos de interpretação sobre o real e o leitor os analisa, de-superficializa, para compreender os efeitos de sentidos materializados.

Considerações sobre a autoria e o sujeito-autor do texto literário

Discutir a noção de autoria em nosso trabalho é imprescindível, visto que trabalhamos com uma obra da literatura brasileira assinada por aquele que representa um momento de ruptura com aquilo que vinha consagrado, instaurando o novo, segundo Candido (2000, p. 202), “o único escritor

de nossa literatura a criar um mito heroico”. José de Alencar é, segundo a crítica, ponto central na história do Romantismo, período que para nós faz parte das condições de produção do texto tomado como corpus desse estudo.

Não nos interessa discutir o lugar do autor nos estudos literários, pois essa é uma discussão que foge aos nossos propósitos e nos desviaria de nosso objetivo, mas algumas noções sobre o autor são necessárias, para que se possa observar de que forma a entendemos. Vale salientar que trataremos do sujeito autor do texto literário, aquele que ‘pode’ (re)criar o mundo e neste gesto se significar, destacando-se os seus posicionamentos, os quais resultam da interpelação ideológico e do atravessamento pelo inconsciente, marcando seus posicionamentos interpelado pela ideologia. Nesse movimento, evidenciamos a sua inscrição em determinadas FDs, ocupando distintas posições sujeitos, decorrentes da ideologia.

Segundo Barthes (2004 [1968], p. 57), em a “Morte do autor”, jamais será possível saber quem de fato fala no texto literário, pois para ele “a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem”. Assim, a partir do momento em que a escrita se realiza, o autor morre para deixar viver o outro (o leitor), dando-lhe autonomia quando, na verdade, perde sua própria identidade.

A afirmação de que é a “língua que fala não o autor” (BARTHES, 2004 [1968], p. 59), nos leva a dizer, pelo viés discursivo, que se a língua fala é porque há um autor, um sujeito, interpelado pela ideologia, que fala a partir de determinada FD, atravessado pela memória discursiva, pelo interdiscurso, e é por isso que o que diz significa, faz sentido.

Linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve, assim como “eu” outra coisa não é senão aquele que diz “eu”: a língua conhece um “sujeito”, não uma “pessoa”, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para “sustentar” a língua, isto é, para exauri-la (BARTHES, 2004 [1968], p. 60 - grifos do autor).

Para nós, do ponto de vista linguístico-discursivo, o autor não é só aquele que escreve e morre, ou que ao escrever apaga-se, mas é, sim, aquele que ao dizer, ao se assumir como autor, significa a si mesmo, o mundo e o outro, justamente porque se inscreve em FDs específicas. O autor nunca pode exaurir a língua, pois ela vem atravessada pelo inconsciente, pela ideologia, ela é opaca, incompleta e repleta de furos, como uma peneira, que deixa vazar outros

sentidos pelas suas tramas, oferecendo lugar à interpretação, ao equívoco. O que há é a ilusão de completude, efeito de transparência, de esgotamento. Nem vazio, nem transparente, mas passível ao equívoco, ao deslize, ao sentido outro, que caracteriza a língua. Assim, é que a figura do leitor, do sujeito-leitor, do analista do discurso, entra em funcionamento diante das materialidades significantes, como o texto literário, nesse caso.

Diferente do que nos diz Barthes, o autor não morre, muito pelo contrário, ele se mostra, se subjetiva, se desnuda, ele ‘nasce’ ao tomar essa posição, a de sujeito-autor, com todas as suas implicações e é impelido, inconscientemente, a dizer somente aquilo que pode ou deve ser dito e na trama vazada da língua estão os efeitos de sentido. Com isso, não estamos dizendo que o estudo de uma obra literária deva ser feito a partir da autoria ou que tudo o que está dito na obra literária é um espelho da vida do autor, pois nesse sentido

ele morre de fato e quem fala é um outro, não o indivíduo José de Alencar, por exemplo, mas o sujeito-autor. O que estamos querendo dizer, é que esse sujeito-autor é interpelado inconscientemente pela ideologia e que ao representar, ao ficcionalizar, ao narrar o faz por essa interpelação ideológica e acaba, ou reproduzindo os discursos da época, como bom sujeito, ou instaura o novo, transformando-os, contradizendo-os, o que poderia colocá-lo numa posição de mau sujeito.

Em nosso caso, por exemplo, o sujeito-autor repete os discursos da época, pois a personagem principal, Lúcia, prostituta, mesmo se desidentificando com a posição até então ocupada, não pode viver feliz com o homem que ama. Mesmo deixando a prostituição acaba morta. A morte como redenção? Talvez, pois é um efeito de sentido possível, uma solução romântica para redimi-la, mas para nós aí ressoa um outro sentido, proveniente da ideologia da época: um homem de bem, respeitável, não se casa com uma cortesã ou a cortesã não tem espaço na sociedade para viver um relacionamento e ser respeitada como senhora, mãe de família. Ela não cabe neste lugar.

Outra noção de autoria relevante é a apresentada por Michel Foucault em “O que é um autor?” (2009 [1969]), na qual tece reflexões acerca da autoria para examinar de que maneira texto e autor estão relacionados e não é contrário à ideia de que a escrita se realiza com a morte do autor: “a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel de morto no jogo da escrita” (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 267). No entanto, segundo Foucault, há duas noções que asseguram a existência do autor: a noção de obra e a de escrita, que ele apresenta de forma problematizada. Para o autor, a consideração dessas noções “bloqueia a certeza da desaparecimento do autor” (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 271). Dessa forma, a materialidade discursiva

resultante da posição assumida com a autoria, dá ao autor não o desaparecimento, mas uma forma de ‘congelamento’, como se ele se protegesse dos efeitos do tempo.

Foucault (2009 [1969], p. 273) considera ainda a noção de nome próprio, que não é, segundo ele, “exatamente um nome próprio como os outros”, já que exerce papel específico em relação aos discursos. É a partir do nome do autor, por exemplo, que se seguem as funções classificatórias, agrupamentos, limites.

O nome do autor funciona para caracterizar em certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 273-274 - grifos do autor).

Para o autor, a noção de nome próprio não passa do interior de um discurso ao indivíduo real, mas está saturado no texto, localizado na “ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser” (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 274). Assim, Foucault, vai discutir acerca da “função autor”, que se dá mediante o cumprimento de certas condições que dão suporte à “existência, circulação e recepção dos discursos no interior de uma sociedade”.

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (FOUCAULT, 2009 [1969], p. 279- 280).

A função autor, na concepção de Foucault, refere-se ao modo de circulação e funcionamento de diferentes discursos, não se trata do indivíduo real, nem do narrador ou escritor do texto, mas de uma dispersão de “vozes” que preenche o discurso e instaura a discursividade.

Em AD, a noção de autor é uma função da noção de sujeito, “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 2012, p. 69). Ou seja, o autor nesta perspectiva, produz um lugar de interpretação e, é aí que reside sua particularidade. De acordo com Orlandi (2012b), o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. A produção do interpretável inscreve o dizer na base do repetível, enquanto memória constitutiva. O sujeito assume sua posição de autor, inscrevendo sua formulação no interdiscurso, assim ele historiciza seu dizer, o que faz com que a língua signifique.

Conforme Orlandi, “a inscrição do dizer no repetível histórico (interdiscurso) é que traz para a questão do autor a relação com a interpretação, pois o sentido que não historiciza é ininteligível, ininterpretável, incompreensível” (ORLANDI, 2012, p.70). Podemos dizer que a noção de autoria está relacionada ao modo de inscrição no discurso. O sujeito fala de uma posição específica, posição essa inscrita no social, que representa a fonte do dizer. O sujeito, nesse sentido, assina seu dizer autorizado pela posição social de autor que ocupa, por isso sujeito-autor. Essa relação sujeito-autor produz no texto escrito, materialidade com a qual lidamos, o efeito de verdade, de real, de unidade, de completude.

O sujeito-autor, ao colocar-se na posição de autoria, responsabiliza-se pelos seus efeitos de sentido, dentre eles, o efeito de unidade, o texto simbolicamente fechado e ilusoriamente completo. O sujeito-autor do texto literário aparece diluído, simulando que o conteúdo

do dizer é de responsabilidade de sujeitos-personagens inventados ou que se sustentam em um real histórico, recriados em função de critérios de verdade e objetividade. Assim, na trama de sentidos que compõe o texto literário, encontramos discursos presentes em nossa sociedade, já que este se faz sempre num movimento atravessado pela formulação e pela constituição, materializado no movimento entre repetições e deslizamentos.

Essa simulação do dizer, essa diluição do autor, é observável em *Lucíola*, pois o que se apresenta é um autor/narrador da trama, aquele que conta os fatos (Paulo Silva), outro que os organiza em livro (G. M) e outro que assina a obra, aquele que tem autoridade e se assume como autor: José de Alencar. No entanto, tal autoria, segundo Ribeiro (2008), só foi assumida muito mais tarde, em 1873, em documento que veio a público em 1893, dezesseis anos depois de sua morte. Chamamos a atenção o modo como se constitui essa cena: a do autor (José de Alencar), que cria outro autor (Paulo Silva) que só se torna autor pelo gesto do outro (G.M), que lhe possibilita ocupar essa posição no discurso.

A primeira nota do romance dirige-se àquele que conta os fatos, Paulo Silva, por meio de cartas endereçadas à senhora G.M, que as organiza em livro. Neste caso, a figura do narrador é subsumida pela do autor, pelo gesto de outro sujeito colocado em cena. Autor e narrador são, na ficção, a mesma pessoa. Nesta nota, assinada por G.M., algumas considerações são tecidas sobre a criação/produção da história que será descortinada na sequência. Vale a pena reproduzi-la na íntegra:

Ao Autor

Reuni suas cartas e fiz um livro.

Eis o destino que lhes dou; quanto ao título, não me foi difícil achar.

O nome da moça, cujo perfil o senhor desenhou com tanto esmero, lembrou-me o nome

de um inseto.

Lucíola é o lampiro noturno que brilha de uma luz tão viva no scio da treva e à beira dos charcos. Não será a imagem verdadeira da mulher que no abismo da perdição conserva a pureza d'alma?

Deixe que raivem os moralistas.

A sua história não tem pretensões a vestal. É musa cristã: vai trilhando o pó com os olhos do céu. Podem as urzes do caminho dilacerar-lhe a roupa: veste-a a virtude.

Demais, se o livro cair nas mãos de alguma das poucas mulheres que leem neste país, ela verá estátuas e quadros de mitologia, a que não falta nem o véu da graça, nem a folha da figueira, símbolos do pudor no Olimpo e no Paraíso terrestre.

Novembro de 1861.

G.M.

(ALENCAR, 2011, p. 11)

Esse sujeito-autor não se apaga no texto, pelo contrário ele se mostra quando se dirige à G.M, “guardião da ordem e dos valores morais da sociedade” (FARIA, 2011, p. 08)¹⁴. Na primeira página do romance, o sujeito-autor marca seu posicionamento e se diz no texto, justificando-se, desculpando-se e se revelando a sua leitora, G.M. Trata-se de um sujeito que não se compromete socialmente, conta sua história por meio de cartas e quem fala é G.M.

Há um jogo de ‘quem tem a palavra neste texto’, o autor que assina a obra coloca em cena uma mulher dirigindo-se ao suposto autor da história, ela mesma ao colocar sua escrita como base dessa história, reivindica um lugar de autoria. A história fica, então, dividida entre sujeitos que a contam. Esta mulher, por sua vez, assume uma posição-sujeito, ao dizer do não-lugar ou da não-autonomia da mulher nesta sociedade. Ela em geral não tem direito às letras, e, ainda quando o tem, o tem balizado pelo discurso do homem.

É um jogo bem arquitetado, pois ao tratar do tema da vida da cortesã, incomum para os padrões da época, o jovem Alencar, para não “macular seu perfil de autor recomendável para as moças de família” (RIBEIRO, 2008, p. 77), não assina o livro, fazendo com que Paulo assumira existência real, não só como personagem da história narrada, mas também da vida literária, já que, supostamente, também é autor de outro perfil de mulher: *Diva* (1864).

Segundo Almeida (2011, p. 113), é no espaço de jogo, “deslizamentos e metáforas indefinidos da língua que o sujeito-escritor [sujeito-autor] se define pela busca incessante de apreensão do real. Um real literário sempre outro”, porque não se trata de espelhamento da realidade. Na posição que tomamos, o real sofre uma transformação advinda da relação com a história e o inconsciente, ou seja, o real na literatura é um efeito, um gesto interpretativo, nunca é completo. Embora tenha o efeito de completude é constituído pela falha, pelo equívoco, via pela qual surge a questão do sentido. Segundo Pêcheux (1997 [1975], p. 169), “o romancista cria ‘seu mundo’, ‘fora da realidade’, com seus objetos próprios, suas qualidades e propriedades específicas, etc., em convivência com o leitor”. Dessa forma, a realidade, o real, da/na literatura é uma recriação do mundo, possibilidade de instauração do real, num jogo discursivo no qual o sujeito-autor, cria um mundo, cria um sujeito, significando-o e sendo nele significado.

O texto literário é, assim, uma modalidade de ficção, conforme Pêcheux (1997 [1975]), no qual a língua se apresenta como ficção, em relação ao sujeito, à história e a própria língua. Dessa forma, o texto ficcional produz um efeito do real, do sujeito e da língua, a partir da interpelação do indivíduo em sujeito-autor. De acordo com Almeida (2012), a materialidade discursiva literária inscreve o sujeito autor no real do discurso, pelo saber suposto de

uma memória discursiva literária, apontando para os diferentes processos de constituição dessa forma-sujeito autor.

É em relação ao discurso literário materializado na língua de umou-de-outro modo que a posição sujeito-escritor clássica, romântico-moderna, contemporânea, marginal, brasileira, nacional, etc., significam. Ou seja, são posições sujeito-escritor estruturadas diferentemente nas/pelas falhas da cadeia significante, por uma inscrição na língua e por determinações ideológicas (ALMEIDA, 2012, p. 82).

Sendo assim, o sujeito-autor é interpelado ideologicamente, conforme sua inscrição na língua neste ou noutro momento estético. Aquilo que se tematiza na literatura e a forma como é tratado corresponde, conforme o lugar de onde olhamos esse domínio teórico, às condições de produção do discurso. Assim, um romance inserido no romantismo é diferente do realismo, do simbolismo, do modernismo ou de qualquer outro, justamente pelas determinações ideológicas que estruturam as posições sujeito-autor.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos mostrar que, do nosso ponto de vista, o texto literário é uma materialidade significativa que se abre para múltiplos sentidos, sinalizando, a partir dos conceitos teóricos mobilizados, como o sujeito é posto e significado e o modo como, pelas condições de produção, materializam-se efeitos de sentidos. Sendo o texto, a partir da perspectiva discursiva, uma peça significativa que ganha efeito de unidade pelo gesto de autoria, tecemos algumas considerações sobre o sujeito autor. E, diferente do que preconiza Barthes (1968 [2004]) e Foucault (1969 [2009]), entendemos que o sujeito que ocupa a posição de autor no texto não morre, pelo contrário, ele nasce, porque ao significar o outro também se significa, pois é inconscientemente, interpelado pela ideologia.

Ao trazer à tona essa discussão pudemos explicitar o jogo de quem tem a voz na materialidade textual-literária tomada como corpus. Ao projetar um outro como autor, José de Alencar, produz um efeito de apagamento, mascarando-se, sem se comprometer socialmente com os fatos narrados. Esse jogo autoral que o sujeito-autor instala, mostra, entre outras coisas que, embora trate de uma temática inédita (a vida da cortesã), não caracteriza o discurso do mau-sujeito, pois não há a contra-identificação do sujeito-autor com a FD na qual se inscreve.

Há, conforme sinalizamos, contradições no interior da FD. O efeito de sentido que ressoa é o do bom sujeito, pois o que significa é a relação de repetição e de reprodução com os saberes da FD. Por isso, é que nos referimos ao sujeito-autor como ‘reduplicador’ de consciências e de comportamentos sociais, aceitos e valorizados.

Vale destacar que, apesar de pensar na subjetividade forjada pela ilusão do sujeito-autor de ser a origem do dizer, na perspectiva discursiva, trabalhamos com uma teoria não-subjetiva da subjetividade, em que o sujeito é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente (cf. PÊCHEUX, 1997 [1975]). Dessa forma, ideologicamente interpelado, o sujeito acredita na evidência e na unidade do seu dizer, porque a interpelação é inconsciente, referendando que o sujeito não é livre para dizer o que quer, porque sempre se inscreve em uma FD, que determina o dizer e o não dizer. Daí dizermos que, na posição de cronista, Alencar é um ‘reduplicador’ de comportamentos, na medida em que repete aquilo que é posto ideologicamente pela sociedade da época. Embora trate de uma temática nova, dando voz a uma mulher – importante frisar que não se trata de qualquer mulher, mas de uma prostituta – o autor não rompe com as determinações da FD na qual se inscreve. Assim, há fissuras, lacunas no seu

dizer, há o novo, mas não rompimentos, fazendo com que, no fio do discurso, funcione a paráfrase. Trata-se daquilo que Pêcheux (1997 [1975]) chama de contra-indentificação, quando os saberes que constituem a FD não são inteiramente seguidos, tendo em vista que o sujeito se afasta, questionando ou resistindo ao que está posto.

Referências

ALENCAR, José Martiniano de. **Lucíola**. Porto Alegre: L&PM, 2011. Coleção L&PM POCKET. V. 172.

ALMEIDA, Eliana de. Língua, poesia e arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p.108-117.

ALTHUSSER, Louis. (1970) **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. Walter J. Evangelista; Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Original em francês.

BARTHES, Roland. A morte do autor. (1968) In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Andrea Stahel M. da Silva. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Roland Barthes. p. 57-64.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momento decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000. V. I. e II.

CANDIDO, Antonio. et al. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio. et al. **A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 1992**.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFScar, 2009.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969) In: FOUCAULT, Michel. **Estética, literatura e pintura, música e cinema**. (org.). Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Coleção Ditos e Escritos III. p. 264-298

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 11-31.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 65-72.

ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. In: **Organon 23**, Porto Alegre, RS, v. 09, n. 23, p. 109- 116, 2001.

PÊCHEUX, Michel. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi [et al]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. Coleção Repertórios.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani. et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. Coleção repertórios. p. 163-252.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Saberes e sabores ou conversas sobre História e Literatura. **História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 45, p. 15-33, jul/dez. 2011.

PETRI, Verli. **O imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação dos mitos em Contos Gauchescos**, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. 332f. Tese (Pós- 115 Graduação em Letras – área de Teorias do Texto e do Discurso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre.

RIBEIRO, Luis Felipe. **Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2007. Série Princípios.

Submissão: 16 de novembro de 2019.

Aceite: 18 de novembro de 2019.

PENSAR A ANÁLISE DO DISCURSO “COM” MICHEL FOUCAULT: A ARQUEOLOGIA COMO POSSIBILIDADE ANALÍTICA

Antônio Fernandes Júnior¹

Carine Caetano Drumond²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo, primeiramente, mapear por quais caminhos teóricos o pensamento de Michel Foucault adentra o campo da Análise dos Discursos de orientação francesa (doravante AD), em especial pela via de uma nova concepção histórica que autores como Jean-Jacques Courtine, ainda num projeto pecheutiano dos anos 1970/1980, introduzem nos estudos discursivos realizados à época. Investigar como se deu a apropriação teórica daquele autor pela AD e compreender em que consiste o “pensar com Foucault”, tomando por referência a expressão cunhada por Courtine (2013), indica como o pensamento foucaultiano, em particular a arqueologia com sua ênfase na relação Discurso/História, pode-se configurar, metodologicamente, como uma analítica que tem por eixo condutor a trajetória sócio-histórica de formação das discursividades, ressaltando a dimensão crítica das análises.

PALAVRAS-CHAVE: *Análise de Discurso; Michel Foucault; Arqueologia.*

THINKING DISCOURSE ANALYSIS “WITH” MICHEL FOUCAULT:

ARCHAEOLOGY AS ANALYTIC POSSIBILITY

ABSTRACT: This article aims at, firstly, mapping the theoretical paths through which Michel Foucault thinking enters the field of French Discourse Analyses (henceforth DA), specially through the way of a new historical concept that authors such as Jean-Jacques Courtine, still in a pecheutian project of the 1970s/1980s, introduce in the discursive studies at the time. Investigate how the theoretical appropriation of that author by DA occurred and understand what the “thinking with Foucault” consists, considering as reference the expression coined by Courtine (2013), indicates how the foucaultian thinking, in particular the archaeology with its emphasis in the relation Discourse/History, can be configured, methodologically, as an analytics that presents as its leading axis the socio-historical path of formation of discursivities, highlighting the critical dimension of the analyses.

KEYWORDS: Discourse analysis; Michel Foucault; Archaeology.

¹ Professor Doutor em Estudos literários pela FCLar/UNESP. Docente na Graduação e Pós-graduação em Letras na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. E-mail: tonyfer@uol.com.br

² Mestre em Letras (Estudos da Linguagem) pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. E-mail: cacaetano2209@gmail.com

INTRODUÇÃO

Perguntar por quais caminhos teóricos o pensamento foucaultiano adentra o campo da Análise dos Discursos (doravante AD) – sabendo ser Michel Foucault um autor que, mesmo sem a pretensão de instituir um campo do saber, inspirou e continua inspirando tantos estudos de natureza discursiva – remete a pesquisa ao percurso histórico de constituição da AD enquanto campo científico fundado por Michel Pêcheux, nos anos 1970 e 1980, na França. Se esse percurso investigativo, objeto de reflexão já desenvolvida em outras ocasiões³, foge à temática aqui proposta, é importante fazer-lhe uma referência inicial visto que, somente a partir dele, foi possível perceber que pensar discursivamente “com” Foucault implica uma certa especificidade de raciocínio.

Acerca do projeto pecheutiano de fundar um campo científico, Maldidier (2003, p.16) comenta que ele nasceu “sob o signo da articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise” o que confere à AD a característica de ser um campo de “entremeio”, sujeito a várias influências e incorporações teóricas provenientes de diferentes matrizes epistemológicas e diferentes autores, dentre os principais, na avaliação de Gregolin (2003; 2007), Saussure, Althusser, Lacan, Bakhtin e Foucault. Paula e Fernandes Júnior (2014, p.197) lembram que “embora as abordagens teóricas sobre o discurso transitem nos entremeios da Linguística, da História e das teorias do sujeito, ocorrem de elas gravitarem com maior ênfase em torno de um desses eixos”, conforme o posicionamento teórico-metodológico adotado pelo pesquisador. Optar, por exemplo, pela proposta teórica de Michel Pêcheux, autor que não abandona, mesmo após muitas reformulações teóricas de seu projeto, a primazia da Linguística; ou por Michel Foucault,

³ Sobre essa questão consultar Paula e Fernandes Júnior (2014).

para quem a noção de “acontecimento” a partir de um novo sentido histórico apresenta-se como pano de fundo para sua arqueologia, implica em conferir às análises discursivas uma ênfase mais lingüística, no caso do primeiro, ou de maior “espessura” sócio-histórica, (SARGENTINI, 2010), no caso de Foucault. (PAULA e FERNANDES JÚNIOR, 2014).

Na adequação à temática da AD de orientação foucaultiana proposta para esta ocasião e provocados pela leitura do livro *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*, de Jean Jacques Courtine, publicado em 2011 na França e traduzido no Brasil em 2013, nossos objetivos se direcionam para a busca da especificidade de raciocínio que caracteriza o “pensar com Foucault”, no estreitamento das questões discursivas com a História. A opção teórico-metodológica de pensar discursivamente “com” Foucault, em especial a partir da ênfase arqueológica, nos deixou mais próximos da História e do Discurso do que da Linguística e do Texto, já que para Foucault as questões relativas aos discursos são apenas “secundariamente” um “problema lingüístico”. (COURTINE, 2013). Nas tensões entre a Linguística e a História, optar pela arqueologia como método que se encarrega da descrição histórica dos acontecimentos discursivos confere a essa última maior relevância nas análises da linguagem, numa chave de leitura corroborada por Courtine (2008, 2009, 2013) e também pelos próprios analistas dos discursos. (FERNANDES, 2012; SARGENTINI, 2010; PIOVEZANI E SARGENTINI, 2011).

Esperamos que ao percorrer esses caminhos de influências teóricas, ao delimitar a especificidade e indicar as contribuições que o pensar discursivamente “com” Foucault oferece ao campo da AD, tendo na arqueologia uma possibilidade analítica, as análises discursivas de orientação foucaultiana, para além da mera

aplicação de “conceitos operatórios” aos objetos numa perspectiva “intradiscursiva”⁴, também se comprometam com a seguinte implicação teórico-metodológica: é principalmente no estreitamento dos aspectos discursivos com a dimensão sócio-histórica que os constituem, no mapeamento descritivo da rede de fatores “extradiscursivos” que também constituem as discursividades no âmbito de seus surgimentos e funcionamentos sociais, que a arqueologia se configura, mais efetivamente, como analítica crítica e política da linguagem, denunciando as arbitrariedades que se inscrevem nos discursos e desconstruindo os estereótipos que modelam pensamentos e práticas.

1. O PENSAMENTO DE FOUCAULT ADENTRA O CAMPO DA ANÁLISE DISCURSIVA

Maldidier (2003) refere-se à entrada do pensamento de Foucault no campo da AD como um “caminho complexo” marcado por tensionamentos, críticas e reformulações. Nos anos 1976-1979, quando Pêcheux tenta dar novo fôlego ao projeto althusseriano, num momento acadêmico em que o projeto marxista já estava em crise, Michel Foucault é criticado abertamente por Pêcheux e classificado de “marxista paralelo” por não reconhecer a existência da “luta ideológica de classes”⁵. (GREGOLIN, 2007). Para aquela autora, “Se Michel Pêcheux teve sempre o sentimento

4 Em *Resposta a uma Questão*, Foucault (2010) comenta acerca de três níveis analíticos: o nível “intradiscursivo” (diz respeito às dependências entre os objetos, as operações, os conceitos de uma mesma formação discursiva), “interdiscursivo” (dependências entre formações discursivas diferentes) e “extradiscursivo” (dependências entre as transformações discursivas e todo o jogo de mudanças econômicas, políticas e sociais), fazendo aparecer “o feixe polimorfo das correlações” que se configuram em torno dos objetos discursivos.

5 Dentre as críticas feitas, particularmente as que passam pelo “crivo marxista”, o pensamento arqueológico de Foucault é acusado de ser limitado tanto em termos teóricos quanto metodológicos, ao não assumir um ponto de vista de classe, ao não explicitar a noção de ideologia, ao não considerar o materialismo histórico das relações de produção na produção dos discursos. (LECOURT, 1996).

de trabalhar não longe de Foucault, em 1977, ele acentua sua diferença”, mas logo em seguida, faz a ressalva de que: “está próximo, no entanto, o tempo em que aparecerá a necessidade de ler enfim Foucault.”. (MALDIDIER, 2003, p.64).

Segundo Gregolin (2007, p.156), o “divisor de águas” que indica um afastamento das posições althusserianas e uma proximidade com as ideias de Foucault foi o Colóquio *Matérialités Discursives* realizado em 1980, quando “historiadores do discurso” como Jean-Jacques Courtine, J. Guilhaumou, Régine Robin, Denise Maldidier encarregam-se “de fazer ver a importância de Foucault para a análise do discurso, focalizando as inter-relações entre a materialidade do discurso e a história”. O texto *O estranho espelho da análise do discurso*, de 1981, escrito como apresentação ao trabalho de Courtine sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos é uma profunda autocrítica do próprio Pêcheux às contradições teóricas e políticas até então adotadas em seu projeto discursivo. (MALDIDIER, 2003; GREGOLIN, 2007). A partir desse texto e nos anos finais do projeto pecheutiano, principalmente em dois outros escritos, *Leitura e Memória*, de 1981, e *Discurso: estrutura ou acontecimento*, de 1983, há uma interpelação fortemente foucaultiana no pensamento de Pêcheux. (GREGOLIN, 2007).

Gregolin (2007, 2013), em duas ocasiões, discorre sobre esses “diálogos e duelos” entre Foucault e Pêcheux. Na primeira, lembra que “nunca houve qualquer resposta direta de Foucault às críticas pecheutianas”, de modo que a figura de Foucault aparece “como um adversário estimulante, um interlocutor que exerce sobre Pêcheux, ao mesmo tempo, fascínio pelas possibilidades de suas propostas para a análise do discurso e recusa pelo lugar político em que se situa.”. (GREGOLIN, 2007, p.145). A outra ocasião, em fala proferida em minicurso, a professora relata que “quanto mais lia Michel Pêcheux, mais percebia a presença de

um outro, às vezes nomeado, outras vezes não. E esse outro, um adversário estimulante, era Michel Foucault.”. (GREGOLIN, 2013).

É com *A Arqueologia do saber*, obra de 1969 na qual se encontra uma sistematização da proposta arqueológica de Foucault, que o pensamento do autor passa a exercer influência direta no campo da AD. Piovezani (2009) conta que algumas noções arqueológicas trabalhadas por Foucault já circulavam entre os analistas do discurso e já haviam sido criticadas e incorporadas à AD, como por exemplo, a noção de “formação discursiva”. A respeito dessa noção, Maldidier (2003) relata sua apropriação pelo grupo de Pêcheux: inicialmente pensado por Michel Foucault em *A Arqueologia do saber*, a noção de “formação discursiva” é introduzida em *Língua, Linguagem, Discurso*, de 1971, e posteriormente reformulada em *Semântica e Discurso*, de 1975, quando Pêcheux articula “formação discursiva” com “formação ideológica”. Gregolin (2007) comenta que o uso no interior da AD e a adequação teórica da noção de “formação discursiva” à perspectiva marxista-althusseriana produziu muitos efeitos no projeto discursivo de Pêcheux. Um deles foi a crítica postulada por Courtine ao “uso fechado” dessa noção na perspectiva ideológica da luta de classes e, posteriormente, a própria retrospectiva autocrítica de Pêcheux quando, ao entender o discurso como da ordem da estrutura e do acontecimento, atribui a ele uma dimensão de devir histórico, afastando-se da concepção determinista de História recorrente nas leituras marxistas.

Já sob influência dos pensamentos de Foucault e de Deleuze, no caso de Jean-Marie Marandin, este e Jean-Jacques Courtine são lembrados não só por Piovezani (2009) como também por Maldidier (2003) e Gregolin (2007, p.155) para quem Courtine teve um papel central nessa “leitura sem filtro” de Foucault. O encontro de Pêcheux com Marandin pareceu ser decisivo

para Foucault adentrar mais explicitamente o campo da AD, sobretudo a partir do “novo sentido histórico” que a noção de “acontecimento” conferiu aos estudos discursivos⁶. Assim Maldidier (2003) apresenta Marandin:

Fora da esfera do marxismo, ele tinha lido Deleuze e sobretudo o Foucault de *A Arqueologia do Saber*, sobre o qual ele toma grande apoio. Ele também tinha – e muito bem – lido Michel Pêcheux. Sua relação com este último se exprimia na sua tese, com seus germens, mas também com crítica. [...] À distância da referência marxista, ele mostrava a via de uma leitura “sem filtro” de Foucault, permitindo orientar a análise para a singularidade do acontecimento discursivo. (MALDIDIER, 2003, p.72).

Sobre Courtine, Maldidier (2003, p.75) menciona a defesa de sua tese posteriormente transformada em livro – *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, de 1981, referindo-se a ela como: “uma tentativa de síntese extremamente brilhante entre as proposições de Foucault e a teoria do discurso.”⁷. É nesse trabalho que Courtine postula a crítica à noção de “formação discursiva” “pelo crivo do marxismo” e, segundo Gregolin (2007, p.174), o autor “toma um caminho que é, política e teoricamente, ‘desconfortável’, apontando, ao mesmo tempo, falhas teóricas e falhas políticas nos pressupostos de base da análise do discurso, fortemente centrados nas teses althusserianas.”. Em entrevista mais recente a Nilton Milanez (2013, p.57), ao ser nomeado como aquele que “‘quebrou os espelhos’, como dizia Pêcheux, e trouxe Foucault para a *Análise do Discurso*”, em um momento

⁶ A partir desse “novo sentido”, os acontecimentos históricos são tidos por descontínuos e múltiplos, dispersos temporalmente, mas marcados na pontualidade de suas emergências e nas trajetórias de suas proveniências, formando séries discursivas a partir das quais, é possível “estabelecer séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o lugar do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição.”. (FOUCAULT, 2012, p.53).

⁷ Maldidier (2003) ressalta ainda a introdução do conceito de “memória discursiva” na AD a partir das reflexões de Courtine sobre o conceito de “campo associado”, presente em *A Arqueologia do Saber*.

histórico a que se seguiram “dolorosas rupturas” com o projeto discursivo pecheutiano inicial, Courtine responde que seu “papel na Análise do Discurso é muito mais modesto e bem menos importante que isso”, já que seu trabalho, àquela época, consistiu em fazer das noções foucaultianas conceitos operatórios no domínio da AD. Ainda em 1981, no livro supracitado, Courtine (2009) já apontava para o “pouco caso” que a AD atribuiu ao pensamento de Foucault, falando de suas ressalvas à maneira como as noções de Foucault foram apropriadas:

[...] em certo número de pontos, o objetivo e o objeto da AD e da *Arqueologia* divergem consideravelmente; isso significa que se encontrará na problemática de Foucault muito mais uma prática teórica exemplar na construção do conceito de FD do que uma bateria de noções aplicáveis imediatamente à AD: reler Foucault não é “aplicá-lo” à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD. (COURTINE, 2009, p.82).

A trajetória teórica de Courtine e seus posicionamentos posteriores quanto ao campo da AD são bem ilustrativos das mudanças de concepção a que o projeto original de Pêcheux esteve sujeito. Gregolin (2008, p.21) chega a comentar que desde seu trabalho relativo ao discurso comunista, “seu pensamento não parou de produzir transformações no campo dos estudos discursivos”, principalmente naquilo que se refere à relação Discurso/História, sob a qual recai a ênfase deste artigo⁸. Ao que tudo indica, na articulação entre Discurso e História e tomando a trajetória de Courtine por referência, a entrada do pensamento de Foucault no campo da AD parece ter provocado certo deslocamento da perspectiva linguística para a perspectiva histórica, de modo que, nos estudos discursivos de orientação

⁸ De um “diálogo muito estreito com Pêcheux” a um distanciamento explícito das ideias discursivas, por mais de uma vez (MILANEZ, 2013; FERNANDES, 2010; COURTINE, 2013), Courtine reitera a atual posição de suas pesquisas ligadas às questões históricas sobre o corpo, a fala pública e as imagens, trabalhando “no interior de um campo em construção que (o próprio autor) tem denominado de **Semiologia Histórica**.” (GREGOLIN, 2008, p.28).

foucaultiana, a questão das discursividades se coloca em outros termos que necessariamente passam pela dimensão histórica, numa perspectiva que dialoga com os postulados de uma nova História⁹. Nas palavras de Courtine: “A dimensão histórica me parece fazer parte integrante de uma Análise do Discurso que desejaria continuar a se situar na perspectiva de sua fundação.”. (MILANEZ, 2013, p.58). E, obviamente, essa influência no campo da AD reflete também na trajetória dos analistas que optam por pensar discursivamente “com” Foucault e, por conseguinte, reflete também no próprio campo científico, conferindo-lhe uma matriz teórico-metodológica pautada na descrição da “espessura” sócio-histórica dos acontecimentos (SARGENTINI, 2010), numa ênfase arqueológica das discursividades historicamente constituídas.

Assim, no percurso teórico que tenta compreender a linha que liga Michel Pêcheux a Michel Foucault, é nos anos 1980-1983, e a partir deles, que se dá, de maneira mais direta, a entrada do pensamento de Foucault no campo da AD. Isso ocorre num período em que o projeto pecheutiano encontra-se em “desconstrução-reconstrução” e estende sua perspectiva histórica para fora do domínio marxista, se abrindo ao confronto com outras disciplinas e se reconhecendo como apenas mais uma disciplina “que têm a ver com o discurso”. (MALDIDIER, 2003, p.71). O novo sentido histórico proposto por Michel Foucault vai

⁹ Em contraposição à concepção tradicional de História, “o novo sentido histórico” proposto por Foucault e inspirado em Nietzsche (FOUCAULT, 2008d), basicamente concebe a História de maneira descontínua, abrindo a perspectiva a uma pluralidade de historicidades e acontecimentos dispersos, cada qual em sua periodização, com certa probabilidade de eles se entrecruzarem e de estarem interligados numa rede de relações discursivas e não-discursivas, donde emergem as discursividades como coisas ditas. Em *Retornar à História*, Foucault reforça essa pluralidade de historicidades trazendo a ideia de uma “história serial” que tem na mudança e no acontecimento, e não mais no tempo e no passado, suas noções fundamentais. A História “aparece não como uma grande continuidade sob uma descontinuidade aparente, mas como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas”, com tipos de duração diferentes, uma “multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” e se correlacionam. (FOUCAULT, 2008e, p.293).

conferir à noção de discurso uma particularidade até então não operada no campo da AD: uma certa independência do discurso em relação à língua, questão problematizada por Courtine (2009) em *Análise do discurso político* e também por Possenti (2009, p.62), quando este afirma ser Foucault, dentre os autores usualmente associados à AD, “certamente o que está mais longe da lingüística”. Com a arqueologia de Michel Foucault, a articulação entre Discurso e História parece ganhar certa autonomia em relação à Linguística e às questões textuais. Nos termos de Courtine (2013), pensar a AD “com” Foucault requer um estreitamento com a História e isso será desenvolvido a seguir.

2. PENSAR DISCURSIVAMENTE “COM” FOUCAULT

Levar a cabo a proposta de Courtine de pensar “com” Foucault é reafirmar algumas considerações que, embora já sabidas aos analistas dos discursos, é de bom grado serem reforçadas. A primeira diz respeito ao fato de que as tentativas de diálogo entre Michel Pêcheux e Michel Foucault são todas elas “virtuais”¹⁰, uma vez que as filiações teóricas dos dois autores são bastante distintas, não havendo muito sentido falar de uma filiação de Foucault ao campo da AD, nem muito menos de Pêcheux às ideias foucaultianas. (PIOVEZANI, 2009; GREGOLIN, 2007; MILANEZ, 2013). Naquilo que aqui interessa, o lugar que Linguística e História ocupam na problemática do discurso é bastante diferente na perspectiva de cada um desses autores.

Gregolin (2007, p.60, grifo nosso) situa essa diferença retomando a “tríplice aliança” que funda os projetos dos dois autores: para Michel Pêcheux, Marx, Freud, **Saussure**; para Michel Foucault, Marx, Freud, **Nietzsche**, “o que já indica a relação muito mais forte de Pêcheux com a Linguística e

¹⁰ Para usar a expressão de Courtine. (MILANEZ, 2013).

de Foucault com as problemáticas da História e da Filosofia.”. A autora ainda lembra que, embora central à arqueologia de Foucault, as questões discursivas não são tratadas de maneira a “teorizar explicitamente os mecanismos da linguagem. [...] No que concerne à relação com a Lingüística, Pêcheux sempre esteve muito mais ligado do que Foucault às suas problemáticas.”. (GREGOLIN, 2007, p.146).

Se se pode falar de uma influência teórica entre esses dois autores, ela é constituída *a posteriori* por releituras e apropriações conceituais feitas por outros autores e teve mais força na direção de Foucault a Pêcheux, com a noção de “formação discursiva” ou da incorporação de uma nova dimensão histórica ao projeto pecheutiano, como citado anteriormente, do que o contrário. Piovezani (2009) fala de um descompasso entre o projeto foucaultiano que já seguia numa direção genealógica, quando Pêcheux e seu grupo faziam a apropriação de algumas noções arqueológicas de maneira mais efetiva, demonstrando que os empreendimento teórico mobilizado por Foucault e pela AD, ligada a Pêcheux, “não são irreconciliáveis, mas também não são exatamente compatíveis no que se refere à sua natureza, escopo e alcance. Com efeito, Foucault exerceu considerável influência sobre a AD, mas a recíproca não é verdadeira”. (PIOVEZANI, 2009, p.28).

Outra consideração é o fato da dimensão histórica proposta por Foucault ter um alcance teórico-metodológico bem maior que o propósito do campo da AD, quando este insiste nas questões concernentes à materialidade da língua, ainda que em sua relação com a História. Isso é posto por Courtine quando o autor afirma que o nível da análise discursiva, a partir da perspectiva histórica, se dá em “conjuntos discursivos muito mais vastos, muito mais moventes, muito mais heterogêneos [...] em um nível de generalidade, de amplitude e de instabilidade dos processos discursivos”,

(MILANEZ, 2013, p.58), chegando a ser inoperante com o nível linguístico da análise. Também em *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*, Courtine (2013, p.20) fala, retrospectivamente, dos “mal-entendidos” da análise linguística do discurso ao apropriar-se das noções arqueológicas e fazer uma operação “contra Foucault [...], e isso duplamente”, pois, além de Foucault já ter se distanciado da ideia de discurso, o autor ainda havia advertido que essa operação não seria muito apropriada, visto que a questão do discurso “não é senão assessoramente, ou secundariamente, um problema linguístico”. (Ibid., p.22).

Courtine (apud MILANEZ, 2013; COURTINE, 2013) narra seu rápido encontro com Michel Foucault, nos anos de 1982, em uma viagem de trem de Paris a Grenoble, quando o autor ainda fazia parte do grupo de pesquisadores vinculados ao projeto de Pêcheux, e expôs a Foucault suas tentativas de adequação de *A Arqueologia do Saber* aos estudos discursivos. Somente mais tarde, na sua trajetória de distanciamento da Linguística e aproximação com a História, Courtine entendeu as advertências de Foucault à época:

Devo reconhecer à verdade histórica que ele (Foucault) não fez nenhum esforço para esconder seu ceticismo: ele me lembrou [...] da distância que ele mesmo tinha tomado frente à *Arqueologia* e da problemática do discurso que ali se encontrava elaborada. Ele me lembrou ainda da insistência com a qual ele tinha sublinhado o fato de que ‘o enunciado não era nem a frase, nem a proposição, nem o ato de linguagem’ e compreendi seu pouco interesse pelos nossos exercícios lexicais e sintáticos. (MILANEZ, 2013, p.56).

E é justamente sobre esse não interesse pelas questões linguísticas que Courtine (2013) esclarece os “mal-entendidos” da utilização do pensamento de Foucault no campo da AD. “Mal-entendidos” que passam, principalmente, pela confusão quase natural que se faz em associar a noção de discurso em Foucault com uma “ponta de linguagem”, o

que não é plausível, ao menos imediatamente, já que “o enunciado, e o discurso, são objetos linguísticos que não o são” (COURTINE, 2013, p.26), ou seja, as propriedades discursivas são bastante distintas das propriedades textuais e se aquelas assumem uma materialidade na linguagem, seja ela verbal ou não-verbal, é porque elas passam por uma operação, uma reconstrução histórica de todo um conjunto de elementos políticos, institucionais, sociais, dos saberes e poderes que as atravessam e que, geralmente, se inscrevem em alguma materialidade, para qual convergem vários fios dessa rede discursiva e não-discursiva de relações¹¹. (COURTINE, 2013).

No entanto, apesar de todas essas contendas, elas não inviabilizam uma “inflexão arqueológica” no modo de proceder das análises, inclusive da análise que se efetua no campo da AD já que, segundo Courtine (2013, p.56), a perspectiva arqueológica “conservou, mediante algumas precauções a serem feitas, sua pertinência.”. E para finalizar essas contendas de filiações e advertências teóricas, distanciamentos e aproximações, Fernandes (2012, p.13) resume objetivamente: “Foucault não teve o intento de se colocar como fundador de um campo disciplinar – como a Análise do Discurso – e suas pesquisas não caminharam nessa direção.”. Mesmo com todas essas discussões, isso não impossibilita a leitura de Foucault e o reconhecimento de que sua obra é bastante profícua para a construção das noções presentes no interior do campo da AD, ampliando a abrangência da análise discursiva. (FERNANDES, 2012).

Assim, a par dessas considerações e tomando por referência Courtine em *Decifrar o corpo*, a questão não é operar analíticas “sobre” a abordagem discursiva de Foucault ou “contra” Foucault. Para Courtine (2013 p.9, grifo nosso) a questão é pensar “com” Foucault e fazer algumas apostas intelectuais, submetendo alguns conceitos

foucaultianos “à prova de um trabalho de **natureza histórica**” em que o objeto deve ser mostrado, decifrado nas historicidades que nele se inscrevem: o objeto “todo (ele) impresso de história”. (Ibid., p.18). Tomando o corpo por objeto da análise nas formações e transformações de sentidos que o acompanham, o autor percorre as condições históricas de produção e de apropriação dos sentidos que permitiram o corpo surgir e ser concebido em diferentes chaves de leitura ao longo da História, desde a Idade Clássica à contemporaneidade, buscando “discernir a impregnação profunda da história sobre o corpo”, “descobrir a parte de história no cotidiano de nossos corpos (e) forjar os instrumentos que permitem compreendê-la”. (COURTINE, 2013, p.9).

Fazer análise do discurso “com” Foucault é, portanto, não apagar a dimensão histórica e social de constituição das discursividades, é evidenciar e trazer para a análise propriamente dita aquilo que outros analistas de discursos já reiteraram: para Fernandes (2012, p.22), “os discursos [...] obedecem a determinações históricas; é a história que lhes assegura condições de possibilidades.”; Sargentini (2010) reflete sobre as relações entre Discurso e História e coloca que o conceito de discurso compreende um conjunto de práticas e “exige pensar a espessura histórica presente na discursividade.” (Ibid., p.102); em entrevista a Roger Chartier, Marques (2013) comenta que “é contra essa redução histórica no interior da AD que lutamos, ou seja, falar em Análise do Discurso com fulcro em Pêcheux e **Foucault** é tomar a memória e a **história** como condição *sinequanom* do funcionamento dos enunciados.” (Ibid., p.29, grifo nosso); Piovezani e Sargentini (2011, p.16) dizem que: “Para muitos de nossos pesquisadores em AD, a dimensão histórica, seja ela pensada pelo materialismo histórico seja pela genealogia foucaultiana, é central nas reflexões e análises.” De outros lugares de fala que não o campo da AD, o

discurso também é inseparável dos fatos históricos, como o é, por exemplo, em Veyne (2009):

[...] de onde saiu essa determinação pretensamente cega que é o discurso? O que o produz? De onde vêm as mutações misteriosas do discurso através dos séculos? Provêm muito simplesmente da causalidade histórica vulgar e bem conhecida, que incessantemente acarreta e modifica práticas, pensamentos, costumes, instituições, enfim, todo o dispositivo, com os discursos que nada mais fazem além de lhes delimitarem as fronteiras. (VEYNE, 2009, p.41).

Descrever, nas análises, a dimensão histórica que atravessa os discursos em seus processos de constituição é, portanto, uma das especificidades que o pensar discursivamente “com” Foucault oferece ao campo da AD. E para efetuar a descrição dessa dimensão sócio-histórica, compreender como opera a arqueologia dos saberes torna-se metodologicamente importante, uma vez que a arqueologia, para Prado Filho (2013, p.95), é uma “estratégia metodológica” que se propõe a traçar a “história dos discursos”, num “tratamento histórico dos discursos”, ou ainda, para Veyne (2009, p.59), uma proposta que busca interrogar a “constituição histórica” dos acontecimentos. Na defesa de estudos discursivos que valorizem a dimensão sócio-histórica das discursividades em suas analíticas, a arqueologia aparece como o método que disso se encarrega, visto ser ela uma “descrição” que busca “revelar o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discursos que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas.” (FOUCAULT, 2009, p.186). Passemos, então, à sua compreensão.

3. A ARQUEOLOGIA COMO ANALÍTICA DISCURSIVA

Percorrer o caminho dessa constatação de reciprocidade metodológica entre a dimensão

histórica dos discursos e a inflexão arqueológica das análises é retomar alguns textos do próprio Foucault, num período em que, para Prado Filho (2013, p.94), “o saber, o discurso e as relações com a verdade” são o foco das análises. Nalli (2005) nos deixa uma boa pista ao lembrar que, “[...] os trabalhos de Foucault de 1968 a 1971, principalmente, *Réponse à une question, Sur l’archéologie des sciences. Réponse au Cercle d’Épistémologie, L’archéologie du savoir* e *L’ordre du discours*, são de natureza mais reflexiva e neles o autor buscou traçar considerações mais teóricas e conceituais sobre seu trabalho ‘historiográfico’ anterior.” (NALLI, 2005, p.152). Dentre esses trabalhos, *A Arqueologia do Saber* é o escrito em que Foucault (2009, p.153) elabora uma “bizarra maquinaria”, desenvolvendo as noções de formação discursiva e positividade, enunciado e função enunciativa, *a priori* histórico e arquivo, práticas discursivas e não discursivas e, ao definir todo esse “domínio” discursivo, o autor faz “surgir as especificidades de um método”, o próprio método arqueológico. O que para Foucault era para ser um “problema simples”, uma síntese acerca das noções arqueológicas dos saberes que têm “numerosas articulações com as práticas sociais”, tornou-se um “livro de leitura muito difícil”. (FOUCAULT, 2008b, p.150-151).

De acordo com Prado Filho (2013, p.94-95), *A Arqueologia* surge como resposta às polêmicas que a obra anterior, *As Palavras e as Coisas*, provocou no meio acadêmico e, ainda que o livro reúna vários conceitos, eles são “conceitos metodológicos” o que, no geral, confere a esse livro um tom mais metodológico que conceitual. Foucault, em entrevista a Rouanet e Merquior (1996), explica não ser *A Arqueologia* nem uma teoria, na medida em que não sistematiza as relações entre as formações discursivas e as formações não discursivas, nem tampouco resolve os problemas metodológicos, na medida em que não responde como se trabalhar com todos os instrumentos ali presentes ou se é

mesmo possível fazer a análise das formações discursivas elencando todas as possibilidades de correlações que ela, enquanto método, permite.

Ao que parece, tomando por base *A Arqueologia*, não é mesmo pretensão de Foucault desenvolver com esse livro uma teoria dos discursos, nem tampouco fazer uma trajetória corretiva das análises até então operadas ou ainda propor um modelo dedutivo abstrato, “aplicável a um número indefinido de descrições empíricas.” (FOUCAULT, 2009, p.129). O propósito de Foucault com esse livro parece ser, ainda que o autor venha a fazer isso em outras ocasiões posteriores, sintetizar seu empreendimento metodológico até então construído e anunciar o fechamento do modo “arqueológico” de tratar as noções relativas à arqueologia¹², ao dizer o seguinte:

[...] o empreendimento a que me liguei, há tantos anos, e que havia desenvolvido de uma maneira um tanto ou quanto cega, mas cujo perfil geral tento agora retomar [...] deve fechar seu ciclo. [...] tento mostrar como se pode organizar, sem falha, sem contradição, sem imposição interna, um domínio em que estão em questão os enunciados, seu princípio de agrupamentos, as grandes unidades históricas que eles podem constituir e os métodos que permitem descrevê-lo. (FOUCAULT, 2009, p.129-130).

Assim, à parte as leituras difíceis, críticas e confusões conceituais dela derivadas, é inegável o “singular lugar” que *A Arqueologia do saber* ocupa na obra de Foucault e, como já posto anteriormente por Courtine (2013), ela possui sim relevância e pertinência metodológicas. Ainda que haja ressalvas, o que se pretende ao considerar a arqueologia uma possibilidade de análise discursiva é, pois, compreender qual a designação que Foucault dá ao

¹²Na aula inaugural de suas atividades no *College de France* em 1970, publicada no livro *A ordem do discurso* (2012), e também em um conjunto de conferências realizadas em 1973, na PUC do Rio de Janeiro, posteriormente reunidas e publicadas sob o título *A verdade e as formas jurídicas* (2002), Foucault faz referência direta ao aspecto não-discursivo, entendendo-o como outro nível do discurso, operado não mais no nível daquilo que é dito, mas no nível daquilo que é estratégia de poder, de luta, no uso social dos discursos enquanto práticas, dedicando-se aos estudos genealógicos sobre o poder.

termo arqueologia, as características e configuração metodológicas do seu modo de operar, bem como os diferentes níveis de análise que a proposta arqueológica permite e, nesse percurso, tornar evidente quais contribuições a arqueologia oferece ao campo científico da AD.

Acerca do termo arqueologia, no texto *Michel Foucault Explica Seu Último Livro* (2008b), o autor comenta que a escolha por essa terminologia, inicialmente feita às cegas, querendo se diferenciar de uma análise histórica, no sentido tradicional, e também de uma epistemologia, enquanto “análise interna da estrutura de uma ciência”, pareceu-lhe, posteriormente, adequada. (FOUCAULT, 2008b, p.145). Esclarece que o uso do termo pode ser um pouco embaraçoso uma vez que tanto *arkê* (origem, em grego) como a ideia de escavação não condizem com a acepção metodológica que o autor queria conferir: Foucault não procura as origens, o ato de criação ou o criador de um dizível; nem busca pelas interpretações que revelam um outro enunciado mais profundo, pelas continuidades dos acontecimentos ou por minimizar as contradições dos discursos. O que Foucault parece designar por arqueologia é o exercício de descrever a história empírica das práticas em seus campos de enunciação, utilização e funcionamento, num “horizonte mais geral” que ele denomina arquivo; descrever os dizeres e fazeres singulares que acontecem e individualizam discursividades, que se impõem enquanto práticas institucionalizadas, fatos históricos que legitimam e determinam todo o modo de dizer e fazer de uma época, suas produções, circulação e apropriações, mediante regularidades; é nisso que parece consistir o empreendimento arqueológico do autor. Nas palavras do próprio Foucault, o termo arqueologia:

[...] designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que se pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.

(FOUCAULT, 2009, p.149).

Percebe-se que a designação para “arqueologia” em Foucault já é em si um conceito metodológico, uma configuração entre outras noções teórico-conceituais que a arqueologia, por ela mesma, aciona ao produzir sua analítica, como que acionando modalidades distintas, mas pertencentes a um mesmo conjunto de elementos discursivos: a arqueologia como uma revelação, sempre inacabada, do “horizonte geral (o **arquivo**) a que pertencem a descrição das **formações discursivas**, a análise das **positividades**, a demarcação do **campo enunciativo**”, autorizando “a dar a todas essas pesquisas o título de arqueologia.”. (Ibid., p.149, grifo nosso). Para ajudar na compreensão desse emaranhado teórico-metodológico que designa o termo em questão, Orlandi (1987, p.29) lembra que a arqueologia pode ser pensada tanto em “termos técnicos”, quando se refere a práticas especificadas do arquivo, quanto em “termos genéricos”, quando designa o “conjunto de todas essas pesquisas, análises e descrições.”.

Pensar a arqueologia em “termos técnicos” é perceber que o raciocínio de implicação entre as noções pode se configurar assim: partindo do nível da coisa dita, os enunciados, exerce-se uma função enunciativa a qual pertence a uma formação discursiva inscrita num sistema mais geral que é o arquivo. E a descrição arqueológica parece ser o método que perpassa todas essas noções separadamente, além de fazer com que elas se impliquem. Foucault (2008a) reafirma “sua paixão própria de historiador que quer responder ao rumor infinito dos arquivos”:

[...] meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada dos discursos. A arqueologia, tal como eu a entendo, não é parente nem da geologia (como análise dos subsolos), nem da genealogia (como descrição dos começos e das sucessões); ela é a análise do discurso em sua modalidade de arquivo. (FOUCAULT, 2008a, p.72).

Sendo a arqueologia a descrição dos discursos em sua “modalidade de arquivo”, a noção de “arquivo” parece ser uma boa pista para desencadear a compreensão em meios a esse emaranhado teórico-metodológico. Em *Resposta a uma Questão*, Foucault compreende o arquivo como “o conjunto de regras que, em uma época dada e por uma sociedade determinada” define uma série de limites que formam e transformam o sistema geral dos enunciados. (FOUCAULT, 2010, p.10). Fazer a arqueologia das práticas discursivas, requer, portanto, a busca por esses limites e suas formas: *de dizibilidade* (de que é possível falar? Que tipo de discursividade foi destinada a tal e tal domínio?); *de conservação* (quais são os enunciados colocados em circulação, ou censurados, e em que grupos, e para que fins?); *de memória* (quais são os enunciados reconhecidos como (in)válidos? Que tipos de relações são estabelecidos entre o sistema dos enunciados presentes e o *corpus* dos enunciados passados?); *de reativação* (entre os discursos das épocas anteriores, quais são os que retomamos, que valorizamos, que importamos, que tentamos reconstituir?); e por fim, *de apropriação* (como é institucionalizada a relação do discurso com aquele que o detém, com aquele que o recebe – indivíduos, grupos, classes que têm acesso? Como se define a relação do discurso com seu autor?). É sobre esse extenso horizonte que a arqueologia opera. (FOUCAULT, 2010).

Em “termos genéricos”, o interesse arqueológico está em descrever formações discursivas e seus arquivos, analisar positivamente, demarcar os campos de utilização e funcionamento das práticas discursivas, seus domínios enunciativos e isso diz respeito a reconstituir trajetórias, mapear e diagnosticar os rastros da “realidade material da coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 2012, p.8), descrever “as relações que estão na própria superfície do discurso” (FOUCAULT, 2008b, p.146) de modo visível, dito e pronunciado.

A arqueologia, em sua natureza descritiva, “busca definir (...) os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras, (...) definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; (...) é a descrição sistemática de um discurso-objeto.” (FOUCAULT, 2009, p.157-158).

Tanto em termos “técnicos” ou “genéricos”, uma das características da arqueologia parece ser, portanto, seu caráter descritivo em percorrer as múltiplas relações que os discursos estabelecem com as práticas sociais, seus enunciados e arquivos. E essas relações são balizadas por um conjunto de regras que regulam as práticas discursivas. Se bem percebermos, na proposta arqueológica, as noções trazem consigo certa regularidade, regras de formação que fazem delas o que elas são e “não outras em seu lugar”, um conjunto de regras que individualizam e tornam possível o surgimento das discursividades enquanto práticas. Essa ação de reger as discursividades para que elas surjam está presente em todas as noções arqueológicas: nas formações discursivas (regras que formam objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias temáticas), na função enunciativa que os enunciados exercem (em relação a um referencial, a uma posição-sujeito, a um campo associado, a uma materialidade), ou ainda no arquivo “que faz aparecer as regras de uma prática”, sendo ele um “sistema geral da formação e das transformações dos enunciados.” (ORLANDI, 1987, p.28). É por isso que para esse mesmo autor, uma das “fortes tarefas da análise arqueológica é (essa) de individualizar” discursividades mediante as regras que as regulam. (Ibid., p.29). Individualização que só é possível porque as regras, em suas regularidades, cumprem a função de determinar a prática discursiva, fazendo aparecer essa característica da arqueologia que é individualizar discursos, “definir

[...] os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras.” (FOUCAULT, 2009, p.157).

A função da regra pode ser facilmente explicitada: através dela, Foucault procura pensar ao mesmo tempo – em sua unidade – as relações que estruturam a prática discursiva, seu efeito coercitivo sobre os sujeitos que falam, e o que chama, enigmáticamente, de embreagem de um tipo de prática sobre outro (relação entre prática discursiva e não discursiva). (LECOURT, 1996, p.57).

Assim, descrever a trajetória das relações que especificam o domínio do discursivo, individualizar formações discursivas, “definir as positivities em que aparecem e as regras segundo as quais essas positivities foram formadas” (FOUCAULT, 2009, p.184), é uma das características da descrição arqueológica. É interessante perceber que sendo por excelência uma análise descritiva, a arqueologia favorece a dispersão dos acontecimentos discursivos ao mesmo tempo em que os individualiza, já que percorrer as trajetórias de constituição de suas historicidades ajuda na identificação do percurso e dos fatores envolvidos em seus surgimentos e funcionamentos. Fazer esse mapeamento dos fatores discursivos e não-discursivos que estão em jogo no surgimento e na manutenção de uma discursividade específica resulta, no mínimo, no traçado de múltiplas trajetórias e, por conseguinte, em bons diagnósticos.

Machado (1981, p.10) lembra que para “dar conta de determinado discurso é indispensável considerá-lo interna e externamente”, o que implica considerar, além dos elementos “intradiscursivos”, também os elementos “extradiscursivos” na multiplicidade de fatores sócio-históricos, econômicos, políticos, culturais etc. que constituem as discursividades, de modo que a análise se expande para um “espaço complementar”, não discursivo, numa concepção mais política das práticas discursivas, como indica Deleuze (1998). Essa relação entre as práticas discursivas e as práticas não

discursivas na arqueologia de Foucault já foi objeto de problematização em outra ocasião¹³, interessando para o momento ressaltar apenas a característica de implicação entre essas duas práticas, a existência de uma articulação entre elas que, embora não tenha sido desenvolvida em *A Arqueologia do saber*, tornou-se objeto de problematização em escritos posteriores, desembocando na noção de “dispositivo” presente na *História da sexualidade I – A vontade de saber*, de 1976 e também na entrevista *Sobre a história da sexualidade* publicada na edição brasileira de *Microfísica do poder* (2007).

Para ficar apenas na caracterização da arqueologia, em Foucault e Rouanet (1996, p.10), há um trecho em que se fala da intercomunicação livre entre “um conjunto de sistematicidades discursivas e constelações extradiscursivas [...]”, sendo “o discurso poroso à práxis, e a práxis modificada pelo discurso”. Foucault (2009, p.184) toma como exemplo a medicina e indica que, mesmo distintas, não há práticas não discursivas – sociais, institucionais, políticas, econômicas, dos saberes e das ciências – que não produzam discursos e não há discursos que não estejam articulados a essas práticas: “ela (a arqueologia) quer mostrar não como a prática política determinou o sentido e a forma do discurso médico, mas como e porque ela faz parte de suas condições de emergência, de inserção e de funcionamento”. O que se percebe é que a relação entre o institucional, o social, o político e aquilo que é dito a partir dessas instituições, desses domínios de saberes, estão ambos historicamente ambientados e metodologicamente implicados numa relação de “pressuposição recíproca”, nas palavras de Deleuze (1998). Parece que o discursivo e o não-discursivo, tanto empiricamente quanto em termos de categorias de análise, se presumem. Para Foucault,

¹³ Sobre essa implicação entre o discursivo e o não discursivo, consultar Paula e Fernandes Júnior (2013).

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos); [...] ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos, procura definir formas específicas de articulação. (FOUCAULT, 2009, p.182-183).

Essa articulação com práticas que são exteriores ao domínio discursivo obviamente impõe à descrição arqueológica a necessidade de considerar o discurso também em suas relações com fatores que não são de natureza discursiva, o que dispersa, sobremaneira, a rede de relações que pode constituir uma descrição arqueológica. Essa problematização entre o discursivo e o não discursivo, de toda maneira, já indica uma articulação com o exercício do poder desses discursos nos campos de sua circulação e utilização, de modo que a arqueologia dos saberes já traz consigo, como decorrência, uma genealogia dos poderes que ditam as ordens de funcionamento dos discursos e provocam efeitos nas subjetividades que dele participam, desdobrando-se numa arqueogenealogia.

Talvez, seja por essa característica dispersiva da arqueologia que, ao apresentar a análise arqueológica, Orlandi (1987, p.30) se refere a ela em sua “pluralidade articulatória”, como uma “estratégia discursiva” que se configura em um “arranjo relacional”: “não se trata de descrever uma totalidade cultural, mas de estabelecer [...] um sistema de relações que não é o único possível num período”, podendo fazer aparecer “uma rede interdiscursiva”, um número não definido de redes que se “cruzem em alguns de seus pontos”. Lecourt (1996, p.49) também reforça a centralidade da noção de relação na tarefa da arqueologia: “Foucault entende por relação um conjunto de nexos de ‘coexistência, sucessão, funcionamento mútuo, determinação recíproca, transformação independente ou correlativa”, de modo que, fazer

aparecer o domínio do discursivo é “tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relação.” (FOUCAULT, 2009, p.32). E do ponto de vista analítico, interno e exterior ao discurso, essas relações podem ser muitas e em diferentes níveis de análise.

Após identificar o caráter descritivo da proposta arqueológica, a tarefa que cabe a ela de individualizar discursos mediante regras de formação internas e exteriores ao campo discursivo, a necessidade de considerar na análise tanto as práticas discursivas como as não discursivas, o que gera como efeito um arranjo relacional no mapeamento dos fatores que especificam discursividades, todos esses procedimentos caracterizando a arqueologia, resta, por fim, indicar que há diferentes níveis de análise que a descrição arqueológica permite, possibilitando ao analista do discurso “precisar o lugar exato de onde fala”. (ROUANET e MERQUIOR, 1996). Em meio a essa “bizarra” maquinaria teórico-metodológica que é *A Arqueologia*, e mesmo reconhecendo os problemas metodológicos que lá não são resolvidos, Foucault (2009) sugere um modo de operar todo esse domínio ao trazer a imagem mental de “círculos concêntricos” os quais corresponderiam aos níveis de descrição do enunciado e das formações discursivas, incluindo aí também, o nível de descrição dos arquivos, todos eles implicados numa descrição arqueológica.

A forma de articulação desses níveis analíticos adotada por Foucault é a imagem mental de “círculos concêntricos” que permitem ir da periferia para o centro e deste para a periferia, ou seja, das formações discursivas para o enunciado e deste para as formações discursivas, e porque não destas também para o arquivo a que pertencem. Nas palavras do autor: “Não procedo por dedução-linear, mas por círculos concêntricos, e vou ora na direção dos mais exteriores, ora na

dos mais interiores.”. (FOUCAULT, 2009, p.130). Na busca por demonstrar que o nível de descrição dos enunciados pode-se ajustar, ou melhor, é deliberadamente elaborado para se ajustar ao nível de descrição das formações discursivas, já que “os dois procedimentos são justificáveis e reversíveis” e “a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa”, (FOUCAULT, 2009, p.132), a imagem mental de “círculos concêntricos” proposta por Foucault, bem como a implicação metodológica não-linear que se pode estabelecer entre as noções de enunciado/formação discursiva/arquivo, ilustram o quanto a arqueologia possibilita diversas entradas analíticas. Tem-se que a cada um desses círculos corresponde um nível específico de descrição, acionando modalidades e regras distintas e estabelecendo redes de relações específicas: ora articulando fatores discursivos e não discursivos; ora analisando os sistemas de enunciabilidade e de funcionamento que fazem parte do arquivo; ora analisando fatores intradiscursivos; ora estabelecendo o referencial do campo enunciativo, ora as posições dos sujeitos assujeitados ao discurso; ora as regularidades que determinam as formações dos objetos e/ou dos conceitos e/ou das escolhas temáticas; todas essas possibilidades analíticas tornam-se viáveis conforme as características do objeto, num cotejar incessante entre ele, a teoria e o próprio método.

São, portanto, múltiplas as opções teórico-metodológicas que individualizam as discursividades e as fazem emergir em suas historicidades. Vários estudos discursivos elegem as “formações discursivas” como a noção teórico-metodológica norteadora da análise (COURTINE, 2009; BARONAS, 2007¹⁴), outros já fazem a análise

¹⁴ Sobre esse tema consultar Baronas (2007) onde o autor reúne 13 artigos de diferentes autores nos quais a noção de formação discursiva é a temática das discussões.

partindo da noção de “arquivo” (SARGENTINI, 2010; GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994)¹⁵ e outros, como por exemplo Deleuze (1998), elegem a noção de “enunciado” como conceito central. Ou seja, não há, a priori, no pensar “com” Foucault, um caminho metodológico a ser seguido, mas sim percursos possíveis de serem percorridos e descritos, conforme o objeto a ser analisado, configurando-se, cada um desses percursos, como possibilidades analíticas. Diante essa pluralidade de redes de relações e de níveis de análise que a perspectiva arqueológica do pensar discursivamente “com” Foucault permite, vale avisar que a tarefa de descrever todas essas entradas analíticas é praticamente inviável, sendo necessário apontar a distância entre o potencial metodológico da arqueologia e a capacidade de descrever um quadro analítico em sua totalidade, o qual comporta todas essas modalidades analíticas. As escolhas vão depender do recorte analítico que o objeto permite e do lugar em que o analista opta por se situar, em meio a esse emaranhado teórico-metodológico que é a arqueologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percorrer dessa trajetória reflexiva que busca marcar certo posicionamento teórico-metodológico e, a partir dele, indicar algumas contribuições do pensamento foucaultiano para o campo da AD, chegamos a alguns apontamentos que

¹⁵ Para Sargentini (2010, p.101), o conceito de arquivo é um bom operador “como forma de selecionar, recortar e explorar o material de análise.” Para Guilhaumou e Maldidier (1994, p.181), há uma complexidade maior na pesquisa que tem o arquivo como conceito operatório da análise, já que a materialidade dos textos que o compõem é extensa: “A consideração da dispersão máxima do arquivo torna complexa, nós o vimos, o procedimento do analista do discurso. Do trajeto temático ao momento de corpus passando pela análise contextual, a exploração arquivística mergulha o pesquisador na materialidade dos textos.”

podem ser úteis àqueles pesquisadores que, como nós, escolheram pensar discursivamente “com” Foucault. O primeiro apontamento funciona como um alerta já que a ênfase na relação Discurso/História, além de marcar um posicionamento teórico-metodológico no interior do campo da AD e, portanto, uma escolha por parte dos pesquisadores, reitera também um posicionamento do próprio Courtine (FERNANDES, 2010) e também de analistas dos discursos contrários a uma prática contemporânea que negligencia a dimensão histórica dos acontecimentos discursivos, caindo no lugar comum de fazer do pensamento de Foucault uma mera aplicação metodológica, colocando-o à prova em análises de “panfletos publicitários” e “recortes jornalísticos” sem remetê-los à “espessura” sócio-histórica que os constituem ou sem percorrer a rede de relações não-discursivas que também os atravessam. (GREGOLIN, 2007).

E o “pensar com Foucault”, a partir da proposta arqueológica, consiste justamente no contrário dessa negligência: consiste em acionar uma metodologia de descrever as condições que permitiram aos acontecimentos discursivos, como “evidências de seu próprio tempo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013), emergirem e entrarem em utilização numa dada época, buscando percorrer as trajetórias de constituição histórica, sócio-cultural, política, econômica e institucional da rede de relações dos diversos fatores que se entrecruzam e que determinam o surgimento de um discurso específico, em seu caráter de acontecimento histórico singular. E, a partir desse discurso individualizado, abre-se novamente, na metáfora da dispersão, outra rede de elementos heterogêneos que estabelecem relações com novas práticas discursivas e fatores “extradiscursivos”, no campo de seus funcionamentos, utilizações e apropriações sociais. Esse é *modus operandi* da arqueologia que já traz consigo indícios de uma genealogia e nisso, a partir da chave de leitura

proposta e na interlocução principalmente com Courtine (2013), consiste o pensar discursivamente “com” Foucault.

Desse posicionamento teórico-metodológico já demarcado, um último apontamento caminha na direção de indicar o seguinte: ao percorrer esses caminhos “intra” e “extradiscursivos” de análise, no mapeamento e diagnóstico dos fatores envolvidos na individualização dos discursos, além de uma operação metodologicamente discursiva ir se construindo, o estreitamento com a dimensão histórica também revela aspectos críticos e políticos da arqueologia. Ao fazer aparecer as diferenças que constituem as práticas sociais e analisá-las em suas “diferenças últimas” (VEYNE, 2009), o pensar “com” Foucault identifica as arbitrariedades que se inscrevem nos discursos conforme a ambientação histórica, política e sócio-cultural a que eles pertençam e, nessa operação de denúncia, talvez as práticas sociais, sejam elas discursivas ou não discursivas, estejam menos sujeitas a convencionalismos e “falsas generalidades”, sejam menos estereotipadas e estigmatizadas, e nesse movimento crítico, elas sejam concebidas em suas afirmações, em suas singularidades de serem, assim como qualquer outro tipo de prática social, apenas diferenças. A arqueologia, para além de um método, leva à produção das diferenças. O pensar “com” Foucault provoca e produz diferenças. (PAULA, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. 1968: *A irrupção do acontecimento*. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/academico/artigos.htm> Acesso em 04/07/2013.

BARONAS, Roberto L. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João

Editores, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. (org.) *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p.11-19.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos; EdUFSCar, 2009. p.27-96.

_____. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Discurso, história e arqueologia (entrevista com Jean-Jacques Courtine concedida a Cleudemar Alves Fernandes). In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. (org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p.17-30.

_____. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. Sobre as Maneiras de Escrever a História. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Seleção e organização de textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. (Ditos e escritos; II) p.62-77.

_____. Michel Foucault Explica seu Último Livro. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Seleção e organização de textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. (Ditos e escritos; II) p.145-152.

_____. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Seleção e

organização de textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c. (Ditos e escritos; II) p. 82-118.

_____. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Seleção e organização de textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d. (Ditos e escritos; II) p.260-281.

_____. Retornar à História. In: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Seleção e organização de textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008e. (Ditos e escritos; II) p.282-295

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. Resposta a uma Questão. In: *Repensar a Política*. Seleção e organização de textos por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos; VI) p. 01-24.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel; ROUANET, Sérgio Paulo (et al.). *O Homem e o Discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar A. e SANTOS, João Bosco (Orgs). *Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2003.

_____. *Foucault e Pécheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

_____. J-J Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares.

In: _____. SARGENTINI, Vanice (Orgs.) *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p.21-36.

_____. *As bases epistemológicas da AD face aos objetos*

- da mídia. (minicurso) IV Encontro em Análise do Discurso: fundamentos epistemológicos e abordagens metodológicas. UNESP/Araraquara: agosto de 2013.
- GUILHAUMOU, J. & MALDIDIÉ, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- LECOURT, Dominique. A Arqueologia e o Saber. In: FOUCAULT, Michel; ROUANET, Sérgio Paulo (et al.). *O Homem e o Discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1996. p.43-66.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MALDIDIÉ, Denise. *A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: Eni P. Orlandi – Campinas: Pontes, 2003.
- MARQUES, Welisson. História e Discurso em Michel Foucault: entrevista com Roger Chartier. In: FERNANDES, Cleudemar Alvez et al. (org.). *Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos*. Uberlândia: EDUFU, 2013. p.21-36.
- MILANEZ, Nilton. Foucault e a história da Análise do Discurso, olhares e objetos: entrevista com Jean-Jacques Courtine. In: FERNANDES, Cleudemar Alvez et al. (org.). *Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos*. Uberlândia: EDUFU, 2013. p.37-63.
- NALLI, Marcos Alexandre Gomes. Sobre o conceito foucaultiano de “discurso”. In: ORLANDI, Luiz (org.). *A diferença*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005. p.151-168
- ORLANDI, Luiz B. L. Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. In: TRONCA, ÍTALO (org.). *Foucault vivo*. Campinas, SP: Pontes, 1987. p.11-42.
- PAULA, Carine Fonseca Caetano de. *Sobre saberes e verdades: as discursividades científica e feiticeira no livro-enunciado de Carlos Castañeda*. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica especial de Letras e Linguística, Catalão-GO, 2014. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3816?locale=pt_BR. Acesso em 18/02/2016.
- PAULA, C. F. C. e FERNANDES JÚNIOR, A. O que torna uma análise discursiva? Percurso histórico de compreensão. In: *Linguagem: Estudos e Pesquisas*. Catalão, GO: vol. 18, n. 2, p. 181-202, jul/dez, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=lep&page=article&op=view&path%5B%5D=39585>. Acesso em 18/02/2016.
- _____ O discursivo e o não discursivo: uma relação de implicação mútua no saber/poder de Michel Foucault. In: *Anais do IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (SIMELP)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, julho/2013. Disponível em http://www.simelp.letras.ufg.br/anais/simpósio_49.pdf p.2129. Acesso em 10/02/2016.
- PIOVEZANI, Carlos. Foucault com Courtine: corpo e discurso. In: GOMES, Daniel; SOUZA (org.) *Foucault com outros nomes: lugares de enunciação*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009. p.27-46.
- PIOVEZANI, C. e SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI; SARGENTINI. (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p.7-38.
- POSSENTI, Sírio. Sobre língua e discurso. In: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- PRADO FILHO, Kleber. Michel Foucault, historiador do pensamento. In: FERNANDES, Cleudemar Alves et al. (org.). *Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos*. Uberlândia: EDUFU, 2013. p.87-98.

ROUANET, Sergio P.; MERQUIOR, J.G. Entrevista com Michel Foucault. *In: FOUCAULT, Michel; ROUANET, Sérgio Paulo (et al.). O Homem e o Discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1996. p.17-42.

SARGENTINI, Vanice. As relações entre a Análise do Discurso e a história. *In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. (orgs). A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 95-102.

TRONCA, Italo A. Foucault e a História: um espaço em branco. *In: _____. Foucault vivo*. Campinas, SP: Pontes, 1987. p.7-10.

VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

Submissão: 03 de novembro de 2019.

Aceite: 05 de novembro de 2019.